



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**O Esquadrão da Morte na Imprensa Carioca: a construção
narrativa da experiência social e a legitimação da
violência policial**

ALEXANDRE ENRIQUE LEITÃO

RIO DE JANEIRO

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**O Esquadrão da Morte na Imprensa Carioca: a construção
narrativa da experiência social e a legitimação da
violência policial**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Cultura, Escola de Comunicação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

ALEXANDRE ENRIQUE LEITÃO

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de A. Soares

RIO DE JANEIRO
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

L533 e

Leitão, Alexandre Enrique

O Esquadrão da Morte na Imprensa Carioca: a construção narrativa da experiência social e a legitimação da violência policial / Alexandre Enrique Leitão. -- Rio de Janeiro, 2018.

174 f.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2018.

1. Jornalismo. 2. Violência. 3. Narrativa. 4. Esquadrão da Morte.
5. Última Hora. I. Paiva de Araújo Soares, Raquel, orient. II. Título.

Alexandre Enrique Leitão

O ESQUADRÃO DA MORTE NA IMPRENSA
CARIOCA: a construção narrativa da experiência
social e a legitimação da violência policial.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura,
Escola de Comunicação da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2018.

Prof^a Dr^a Raquel Paiva de Araújo Soares – Orientadora (PPGCOM/UFRJ)

Doutora em Comunicação pela UFRJ

Muniz Sodré de Araújo Cabral (PPGCOM/UFRJ)

Doutor em Letras pela UFRJ

Fernando Resende (PPGCOM/UFF)

Doutor em Ciência da Comunicação pela USP

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e a Meishu-Sama, por sua Luz, Fé e Proteção nesse e em todos os percursos de minha vida. Agradeço ao meu avô Prof. Antonio Leitão, e à minha avó Edda Guimarães Leitão, que com seu carinho e sapiência sempre me transmitiram o valor do trabalho, da ética, da educação e dos estudos. Agradeço à minha mãe Ingrid Guimarães Leitão, pelo seu exemplo, sua fé, seu amor, seu valor, sua inteligência, seu brilhantismo, e seu apoio. Agradeço à minha tia Samantha Guimarães Leitão, pelo seu exemplo, amor, carinho, atenção e cuidado.

Agradeço à Prof^a Dr^a Raquel Paiva, minha orientadora, que sempre me apoiou e confiou em minha capacidade, juntando uma orientação incrivelmente enriquecedora à liberdade de pesquisa. Graças a suas orientações, direcionamentos, sugestões, suporte e atenção, tanto a minha graduação em jornalismo quanto meu mestrado em Comunicação foram possíveis. E graças a ela eles foram tão instigantes. Serei sempre grato por sua paciência, apoio e por todas as oportunidades que ela sempre ofereceu.

Agradeço a todo o corpo docente da Escola de Comunicação, pelas aulas e pelos direcionamentos. Em especial, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Muniz Sodré, pelo apoio, sugestões e uma constante disponibilidade para o diálogo.

Agradeço aos meus amigos, em especial Alice Melo, Isabelle Weber, Felipe Bandeira, Dérika Virgulino pela linda amizade, pelos ótimos momentos, pelo apoio e por terem sempre me inspirado a ser um acadêmico melhor. E Lucas Pereira Antunes, que além de ser um grande amigo de todas as horas, desempenha uma assistência imprescindível à concretização dessa pesquisa desde 2008.

Agradeço a David Maciel de Mello Neto pelo apoio, atenção, sugestões, contatos e por todo o instrumental que me forneceu. E agradeço a Domingos Meirelles, José Alves Pinheiro Júnior e Luarlindo Ernesto Silva pelas entrevistas que me concederam.

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Escola de Comunicação Social e à Coordenação de Jornalismo por terem me concedido a oportunidade de prosseguir com meus estudos.

LEITÃO, Alexandre Enrique. **O Esquadrão da Morte na Imprensa Carioca: a construção narrativa da experiência social e a legitimação da violência policial**. Mestrado em Comunicação. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, 100 p. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares.

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar como se deu a cobertura jornalística do grupo de extermínio formado no seio da Polícia Civil em fins da década de 1960, chamado Esquadrão da Morte, por parte do jornal *Última Hora*. Por meio de suas edições irá se investigar quais possíveis paradigmas narrativos e punitivos estariam sendo instrumentalizados pela organização, através da maneira como essa existia enquanto objeto de interesse jornalístico. Trafegando entre conceitos como gênero textual, iremos averiguar se/e de que forma o gênero do romance poderia influenciar a construção do texto jornalístico e quais efeitos semânticos podem ser extraídos desse processo. Da mesma forma, iremos nos perguntar que tipo de sentido pode ser extraído do *modus operandi* da organização (caracterizada pelo abandono dos corpos nus e torturados de suas vítimas em locais como beiras de estrada, e pelo contato ostensivo com a imprensa) a partir de sua similitude com práticas punitivas identificáveis no suplício e na pena exemplar. Por fim, veremos se e de que forma a existência midiática do Esquadrão da Morte teria assistido na consolidação de um modelo de segurança pública pautado pelo uso da letalidade por parte das forças policiais no Rio de Janeiro.

LEITÃO, Alexandre Enrique. **The Death Squad in Carioca Press: the narrative construction of social experience and the legitimation of police violence.** Master in Communication. Communication School (Escola de Comunicação), Federal University of Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 2018, 61 p.
Professor Advisor: Raquel Paiva de Araújo Soares.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the journalistic coverage of the extermination group formed in the Civil Police in the late 1960s, called Death Squad, was produced by the newspaper *Última Hora*. Through its editions it will be investigated what possible narrative and punitive paradigms would be used by the organization, through the way it existed as an object of journalistic interest. Trafficking between concepts as textual genre, we will investigate if / and in what way the genre of the novel could influence the construction of the journalistic text and what semantic effects can be extracted from this process. In the same way, we will ask ourselves what kind of sense can be drawn from the *modus operandi* of the organization (characterized by the abandonment of the naked and tortured bodies of its victims in places like roadside borders, and by ostensive contact with the press) from its similarity with punitive practices identifiable in the punishment and exemplary penalty. Finally, we will see if and how the mediatic existence of the Death Squad would have assisted in the consolidation of a model of public security based on the use of lethality by the police forces in Rio de Janeiro.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. ÚLTIMA HORA E POLÍCIA NO RIO DE JANEIRO DOS ANOS 1950 E 1960.....	15
1.1 Construindo uma narrativa histórica.....	16
1.2 O Esquadrão como objeto de análise social.....	26
1.3 O jornal Última Hora nas décadas de 1950 e 1960.....	34
1.4 Conceituações de "sensacionalismo" e "popular".....	43
1.5 O Esquadrão no primeiro semestre de 1968: maio-junho.....	49
2. ROMANCE E COTIDIANO: A REALIDADE ENQUANTO CONSTRUÇÃO NARRATIVA.....	61
2.1 Bakhtin e Gênero.....	62
2.2 Umberto Eco e os <i>Protocolos Ficcionalis</i>	64
2.3 Muniz Sodré e <i>A narração do fato</i>	69
2.4 Gumbrecht e a relação entre mídia e literatura na pós-modernidade	78
2.5 A produção do texto jornalístico em <i>UH</i>	79
2.6 O Esquadrão nas páginas de <i>UH</i> : Julho-Outubro.....	83
3. AGENCIANDO O SUPLÍCIO: A PENA EXEMPLAR E A SEVÍCIA COMO ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS	101
3.1 Suplício e linchamentos: diálogos entre Michel Foucault e José de Souza Martins	103
3.2 Noções de Violência: Sodré, Sorel, Merton e Mello Neto.....	120
3.3 O Esquadrão nas páginas de <i>UH</i> : Novembro e Dezembro de 1968.....	130
3.4 Violência Policial e Jornalismo no Rio de Janeiro Pós-Esquadrão da Morte de 1968	137
4. CONCLUSÃO.....	150
5. BIBLIOGRAFIA	156
6. EDIÇÕES DE ÚLTIMA HORA ANALISADAS.....	160

7. *SITES E JORNAIS CONSULTADOS*.....164

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde o ano de 2008, quando realizava minha graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mantendo o hábito de gravar em fitas VHS os filmes brasileiros que a Rede Globo de Televisão transmitia nas madrugadas de segunda para terça-feira na sessão chamada *Intercine Brasil*, em determinada ocasião, acabei por conhecer um filme intitulado *Eu matei Lúcio Flávio* (1979), dirigido por Antonio Calmon. Na trama, o ator Jece Valadão interpretava o policial Mariel Mariscot de Mattos, notório membro do Esquadrão da Morte (EM) carioca. A película explorava a relação conflituosa entre Mariel e o assaltante de carros e bancos Lúcio Flávio Vilar Lírio, que viria a denunciar as ações do Esquadrão na década de 1970. Produzido enquanto um filme-resposta a *Lúcio Flávio – O Passageiro da Agonia* (1977), de Hector Babenco, *Eu matei* esboçava uma breve versão ficcionalizada da história do Esquadrão da Morte carioca, pintado como um grupo incompreendido de policiais que, apesar de certos exageros, possuiria uma autêntica vontade de reprimir o crime. Ainda assim, a obra de Antonio Calmon não se furtava em mostrar sequências nas quais eram expostos os corpos das vítimas do EM, colocados em locais ermos, acompanhados de cartazes com o símbolo do grupo: a caveira com ossos cruzados.

Conhecendo apenas lateralmente o termo “esquadrão da morte”, corriqueiramente associado na linguagem jornalística a grupos paramilitares genéricos da América Latina, o súbito contato com o tema através deste filme me fez buscar mais informações a respeito. Nesse mesmo ano, um amigo e colega de História, Lucas Antunes, percebendo meu interesse, deu-me de presente um livro que se encontrava há anos na posse de seu pai, jornalista aposentado da Associação Brasileira de Imprensa, onde o mesmo recebia os exemplares das obras de jornalistas cariocas, interessados em divulgá-las. Tratava-se de *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?*, publicado em 1971 por Adriano Barbosa, à época editor de Polícia de *O Globo*. Em suas páginas, Barbosa debruçava-se sobre os grupamentos especiais que eram atrelados à Polícia Civil do Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960, e como destes (enquanto fenômeno) teria surgido um grupo de extermínio em 1968, autodenominado Esquadrão da Morte, o qual se tornaria notório pela divulgação pública dos corpos de suas vítimas à imprensa. No entanto, longe de optar pelo EM como tema de meu trabalho de conclusão de curso,

preferi continuar uma pesquisa que então desenvolvia com a assistência de uma bolsa de iniciação científica da FAPERJ, focada no movimento operário na Primeira República. Ainda assim, o Esquadrão continuaria sendo um de meus interesses, passando a reunir dados, recortes de jornal, livros e revistas nos quais o grupo fosse mencionado.

Tratava-se de um *hobby* de colecionador, não tanto instigado pela violência em si, instrumentalizada pelos membros da organização, mas pela relação que estes mantinham com a imprensa. A curiosidade, porém, visaria funcionalidade acadêmica a partir de meu contato com a *Revista de História da Biblioteca Nacional* (RHBN), onde trabalhei na condição de assistente de pesquisa no ano de 2012. Lá, incentivado por colegas de trabalho cujo exemplo seria fundamental, tomei a decisão de realizar uma segunda graduação em Jornalismo, tendo passado na prova de isenção de concurso para a Escola de Comunicação Social (ECO) da UFRJ, já no primeiro semestre de 2013. Nesta época, dei início a um blog sobre crítica de cinema com o nome de *O MacGuffin*, onde resenhei o filme *Eu matei Lúcio Flávio*, e aproveitei para contar um pouco a história do EM, no artigo *A Caveira Original*¹. Mantendo uma relação de afeto e admiração para com a RHBN, aceitei o convite do editor da mesma, Rodrigo Elias, no primeiro semestre de 2014, de escrever um artigo no qual narrasse de forma mais minuciosa a história do Esquadrão. Entre os meses de março e maio, não só revi o conjunto de dados que havia reunido durante cinco anos, como também pesquisei edições digitalizadas de *Última Hora*, *Correio da Manhã* e *Luta Democrática*, a fim de produzir aquilo que veio a ser uma série especial de artigos. Estes foram lançados no site da *Revista de História* em julho de 2014, com o título *A caveira está solta*², abordando os grupamentos especiais de polícia, o Esquadrão de 1968 (e seu impacto no cinema), e o fenômeno dos justiceiros.

Foi a partir da divulgação desta série de textos que optei por abordar o Esquadrão não só em meu trabalho de conclusão de curso na faculdade de Comunicação Social-Jornalismo (onde analisei o debate sobre o Esquadrão no cinema brasileiro), como também ao propor o estudo do mesmo em meu projeto de mestrado, na virada de 2015 para 2016. O problema que despertou minha atenção residia na ação midiática do Esquadrão e naqueles que seriam os agenciamentos de paradigmas narrativos e

¹ Disponível em: <http://omacguffin.blogspot.com.br/2013/05/a-caveira-original-por-alexandre.html> Acessado em: 20/01/2017

² LEITÃO, Alexandre Enrique. “A CAVEIRA ESTÁ SOLTA”. *Revista de História da Biblioteca Nacional* (site). 14 jul. 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140826064110/http://revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-caveira-esta-solta>. Acessado em: 10/12/2017

punitivos produzidos por seus integrantes. Porém, a fim de se apontar mais claramente os pressupostos teóricos da presente dissertação, será necessário esboçar um breve histórico sobre o Esquadrão da Morte.

Em maio de 1968, após aproximadamente dez anos de intensificação do ciclo da violência policial na cidade do Rio de Janeiro, e quatro anos após o golpe que instituiria uma ditadura militar no Brasil, um corpo morto a facadas foi abandonado na Estrada da Barra, zona Oeste do Rio de Janeiro. Deixado de bruços na grama, sua “desova” fora comunicada às redações de jornais cariocas por um indivíduo identificado pelo codinome “Rosa Vermelha”. Nas costas do homem morto jazia um cartaz no qual se lia “Eu era ladrão de automóveis”. Tratava-se de Sérgio Almeida Araújo, envolvido com ladrões de veículos (BARBOSA, 1971, p. 54): a primeira vítima da organização que passaria a se identificar pelo nome Esquadrão da Morte, grupo de extermínio formado por policiais civis, que integraria a crônica policial do Rio de Janeiro nas décadas de 1960, 70 e 80 – ou ao menos, ela é assim apontada por Adriano Barbosa, em seu livro.

Diferente dos grupamentos ditos especiais – dotados de carta branca para combater a criminalidade urbana – e atrelados ao aparato de repressão policial carioca, como o Serviço de Diligências Especiais (SDE), do final dos anos 1950, e mesmo dos grupos de repressão política criados no país durante a ditadura militar, o Esquadrão da Morte caracterizava-se por manter uma relação profícua com a imprensa. Junto a certos veículos jornalísticos, o EM divulgava os locais de abandono dos corpos de suas vítimas (através de supostos “assessores de imprensa” identificados pelos codinomes “Rosa Vermelha”, no Rio de Janeiro, e “Lírio Branco” em São Paulo), nelas pendurando cartazes com desenhos e mensagens, como por vezes o símbolo do grupo: uma caveira com ossos cruzados. Ao EM interessaria divulgar suas execuções, pois dessa forma sua própria existência passaria a ser mediada pelo discurso jornalístico: o uso da violência transporia assim o aspecto físico para se tornar também simbólico. Esse laço profícuo com jornais da época, exemplificado por publicações como *Última Hora*, *A Luta Democrática* e *Notícias Populares*, assistiria na configuração de uma mitologia em torno do Esquadrão, passando a tornar alguns de seus membros conhecidos do grande público, como Mariel Mariscot de Mattos, no Rio de Janeiro, e a esboçar um relato em torno de seu surgimento. Apenas em 1968, seu primeiro ano de existência, o Esquadrão da Morte teria executado 250 pessoas no Rio de Janeiro (COSTA, 2004, p. 379). Tendo sua existência inicialmente negada por operadores da política de segurança pública do regime militar, o EM passaria a ser coibido a partir da publicidade de suas ações na

imprensa estrangeira, no início dos anos 1970. Existindo em uma espécie de interseção entre o aparato policial, a estrutura de repressão política do regime militar e o submundo do crime e da contravenção, sendo denunciado por manter ligações com o tráfico de drogas e o jogo do bicho, o Esquadrão da Morte seria tema de incontáveis matérias jornalísticas, livros e filmes.

A presente dissertação se propõe a analisar, por meio da leitura crítica de mídia e da análise discursiva de matérias jornalísticas (atentando para formatos, estruturas discursivas e elementos textuais e imagéticos), como se configurou a relação do Esquadrão da Morte carioca – em seu primeiro ano de existência (1968) – com o veículo *Última Hora*. A acepção de leitura crítica da comunicação assumida aqui remete-se àquela desenvolvida por Paiva e Gabbay, passando não apenas pelo resgate da “profundidade histórica, mas também por uma reflexão sobre as determinações mercadológicas da produção informacional” (PAIVA e GABBAY, 2009, pp.8-9). Neste sentido, é necessário inserir a escrita e publicação de matérias em torno do Esquadrão dentro de um contexto mais amplo, das condições de produção do jornalismo carioca na década de 1960.

Tendo como base um recorte interpretativo, buscará então se decodificar os signos e os processos de significação atrelados às matérias de *Última Hora* sobre o Esquadrão. A dissertação se valerá, para tanto do levantamento e leitura de todas as notas e matérias publicadas pelo jornal em questão, acerca do Esquadrão, no período que vai de maio (mês em que o corpo de Sérgio Almeida Araújo, primeira vítima do EM, é deixado na Barra da tijuca) a dezembro de 1968. A escolha por este ano específico se deve pelo seu caráter fundador, tanto no que se refere ao *modus operandi* do Esquadrão carioca, quanto à cobertura jornalística realizada sobre a organização. Com esse intuito, também será abordada a história do veículo *Última Hora* e como ele se inseria no panorama da imprensa carioca na segunda metade da década de 1960, valendo-nos para isso de uma discussão sobre o jornalismo popular no Rio de Janeiro do século XX. O Capítulo 1 será, portanto, o espaço no qual, além de se iniciar a análise de conteúdo sobre as matérias formuladas em *UH* sobre o Esquadrão, irá se delinear o histórico de violência policial na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960, além de se desenvolver um debate sobre as narrativas produzidas acerca do EM, a trajetória de *Última Hora* e o jornalismo popular e suas bases discursivas. Nele também figurará um levantamento bibliográfico sobre o tema “Esquadrão da Morte” tanto no campo da comunicação social quanto no da antropologia e da sociologia, o qual será abordado

mais à frente nesta Introdução.

O interesse deste trabalho em torno de *Última Hora* se justifica pelo fato de, desde a década de 1950, o periódico em questão ter se consolidado como um dos mais importantes e inovadores jornais populares do país. *UH* reunia inovações técnicas (em termos redacionais e gráficos) e empresariais, à utilização de fórmulas antigas, como folhetins, colunismo e caricatura, tal qual apontado por Ana Paula Goulart Ribeiro, em seu trabalho acerca da história do jornalismo no Rio de Janeiro dos anos 1950 (2000). Este trabalho será de considerável relevância na realização da presente pesquisa, já que na década de 1950, como aponta a autora, o jornalismo carioca passa, pouco a pouco, a abandonar a posição de lugar de comentário para se tornar “‘espelho’ da realidade” (RIBEIRO, 2003, p. 148). Juntamente com a abordagem de Ribeiro, iremos nos valer das análises de Marialva Barbosa em sua *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000* (2007) e da tese de Carla Siqueira acerca da utilização de uma linguagem sensacionalista por parte de veículos como *Última Hora*, no intuito destes se apresentarem enquanto defensores do povo (2002). Trata-se aqui de avaliar até que ponto a cobertura que este periódico realizou em torno de questões de cunho criminal, tais como assaltos, poderiam operar como justificativa filosófica para a violência policial – ainda que esta também fosse nominalmente denunciada em suas páginas.

A partir deste questionamento, é possível interrogar se a cobertura dada às ações do Esquadrão assistiu na consolidação e reprodução do poder e capital simbólico do mesmo, ao lhe conceder um local de fala privilegiado. No entanto, além de figurarem as análises de Ribeiro, o Capítulo 1 também irá dialogar com as análises de Jesus Martín-Barbero (1997) e de Guillermo Sunkel (2001) sobre o conceito de jornalismo “popular”, e as análises de Márcia Franz Amaral (2005) sobre a figura do sensacionalismo. Pretende-se fazê-lo já que ambas as categorias podem vir a ser instrumentalizadas em definições genéricas sobre um determinado tipo de jornalismo, visto a caracterização do segmento popular da grande imprensa como “sensacionalista” ser “uma percepção do fenômeno localizada historicamente e não o próprio fenômeno” (AMARAL, 2005, p. 2). A necessidade de debater noções como cultura popular (em oposição a uma cultura de elite ou superior) ou sensacionalismo, é ao mesmo tempo questionar porque estas seriam impingidas sobre um determinado veículo, e em que medida elas podem fornecer um arcabouço teórico capaz de assistir na localização de linhas definidoras de um periódico como *Última Hora*. Como atesta Barbosa, citando trabalho de Jesus Martín-Barbero (1997):

É preciso refletir, quando se fala em jornalismo popular sobre as permanências que se manifestam na forma e no conteúdo como se estruturam essas publicações. Tal como destaca Jesus Martín-Barbero, esse tipo de jornalismo delinea a “questão dos rastros, das marcas deixadas no discurso da imprensa por uma outra matriz cultural”. É a partir dessa matriz de natureza simbólica e dramática que são modeladas várias das práticas e formas da cultura popular (1997:246). Há nesse jornalismo a “estética melodramática e dispositivos de sobrevivência e de revanche da matriz que irriga as culturas populares”, como enfatiza Barbero (*op. cit.*: 247). O que permanece interpelando o público é exatamente essa estética, que se metamorfoseia em dramas as agruras do cotidiano dos grupos populares. O que permanece como ênfase nessas temáticas é o exagero, a hipérbole, a descrição densa, a linguagem incisiva. (MARTÍN-BARBERO, 1997, pp. 246-247; In: BARBOSA, 2007, p. 213)

A partir de um debate, desenvolvido no Capítulo 1, sobre as noções de “popular” e “sensacionalismo”, inserido contra o pano de fundo da história de *Última Hora* nas décadas de 1950 e 1960, e do Esquadrão da Morte em 1968, já no Capítulo 2 iremos nos debruçar sobre o problema central desta dissertação: como uma estrutura narrativa migra de um suporte para outro? A partir da percepção de continuidade de elementos estéticos melodramáticos na abordagem e estrutura do jornalismo popular, questionamos se haveria a presença de elementos narrativos e imagéticos de mídias outras como o romance policial, na forma como se deu a cobertura do EM, a partir das próprias escolhas midiáticas adotadas tanto pela organização quanto pelo jornal *Última Hora*. Trata-se de perguntar o que há de específico nas narrativas sobre o EM que nos permitiria afirmar ter havido a contaminação de uma plataforma sobre outra, além de quais seriam as especificidades das narrativas reproduzidas pelas mesmas e como elas permitiriam a construção de um acontecimento enquanto midiático. Irá se buscar, para tanto, a utilização dos estudos de Hans Ulrich Gumbrecht sobre midialidade, literatura e mídia em um cenário pós-moderno (1998). Logo, esta dissertação aborda uma questão de experiência social que se atrela, por um lado, à legitimação da violência policial, e por outro ao aspecto genético-fundador da cobertura exercida sobre a mesma, considerando-se que o Esquadrão não existiria fora do âmbito midiático – estando associado à produção de sentidos sobre a experiência de fenômenos como o da criminalidade urbana.

Sob este aspecto, será intuito desta dissertação identificar, no Capítulo 2, se a manutenção de um relacionamento de proximidade com a imprensa carioca não teria

consolidado, no âmbito do discurso, um processo de construção narrativa da realidade – a partir de um debate teórico sobre a própria noção de estrutura narrativa. Questiona-se se a busca por um contato permanente com jornalistas, norteadas por elementos como a divulgação dos locais de abandono dos corpos de suas vítimas, a utilização de símbolos como o da caveira, e o uso de “assessores” identificados por codinomes, traduziriam o objetivo, talvez consciente do E.M., de ser retratado como integrante de uma trama policial de suspense. Nesta, a seus membros seria resguardada a posição de protagonistas, responsáveis por neutralizar os antagonistas (criminosos comuns e políticos), e encarando questões de segurança pública não como fenômenos sociais e, portanto, coletivos, anônimos e plenos de contradições, mas sim enquanto ações localizadas, efetuadas por elementos considerados maléficos ao corpo social.

A existência e *modus operandi* do Esquadrão atestaria assim para um determinado fenômeno de construção semântica da realidade, sustentado pela dinâmica da oposição entre protagonista e antagonista, iniciada a partir da ruptura de uma ordem encarada como natural (ponto em que se daria início a uma trama). Esta é reconstruída unicamente pela neutralização do antagonista e pela ação redentora do protagonista, reproduzindo assim o esquema narrativo identificado com o gênero do romance, consolidado em fins do século XVIII, como apontado por Umberto Eco em *Seis passeios pelos bosques da ficção* (1994). Tal estrutura narrativa, de acordo com o linguista italiano, teria se disseminado no campo das lutas políticas durante o século XIX, gestando a produção de teorias conspiratórias acerca de processos de câmbio social, cujo mais famoso exemplo talvez seja o dos Protocolos dos Sábios de Sião. Este esquema narrativo teria sido reproduzido, entre outros meios, através do cinema norte-americano e das histórias em quadrinhos, mas também, em certa medida, no jornalismo, em sua busca por identificar “responsáveis” e “culpados”.

No entanto, para que as assertivas de Eco possam ser adequadamente apreendidas no intuito de se analisar a cobertura exercida sobre o EM por *Última Hora*, no Capítulo 2, sua tese acerca da estrutura narrativa do romance será colocada em contato com as conclusões de Muniz Sodré acerca da narrativa e da estrutura do texto jornalístico, presentes em *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento* (2009). Nesta obra, Sodré parte de uma análise sobre as distintas relações práticas entre fato, acontecimento e notícia, em um processo de organização rítmica e valorativa do cotidiano (SODRÉ, 2009, p. 90) no qual a notícia comunicaria algo “a ser *notado* ou *sinalizado* como marca factual de um instante particular” (Ibidem, p. 91), para abordar

quais seriam as diferenças entre a narrativa literária e a narrativa jornalística. Para o autor, ainda que a notícia se defina enquanto um “gênero sociodiscursivo” (Ibidem, p. 138), entre ela e a narrativa literária haveria uma diferença, pois a segunda não deteria o valor de realidade, localizável na primeira. Sodré afirma que a narração é um ato de contar uma estória, apresentando para a mesma uma estrutura semelhante àquela delineada por Eco:

O esquema básico de uma seq ncia narrativa é algo como: situação inicial – complicação – reação – resolução – situação final – avaliação ou moral da história. (Ibidem, p. 204)

O jornalismo enquanto gênero textual disporia da capacidade de escolher entre seguir este modelo, como ao relatar cronologicamente um acontecimento, ou em certa medida desconsiderá-lo, tal qual se atesta no esquema da pirâmide invertida, em que os elementos integrantes de um acontecimento são organizados em ordem decrescente de importância. Além deste ponto, ao passar pela dominância retórica o jornalismo se distinguiria da literatura. Entretanto, Sodré não deixa de ressaltar que são perceptíveis pontos comuns entre ambos, especialmente se considerado o caso específico do romance policial, que além de objetivar prender a atenção do leitor e ser produzido industrialmente, também se assemelharia ao jornalismo através da instrumentalização de elementos como o mito, o herói e a informação. A ficção policial teria ainda surgido do próprio texto do jornal impresso, assumindo a estrutura dos folhetins, produzidos por autores como Charles Dickens, Honoré de Balzac e Machado de Assis. O gênero policial disporia ainda de propriedades *transmidi ticas*, provenientes do fato do mesmo buscar suas especificidades em conteúdos fabulativos e possuir afinidade com formas de expressividade audiovisuais, caso do cinema e da televisão.

No Capítulo 2 também são inseridas as noções de Mikhail Bakhtin acerca de enunciado e gênero de discurso (definido por elementos como estrutura formal, estilo e conteúdo temático), expostas em seu livro *Est tica da criação verbal* (2007). Tal será feito, primeiramente em virtude do reconhecimento, por parte do autor, de que o receptor não é um ente passivo dentro do ato comunicacional, assumindo uma atitude de resposta ao ouvir ou apreender um enunciado – com o estilo do discurso sendo escolhido pelo locutor a partir das concepções e opiniões que este det m acerca do destinatário. Em segundo lugar, será por meio de Bakhtin que se apresentar  a noção de discurso enquanto algo construído histórica e socialmente, tendo como base um diálogo

polifônico de diversos discursos a ele precedentes, concluindo-se que os gêneros discursivos sofrerão mudanças em virtude do momento histórico no qual estão inseridos. Através desta discussão bibliográfica no Capítulo 2, será intuito deste trabalho, questionar em que medida um veículo como *Última Hora*, ao cobrir as ações do Esquadrão, reiterava um paradigma narrativo, atrelado à estrutura do romance policial, ao mesmo tempo em que, ao fazê-lo, poderia operar como receptáculo de um discurso de legitimação da violência policial.

Para além de certos veículos atuarem enquanto anteparo semântico e discursivo à estratégia de divulgação dos atos do EM (que potencialmente lhe assistiria na consolidação de seu poder simbólico), cabe questionar se a divulgação de imagens de corpos mortos, com marcas de tortura, seminus, chancelados por autos de acusação, reproduzidos nas páginas dos jornais, não seria um eco de práticas punitivas ancestrais. Balizadas no suplício e na pena exemplar, estas seriam reiteradas pelos membros do Esquadrão e reproduzidas por parte da imprensa carioca. Este (juntamente com uma análise mais ampla sobre violência) será o objeto do Capítulo 3, onde serão apontadas noções sobre o suplício. Valendo-nos inicialmente de Michel Foucault, iremos apontar sua definição do mesmo enquanto expressão punitiva que tenciona traduzir o poder do soberano nos corpos dos condenados (1987). Sob esta chave, o suplício seria um ritual punitivo, o qual deveria atender à dupla necessidade de ser ostentoso (no que se refere à justiça que o impõe sobre o condenado), e marcante para a vítima que o sofre. Seu caráter público seria essencial não só por atender o imperativo pedagógico de revelar aos súditos do poder real o que estes poderiam sofrer caso transgredissem as leis sociais, mas pela exigência de participação popular no ato: com os presentes, de início, acusando e exigindo a morte do supliciado, e posteriormente prolongando o ritual através da fixação do acontecimento em suas memórias.

Os questionamentos de Michel Foucault serão colocados, no Capítulo 3, ao lado da interpretação do sociólogo José de Souza Martins acerca do fenômeno dos linchamentos no Brasil, a qual talvez possa ser utilizada no que tange às ações do Esquadrão, o qual diferentemente de grupos de extermínio a ele anteriores, se valia da exposição pública e midiática de suas vítimas. Uma conexão entre ambos os fenômenos é possível por meio da seguinte assertiva:

Quando as estrutura social da superfície se rompe, como no caso das violações praticadas fora dos quadros do lícito e regulamentado (...) a sociedade, através desses grupos sociais (linchadores), procura

interpretar o acontecido e a ele reagir com base nas estruturas sociais adormecidas que tiveram sua eficácia um dia, na religião (como nas referências ao sacrifício expiatório no Livro do Levítico, na Bíblia Sagrada, e na tradição da malhação do Judas, uma forma claramente teatral de linchamento; nas Ordenações Filipinas, que nos regeram ou influenciaram por mais de 300 anos, e a legalidade da vingança como reparação em crime de sangue, que reconhecia; ou nas tradições deixadas pelos tribunais da Santa Inquisição, suas atrocidades e suas fogueiras punitivas e desfigurantes. (MARTINS, 2015, p. 84)

Ainda que sejam resguardadas as diferenças entre os grupos de extermínio e as formações de linchadores – produtos de processos e contextos históricos distintos – é possível reconhecer, em ambas, elementos de reiteração de uma lógica punitiva baseada na sevícia do corpo físico, na pena de morte extralegal, e na exposição pública do seviciado. Ainda nos valendo das conclusões de José de Souza Martins, os linchadores seguiriam um conjunto de regras, visões de mundo e procedimento referidos “a uma estrutura igualmente viva, submersa na dominância de regras atuais” (MARTINS, 2015, pp. 83-84). Portanto, continuidades históricas como a sequência de rituais que permeia a condução de um linchamento, ou, no que concerne a este trabalho, a exposição de vítimas em locais públicos – que mesmo ermos, como barrancos ou beiras de estrada, são tornados públicos a partir da presença da cobertura midiática, chamada ao local pelos homens do Esquadrão – poderiam sugerir que:

(...) a estrutura social de referência das condutas e relacionamentos é uma estrutura “em camadas”, sem dúvida de épocas históricas descontínuas, de datas historicamente definidas. (MARTINS, 2015, p. 84)

Já no que tange à reprodução de um discurso de legitimação da violência policial, esta dissertação irá questionar, com maior destaque no Capítulo 3, se este não recebeu uma sustentação mais sólida do que tivera na imprensa carioca até antes do surgimento do E.M. em 1968, o qual teria representado um aumento no número de vítimas de execuções perpetradas por policiais. Este é atestado por algumas das manchetes e chamadas presentes no jornal *Última Hora* no ano em questão: “Polícia não pára de matar deixando pistas à vontade junto ao homem que roía as unhas”³; “Vítima 200+1 do EM”⁴; “Pena de morte proibida vira rotina no Rio”⁵. Cabe nos

³ “VÍTIMA 200+1 DO EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 02 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4498. Acessado em: 10/12/2017.

⁴ Idem.

perguntarmos se o surgimento e atividade do E.M., não teriam assistido na consolidação e normatização de um tipo de cobertura jornalística que tenderia a anunciar, e daí a assistir na sustentação simbólica, de uma estratégia de segurança pública baseada na letalidade.

No Capítulo 3 será utilizada também a pesquisa de David Maciel de Mello Neto (2014) acerca do uso da nomenclatura “Esquadrão da Morte”, pelo enfoque que este deu na mesma à questão da violência. Para o autor, a categoria “Esquadrão da Morte” teria sido fixada pela imprensa carioca, com destaque para o jornal *Última Hora*, na condição de representação coletiva da violência urbana. Sua função seria a de transformar a figura da violência em algo denominado “contra-violência” (MELLO NETO, 2014, p. 112), sendo uma reação de negatividade à violência perpetrada por “marginais” (Idem). Para além de Mello Neto, o Capítulo 3 também figurará um debate com a noção de anomia e ritual presente no artigo *Estrutura social e anomia* (1970), de Robert K. Merton. Para o sociólogo norte-americano, a ineficiência de um indivíduo ou grupo em atingir as metas culturais deles exigidas pelas sociedades em que vivem desencadearia nos mesmos comportamentos de desvio, por meio dos quais visariam se adequar aos valores socioculturais, ainda que para isso se posicionem contrários ao próprio interesse social. Duas das respostas possíveis a esse descompasso seriam o ritualismo, por ele considerado como a tentativa de seguir compulsivamente as regras institucionais, e o uso de certa criatividade comportamental que envolveria o rompimento das normas sociais no intuito de se atingir os objetivos consagrados por essa mesma sociedade (como o acúmulo de bens materiais). Neste capítulo serão também levantadas as análises de Muniz Sodré, expostas em *O Social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia* (1992), as quais nos permitirão debater de forma mais específica a interseção entre os meios de comunicação, o contexto de consumo midiático da segunda metade do século XX e violência.

Ainda que o estudo de Mello figure como parte do debate levantado no Capítulo 3, vale ressaltar que a partir dele também se pode esboçar um quadro sobre os estudos concernentes ao Esquadrão da Morte na academia brasileira, cujo levantamento bibliográfico tanto no campo da comunicação social quanto no da antropologia e sociologia, figurará no Capítulo 1 desta dissertação. No campo da comunicação social,

⁵ “PENA DE MORTE PROIBIDA VIRA ROTINA NO RIO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4508. Acessado em: 10/12/2017.

destacam-se o trabalho de Ana Lucia Silva Enne e Bettina Peppe Diniz (2005) focado especificamente no caso do fictício grupo de extermínio Mão Branca, que marcou as páginas de jornais cariocas, como *Última Hora* e *O Dia* no ano de 1980, e o artigo *Do Esquadrão da Morte à Liga da Justiça: uma genealogia da presença dos grupos paramilitares no jornalismo carioca* (2011), de Kleber Mendonça e Flora Daemon. Enquanto o primeiro está interessado no processo de construção de um mito junto a veículos de imprensa e como é possível perceber marcas de recepção nas estratégias textuais dos jornais analisados, o segundo visa identificar padrões na cobertura exercida sobre os grupos de extermínio.

Já no que tange ao tema junto aos campos da antropologia e da sociologia, é possível falar aqui dos trabalhos de Márcia Regina da Costa, em especial de *Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 60: a constituição do Esquadrão da Morte* (1998), em que a autora localiza na fundação do Serviço de Diligências Especiais (SDE), grupo especial da Polícia Civil do Rio de Janeiro, a gênese do Esquadrão. Há ainda a dissertação de Josinaldo Aleixo de Sousa *Os grupos de extermínio em Duque de Caxias, Baixada Fluminense* (1997), e a tese de José Cláudio de Souza Alves, *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder* (1998). Ainda que ambos assumam a mesma perspectiva de Costa em considerar o SDE como ponto de partida para a análise das origens do Esquadrão, os trabalhos de Sousa e Alves usam o termo “Esquadrões da Morte” como sinônimos de “grupo de extermínio”, interessando-se sobre a dinâmica local destas organizações: Sousa analisa os elementos de sociabilidade identificáveis nos Esquadrões, debruçando-se sobre a formação e origem social de seus quadros (não formados exclusivamente por policiais); enquanto Alves aponta a instrumentalização destes grupos na conformação de redes de dominação política na Baixada Fluminense.

Em outros casos, o Esquadrão foi objeto de livros-reportagem produzidos entre a década de 1960 e 1970, cujos exemplos mais destacados são: *Esquadrão da Morte* (1969), escrito quando do surgimento do E.M., pelos jornalistas Amado Ribeiro e Pinheiro Júnior, ambos provenientes de *Última Hora*; *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?* (1971) de Adriano Barbosa, editor de Polícia de *O Globo*; *Meu Depoimento Sobre o Esquadrão da Morte* (1976), de autoria do procurado Hélio Pereira Bicudo, primeiro a mover processos contra os integrantes do E.M. de São Paulo, na primeira metade da década de 1970; e o romance-reportagem *Lúcio Flávio – O Passageiro da Agonia*, publicado pela primeira vez em 1975 pela Editora Civilização Brasileira. De maneira geral, o Esquadrão da Morte é, nestes livros, objeto de crônicas

jornalísticas, que apesar de esboçarem hipóteses sobre o porquê de seu surgimento, estariam mais interessadas em apresentar ao público uma cronologia de sua atuação no Rio e/ou em São Paulo.

Alguns traços e hipóteses esboçados por seus autores, como o atrelamento das origens da organização a uma espécie de operacionalização da letalidade por parte dos grupamentos especiais de polícia das décadas de 1950 e 1960, como exposto em *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?* (BARBOSA, 1971), seriam assumidas e reproduzidas em obras como *Cidade Partida* (1997), de Zuenir Ventura, a qual irá assistir esta dissertação na conformação do contexto histórico do Rio de Janeiro dos anos 1960.

A partir da arquitetura dos capítulos apresentados, esta dissertação levantará duas hipóteses. Primeiramente, de que a cobertura ostensiva das ações do Esquadrão da Morte no ano de 1968, pelo jornal *Última Hora*, assistiu na construção de uma aura mitológica em torno do EM, responsável por inseri-lo num esquema narrativo sustentado em categorias como “protagonistas”, “antagonistas”, e “trama”. Este tipo de cobertura teria assistido na consolidação de um paradigma semântico de construção narrativa da realidade, tendo sido reproduzido a partir da hibridização de plataformas midiáticas, destacando-se neste caso a influência exercida pelo romance policial e pelas histórias em quadrinho e fotoquadrinhos, como *Killing* (justiceiro/ladrão que se vestia de caveira), sobre o jornalismo produzido por veículos como *UH*. Também se apresentará a hipótese de que a divulgação, através de fotos e da publicação de declarações de membros do E.M., representaria a continuidade de um paradigma punitivo, balizado na pena exemplar, no suplício, na sevícia e exposição pública dos corpos daqueles considerados transgressores de uma determinada ordem social, identificável em um período anterior ao da sociedade disciplinar, apontado por Foucault. Neste sentido, os meios de comunicação de massa (especificamente, jornais impressos como *Última Hora*) constituiriam um espaço público abstrato, que substituiria, por sua vez, a praça pública onde eram expostos os corpos dos supliciados.

Tal se dará a partir da análise discursiva de todas as notas e matérias jornalísticas de *UH* publicadas entre maio e dezembro de 1968, que figurarão nos três capítulos desta dissertação. Cada capítulo contará com um debate bibliográfico e abordagem temática específica, como exposto nesta Introdução: o Capítulo 1, além de delinear o contexto histórico tanto do fenômeno do Esquadrão da Morte quanto do jornalismo popular (e de *Última Hora*), nas décadas de 1950 e 1960, irá apresentar levantamento bibliográfico

concernente ao E.M, além de debater as figuras propriamente ditas do “popular” e do “sensacionalismo” na imprensa; o Capítulo 2 irá debater a estrutura narrativa, questionando em que medida plataformas midiáticas e gêneros textuais distintos podem se influenciar, a partir de trabalhos de Umberto Eco, Muniz Sodré, Hans Ulrich Gumbrecht e Mikhail Bakhtin; o Capítulo 3, tendo como base as conclusões de José de Souza Martins acerca dos linchamentos, debaterá a questão do suplício e da pena exemplar, colocando as mesmas em contato com as teses de Foucault, Muniz Sodré (1992), Robert K. Merton e de David Maciel de Mello Neto, além de delinear qual teria sido o cenário da esfera midiática e da estrutura de segurança pública no Rio após o surgimento do EM, quando nos valeremos de teses de Paulo Vaz acerca do jornalismo policial carioca. As matérias de Última Hora aqui analisadas foram acessadas por meio do repositório digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo⁶.

Esta dissertação se justifica pelo interesse crescente, tanto na academia quanto na sociedade civil brasileira como um todo, pelo tema da violência e da corrupção policiais. Discutir o Esquadrão da Morte e a forma como este foi objeto de coberturas jornalísticas, é reiterar o quão longo é o tema da violência policial, e de que forma este foi abordado no âmbito da cultura, questionando ainda quais seriam os antecedentes históricos de certo discurso de legitimação da violência de Estado reproduzido por veículos jornalísticos. Estudar o EM e seu impacto cultural e discursivo é, portanto, identificar os processos históricos que ajudaram a conformar atuais paradigmas midiáticos e comunicacionais no país.

⁶ Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/uhdigital.

1. ÚLTIMA HORA E POLÍCIA NO RIO DE JANEIRO DOS ANOS 1950 E 1960

No primeiro capítulo da presente dissertação, iremos debater as visões e análises produzidas sobre o contexto da violência policial nas décadas de 1950 e 1960, na cidade do Rio de Janeiro, e como este teria influenciado no surgimento do Esquadrão da Morte de 1968. Para tanto, iremos abarcar os livros-reportagem e testemunhos produzidos por autores como Adriano Barbosa e Hélio Pereira Bicudo, nos anos 1970, quando os Esquadrões do Rio e de São Paulo encontravam-se ainda em atividade. Buscaremos assim identificar se estes relatos, produzidos quando o objeto abordado ainda era uma parte integrante do cenário social brasileiro, teriam influenciado em retratos da época produzidos posteriormente. Nesse sentido, iremos colocar em contato com os autores mencionados, o livro *Cidade Partida*, de Zuenir Ventura, que se propôs na década de 1990, a ser uma crônica do fenômeno da violência na capital fluminense.

Porém, para que a abordagem dessa temática possa deter respaldo teórico, iremos também realizar uma discussão bibliográfica em torno dos trabalhos e autores que estudaram, no âmbito da academia, não apenas a ação do Esquadrão da Morte e outros grupos de extermínio, mas a temática mais ampla da violência policial. Para isso, serão debatidas dissertações como as de David Maciel de Mello Neto (a qual voltará a surgir no Capítulo 3) e Mariana Dias Antonio, além dos artigos de Márcia Regina da Costa, Kleber Daemon, Ana Lucia Silva Enne e Bettina Peppe Diniz – as duas últimas abordaram a cobertura exercida, nos anos 1980, sobre o grupo de extermínio conhecido como Mão Branca. Este trabalho será o primeiro, neste capítulo, a se debruçar exclusivamente sobre a relação de grupos de extermínio com a imprensa, permitindo-nos adentrar em um segundo debate bibliográfico, acerca do que seria a imprensa sensacionalista e, mais especificamente, da história do jornal *Última Hora*. Neste segundo momento, trabalharemos com autores como Jesus Martín-Barbero, e Gunkel, no que tange às figuras do popular e do sensacionalismo no âmbito jornalístico, e com Ana Paula Goulart Ribeiro e Marialva Barbosa – ambas autoras de trabalhos concernentes à história da imprensa no Rio de Janeiro.

Em um último momento, iremos encerrar este primeiro capítulo com o início da análise crítica de discurso em torno das primeiras matérias produzidas em *UH* acerca do Esquadrão. Observaremos como o mesmo foi paulatinamente, no curso do primeiro

semestre de 1968, tornando-se uma das pautas mais presentes no periódico, e questionando quais recursos textuais passaram a ser utilizados na cobertura do mesmo.

1.1 Construindo uma narrativa histórica

Antes de nos debruçarmos sobre artigos e dissertações concernentes ao estudo do Esquadrão, tanto no campo da comunicação quanto no da antropologia e da sociologia, urge abordar os livros produzidos acerca do E.M. ainda nas décadas de 1960 e 1970, quando a organização ainda era manchete (ou ao menos tema de capa) de inúmeros jornais brasileiros. Obras como *O Esquadrão da Morte* (1969), de Amado Ribeiro e Pinheiro Júnior, ambos repórteres de *UH*, e *Lúcio Flávio – O Passageiro da Agonia*, de José Louzeiro, realizadas no formato de grandes reportagens, ou ainda flertando com o jornalismo literário, davam os primeiros sinais de que o tema do Esquadrão não poderia ser abarcado tão somente pela cobertura diária dos periódicos cariocas ou paulistas, exigindo uma análise e um trabalho de pesquisa mais minucioso, afim de identificar as causas de seu surgimento. Nesse sentido, os livros *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?* (1971), de Adriano Barbosa, editor de polícia de *O Globo*, à época de sua publicação, e *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* (1976), de Hélio Pereira Bicudo, primeiro procurador de justiça a processar integrantes do Esquadrão paulista, destacam-se por objetivarem construir uma narrativa histórica, capaz de explicar os antecedentes do Esquadrão carioca e do paulista, respectivamente.

A começar por *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?*, a obra foi produto de Adriano Barbosa, que chegou a exercer a chefia de reportagem de veículos como *O Dia*, *o Jornal dos Sports* e *O Globo*. Conhecido no meio do jornalismo policial carioca desde a década de 1950, quando ajudou a desvendar o caso do Sacopã (a morte de um funcionário do Banco do Brasil, que teria aplicado golpes em meninas ricas da Zona Sul do Rio, cujo corpo fora abandonado na Ladeira do Sacopã, na Lapa⁷), Barbosa visa em *Um Mal Necessário?*, não apenas tecer uma crônica das ações do EM entre 1968 e 1970 – quando a tentativa de execução malfadada do cabeleireiro Jonas Silvério, em Mesquita, teria gerado o indiciamento do primeiro suspeito de integrar o Esquadrão na Baixada Fluminense, o inspetor aposentado João da Silva Coelho (vulgo “Toco de Vela” ou “Coelhão”) – mas teorizar acerca de quais fatores teriam levado ao surgimento do EM. Por conta disso o trabalho de Barbosa torna-se paradigmático ao identificar nos

⁷ “ABI LAMENTA MORTE DE ADRIANO BARBOSA”. Disponível em: <http://www.abi.org.br/abi-lamenta-morte-de-adriano-barbosa/> Acessado em: 05/05/2017

grupamentos especiais criados no interior da Polícia Civil da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1950, os antecessores imediatos do Esquadrão, ao operacionalizarem a letalidade policial como instrumento de repressão à criminalidade urbana. Especificamente, Barbosa localiza no Serviço de Diligências Especiais (SDE), criado em 1958 pelo General Amaury Krueel, então chefe de polícia do Distrito Federal, o primeiro exemplo de um grupo de policiais com a ordem de “matar bandidos considerados de alta periculosidade e irrecuperáveis” (BARBOSA, 1971, p. 31). Dirigido pelo inspetor Eurípedes Malta de Sá, Barbosa afirma que o SDE seria “impenetrável à imprensa” (Idem), possuindo uma relação discreta e pouco aberta com os jornais cariocas. O autor objetiva assim estabelecer uma dicotomia entre a relação mantida pelo E.M. com a imprensa a partir de 1968 (valendo-se mesmo de um “assessor” que informava as ações do grupo às redações cariocas), e a inexistência de uma, no que tangia ao SDE. Porém, o próprio Barbosa indica que a falta de um diálogo não inviabilizava a cobertura das ações do SDE, que teria sido o primeiro recipiente do apelido “Esquadrão da Morte” (Idem), a ele imputado por jornalistas cariocas. Vale ressaltar que o nome “Esquadrão” foi utilizado por repórteres e redatores para identificar o Serviço de Diligências Especiais (à revelia do mesmo – até onde sabemos), sendo, portanto, diferente do grupo surgido em 1968, que assumiu para si essa alcunha.

Outro dado de relevo na narrativa esboçada por Barbosa reside na atenção especial, por ele dada, à morte do inspetor Milton Le Cocq, em uma troca de tiros com o assaltante Manoel Moreira, conhecido como “Cara de Cavalo”, em agosto de 1964. Para o autor, o inspetor em questão, e a equipe que com ele atuava na Delegacia de Vigilância, teriam consistido em sucessores do SDE, após a extinção do grupo em 1959. Esta, de acordo com Barbosa, teria ocorrido em decorrência da morte acidental de Edgar Faria de Oliveira, motorista da TV Tupi, por inspetores do Serviço, em uma tentativa de emboscar os participantes de uma roda de jogo ilegal no Morro de São João. Ainda que os quatro policiais acusados de participações no homicídio tivessem sido absolvidos posteriormente (entre eles encontrando-se o detetive Eurípedes Malta de Sá, figura de destaque do SDE), a “tarefa de caçar bandidos” (Ibidem, p. 37) teria passado a outras delegacias, entre elas a de Vigilância, “onde se agrupavam policiais chamados ‘da pesada’” (Idem). É neste instante que surge pela primeira vez na obra uma das teses de Barbosa acerca do que definiria a existência do Esquadrão da Morte, sendo relevante por se encontrar presente em obras como *Cidade Partida*, de Zuenir Ventura:

De fato, o crime do morro de São João ficou como um marco final daquilo que se conheceu oficiosamente como Esquadrão da Morte e que, no âmbito administrativo da polícia carioca se denominava Grupo de Diligências Especiais. Como executores de bandidos, com missão específica de matar, nada mais se soube existir na polícia. Mas o Esquadrão da Morte apenas se extinguiu como grupo. Passou a ser a mentalidade de matar, que extravasou os limites da polícia, passando a denominar carrascos clandestinos, matadores de aluguel, grupos de execução sumárias, compostos de policiais ou não, como uma sociedade assassina secreta, a serviço de todo tipo de interesses ou até mesmo na luta contra o crime. (Ibidem, pp. 36-37)

Este é o primeiro instante que se dá o uso da palavra “mentalidade”, instrumentalizada por Barbosa como categoria explicativa, em sua tentativa de analisar os antecedentes do E.M. Destacam-se neste parágrafo alguns elementos, entre eles: o descolamento da instituição policial tanto de uma órbita administrativa mais ampla (por exemplo, questionando qual seria a conjuntura do Estado brasileiro na década de 1950, e como este se valeria da violência enquanto método de resolução de conflitos e tensões sociais não só através da polícia, mas também das forças armadas) quanto de um contexto histórico mais distante em termos temporais (ao sugerir que o aparecimento do EM em 1968, teria sido a consequência de um processo iniciado pouco mais de dez anos antes, o texto deixa de tentar constituir uma história das forças policiais brasileiras e de seus procedimentos, deixando de considerar que a conformação das mesmas – paralela à das forças armadas – e o uso da letalidade por parte destas, talvez pudesse ser localizado em períodos anteriores ao da década de 1950), e a tentativa de associar o fenômeno da violência policial à expressões de violência localizadas no âmbito da sociedade civil brasileira, explicitada na referência a “carrascos clandestinos, matadores de aluguel, grupos de execução sumária, compostos por policiais ou não” (Idem).

Devido ao recorte temporal do autor resumir-se às décadas de 1950 e 1960, os eventos posteriores ao desmantelamento do SDE recebem por ele atenção especial. Tal se expressa por meio da estrutura episódica do livro, focado em eventos que pudessem assistir na defesa da tese de Barbosa. Entre estes se encontram relatos referentes à Baixada Fluminense, como o caso da morte sistemática de mendigos (cujos corpos eram jogados no Rio da Guarda) realizada durante o governo de Carlos Lacerda (1960-1965), em parte conduzida, de acordo com o autor, por “funcionários da Delegacia de Mendicância” (Ibidem, p. 106), com o intuito de que “a cidade não tivesse mau aspecto

nas festas do IV Centenário” (Ibidem, 107)⁸. Porém, destaque especial recai sobre a morte de Milton Le Cocq, responsável pela eclosão de uma caçada humana a “Cara de Cavalo”, e pela subsequente fundação de uma organização com a finalidade de “manter viva a lembrança e o exemplo” (Ibidem, p. 47) do inspetor, intitulada Scuderie Le Cocq. Barbosa enfoca, por meio deste acontecimento, em eventos que denotariam a paulatina disseminação da prática de execuções sumárias junto à polícia. Tal estaria exemplificado no capítulo 3 do livro (*Le Cocq – Tempo de vingança*), em que Barbosa relata a investigação em torno da captura de Cara de Cavalo, apresentando a figura do detetive Perpétuo de Freitas, descrito pelo autor como “pegador de bandido vivo, o homem que desfez o mistério do mais audacioso assalto até então, no Brasil, o do trem pagador⁹” (Ibidem, p. 43). Descrito por Barbosa em termos que qualificariam o investigador como um homem inteligente e equilibrado, interessado em evitar a morte de policiais em uma vingança institucionalizada, Barbosa distingue os métodos de Perpétua, criando uma dicotomia entre ele e os inspetores interessados na execução de Cara de Cavalo:

Perpétuo liderava outra facção policial. Seus métodos eram diferentes, tinha muitos informantes nos morros e gostava de trabalhar sozinho. Na onda passional que alucinava a polícia, seria um impacto desconcertante a entrada de Perpétuo com o matador do Gringo pela mão, numa delegacia ou no gabinete de um juiz. A caçada não era para isto. Cara de Cavalo estava condenado à morte e só morto seria trazido do esconderijo. (Ibidem, p. 44)

Ao descobrirem a informação de que Perpétuo estaria na favela do Esqueleto, com o intuito de localizar e render Cara de Cavalo, de acordo com Barbosa outros inspetores teriam ido ao local para dissuadi-lo da ideia. Após uma discussão tensa, Perpétuo acabou baleado e morto por Jorge Galante, um colega inspetor. Em outubro, o próprio Cara de Cavalo foi localizado e morto com dezenas de tiro de metralhadora, na localidade de Saco de Fora, em Cabo Frio, por um grupo de execução do qual “só

⁸ Tratou-se da Operação “Mata-mendigos” (CALDAS, 2004, p. 256), que tencionava eliminar os moradores de rua do estado da Guanabara e jogar os corpos dos mesmos no Rio da Guarda, às vésperas da vinda da rainha Elizabeth II, do Reino Unido, ao Rio de Janeiro. Mais de dez indigentes teriam sido torturados e mortos nesse processo, de acordo com dados da agência EFE, expostos em matéria do portal de notícias *GI*: “FILME BRASILEIRO DENUNCIA MASSACRE DE MENDIGOS NOS ANOS 60”. *GI* (site). 20 nov. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Cinema/0..MUL1386321-7086.00-FILME+BRASILEIRO+DENUNCIA+MASSACRE+DE+MENDIGOS+NOS+ANOS.html>. Acessado em: 10/12/2017.

⁹ O assalto ao trem pagador da Central do Brasil, foi efetuado por cinco homens mascarados, armados de metralhadoras e revólveres, no dia 14 de junho de 1960, às 08h30 da manhã, no km 71 da estrada, próximo à Estação de Japeri. O trem transportava o pagamento de mil ferroviários dessa e de outras estações. No assalto, um funcionário da ferrovia foi morto, Francelino Paulino Correa, e doze milhões de cruzeiros foram roubados. O assalto viraria tema do filme *Assalto ao trem pagador* (1962), de Roberto Farias.

policiais participaram” (Ibidem, p. 46). A morte de Le Cocq ganha assim, na obra de Barbosa, contornos proféticos, não só por apontar o quão longe membros da polícia estariam dispostos a ir para vingar colegas, mas por ter tido como consequência final, a fundação da já mencionada Scuderie Le Cocq, que segundo o autor:

Foi inspirada num artigo de David Nasser, intitulado “Dez por um”, em que o repórter cobrava a vida de dez bandidos por um policial morto. Nasser foi escolhido presidente de honra. Como distintivo, a caveira, duas tíbias cruzadas e a inscrição E.M., mesmo emblema do Esquadrão Motorizado da Polícia Especial, a que pertenceram Le Cocq e a maioria de seus companheiros, transferidos para a polícia civil ao extinguir-se a PE. (...) Por todas as circunstâncias e, sobretudo, pela marca E.M. de seu distintivo, a escuderia passou a ser confundida como Esquadrão da Morte. Além de tudo, entre os homens de proa do grupo, havia conhecidos caçadores de bandidos. (Ibidem, pp. 47-48)

Destaca-se aqui a tentativa de Barbosa em evitar uma associação direta entre os membros da Scuderie e o Esquadrão da Morte, mesmo com a admissão do próprio autor que entre os membros da Scuderie haveriam “caçadores de bandidos”. Porém, *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?* também se destaca junto às obras referentes ao tema do E.M. por apresentar uma narrativa das ações do grupo no ano de 1968. De acordo com o autor, a primeira vítima do Esquadrão naquele ano teria sido o ladrão de carros Sérgio Almeida Araújo, vulgo Sérgio Gordinho, cujo corpo fora deixado, na madrugada do dia 6 de maio de 1968 na Estrada da Barra. A localização do mesmo havia sido comunicada às redações de jornais cariocas por um indivíduo identificado pelo codinome “Rosa Vermelha”. O corpo de Araújo se encontrava com as mãos amarradas e um grosso fio de nylon dependurado em seu pescoço – usado para seu estrangulamento – além de um cartaz no qual se lia: “Eu era ladrão de automóveis” (Ibidem, p. 54). A última informação que se tinha sobre Gordinho, antes da desova de seu corpo, era a de que ele estaria implicado no roubo do carro de um policial: Mariel Mariscot de Mattos, descrito por Adriano Barbosa como “bastante conhecido em Copacabana como caçador de marginais” (Idem). Após este fato, outros corpos continuaram a aparecer em locais públicos nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro – estes passaram a ser denominados “presuntos” pelos porta-vozes do Esquadrão, cuja presença em determinado local era sempre anunciada à imprensa.

Pouco mais de uma semana depois do aparecimento do corpo de Sérgio Gordinho, “Rosa Vermelha” telefonou mais uma vez às redações do Rio e apontou para

a localização de um novo corpo, abandonado sobre o banco de uma praça em Bonsucesso, bairro da Zona Norte carioca. Tratava-se de um homem moreno. Sobre ele via-se o desenho de uma caveira com ossos cruzados, colocada sobre a sigla “E.M.”, e a seu lado duas inscrições, nas quais se liam “A caveira está solta” e “Os próximos serão Flávio Vilar (referência ao assaltante Lúcio Flávio Vilar Lírio), Nijini Vilar e Fernando C.O.”, todos eram acusados de participação em roubo de veículos (Ibidem, p. 55). No decorrer deste capítulo, Barbosa reitera como o abandono de corpos seviciados em espaços ermos era acompanhado por uma ostensiva cobertura jornalística, que se tornava normativa no que tangia à existência midiática do Esquadrão. Porém, para o autor, a multiplicação de vítimas teria significado também a utilização do Esquadrão como culpado preferencial de mortes que talvez não tivessem sido causadas pelo mesmo:

O crime vedetizado abriu campo às vinganças e punições entre quadrilhas. A mentalidade de matar avançava contra a lei. Tudo era esquadrão: bicheiros em disputa de pontos, traficantes em guerra de mercado, quadrilhas em luta no roubo de automóveis, bandidos em duelo. (Ibidem, p. 56)

Tal abordagem reforça a tese do autor de que o Esquadrão teria representado um sintoma de certa “mentalidade”, responsável pela normatização da violência e da letalidade no contexto das atividades criminosas no espaço urbano brasileiro, por ele reiterada já no final da obra:

O Esquadrão da Morte nasceu da inconsciência de poucos, viveu e cresceu da indiferença de muitos, na solidariedade pela omissão (...). No começo era um grupo; depois foram muitos. No final, estes degeneraram-se em uma mentalidade assassina. (Ibidem, 153)

Percebe-se mesmo uma tentativa de reduzir a responsabilidade das forças policiais neste processo, cuja suposta intenção positiva original é ressaltada por Barbosa. Para ele os Esquadrões da Morte, então já associados ao crime organizado no início da década de 1970, teriam em seus primórdios, respondido a frustrações presentes no interior da própria polícia:

A matança, que perdeu a capa de sentença extra-lei contra grandes bandidos, chefões de quadrilha de assaltantes a mão armada ou de “big-shots” dos tóxicos, pra tornar-se desenfreada, não há dúvida de que nasceu da insatisfação de agentes da lei. Cruzando sempre com os mesmos homens perigosos, que entram e saem das cadeias com o desembaraço de quem vai e volta de um cinema, os caçadores de criminosos da polícia agruparam-se para fazer lei a sua moda. (...) Das falhas do sistema nasceram os justiçaadores. Logo, surgia o crime à

imagem e semelhança da sociedade que o gerou. Fora da lei, à margem dos princípios de administração, o grupo justicador alastrou-se, deu acesso a toda sorte de vingadores, acalentou o sadismo e a revolta de qualquer um. Desfigurou-se, perdeu o controle de si mesmo e se multiplicou em bandos de matadores. (Ibidem, pp. 156-157)

Cabe questionar em que medida as conclusões do autor não estariam reproduzindo justificativas e certas narrativas legitimadoras propagadas pelo próprio EM, as quais serão abordadas em maior minúcia no curso desta dissertação. No entanto, o resumo histórico definido por Barbosa se verá reproduzido em trabalhos posteriores, tanto os de cunho acadêmico, como aqueles voltados ao grande público. Em certa medida distinto é *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* (1976), livro de Hélio Pereira Bicudo, primeiro Procurador Geral do Estado a investigar as ações do EM, publicado pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, já em um momento de abertura política do regime militar. Ainda que o livro de Bicudo (escrito em primeira pessoa) foque nas ações do Esquadrão da Morte de São Paulo, sendo uma descrição da sua atuação à frente da investigação e processo contra os integrantes do EM paulista, a obra frisa a associação do Esquadrão com o “Poder Político”, como exposto em seu prefácio, escrito pelo jornalista Ruy Mesquita (MESQUITA, Ruy, In: BICUDO, 1976, p. 9). No capítulo *Os objetivos deste depoimento*, o autor ressalta que a dificuldade em reprimir o Esquadrão residira mesmo na sua instrumentalização por parte da ditadura:

Um livro sobre o “Esquadrão da Morte” e sua atuação em São Paulo, muito embora os fatos já se tenham afastado no tempo, é de conteúdo, sem dúvida, polêmico. Vai daí que, após muito meditar, resolvi transmitir a minha experiência na luta contra os policiais que, num dado instante se arvoraram em árbitros da Justiça, e praticaram toda uma variada gama de delitos e se envolveram em todas as formas de corrupção. Talvez ela seja útil, encerrada em documento que tenta retratar um episódio que transbordou dos limites puramente policiais e judiciários para atingir nítidos contornos políticos. E foi justamente por este último motivo que a luta travada contra o “Esquadrão da Morte” foi bastante árdua e permite uma conclusão pessimista quanto aos seus resultados. É que em São Paulo, os principais implicados nos crimes do “Esquadrão” passaram a atuar no campo da polícia política, integrando o sistema de segurança, ao qual transmitiram suas técnicas de ação. E, com isso, transmudaram-se ao ver de não poucos, em autênticos heróis nacionais, intocáveis pela Justiça. Inversamente, os que se dispuseram a apontar os crimes por eles cometidos, inspirados inicialmente e depois acalentados por um governador e por um secretário de Estado inebriados pelo Poder, passaram a ser classificados como inimigos do regime e como tal tratados (Ibidem, p. 21)

Ainda que a assertiva do autor de que os membros do E.M. teriam sido heroicizados a partir da associação dos mesmos com a repressão política consista em um juízo de valor, persiste o dado de que o mesmo identifica na cumplicidade política do executivo estadual, o elemento-chave para a existência da organização. Entretanto, ainda que a atenção conferida às funções de repressão política do Esquadrão destoe do trabalho de Adriano Barbosa, ambos os textos se encontram na caracterização que produzem em torno do E.M. Nas duas obras, em certos momentos, dá-se ênfase a seu *modus operandi* e mesmo a um discurso de autolegitimação propalado pelo grupo – que localizaria em uma legítima frustração por parte de agentes de Estado, com relação à impunidade de supostos bandidos, o germe fundador do Esquadrão:

Sucedia que a criminalidade em São Paulo vinha num crescendo impressionante, e a Polícia Civil, sem meios adequados, estava sendo vítima da própria fraqueza de seus dirigentes. As dissensões nos quadros policiais tinham resultado numa total desarmonia entre as duas principais corporações, a Civil e a Militar ou militarizada. Em termos realistas isto traduzia-se no quase aniquilamento da primeira pela segunda. Alguns policiais, no desejo de manter o prestígio da Polícia Civil, resolveram, sem medir consequências, dar corpo às estatísticas de eficiência através da eliminação pura e simples de marginais, contando para isso com o apoio da cúpula da instituição e até mesmo do Governador do Estado. Os primeiros casos começaram a surgir em fins de 1968. A princípio, não se falava em “Esquadrão da Morte”, expressão que, no entanto, haveria de ganhar cada vez mais ênfase e publicidade com a multiplicação das execuções. Embora me limitasse, então, a tomar conhecimento de tais sucessos pela leitura dos jornais, alguma coisa me alertava para esta verdade evidente: estava ganhando corpo a institucionalização de um grupo de assassinos dentro dos quadros da polícia de São Paulo. (Ibidem, pp. 24-25)

Note-se mesmo no trabalho de Bicudo a presença da imprensa na descrição dos crimes do Esquadrão, demonstrando que para falar do grupo tornava-se necessário ao menos mencionar a relação que este mantinha com veículos jornalísticos. Bicudo chega a sugerir que por trás do porta-voz paulista do Esquadrão (que se denominava “Lírio Branco”) talvez “se escondessem várias pessoas, desde delegados e investigadores até jornalistas policiais” (Ibidem, p. 24). Antes mesmo de se iniciar o texto de Bicudo, uma Introdução à obra, assinada por seus “Editores” (Ibidem, p. 18), apresenta o contexto e sintetiza as ações do E.M. paulista, afirmando que:

Os jornais estampavam, diariamente, comunicados, de um macabro *public relations* do “Esquadrão da Morte”, dando conta de fuzilamentos de marginais na periferia da cidade, à margem das grandes rodovias. (Ibidem, p. 16)

Os trabalhos de Barbosa e Bicudo ganham maior relevância ao percebermos como as explicações por eles construídas tiveram duração longa, sendo localizáveis em obras como *Cidade Partida* (1997), de Zuenir Ventura. Escrito após a chacina de Vigário Geral, em agosto de 1993, quando policiais militares integrantes de um grupo de extermínio mataram 21 moradores da comunidade. *Cidade Partida* é uma tentativa de entender a questão da violência urbana no Rio de Janeiro a partir de suas dicotomias sociais, sendo o produto de um período de dez meses, durante os quais seu autor frequentou o local. No entanto, ainda que o foco da obra (ganhadora do Prêmio Jabuti 1995 de Melhor Reportagem) recaia sobre a questão específica de Vigário Geral, Zuenir Ventura tenta esboçar na mesma um histórico do fenômeno da violência urbana no Rio de Janeiro no século XX, usando para tanto a estrutura narrativa definida por Adriano Barbosa, na década de 1970 – a ela somando questionamentos de cunho político que não se encontram necessariamente presentes em *Esquadrão da Morte: um Mal Necessário?*. Para Zuenir Ventura, dentro de um quadro de aumento dos índices de roubo na cidade do Rio de Janeiro, em finais da década de 1950, a resposta do governo federal e da administração municipal teria sido a adoção de uma política conflitiva e belicista. Esta seria executada pelo Departamento Federal de Segurança Pública, órgão então dirigido pelo general Amaury Krueel, que exercia a chefia da Polícia. Diante do aumento das ocorrências de roubo, o general Krueel, pressionado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, cria, em 1958, o Serviço de Diligências Especiais, que se propunha a ser um grupo de elite da Polícia Civil (VENTURA, 1997, p. 34). É chamativo o fato de que além de apontar para a pressão de um grupo social específico na criação do SDE (no caso, aquela exercida pela Associação Comercial), o autor não deixa de iniciar sua obra localizando na fundação do mesmo, um ponto de partida para a análise do fenômeno da violência policial. Ventura ainda se distingue de Barbosa ao descrever o quadro de trinta funcionários do grupamento especial, como integrado por policiais envolvidos em processos de “suborno, extorsão e estelionato” (Ibidem, p. 35).

O autor, porém, coincide com Barbosa, ao afirmar que as execuções conduzidas pelos homens do SDE logo lhes renderiam o apelido de “Esquadrão da Morte”, conferido pelos jornais cariocas (VENTURA, 1997, p. 35). Tal qual o editor de *O Globo* asseverara em sua obra, vinte anos antes da publicação de *Cidade Partida*, Zuenir Ventura reconhece que os inspetores lotados no Serviço de Diligências Especiais dispunham de carta branca para executar assaltantes, pois, como afirmara o general

Kruel, se fosse preciso, autorizaria o “extermínio puro e simples dos malfeitores” (Ibidem, p. 34). Ventura ainda confere atenção especial ao escândalo de corrupção que envolveu a gestão de Kruel à frente da chefia de polícia da cidade do Rio de Janeiro, sugerindo que corrupção e violência policiais seriam fenômenos paralelos. Denunciado pelo jornalista Márcio Morel na revista *Mundo Ilustrado*, por possuir nove “caixinhas” de dinheiro de propina (jogo do bicho, drogas, cassinos clandestinos, abortos, lenocínio, ferro-velho, cartomantes, hotéis e economia popular), e sendo alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito movida pela Câmara dos Deputados, o general Kruel foi removido da chefia de polícia do Rio de Janeiro (Ibidem, p. 50).

O autor de *Cidade Partida* relata ainda que, como forma de demonstrar sua própria força política, Kruel decidiu despedir-se do Departamento Federal de Segurança Pública, sendo “carregado nos ombros” por comissários, detetives e delegados, sob uma chuva de pétalas de rosa (Ibidem, p. 50). Na ocasião, o detetive Eurípedes Malta de Sá, que se encontrava detido na carceragem do SDE, saiu da cadeia para prestar as homenagens ao chefe que partia (Ibidem, p. 52). Note-se aqui o enfoque dado a uma imagem hipócrita e galhofeira, que passa a ser associada no livro da década de 1990 com os supostos homens duros da lei. Processo semelhante é identificável na obra de Ventura quando esta se propõe a falar de Milton Le Cocq. Descrito como um agente já então lendário nas fileiras da Polícia Civil, pelo uso que fazia da violência e pela fama de durão, para o autor, Le Cocq teria se tornado efetivamente um “paradigma” (Ibidem, p. 42) junto à memória da polícia carioca por suas ações e frases de feito, como: “O bandido que atira num policial não deve viver” (Ibidem, p. 45).

Acerca da morte de Le Cocq, Ventura não se furta a dela tirar certa aura de *glamour*, apontando quais teriam sido as causas do tiroteio que tirou a vida do inspetor de polícia. O autor afirma que “Cara de Cavalo” mantinha um esquema de chantagem sobre os pontos do jogo do bicho localizados em Vila Isabel, exigindo o pagamento compulsório de proteção para que não roubasse os mesmos, onde anotadores mantinham guardado o dinheiro das apostas (Ibidem, p. 38). Pedido por um bicheiro para que ele tomasse providências, a fim de cessar com a “extorsão exagerada” de “Cara de Cavalo” (Ibidem, p. 44), Le Cocq teria decidido caçar o criminoso, acompanhado de outros policiais da Delegacia de Vigilância. Ao colocar como pano de fundo da perseguição de Le Cocq a Manoel Moreira o pedido feito por um bicheiro, Ventura descreve um cenário em que a linha entre as instituições de segurança do Estado e

organizações criminosas possuiria caráter tênue, conformando uma rede de alianças e aproximações distante de uma dicotomia clara entre heróis e vilões. Não deixa de se constatar, entretanto, que a literatura produzida em torno do Esquadrão da Morte entre as décadas de 1960 e 1990 (levando-se em conta os distintos contextos de produção dos livros aqui apresentados), tendeu a enfatizar certos elementos comuns: a hipótese do surgimento do grupo estar atrelado à fundação de grupamentos especiais como o SDE; o fato de seus integrantes se verem protegidos da repressão ora por uma convivência filosófica identificável em amplos setores da sociedade (como sugere Barbosa), ora pela cumplicidade ativa de segmentos do Estado que se beneficiam das execuções e métodos do Esquadrão (como sugere Bicudo); a suposição de sua eclosão em fins dos anos 1960 estar associada a um aumento de tensões perceptível no seio da polícia civil (argumento de Barbosa e Bicudo) e mesmo no interior de uma sociedade desigual (tese de Ventura); e o fato de sua atuação ser marcada por uma crescente associação com veículos jornalísticos (indicando que o EM possuiria uma existência midiática). Estes traços comuns, somados, especificamente nas obras de Bicudo e Barbosa, à opinião de que, em um momento inicial, os Esquadrões da Morte teriam consistido em reações de membros da polícia diante do que seria uma impunidade sistêmica, propuseram perguntas e questionamentos. Em relação a estes, trabalhos de antropologia, sociologia e comunicação se posicionaram, objetivando compreender o EM junto a fenômenos mais amplos, como o papel da violência na estruturação da sociedade e do Estado brasileiros.

1.2 O Esquadrão como objeto de análise social

Entre os trabalhos citados, encontram-se artigos da Prof^a de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) Márcia Regina da Costa. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Costa pesquisa violência urbana, tendo estudado o fenômeno do movimento dos “carecas do subúrbio” em sua tese (1992). Em seu artigo “1968: O Esquadrão da Morte em São Paulo”, publicado no livro *Sociedade, cultura e política: ensaios críticos* (SILVA, Ana Amélia da; CHAIA, Miguel, 2003), a autora, ao contextualizar histórica e socialmente o Esquadrão paulista, assume a narrativa presente em trabalhos como os de Hélio Pereira Bicudo e Adriano Barbosa. Dessa forma, Costa encontra na gênese do EM paulista, seu congênere carioca, e mais do que isso, identifica como precedentes existenciais do grupo não só o Serviço de Diligências Especiais, como também a operação de

extermínio de moradores de rua no estado da Guanabara, no início dos anos 1960, e as ações e circunstâncias que envolveram a morte de Milton Le Cocq.

Em termos analíticos, entretanto, Costa se vale de categoriais próprias para interpretar os sentidos sociais do Esquadrão da Morte. Estes são por ela definidos nos seguintes termos:

Esquadrão da Morte foi o nome dado a grupos de policiais que, entre os anos 50 e 60 – com beneplácito de membros do poder executivo, do legislativo, do judiciário, de parte da sociedade civil e, após 1964, com apoio de integrantes do regime militar instalado em nosso país –, formaram grupos de extermínio e passaram a atuar em alguns dos estados do Brasil. Em São Paulo, esse grupo iniciou suas atividades em 1968. Postulo, no presente texto, que a conduta delinquente do Esquadrão da Morte contribuiu para articular as diversas práticas ilegais existentes na época, como no caso de extorsão, jogo, prostituição, roubo de carros e tráfico de drogas. Assim, o Esquadrão, em suas diversas facções, atuou para colocar a violência urbana brasileira em um novo patamar. (...) As vítimas da fúria homicida do Esquadrão incluíam pequenos delinquentes, traficantes, assaltantes, havendo também pessoas que foram assassinadas pelo simples acaso de estarem nas proximidades do local das execuções ou, então, por conhecerem os executados. Mas, gradativamente, os membros do Esquadrão também se envolveram com as quadrilhas e passaram a vender proteção para alguns desses criminosos. (COSTA, In: SILVA; CHAIA, 2003, pp. 369-370)

Costa não deixa também de frisar que um dos traços definidores do Esquadrão residia no uso que este fazia da figura do “relações públicas” (Ibidem, p. 370), que tanto no Rio quanto em São Paulo seria responsável por comunicar aos “jornais o local onde estavam os corpos dos assassinados e os motivos que os teriam levado a tal execução” (Idem). Nesse sentido, a autora define a relação que o E.M. manteria com a imprensa a partir da espetacularização da violência:

Assim, por exemplo, alguns jornais e revistas da década de 1970, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, divulgavam os homicídios do Esquadrão como verdadeiras execuções públicas e celebravam a morte como espetáculo. Em muitos casos, ainda, a imprensa sensacionalista acabava fabricando bandidos “perigosos” para serem devidamente perseguidos e mortos pela polícia. (...) Jornais como *Última Hora*, *A Luta Democrática*, *O Dia*, *Notícias Populares* faziam sucesso utilizando o binômio sexo e crimes para atingir as camadas populares da população. (Ibidem, p. 374)

Costa vale-se ainda dos conceitos de massa apresentados por Elias Canetti em sua obra *Massa e poder* (1995), para definir não apenas o Esquadrão, mas a própria cobertura dos veículos de imprensa que o tinham como pauta principal. Citando Canetti,

a autora identifica o EM como uma “malta de guerra” (CANETTI, 1995, p. 99, In: COSTA, In: SILVA; CHAIA, 2003, p. 371):

Para o autor, a malta “é a forma que assume a excitação coletiva” (Ibidem, p. 93). Aliás, para a malta de guerra não importa quem na verdade é o morto, pois só importam a sua morte e a crença de que ele pertence ao grupo, e, como tal, ele é o abatido pelos supostos inimigos. Uma das características dessa malta é que, ao ir para a guerra, ela na verdade objetiva o saque (Ibidem, p. 139). Portanto, conforme desenvolverei nas páginas seguintes do presente texto, os membros do Esquadrão, enquanto uma malta de guerra também objetivaram o saque. E a guerra contra o crime, por ele travada, escondeu o intuito da busca do ganho ilícito auferido pela proteção e pela extorsão aos traficantes de drogas e aos praticantes de outros tipos de delito. (Idem)

À “malta de guerra” do Esquadrão, que objetivaria o lucro, corresponderia uma segunda figura, a da “massa de acossamento”, que Costa sintetiza como “aquela que se forma com o objetivo de matar” (Ibidem, p. 376). Sendo convocada pelos detentores do poder político afim de que esta assista a uma execução pública – pensada como estratégia para conter o crescimento da mesma. Trata-se assim de uma forma de desviar as atenções dos indivíduos que compõe determinado corpo social, oferecendo-lhes vítimas e demonstrações públicas de violência, no intuito de desmobilizá-los politicamente. Costa justifica esta interpretação contrapondo o momento de eclosão dos Esquadrões da Morte com o de consolidação da oposição ao regime militar;

Penso que, principalmente em fins dos anos 60, autoridades e representantes do governo militar, ao sancionarem as atividades do Esquadrão, também agiram com o intuito de deter o crescimento da massa e assim aliviar os focos de tensão política que poderiam futuramente se voltar contra o governo. Afinal de contas, esse período assinalou o aumento da oposição política ao regime instalado através do golpe militar de 1964. (Idem)

A autora opta por ressaltar, que ao se definir este processo, diversos veículos de imprensa teriam a função instrumental não apenas de divulgar as ações do Esquadrão, mas de assistir na construção de uma atmosfera de medo. Costa frisa que no final da década de 1960, apesar dos índices de homicídios na cidade de São Paulo “girarem em torno de cinco casos por grupo de cem mil” (Ibidem, p. 380), jornais e revistas adotariam uma cobertura focada no aumento da criminalidade, abordando temas como assaltos, sequestros-relâmpagos e homicídios, concluindo que, no ano de 1968:

Os crimes do Esquadrão e de outros bandidos, as ações espetaculares dos guerrilheiros urbanos misturaram-se no noticiário dos jornais, na

cobertura sensacionalista de parte da imprensa e, principalmente, no imaginário de parcela da classe média e da elite. Isso, sem dúvida, serviu para reacender o medo e o sentimento de insegurança vivido por esses grupos sociais. (Ibidem, p. 381)

Uma perspectiva historicamente mais ampla do fenômeno do Esquadrão da Morte está presente na pesquisa de David Maciel de Mello Neto, em sua dissertação “*Esquadrão da Morte*”: *genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957-1987)*, defendida em 2014. O autor pesquisa a distinção de nomenclatura entre “esquadrão da morte” e “grupo de extermínio”, indicando como a imprensa carioca e fluminense, no curso de quase três décadas, teria, num momento inicial, desenvolvido e propagado a primeira e posteriormente assumido a segunda, a partir de agenciamentos e ações políticas ocorridos na década de 1980. Neste sentido, *Última Hora* teria exercido papel relevante, valendo-se da alcunha “Esquadrão da Morte” para definir “Grupos de ocasião (...) montados temporariamente para aprender algum assaltante, contrabandista ou preso fugitivo” (MELLO NETO, 2014, p. 25), desde o começo da década de 1960. Para o autor, o “Esquadrão da Morte” consistiria assim não em uma:

(...) simples palavra, mas uma categoria. Contudo, diferente das categorias de entendimento humano, (tempo, espaço, quantidade, qualidade, etc), universais ao que se poderia chamar de espírito humano, “Esquadrão da Morte” é específica aos indivíduos de dado contexto. No caso, o Rio de Janeiro da segunda metade do século XX. Uma manifestação particular, poderíamos dizer. Pode, portanto, ser encarada a título de representações coletivas: imagens, conceitos, noções, julgamentos de valor apriorísticos, enfim, representações partilhadas por grande número de pessoas que vivem em conjunto. O fato de serem partilhadas, por sua vez, é o que possibilita o consenso acerca do cotidiano, a formação de solidariedade nas relações, a demarcação das linhas que separam e unem, afastam e aproximam indivíduos, dando forma à sociedade.” (Ibidem, p. 37)

Sob este prisma, a categoria “Esquadrão da Morte” assistiria em um processo definidor (localizado histórica e socialmente) de “critérios morais pelos quais se avalia algo em ‘bom’ ou ‘mau’, ‘certo’ ou ‘errado’” (Idem). Para Mello Neto, a categoria em questão teria passado por um processo de pluralização dos referentes, sendo inicialmente identificada apenas junto ao SDE, e posteriormente utilizada para designar supostas “facções” do Esquadrão, como os grupos de extermínio, *Killing*, *Baleia*, e *Morcego*, na década de 1970 (Idem). A disseminação da categoria teria sido efetuada pela imprensa, frisando que o “principal porta-voz da categoria nos seus dois primeiros anos é o *Última Hora*” (Idem), passando depois por um processo de

“Fantasmagorização” (Ibidem, p. 39), no qual o “‘Esquadrão da Morte’ passa a ser um sujeito espectral, a quem se atribui homicídios com determinadas categorias” (Ibidem, p. 40).

Para o autor, o uso mais disseminado do termo “grupo de extermínio” por veículos de imprensa, percebido em seu levantamento de matérias jornalísticas produzidas na década de 1980, teria ocorrido paralelamente à ação de movimentos sociais como: o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR); o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP); a Comissão Diocesana de Paz da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a Anistia Internacional; e as comissões especiais da Polícia Civil de combate ao Esquadrão da Morte, formadas em 1970, 1983 e 1987. Estas e outras entidades, operando em um cenário já posterior à abertura do regime militar, promoveram passeatas, eventos e publicações, voltadas para a denúncia dos grupos apontados, a exigência de proteção a testemunhas e a cobrança de soluções por parte das autoridades públicas. Para Mello Neto, os movimentos e ações apontadas “podem ser compreendidas como agências de problematização social” (Ibidem, p. 47). Nesse aspecto, a categoria “Esquadrão da Morte”, desde sua primeira encarnação em fins dos anos 1950, até a década de 1980, teria representado também um câmbio na forma como a violência policial seria interpretada no âmbito da imprensa e da sociedade civil: de um instrumento legítimo de combate à criminalidade (ainda nos anos 1950), quando as ações dos grupos especiais constituiriam uma espécie de “contra-violência” (Ibidem, p. 148) em relação à violência perpetrada por criminosos, a categoria passaria a definir um método de assassinato, disseminado em diversas regiões do Brasil, na década de 1970, sendo dotada de negatividade após o fim do regime militar, quando se denunciaria a participação de Esquadrões da Morte no extermínio de crianças e adolescentes.

O trabalho de Mello Neto se destaca também por apontar a auto identificação de Amado Ribeiro, repórter policial de *Última Hora*, como pioneiro na utilização do termo “Esquadrão da Morte” para caracterizar policiais que deteriam carta-branca para executar supostos criminosos considerados irrecuperáveis (Ibidem, p. 106). Entretanto, o próprio autor frisa que as primeiras ocorrências da categoria “Esquadrão da Morte” aparecem primeiramente em *O Globo* e no *Correio da Manhã*, referindo-se à Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão Armada (TVRAMA), só passando a figurar em *UH* – acerca do mesmo grupo – no ano seguinte (Ibidem, p. 110). Mello Neto

esclarece que a TVRAMA era o efetivo nome do grupamento liderado pelo inspetor Eurípedes Malta de Sá, existindo dentro do Serviço de Diligências Especiais (Ibidem, p. 25). A opinião do repórter Luarlindo Ernest Silva, que trabalhou no jornal *Última Hora* entre 1958 e 1965, em entrevista concedida a essa pesquisa no dia 28 de dezembro de 2017, também se aproxima da assertiva de Mello – e ao abordar o tema dos ‘Esquadrões da Morte’, também produz sua própria narrativa em torno da ação dos grupos de extermínio no Rio de Janeiro:

Quer dizer, ele (Amado Ribeiro) usava esse termo, mas não foi o criador, o esquadrão da morte surgiu bem antes, ainda na época da capital federal aqui no Rio, e foi se espalhando pelo país afora, mas aqui no Rio teve mais badalação e funcionava muito mais. E esse termo “Esquadrão da Morte” depois ele foi para “polícia mineira”, que era até a milícia, mas que surgiu como “esquadrão da morte”, virou “polícia mineira”, e passou a ser EM, esquadrão motorizado, com a Scuderie Le Cocq, passou a ser também esquadrão da morte. De “esquadrão motorizado” virou “esquadrão da morte”. Aí (vieram) grupos como o China, que queriam fazer justiça com as próprias mãos, ou afim de dinheiro, de interesses escusos. Como é que é aquela? Um grupo que ficou famoso, que foi criado na *Última Hora*, o “Mão Branca”, que foi criado na redação da *Última Hora*. A polícia federal na época no Rio, não tinha polícia estadual na época, só federal, é a que abrigava a maioria dos policiais do “esquadrão da morte”, o famigerado Malta da polícia federal, foi lembrado pelos mais antigos da imprensa, que sabiam dessa “chefia” – entre aspas – do policial Malta da polícia federal, e era o cara que comandava tudo. Mas sempre denegrindo a coisa toda porque eles descambavam. Contrabando, prostituição, o tráfico era pequeno mas contribuía na caixinha, o lenocínio, os hotéis, a contravenção, o jogo do bicho, sempre funcionaram juntos. Eu lembro até de uma história que o Magalhães Pinto¹⁰, que era governador de Minas Gerais, uma vez ele reclamou: “Os jornais do rio ficam falando de ‘polícia mineira’, todo mundo é ‘polícia mineira’, eu quero saber como é que eu vou arranjar dinheiro para pagar a ‘polícia mineira’, porque é muita gente”. Já que era um dos maiores quadros de policiais do país, tudo era “polícia mineira”. É o que hoje é a “milícia”. Virou “milícia”, mas o “Esquadrão” foi criado quando o Rio ainda era capital da República. Degringolou, e tem até hoje, não parou nunca mais.

Já a dissertação de Mariana Dias Antonio, *O Sensacionalismo no jornal Última Hora-RJ: Sinais e Ícones do Esquadrão da Morte (1968-1969)* (2017) destaca-se junto

¹⁰ José de Magalhães Pinto (1909-1996), governou Minas Gerais entre 1961 e 1966, período durante o qual foi um dos principais articuladores civis do golpe de 1964. Posteriormente seria Ministro das Relações Exteriores do regime militar (1967-1969), além de Senador (1971-1979) por Minas Gerais.

à bibliografia apresentada neste presente trabalho por envolver a pesquisa sistemática de *UH* em um período semelhante àquele aqui abarcado e, sobretudo, por representar uma análise contínua das fotografias utilizadas nas matérias produzidas acerca do EM questionando escolhas como enquadramento. Para a autora, a fotografia, longe de ser a reprodução automática de imagens, configuraria uma “linguagem estruturada de formas e significação produzidas pelas interpelações objetivas e subjetivas do fotógrafo” (DIAS ANTONIO, 2017, p. 18). Levando isto em consideração, Dias Antonio se propõe a analisar as diferentes maneiras nas quais o Esquadrão foi apresentado por *UH*, valendo-se para tanto de “elementos que alteram, reorientam, enfatizam ou suavizam um ou mais aspectos” (Ibidem, p. 21). Em suas conclusões, a autora salienta:

Com base nas análises realizadas sobre as notícias do Esquadrão da Morte, evidencia-se certa estabilidade no teor sensacionalista das notícias ao longo do tempo, seja através da escrita ou dos elementos visuais (especialmente a fotografia). As escalas de planos, tamanho de fontes, disposição de colunas e escolha dos assuntos fotografados auxiliam na produção deste efeito. (Ibidem, p. 213)

O uso da categoria “sensacionalista” por parte da autora requer que se problematize a mesma, porém, para além deste dado, apontado por Dias Antonio como um dos traços definidores de *UH*, sua dissertação salienta que a ênfase do periódico em fotografias talvez se desse por necessidades mercadológicas, associadas ao leitor presumido de *Última Hora*. Afinal, ainda que a escrita utilizada no jornal não fosse condizente com os “parâmetros de alfabetização e capacidade de leitura das classes menos abastadas da época” (Ibidem, 212), este elemento seria compensado por uma diagramação mais limpa (considerando-se o espaçamento e o tamanho das tipografias), e pela utilização de fotografias.

Vê-se dessa forma uma relação simbiótica entre o EM e parte da imprensa da década de 1960, enfatizada pelos trabalhos até agora mencionados, e que é problematizada em maiores detalhes por pesquisas como a de Ana Lucia Silva Enne e Bettina Peppe Diniz. No artigo *O ‘Caso Mão Branca’ na imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística, ficção e fluxo do sensacional* (2005), as autoras apontam como a cobertura realizada por veículos como *Última Hora* em torno do fenômeno dos grupos de extermínio, passados mais de dez anos desde a realização dos primeiros comunicados à imprensa por parte do Esquadrão, continuavam sendo pautados por um “universo narrativo do jornalismo, em especial o sensacionalista” (ENNE; DINIZ, 2005, p. 1). Mesmo três décadas após a fundação do jornal por Samuel Wainer, o mesmo continuava

tendo um conteúdo “predominantemente sensacionalista, com destaque para matérias policiais e *fait divers*, construídas em tom melodramático e com forte apelo popular” (Ibidem, p. 8), isto em um contexto no qual *UH* se encontrava em crise, com perda de público-leitor e de anunciantes. Neste contexto, de acordo com as autoras, no ano de 1980, *UH* teria dado início à criação de um “personagem de ficção” (Ibidem, p. 9), no caso um suposto “justiceiro” cognominado Mão Branca, que seria responsável por diversas execuções na região da Baixada Fluminense, as quais seriam comunicadas à imprensa e a delegacias de polícia pelo próprio. Por sua vez, os comunicados de Mão Branca seriam produzidos em discurso direto, o que constituiria uma estratégia de “legitimação da voz” (Ibidem, p. 10). Para as autoras, a cobertura feita por *Última Hora*, e seu concorrente, o jornal *O Dia*, em torno de Mão Branca:

Trata-se de uma composição clássica na narrativa ficcional: a disputa maniqueísta. A imagem que se constrói é a de um justiceiro anônimo, que se sacrifica em nome de ideais e que, como uma pessoa do povo, não suporta mais sofrer sem fazer nada. (...) Neste sentido, pelo que já apuramos, “Mão Branca” teria sido um sucesso de público, fazendo com que as vendas dos jornais, em especial do *Última Hora*, aumentassem muito. Assim, a criação de um mito, que passa a ser incorporado como verdade e legitimado através de matérias em vários jornais, não serve para suscitar discussões sobre o extermínio, mas para legitimá-lo, como também buscaremos demonstrar. (Ibidem, p. 11)

Além de se verem ecos do *modus operandi* do Esquadrão na forma como o personagem “Mão Branca” foi constituído (especialmente no que concerne a um suposto contato ostensivo com repórteres), o processo de retroalimentação simbólica entre os grupos de extermínio e a imprensa dita sensacionalista da época se veria representado pelo fato de grupos de extermínio reais passarem a utilizar “a assinatura ‘Mão Branca’ para suas práticas de assassinato” (Idem).

Essa proximidade entre grupos de extermínio e meios de comunicação é objeto de análise no artigo *Entre a lei e a execução: uma genealogia dos grupos de extermínio na imprensa carioca* (2011), de Kleber Mendonça e Flora Daemon. Este trabalho aproxima-se em larga medida dos objetivos da presente dissertação ao apontar como a exposição dos corpos das vítimas do EM possuiria uma função pedagógica semelhante àquela da pena exemplar, associando também a cobertura efetuada sobre o mesmo com “os estereótipos clássicos das narrativas ficcionais sobre policiais e criminosos, ou (...) sobre os ‘heróis do povo’ contra os ‘homens maus’” (MENDONÇA; DAEMON, 2011,

p. 4). Mas para além disso, os autores se destacam por ressaltar como a aproximação entre jornalistas e policiais, perceptível nas décadas de 1950 e 1960, teria contribuído para a naturalização do fenômeno da violência de Estado:

Talvez por conta da falta de distanciamento crítico entre a figura que, em tese, teria o dever de fazer cumprir a lei e aquela cujo ofício seria a prestação de serviço público por meio da notícia, seja possível perceber uma naturalização de discursos violentos que, também nos anos cinquenta, estavam em desacordo com os códigos legais: “O delegado Werther Lôso, de Nilópolis, um dos comandantes da caçada -monstro aos quadrilheiros, afirmou ontem à reportagem de Última Hora que vai fuzilar sumariamente o malfeitor e seu bando”([Inserido na nota de rodapé do artigo]: Jornal Última Hora, 04 de outubro de 1961. Reportagem intitulada “A ordem da polícia é uma só: atirar para matar o ‘Mineirinho’”. O trecho mencionado é parte da retranscrição “Vamos matá-lo”.) (Idem)

Havendo considerado a relevância de *Última Hora*, na configuração de uma narrativa em torno do Esquadrão da Morte, faz-se necessário abordar a história deste veículo e como sua junção de inovações técnicas e discursivas, como o uso ostensivo de fotografias, a procedimentos jornalísticos de procedência antiga (como denunciamento social e um linguajar hiperbólico), ajudou a definir a cobertura que este deu ao EM em 1968.

1.3 O jornal *Última Hora* nas décadas de 1950 e 1960

Fundado oficialmente em 12 de junho de 1951 pelo jornalista Samuel Wainer, a trajetória de *Última Hora*, um dos mais marcantes periódicos da história do Brasil, começa alguns anos antes desta data. Em 1949, quando transitava pelo estado do Rio Grande do Sul, o repórter, que já havia atuado como correspondente do jornal *O Globo* quando de seu exílio no Chile, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), e sido dono de um veículo de mídia (a revista *Diretrizes*, fundada em 1938), realizaria uma entrevista com o ex-presidente Getúlio Vargas. Rompendo o silêncio para com jornalistas, Getúlio anunciava a Wainer: “Eu voltarei” (BARBOSA, 2007, 169), dando assim uma declaração que seria veiculada pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, nos quais Wainer se encontrava empregado como repórter. De acordo com declarações posteriores, fornecidas pelo entrevistador, após esse primeiro encontro, ele e Getúlio passariam a travar relações mais íntimas, “selando uma aliança” (Idem). A partir do que seria a aproximação ideológica entre Vargas e Wainer, *Última Hora* teria se constituído enquanto um contraponto de tendência getulista ao posicionamento dos

jornais hegemônicos da época, homogêneos em sua oposição às bandeiras defendidas pelo político gaúcho.

Nesse sentido, *UH* teria tentado, em seus vinte primeiros anos (até a periclitante situação financeira do jornal ter levado à sua venda, em 1972), mesclar uma linha editorial distinta daquelas até então identificadas com periódicos de grande circulação – concatenada com bandeiras supostamente reformistas e nacionalistas – com a disputa por um público-leitor de caráter popular. Em depoimento dado na década de 1980, Wainer definiu nos seguintes termos o projeto editorial de seu jornal:

Tanto no Rio como em São Paulo, a mensagem de *Última Hora* foi sempre uma só: a mensagem getuliana. Em primeiro lugar, nacionalismo – foi o tempo das grandes campanhas herdadas da ‘O petróleo é nosso’, da siderurgia, do minério; em segundo lugar, reivindicação social, a defesa do melhor nível salarial, maior justiça salarial; em terceiro lugar, luta pela democracia, pela liberdade contra o fascismo; em quarto lugar, atendimento aos mitos populares: futebol, espetáculo, tudo aquilo que representava vinculação com o povo, especialmente na área do espetáculo, da literatura etc., mas politicamente era um jornal nacionalista, um jornal de vocação, vamos dizer, patriarcal, do ponto de vista da assistência social, e um jornal antifascista. Tecnicamente, usava o esporte, a veiculação dos mitos populares, do show e, em última instância, a emoção humana que é a polícia. (WAINER, S. In. GOLDENSTEIN, 1987: 46; In: MELO, W. F.; MACEDO, R. G., 2008, p. 6)

A fala de Wainer dialoga com elementos presentes no trabalho *História cultural da imprensa no Brasil – 1900-2000*, de Marialva Barbosa (2007). Para a autora, referir-se à *UH* é referir-se também a “vários discursos míticos” (BARBOSA, 2007, p. 168), produzidos em torno do jornal tanto pelos profissionais que participaram de sua construção quanto pelo próprio Wainer. Entre estes se encontraria a noção de que, por ter sido fundado por um jornalista, *Última Hora* seria o único veículo de sua época capaz de valorizar os profissionais de imprensa, além de revolucionar o cenário técnico do campo, introduzindo inovações e se constituindo no jornal “mais popular de seu tempo” (Idem). Além de representar talvez o melhor exemplo das relações de proximidade mantidas pela imprensa com o poder político. No entanto, a autora frisa que esta imagem produzida em torno de *UH*, ainda que considere o impacto representado pelo mesmo no jornalismo brasileiro, deixa de levar em conta que o mesmo se inseria em um contexto produtivo, do qual *Última Hora* poderia extrair inspirações. Ainda que os veículos de maior circulação, contemporâneos da fundação de *UH*, estivessem “atrelados à tradição familiar de uns poucos nomes” (Ibidem, p. 171) –

caso do *Jornal do Brasil* – desde muito antes da criação do periódico por Wainer, jornalistas como Mário Rodrigues já teriam criado jornais populares, que também seriam responsáveis por conquistar um público “diversificado e expressivo” (Idem).

Já no que se refere às inovações técnicas, não raro *Última Hora* é associado a novas práticas editoriais e uso ostensivo de imagens. Parte da memória coletiva desenvolvida em torno do jornal atrela-o ao amplo uso de cores (ainda que este estivesse restrito às primárias e a suas combinações imediatas) e fotografias em suas páginas, e a uma “diagramação mais agradável à leitura” (MELLO NETO, 2014, p. 85). A estas características, se somaria a veiculação de folhetins (gênero literário oriundo de período anterior do jornalismo, remetendo-se a publicações do século XIX) caso de *A vida como ela é...*, de Nelson Rodrigues (Idem), e de charges e caricaturas, muitas vezes carregadas de conteúdo político (MELO, W. F.; MACEDO, R. G., 2008, p. 8). Porém, não se tratava de *Última Hora* constituir-se em um periódico responsável por apresentar métodos inéditos no Brasil, mas de representar, juntamente com jornais como *Tribuna da Imprensa* (fundado em 1949), o *Jornal do Brasil* e o *Diário Carioca*, após as respectivas reformas gráficas destes dois últimos em 1956 e 1950, uma fase de modernização junto à imprensa do país. Tal é o tema da tese de doutorado de Ana Paula Goulart Ribeiro, *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50* (2000). Nela, a autora questiona em que medida as transformações testemunhadas no fazer jornalístico da época teriam de fato representado rupturas radicais com modelos anteriores.

Para Ribeiro, a década de 1950 teria trazido uma série de mudanças para o jornalismo carioca. No âmbito administrativo, teria havido a alteração de seus modelos empresariais, visando a uma maior “racionalização do processo de produção e circulação da matéria jornalística” (RIBEIRO; In: BASTOS, MOREL, FERREIRA (orgs.), 2006, p. 427). Em termos técnicos teriam ocorrido também mudanças no que tange a aspectos editoriais, visuais e redacionais. Influenciada por um modelo jornalístico norte-americano, a imprensa carioca teria se posto a produzir “novos padrões de produção discursiva, autonomizando-se em relação às esferas literária e política” (Idem), passando a incorporar “o ideal de objetividade” (Idem). Tratou-se da chegada de um tipo de jornalismo, caracterizado pela profissionalização de quadros e pela modernização organizacional, linguística e editorial. Mas, se por um lado as reformas gráficas e textuais identificáveis nesse ciclo concederam autonomia ao campo jornalístico (em relação aos meios políticos e literários) e o transformaram em um local

de fala privilegiado, constituindo discursivamente a experiência do real – transformando-se no enunciador, por excelência, da “verdade dos fatos” – por outro, este processo não teria se dado de maneira homogênea ou passiva, encarando à sua frente resistências e adaptações. Afinal, a própria autora aponta como:

A afirmação da hegemonia da informação objetiva não significou a eliminação do espaço opinativo, literário ou mesmo ficcional no interior dos jornais. Ao contrário, os lugares dedicados a esses gêneros discursivos foram revalorizados. As crônicas e as colunas assinadas, por exemplo, receberam grande impulso, conformando-se definitivamente como gêneros jornalísticos. (Idem)

O que se deu, em essência, foi a separação mais clara entre o que o jornal considerava informação “objetiva” e “opinião pessoal. Para além desse ponto, um novo conceito de fotojornalismo se consolida, baseado no “flagrante” e no “instante” (Ibidem, p. 428), assim como o estatuto profissional do jornalismo, que deixa de ser uma “ocupação provisória” (Idem), ainda aglutinada com o setor literário e o político, para ter uma identidade própria, sedimentada em questões salariais, sindicais, jurídicas e éticas. Porém, em sua tese, Ribeiro também aponta em que medida o caso de *Última Hora* teria também sido diferenciado – em comparação com outros veículos responsáveis por modernizar a linguagem do jornalismo carioca na década de 1950. Em parte isso se deu porque Samuel Wainer, ao mesmo tempo:

(...) inovou (na diagramação, no uso de cor e de fotografia, no conteúdo redacional e nas estratégias administrativas) e ressuscitou fórmulas antigas (como o folhetim, a caricatura e o columnismo), que haviam em outras épocas, garantido o sucesso de muitas publicações. (RIBEIRO, 2000, p. 123)

O projeto gráfico de *UH*, na década de 50, era formado por uma equipe de especialistas liderada pelo paraguaia, radicado na Argentina, Andrés Guevara, que já havia trabalhado na renovação gráfica dos jornais *A Manhã* e *Crítica*, na década de 1920. Porém, como frisa a autora:

Essas renovações gráficas anteriores foram, no entanto, tímidas, não chegando a modificar o sistema tradicional de produção industrial dos jornais. A decisão final quanto ao tamanho das matérias e clichês e a escolha da tipografia a ser empregada ainda cabia ao secretário gráfico. Foram somente as reformas de 50 – tanto de *UH* quanto a do *JB* – que mudaram radicalmente as relações entre oficina e redações. Só a partir de então é que a unidade tipográfica conseguiu impor-se. Os jornais anteriormente, seguiam um certo padrão de visualidade, mas não existia a diagramação propriamente dita. (Ibidem, p. 124)

Tendo sido, nas palavras de Ribeiro, “extremamente inovadora” (Ibidem, p. 125), ao ressuscitar a fórmula dos folhetins, a qual perdera força no jornalismo brasileiro desde os anos 20 (Idem), *UH* conseguiu atrair para sua redação o que havia de melhor no jornalismo brasileiro a partir do pagamento de altos salários (Idem). À frente da editoria de política ficou Medeiros Lima, as reportagens populares foram passadas a Daniel Caetano, Francisco de Assis Barbosa e Edmar Morel, e a editoria de esporte contava com nomes da família Rodrigues: Nelson, Irene, Paulo e Augusto (Ibidem, pp. 125-126). Porém, Última Hora também se destacava por seu posicionamento político, claramente favorável a Getúlio Vargas. Ribeiro salienta que o incentivo de Getúlio à ideia de Wainer abrir um jornal era pautada pelo interesse do primeiro em “romper a ‘conspiração do silêncio’ que se armara contra ele” (Ibidem, p. 121) por parte da imprensa. Afim de efetivamente produzir *Última Hora*, Wainer teve de efetuar duas operações financeiras distintas: adquirir a empresa gráfica Érica do *Diário Carioca*, ação que foi financiada conjuntamente pelo banqueiro Walter Moreira Salles, pelo presidente do Bando do Brasil e membro da elite paulista Ricardo Jafet, e pelo empresário e presidente da Confederação Nacional da indústria Euvaldo Lodi (Idem); e criar a Editora Última Hora S.A. No entanto, para modernizar o equipamento da Érica, então bastante obsoleto, Wainer ainda precisou obter um empréstimo de 26 milhões de cruzeiros com o Banco do Brasil, obtendo também a absorção da dívida desta junto à Caixa Econômica Federal pelo BB (Idem). De sua primeira sede, na Avenida Getúlio Vargas, altura da Praça Onze, o jornal se caracterizou, desde o seu surgimento, como um:

(...) polo de irradiação do pensamento nacionalista, funcionando como um elo de ligação entre Getúlio e a população. Segundo o próprio Wainer, o jornal era “o intérprete, muitas vezes, de decisões do governo que o povo não entendia” (CPDOC). (Ibidem, pp. 122-123)

Em virtude disso, o jornal não só exerceu um importante papel na história política brasileira, tendo sido o “pivô” (Ibidem, p. 123) da crise de 1954, como acabou sendo visado pelas forças político-partidárias antigetulistas. Nas palavras de Ribeiro:

A reação dos “barões da imprensa” não tardou. A conspiração do silêncio foi quebrada, mas contra a *UH* uniram-se todos os interesses que se sentiram ameaçados. Moveu-se contra Wainer e o seu jornal a maior campanha de que se tem notícia na história da imprensa brasileira. O que desfechou esse movimento contra o jornal foi exatamente o fato de ele ter tido êxito e apresentar uma perspectiva de expansão muito grande. A medida que *UH* crescia industrialmente e se fortalecia politicamente, a luta aumentava. (Ibidem, p. 128)

Por “êxito” Ribeiro refere-se ao fato de, em pouco tempo, *Última Hora* ter se consolidado como um dos jornais mais bem-sucedidos do Rio de Janeiro, logo após seu lançamento. Tendo penetração em todas as classes sociais na época, mesmo sendo voltado preferencialmente para as classes populares (Ibidem, p. 126), em apenas seis meses de existência *UH* atingira a tiragem de 50 mil exemplares, vendendo, já em um ano, 100 mil exemplares às segundas-feiras (Idem). Sua edição vespertina começou a disputar, em pouco tempo, com *O Globo*, o primeiro lugar em tiragens na capital da República (Idem). A rápida ascensão de *UH* somada a seu discurso político favorável a Getúlio Vargas a tornariam objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada em 1953, e proposta pelo deputado udenista Armando Falcão (Ibidem, p. 129). Esta se propunha a investigar as práticas financeiras da empresa, tendo realizado 44 reuniões públicas, no curso de 90 dias e submetendo Samuel Wainer a um inquérito de 180 perguntas (Idem). Ao seu término, a CPI não conseguiu levantar elementos que pudessem balizar um pedido de *impeachment* de Getúlio Vargas, concluindo pela “existência de irregularidades nas transações de crédito do Banco do Brasil com as empresas jornalísticas em geral, e não exclusivamente com as do grupo Wainer”¹¹ (CPDOC). Porém, a campanha contra *UH* não cessaria depois disso. Em 1964, após o golpe militar, Samuel Wainer é obrigado a fugir do país e exilar-se na Europa, o que dará início a um contínuo processo de declínio de *Última Hora* nos anos seguintes, o qual virá a ser vendido em 1972 a um grupo de empreiteiros (ROUCHOU, 2004), encerrando um período marcado por intensas pressões econômicas e políticas contrárias ao jornal. Ana Paula Goulart Ribeiro chega a salientar que, já em um momento de concentração dos veículos de mídia, simultâneo ao recrudescimento do regime militar, a falência de *Última Hora* teria se devido a “perseguições políticas” (RIBEIRO; In: BASTOS, MOREL, FERREIRA (orgs.), 2006, p. 433).

A percepção da manutenção de certa liberdade profissional na redação de *UH* mesmo durante a estada de Wainer no exílio (período em que se daria a cobertura das ações do Esquadrão da Morte de 1968), pode ser atestada a partir de depoimentos distintos: o primeiro de Luarlindo Ernesto Silva, que atuou em *Última Hora* entre o final dos anos 50 e início dos anos 60; e o depoimento do jornalista José Alves Pinheiro Júnior, referente ao período da segunda metade da década de 1960 – tendo trabalhado no periódico por dezessete anos. Luarlindo descreve sua passagem por *UH* nos

¹¹ “CPI DA ÚLTIMA HORA”. FGV-CPDOC (site). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/CPIUltimaHora>. Acessado em: 10/12/2017.

seguintes termos – abarcando tanto a experiência como funcionário da empresa quanto a atuação como repórter policial em um período de consideráveis limitações técnicas:

Em 58 o Samuel Wainer tinha acabado de reformular à maneira dele a imprensa no Brasil. Ele começou a valorizar o profissional. Que na época ser jornalista era um emprego de bico, normalmente funcionários públicos e advogados trabalhavam como jornalistas. Era um bico. Então o Samuel começou a trazer gente de peso, nomes de peso da imprensa brasileira. Começou a trazer as colunas, daí surgiram os colunistas. Ele inventou inclusive o jornalismo da alta sociedade, o que o Ibrahim Sued ia ser depois no *Globo*, ele inventou com o Jacinto de Thormes. Era o Maneco Müller, codinome Jacinto de Thormes. Jantou até com a rainha da Inglaterra. Entre as figuras expoentes, havia Nelson Rodrigues, Moacir Werneck de Castro, até o que eu tive a honra de dividir a mesa, barão do Itararé. Só tinha cobra. No jornalismo policial principalmente o jornal investia muito. Não esquecendo a política. O jornal foi feito para ajudar Getúlio Vargas. Mas as áreas policial e esportiva eram importantes na empresa naquela época. Eu fui pra lá para começar a conhecer os meandros da profissão aos 14 anos de idade e de madrugada, eu entrava à meia-noite e ia embora cinco e meia, seis horas da manhã. Sempre na área policial, que era aonde o jornalista começava. Nessa época o Samuel ficava na redação, nas duas edições, a matutina e a vespertina, para fechar dois jornais. Sem internet e com a telefonia muito precária. E o Samuel resolveu que em cada principal capital do país o jornal teria uma sucursal com rotativa, para bastecer o noticiário regional. E existia o *telex*. A gente, além de aprender a fazer reportagem, aprendia a fazer o jornal. O cara saía de lá e era melhor que na faculdade, que na época não existia. Eu me especializei na área policial nessa época. E somente passei a trabalhar durante o dia, no período diurno, depois de 1962, de 58 a 62 eu ficava de madrugada. O telefone era o meu grande amigo. Você ligava para todas as delegacias do Rio, mas a Baixada e Niterói, antes da fusão do estado do rio com a Guanabara, e áreas onde haviam demoras de duas ou três horas para completar uma ligação. Às vezes você para ligar até para Madureira tinha duas horas de demora, para Baixada e Niterói era a mesma coisa que ligar para São Paulo, era um horror. E a gente tinha que estar atualizado. Só que nós tínhamos várias fontes de informações, por causa dos bons repórteres da época, a maioria já morta ou aqui no Rio aposentada, eles tinham informantes, então nós tínhamos um excelente quadro de repórteres policiais. Com quem eu tive a honra de aprender e trabalhar. O Samuel incentivava muito isso, tanto é que o Amado Ribeiro, um dos expoentes da época, na época não tinha Prêmio Esso nem nada disso, era no peito e na raça, ele chegou até a ser perseguido em 64 na época do golpe porque ele denunciava as mortes, matanças e torturas da polícia do Rio, principalmente a polícia que se chamava a “polícia do Carlos Lacerda”, o governador de então. Nós éramos muito visados, mas por isso mesmo éramos bem valorizados. Eu fiz a primeira reportagem assinada aos 14 anos, tive de voltar ao local três vezes, para checar nomes, endereço, mas foi com a paulada que eu tomei fazendo reportagem policial que eu ganhei malandragem para poder trabalhar em outras editorias, porque eu trabalhei em todas as editorias de jornais e de revistas, e pouca televisão. Mas graças aos “professores” – entre aspas – é que eu acho que consigo me manter

trabalhando até hoje. Só que a redação da *Última Hora* era um negócio espetacular, hoje em dia é a zona do baixo meretrício, ela era folheada de obras do Di Cavalcanti, telas enormes, murais, era muito bom trabalhar ali. Tenho muitas saudades.

Já Pinheiro Júnior, que juntamente com o jornalista Amado Ribeiro, escreveria o romance-reportagem *O Esquadrão da Morte* (1968), e viria a ser editor e diretor do jornal até a venda do mesmo em 1972 por Samuel Wainer, pinta um quadro de manutenção de um compromisso para com a apuração jornalística, o qual se daria apesar do regime militar, em entrevista concedida por e-mail no dia 02/01/2017:

Era uma redação muito vibrante inclusive por influência da intranquilidade jornalística de SW, presente ou comandando o jornal a longa distância. Era, assim, uma redação onde gozávamos de liberdade por vezes anárquica. Sem que o excesso de relacionamento liberal entre editores e repórteres pudesse contaminar a edição que saía às ruas podendo estar SW e outros diretores presos ou muito longe do Rio de Janeiro. No exílio sempre forçado. A ampla liberdade de apuração e criação às vezes contaminava sim o jornal todo, no bom sentido oferecido pela difícil e dura lucidez dos acontecimentos que precisavam ser transmitidos ao leitor com toda fidelidade possível não obstante a sangrenta ditadura em curso cada vez sob maior contestação.

Domingos Meirelles, atual presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e repórter da Rede Record de Televisão, começou sua carreira como jornalista em *Última Hora*, onde viria a trabalhar primeiro como estagiário e posteriormente como repórter, entre 1965 e 1968. Neste período, Meirelles – que concedeu entrevista à presente pesquisa no dia 04 de janeiro de 2017 – pôde testemunhar as transformações pelas quais passava *Última Hora*, com a ida de Samuel Wainer ao exílio:

Última Hora tinha uma redação que contava com muita gente de esquerda, mesmo depois do golpe de 1964. Mas não havia apenas um *Última Hora*, houveram vários *Última Hora*. Com a ida de Wainer para o exílio dava para perceber que não era mais o mesmo jornal de antes. Por um lado, como não havia mais o governo Jango, e Getúlio já tinha morrido, o jornal deixa de ter uma linha identificada especificamente com o ideário deles e assume uma postura mais ampla em defesa de ideias, da sociedade, da democracia. Só que, ao mesmo tempo, houve uma negociação entre a direção do jornal e o governo militar para que o Wainer pudesse voltar. Ele poderia regressar se a linha editorial do jornal ficasse mais moderada em relação ao regime. Tanto que quando o Wainer voltou em 68, já não era mais o mesmo jornal.

O aspecto multifacetado de *UH*, para Meirelles, refletia-se até nas relações internas da redação, onde haveria tensão entre os repórteres de polícia e aqueles de outras editorias:

Depois do golpe criou-se uma tensão dentro da redação. Os repórteres policiais eram muito próximos da polícia. Muitos andavam armados, e vários tinham uma coisa que eles chamavam de “graciosa”, que era um distintivo dado pelo DOPS¹² para quem era considerado informante. Então eles se sentiam parte daquilo. Mas os repórteres policiais continuavam fazendo o que eles já faziam antes do golpe, só que agora, ser próximo da polícia, como eles eram, era ser próximo do regime, aos olhos dos demais. Tanto que isso estourou certa vez. Quando o “Cara de Cavalo” foi morto pela polícia, em 65. Eu me lembro do Maurício Azêdo, um dos repórteres da *Última Hora*, nessa ocasião, subir numa cadeira, no meio da redação e começar a fazer um discurso contra os repórteres da seção policial: “O ‘Cara de Cavalo’ morreu por responsabilidade de vocês! Vocês informaram pra polícia onde ele estava e até foram com ela na captura!”. E os repórteres policiais iam mesmo. E até atiravam na vítima também. Era uma espécie de ritual. Os policiais atiravam e o repórter que estava junto deles atirava também.

Descrevendo em maiores detalhes a relação entre os repórteres de polícia e os demais integrantes da redação, percebe-se como, em diversas ocasiões, o texto da seção policial possuía um caráter de construção coletiva:

Alguns repórteres de polícia, não todos, eram analfabetos funcionais, e só sabiam assinar o próprio nome. Haviam 2 ou 3 assim em todos os jornais. Mas eram excelentes investigadores. Então eles apuravam alguma notícia, chegavam na redação com um monte de informações desconexas, e passavam esses dados para o copidesque, que era o redator, e esse dava um sentido à estória. E os copidesques de *Última Hora*, assim como os linotipistas, que também ajudavam a organizar o texto, tinham presença no campo literário. Um dos copidesques de *Última Hora*, nessa época, era o Aguinaldo Silva, que quando começou a trabalhar no jornal já tinha três romances publicados. Mas nem todos os repórteres de polícia eram analfabetos funcionais. O Amado Ribeiro e o Pinheiro Júnior, por exemplo, tinham muito interesse por literatura e queriam ser escritores. Chegaram a escrever romances.

As entrevistas de Luarlindo e Pinheiro Júnior, bem como de Domingos Meirelles, voltarão a figurar na presente dissertação nos capítulos posteriores, já ao conferirmos maior atenção à produção de reportagens enquanto gênero discursivo e avaliarmos os efeitos simbólicos do Esquadrão da Morte de 1968.

Mas considerando-se os apontamentos de Ana Paula Goulart Ribeiro, pode-se concluir que *Última Hora* teria, ao mesmo tempo, assistido na consolidação do jornalismo enquanto espaço definidor de uma “verdade” discursiva, juntamente com seus congêneres da imprensa carioca, e atuado de maneira diferenciada neste processo, vide o uso recorrente que fazia de um recorte que poderíamos definir como atrelado a

¹² Departamento de Ordem Política e Social.

estratégias sensacionalistas (caso da atenção conferida ao aspecto emocional do jornalismo policial e a utilização de recursos como o folhetim), enquanto almejava consolidar-se junto a setores populares. Porém, como mencionado anteriormente, o uso dos termos “sensacionalista” e “popular”, dos quais tão corriqueiramente a bibliografia analisada se vale ao abordar *UH*, são por si só problemáticos, visto serem dotados de uma carga simbólica e representarem mesmo juízos de valor – pronunciados acerca da qualidade editorial de dado veículo de mídia (jornais, canais de TV, estações de rádio, entre outros). Portanto, para que possamos dar início ao levantamento das matérias em que figura o Esquadrão nas páginas de *Última Hora*, requer-se que antes consideremos o peso das categorias apontadas.

1.4 Conceituações de “sensacionalismo” e “popular”

Ao se definir *Última Hora* como um jornal de cunho “popular” ou “sensacionalista”, corre-se o risco de ignorar um extenso debate em torno destes conceitos. Em *Dos meios às mediações* (1997), ao resenhar a pesquisa de Osvaldo Sunkel, Jesus Martín-Barbero tenta esboçar uma breve análise em torno dos referenciais discursivos que teriam norteado a conformação de uma certa imprensa popular latino-americana. O próprio autor considera que, ainda que outros meios como o cinema e o rádio tenham nascido “populares” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 242), por serem acessíveis a um público não-letrado, a imprensa também teria participado do “outorgamento de cidadania às massas urbanas” (Idem). Citando o trabalho de Sunkel, Martín-Barbero aponta como o surgimento de veículos impressos populares no Chile, na década de 1930, coincidiu com a inserção “dos modos de vida e de luta do povo nas condições de existência da ‘sociedade de massas’” (Ibidem, p. 243). A uma gama de periódicos de diversos matizes do campo da esquerda (socialistas, anarquistas e comunistas), norteados por um projeto politicamente pedagógico de cunho Iluminista e racionalista, por meio do qual estes empreendimentos jornalísticos visariam atuar enquanto ferramentas de esclarecimento ideológico da classe operária, teriam se contraposto publicações de cunho sensacionalista.

O autor ressalta como o surgimento da imprensa sensacionalista, muitas vezes seria explicado, tanto na Europa quanto nos EUA, a partir “do desenvolvimento das tecnologias de impressão e da concorrência entre as empresas jornalísticas” (Ibidem, p. 244), sendo utilizada, na América Latina, como exemplo da penetração de “modelos

norte-americanos” (Ibidem, p. 245). Estes teriam colocado imperativos mercadológicos acima de critérios outros como o da objetividade, subvertendo dessa forma as tradições de um “jornalismo independente” (Idem). Em oposição a esta análise, Martín-Barbero esboça uma definição de sensacionalismo tendo como base as considerações de Sunkel, que localiza em antecedentes discursivos locais (no caso chileno) as formas que viriam a ser desenvolvidas pelo jornalismo sensacionalista. Tratavam-se das “liras populares”, semelhantes às *gacetas* argentinas e à literatura de cordel brasileira, mesclando “o noticioso ao poético e à narrativa popular” (Idem), com vistas a ser não apenas lida, mas também declamada. Para Sunkel e Martín-Barbero:

Estão lá os grandes títulos chamando a atenção para o principal fato narrado em versos, importância assumida pela parte gráfica, com desenhos ilustrando o texto, a melodramatização de um discurso que parece fascinado pelo sangrento e o macabro, o exagero e até a atração pelos ídolos de massa dos esportes ou dos espetáculos. (Idem)

Nesse sentido, desde a década de 1920, no Chile e na Argentina, jornais como *Los Tiempos* (chileno, fundado em 1922) e *Crítica* (argentino), teriam introduzido elementos gráficos e narrativos associados a expressões como as liras populares. No caso de *Crítica*, além deste produzir reconstrução gráfica dos acontecimentos por ele noticiados, também traria, especificamente em sua página de notícias policiais, “composições em verso que comentavam as notícias” (Idem). Nestes periódicos, irá se encontrar uma nova linguagem, afastada do tom solene, identificado até então com uma imprensa tradicional, substituindo-o, no caso de *Los Tiempos*, por uma mistura de agilidade, escândalo e humor. Partindo então da assertiva de que o jornalismo sensacionalista corresponderia, em certa medida, à encarnação, no jornalismo impresso, de estruturas discursivas de fundo popular, Martín-Barbero – citando o trabalho de Sunkel – define este estilo textual nos seguintes termos:

O sensacionalismo delineia então a questão dos rastros, das marcas deixadas no discurso da imprensa por uma outra matriz cultural, simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias das práticas e formas da cultura popular. Uma matriz que não opera por conceitos e generalizações, mas sim por imagens e situações; excluída do mundo da educação oficial e da política séria, ela sobrevive no mundo da indústria cultural, onde permanece como um poderoso dispositivo de interpelação do popular. Claro que fica muito mais fácil e seguro continuar reduzindo o sensacionalismo a um "recurso burguês" de manipulação e alienação. (Ibidem, p. 246)

A matriz simbólico-dramática é apontada por Sunkel como sendo atrelada a uma visão religiosa do mundo, definida pela dicotomia entre bem e mal, perdão e

condenação, paraíso e inferno, enquanto outra matriz racional-iluminista, identificada na imprensa revolucionária ou de esquerda, se valeria de conceitos como “progresso”, afim de localizar suas imagens das classes populares em um campo político, preferindo oposição como aquela existente entre patrão e empregado (SUNKEL, 1987). No entanto, identificar no jornalismo sensacionalista um contínuo recurso a certa “matriz simbólico-dramática”, proveniente de expressões populares, não é necessariamente submetê-lo a esta lógica. Para o próprio Sunkel, a opção de certos veículos jornalísticos por uma matriz racional-iluminista não significa que as representações por estes feitas do popular sejam exclusivamente políticas, ou que aqueles atrelados à matriz simbólico-dramática se valham apenas de representações de caráter cultural. Para o autor, na medida em que um determinado jornal opta por visar segmentos populares, a ele se mesclariam elementos de ambas as matrizes, ainda que o veículo em questão optasse por privilegiar uma destas.

Já Márcia Franz do Amaral considera que o uso do termo “sensacionalista” consistiria em uma maneira de caracterizar segmentos da grande imprensa identificados com o popular, correspondendo assim a uma “percepção do fenômeno localizada historicamente e não o próprio fenômeno” (AMARAL, 2005, p. 2). O uso do termo estaria assim mais atrelado à perplexidade percebida no interior da imprensa frente ao desenvolvimento da indústria cultural do que aos produtos midiáticos que por vezes são como tal caracterizados. Por conta disso, Amaral atenta para a necessidade de questionar o uso corriqueiro do rótulo sensacionalista, pelo fato deste reduzir os veículos (jornais e programas de TV, por exemplo) ao qual é imputado, a aspectos como “manipulação, degradação e interesse comercial” (Idem). Mesmo que a peja de “sensacionalista” fosse atrelada a uma forma de jornalismo que:

(...) privilegiava a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fotos chocantes, de distorções, de mentiras e da utilização de uma linguagem composta por gírias e palavrões. (Idem)

Subsumir-se este gênero jornalístico à busca pela ativação de sensações junto ao leitor perde força, na medida em que se considera que todos os veículos midiáticos, em um cenário atual, objetivam o mesmo. Vale ressaltar que os tipos de acusação levantados contra periódicos supostamente sensacionalistas, elencados pela autora, figuraram muitas vezes como traços definidores de *Última Hora*. Em decorrência deste

processo, “sensacionalismo” teria se tornado “uma categoria flácida, sem fronteiras e sem vigor” (Idem).

Para a autora, ao se considerar que os jornais ditos sensacionalistas seriam aqueles capazes de distorcer fatos, assumindo uma linguagem hiperbólica, por exemplo, estaria se partindo do pressuposto que haveria uma forma correta de cobrir um fato noticioso – correspondendo, em geral, àquela presente nos periódicos de tipo *standard*. Ao mesmo tempo estaria se desconsiderando que a notícia enquanto reflexo do real não existe naturalmente, sendo pautada por “símbolos, estereótipos, frases feitas, metáforas e imagens” (Ibidem, p. 3), além de se legitimar, na sua condição de publicação, pelo uso que faz de recursos narrativos definidos culturalmente. Amaral considera que o discurso informativo voltado para segmentos populares tenderia a se inspirar comumente em “formas narrativas com características melodramáticas, grotescas e folhetinescas” (Idem). Trata-se de considerar que a relação do jornal “sensacionalista” com seu público-leitor é diferente, em qualidade, daquela do jornal “de referência”, visto que, no primeiro caso, os veículos se valeriam de estratégias historicamente constituídas para se aproximarem daquilo que a autora define como “mundo da vida” (Ibidem, p. 4), em contraposição com a “vida do mundo”, abarcada pelos jornais de referência.

Para a autora, no debate em torno do que corresponderia a um jornalismo popular e/ou sensacionalista, seria necessário ir além das análises de conteúdo, preocupadas apenas com elementos estéticos, como diagramação e uso de cores (ainda que tais dados sejam relevantes). Citando Rosa Nívea Pedroso, a própria autora aponta quais seriam os traços de uma “gramática discursiva” dos jornais sensacionalistas, encontrando-se:

(...) a intensificação, o exagero e a heterogeneidade gráfica; a valorização da emoção em detrimento da informação; a exploração do extraordinário e do vulgar; a valorização de conteúdos ou temáticas isoladas e sem contextualização; a produção discursiva na perspectiva trágica, erótica, violenta, ridícula, insólita, grotesca ou fantástica; a gramática discursiva fundamentada no desnivelamento sócioeconômico-cultural entre as classes hegemônicas e subalternas, entre outras. (PEDROSO, 2001; In: AMARAL, 2005, p. 5)

Para Amaral, afim de que dada pesquisa não se atenha a estes primados, seria necessário que ela considerasse elementos como modos de endereçamento e matrizes culturais. Os primeiros estão atrelados à ligação do periódico com o seu suposto público, envolvendo perguntas como: quem o jornal pensa que é seu público-leitor?

Quem o jornal efetivamente gostaria que fosse esse público? E em que medida o leitor presumido pelo jornal é o seu leitor efetivo? Já as matrizes culturais, aqui assumindo a mesma acepção que adquirem na obra de Sunkel, seriam em parte responsáveis por permitir o contato entre este gênero de periódico e os segmentos aos quais ele se destinaria:

As Matrizes Culturais tornadas populares ao longo da história têm subsidiado a imprensa na comunicação com esses setores [populares], por intermédio da tematização dos dramas de reconhecimento; da mediação entre os tempos do capital e da cotidianidade, do entendimento familiar da realidade; da confluência público e privado; do desenvolvimento de solidariedades baseadas no local, no parentesco, na vizinhança; da noção de que política só interessa se afeta a vida diária; da ligação entre problemas sociais e dramas pessoais; e a apresentação de personagens “em carne e osso” e assim por diante. (Ibidem, pp. 6-7)

Em decorrência de suas escolhas metodológicas, a autora aproxima-se de Sunkel, considerando que os jornais ditos populares estariam atrelados a uma matriz de caráter dramático, a qual valorizaria “o cotidiano, a fruição individual, o sentimento e a subjetividade” (Ibidem, p. 8). Em decorrência disso, o mundo seria visto a partir de uma perspectiva “personalizada, e os fatos são singularizados ao extremo” (Idem). Esta atitude se veria expressa em certos modos de endereçamento, como em situações de ênfase, por parte de segmentos populares da grande imprensa, a matérias de interesse humano. Estas, ao serem “personalizadas e descontextualizadas, assumem a função de entretenimento e espetacularização” (Ibidem, p. 9). Talvez este traço, mais do que necessariamente um foco privilegiado em torno de histórias de cunho policial, possa ser utilizado quando da caracterização de um veículo enquanto sensacionalista, somando-se a este a manutenção de uma postura de denunciamento constante, como nos casos em que determinados veículos não se furtam em sugerir a culpa de um suspeito.

Trazendo os debates em torno dos conceitos “popular” e “sensacionalista” para um caso brasileiro, Carla Siqueira, doutora em História Social e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), aponta em seu artigo *A novidade que faltava: sensacionalismo e retórica política nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática* (2005) como um processo semelhante ao chileno se deu no cenário nacional. Entre o final do século XIX e meados do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, especificamente, se viu marcada pelo contínuo desenvolvimento de uma imprensa voltada para segmentos populares. Esta era constituída, de um lado por

veículos de cunho socialista, anarquista e comunista, voltados para uma classe operária que se organizava sindicalmente, e de outro por uma gama de periódicos que ia do *Correio da Manhã* (fundado em 1901) até a *Gazeta de Notícias* (fundado em 1907). Enquanto o primeiro teria sido precursor em cobrir regiões do subúrbio carioca, possuindo mesmo uma seção cognominada “Pelos Subúrbios” (SIQUEIRA, 2005. p. 49), além de uma seção policial, o segundo teria introduzido o uso de cores nas suas páginas, além de “destacar os crimes monstruosos, publicando fotos das vítimas mortas e mutiladas” (Ibidem, p. 50).

Para Siqueira, estas experiências, tanto de natureza política (marcadas pela consolidação da identidade de uma classe operária, integrada socialmente via ações estatais – a partir da introdução de legislação trabalhista no Estado Novo) quanto cultural, teriam assistido na constituição de um público consumidor para notícias de cunho hiperbólico e de denúncia. Estes teriam preparado o caminho para *O Dia* (fundado em 1951), *A Luta Democrática* (fundado em 1954) e *Última Hora* (fundado em 1951). Tais periódicos conformariam para a autora um modelo jornalístico definido como “crime, sexo e sindicato” (Ibidem, p. 56):

A expressão “sexo, crime e sindicato”, que usamos para definir os jornais em questão, foi tomada emprestada do trabalho de Gisela Goldenstein¹³ e tenta indicar que sua fórmula manteve elementos tradicionais da imprensa sensacionalista, ao mesmo tempo em que incorporou temas contemporâneos. Assim, ao lado dos típicos acontecimentos sensacionais (evidentes em manchetes como “Crime de morte no Mangue”, *Luta Democrática*, 7 ago. 1954; “Seduzida a menor pelo patrão”, *O Dia*, 5 maio 1954; “O diabo carregou o padre”, *Última Hora*, 2 maio 1953), surgiam questões como o salário mínimo, as greves, as condições de vida nos subúrbios e favelas e o custo de vida. Mas também esses temas eram tratados dentro da narrativa sensacionalista, marcada pelo forte tom moral. (Ibidem, pp. 56-57)

A eficácia discursiva desses veículos, que por sua vez articulavam as experiências jornalísticas de mais de cinquenta anos a eles anteriores com novos modelos de mercado, dependeria do seu recurso a “elementos da cultura popular” (Ibidem, p. 57), tais quais o “tom moral, e a construção de imagens de forte apelo emocional, que os aproximava de formas narrativas populares” (Ibidem, p. 58). Tratava-se, portanto, de agenciar traços identificados com os segmentos populares, como a religiosidade, e de injetar no objeto da cobertura uma carga dramática que permitisse ao

¹³ A autora aqui refere-se ao trabalho: GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

jornal se colocar como tribuno dos interesses do povo, em face de questões como criminalidade e infraestrutura urbana. Posicionamentos semelhantes, perceptíveis por Siqueira em todos os três jornais apontados, requerem que se considere o fato de *O Dia*, *A Luta Democrática* e *Última Hora* também representarem veículos de imprensa associados a – quando não de propriedade de – figuras políticas.

Estas correspondiam respectivamente ao futuro deputado federal Chagas Freitas (eleito em 1954, e aliado do governador paulista Ademar de Barros), ao deputado federal Tenório Cavalcânti, e a Getúlio Vargas, que incentivara a fundação de *UH* por Wainer. A presença de constante atmosfera de denúncia social nos periódicos mencionados operaria enquanto parte do processo de construção de valor simbólico da figura destes indivíduos na condição de líderes populares, preocupados com as mazelas às quais o “povo” se encontraria submetido, e das quais visariam salvá-lo. Vale ressaltar que estes jornais por vezes moviam campanhas públicas, e punham-se eles próprios, na condição de instrumentos de salvação popular, arrogando-se o poder de sanar questões encaradas como problemáticas no quadro público. E será na imbricação entre matrizes culturais dramáticas, um novo paradigma de mercado no meio jornalístico, e a visão do periódico como elemento de resolução de desequilíbrios sociais, que se dará a elaboração de uma cobertura sistêmica em torno do Esquadrão da Morte, no ano de 1968.

1.5 O Esquadrão no primeiro semestre de 1968: maio-junho

Ao se analisar os meses de maio e junho de 1968 nas páginas de *Última Hora*, quando do aparecimento das primeiras vítimas do Esquadrão da Morte, percebem-se dois fenômenos de não pouca relevância: 1) o jornal dedica atenção especial a eventos internacionais, reservando sua primeira página, corriqueiramente, para manchetes e chamadas referentes às manifestações estudantis de Paris, em maio daquele ano, com continuas menções a uma possível renúncia do presidente Charles De Gaulle (o que se poderia cogitar ter relação com a presença de Samuel Wainer na Europa, e portanto, no centro dos acontecimentos); 2) A seção policial do jornal, ainda que aborde os casos do EM e ocorrências de violência policial, volta a maior parte de seu espaço ou a crimes passionais, acompanhados de cobertura melodramática (como o caso de um pai de 14

crianças, que teria assassinado seu senhorio após ser despejado com sua família¹⁴), ou a eventos como assaltos. Neste segundo caso, o jornal não deixa de pintar um cenário de caos na cidade. Apenas na edição de 22 de maio (poucas semanas após o surgimento da primeira vítima do Esquadrão – Sérgio de Almeida Araújo), o jornal insere em sua página 8, três chamadas sobre assaltos, com duas delas assumindo uma retórica hiperbólica: “Colégios da ZS pedem socorro”¹⁵; “Banco foi assaltado no subúrbio”¹⁶; e “Cidade tem um crime por hora e até professor é assaltante”¹⁷. Chama a atenção o fato de percebermos, em paralelo à divulgação dos atos do Esquadrão, a construção de um contraponto narrativo, marcado pela imagem de um município ameaçado pelo crime.

Diferentemente da cobertura que o Esquadrão viria a receber nas páginas de *UH* no segundo semestre daquele ano (que começarão a ser analisadas no Capítulo 2), ele pouco figura nas edições de maio e junho. No mês de maio, crimes atribuídos ao Esquadrão da Morte figuram como objeto de matérias em apenas 9 edições (entre matutinas e vespertinas – considerando-se aqui o período abarcado entre 01 e 31 de maio de 1968)¹⁸, número que passa para 11, contando-se as edições matutinas e vespertinas, em junho. Porém, nesse ínterim, alguns dos traços que viriam a caracterizar as matérias de *Última Hora* sobre o EM já se veem estabelecidas: referência e publicação dos comunicados do porta-voz do Esquadrão (escritos por vezes em discurso direto); uso de fotografias; e elaboração de *suítes*¹⁹ que criam uma ideia de conectividade narrativa entre as matérias referentes ao EM (com a divulgação de ameaças do grupo a determinados alvos e subsequente elucidação sobre o cumprimento ou não das mesmas). Ainda que a *suíte* seja um recurso amplamente utilizado no

¹⁴“DESPEJADO COM OS 14 FILHOS MATOU SENHORIO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4166. Acessado em: 10/06/2017.

¹⁵“COLÉGIOS DA ZS PEDEM SOCORRO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 22 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4160. Acessado em: 10/06/2017.

¹⁶“BANCO FOI ASSALTADO NO SUBÚRBIO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 22 mai. 1968. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4160. Acessado em: 10/06/2017. Esta matéria, especificamente, é seguida por um relato referente ao que seriam assaltados perpetrados por “menores” (termo usado na própria notícia) a estabelecimentos de ensino na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Acompanhado da entrevista de professores e do delegado Eraldo Padilha, da 13ª DP, de Copacabana, a matéria dá voz a observação de duas educadoras, as quais frisam acreditar que a solução para este “problema” não seria de cunho policial, mas sim social. Ainda assim, uma das entrevistadas, a professora Thamar Sette, frisava: “que, em sua maioria, os garotos que andam praticando assaltos em Copacabana, são menores abandonados e favelados, e que não se pode exigir bom comportamento de um menino assim”.

¹⁷“CIDADE TEM UM CRIME POR MINUTO E ATÉ PROFESSOR É ASSALTANTE”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 22 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4160. Acessado em: 10/06/2017.

¹⁸ Vale ressaltar que os exemplares de *Última Hora* presentes na hemeroteca Digital do *Estado de S. Paulo* por vezes não se encontram completos – sendo possível considerar que o EM figure em páginas não disponibilizadas.

¹⁹ Do francês “suíte”, refere-se a uma matéria jornalística que dá continuidade a tema abordado na edição anterior do jornal, explorando os desdobramentos do fato.

jornalismo, questionamos se, neste caso, ao serem utilizadas para a propagação de ameaças, elas não seriam utilizadas para prender a atenção de um presumido público-leitor, aproximando-se da estrutura narrativa capitular dos folhetins, como se ao fazê-lo se aproximasse de produtos culturais em parte definidos pela frase: “E não percam os próximos episódios”.

Considerando-se que, como aponta o trabalho de David Maciel de Mello Neto (2014), o uso do termo Esquadrão da Morte remontaria ao final dos anos 1950, sendo utilizado pelo jornal para se referir a grupos especiais da Polícia Civil, iremos nos valer do termo aqui em referência ao grupo surgido no próprio ano de 1968, definido pela adoção do nome “Esquadrão da Morte”, pelo abandono de suas vítimas em locais públicos e pelo contato ostensivo com órgãos de imprensa. A primeira vez que este grupo de extermínio específico surge em *UH* é na sua edição matutina do dia 2 de maio de 1968. Neste dia, na seção *RP-RP*, onde são inseridas pequenas notas referentes a crimes diversos, *UH* dá conta de um corpo (com seis tiros na cabeça e dois no tórax) descrito como “de um homem de 25 anos aproximadamente, cor parda e que trajava blusão cáqui e calça azul”²⁰ encontrado na Avenida Comendador Teles, de São João de Meriti. No artigo afirma-se que a delegacia responsável por apurar o crime teria atribuído o mesmo “ao Esquadrão da Morte chefiado pelo bicheiro Nelinho”²¹. É importante notar como, diferentemente da interpretação fornecida por Adriano Barbosa em *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?*, dias antes do aparecimento do corpo de Sérgio Almeida Araújo, o jornal já apontaria para um crime do “Esquadrão da Morte”. Entretanto, não há qualquer menção do crime ter sido comunicado a redações jornalísticas, ou do corpo ser acompanhado de um cartaz ou auto de acusação, o que pode levar à conclusão de que se tratava do uso mais corriqueiro do termo por parte do jornal, através do qual este era imputado a determinados grupos de extermínio. A notícia em questão compõe um parágrafo de não mais que 12 linhas, no canto do *box RP-RP*.

Mas é na edição de 07 de maio de 1968 que o jornal abordará, pela primeira vez, o grupo que em parte definirá suas futuras edições no curso daquele ano. Em meio às duas maiores manchetes da primeira página (“Saigon sob fogo do *vietcong*” e

²⁰“RP-RP”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 6, 02 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4109. Acessado em: 10/06/2017.

²¹ Idem.

“Barricada na Sorbonne: estudante luta na rua”), encontra-se a chamada: “Morte com a marca da caveira – ladrão morre marcado”²², posta sobre a foto de dois homens que cercam, com a mão na cintura, o corpo de Sérgio Almeida Araújo, vulgo Sérgio “Gordinho”. No texto de capa, *UH* abre não com o *lead* (estruturado em torno de “o quê, quando, onde, porque, como, quem, quando?”), mas sim com uma sentença atrelada à função poética para transmitir a notícia:

O telefone tocou de madrugada e avisaram ao repórter de plantão que um homem acabava de ser morto pelo Esquadrão da Morte. No local indicado, na barra da Tijuca, estava o corpo de um jovem crivado de balas, com um cartaz que trazia a marca da caveira e os dizeres: “Eu era ladrão de automóvel”. A um canto, a inscrição “nº 2” e no verso, um nome: Sérgio Gordinho. A polícia tem esse crime e uma onda de assaltos para investigar.²³

Além do uso de métodos literários no trato da matéria, chama atenção a contínua referência aos assaltos. A matéria continua na página 10, com a sugestiva chamada: “Ladrão de automóveis o homem executado na Barra da Tijuca”²⁴. Além de dados sobre a vestimenta e os antecedentes criminais da vítima (apontado pelo jornal como “elemento perigoso”, e “sendo respeitado entre os puxadores de carro pela audácia com que agia”²⁵), *UH* frisa que essa se encontraria “manietada e com uma corda passada em volta do pescoço”²⁶, além de atentar para detalhes como a quantidade de tiros identificada – “dois tiros de calibre 45 na nuca e mais dois de mesmo calibre nas nádegas” – e uma descrição mais precisa do cartaz, colocado sobre “as costas, (...) onde se lia, encimado por uma caveira e duas tíbias cruzadas, os seguintes dizeres: Eu era ladrão de automóveis”²⁷. A menção ao “nº 2”, localizado na parte de trás do cartaz, faz com que o texto cogite “que ‘Sérgio Gordinho’ não era o primeiro”²⁸. Na matéria, que ocupa o alto da página 10 da edição matutina, sendo dividida em quatro colunas, enfatizam-se as condições através das quais *Última Hora* teria sido informado do caso:

Alguém que alegava a condição de componente do Esquadrão da Morte comunicou ao repórter Alaor Barreto, de *UH*, pouco depois da

²² “MORTE COM A MARCA DA CAVEIRA – LADRÃO MORRE MARCADO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4121. Acessado em: 10/06/2017.

²³ Idem.

²⁴ “LADRÃO DE AUTOMÓVEIS O HOMEM MORTO NA BARRA DA TIJUCA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 07 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4121. Acessado em: 10/06/2017.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

execução do bandido, o que se havia passado na Barra da Tijuca. A alegação era a de que “Sérgio Gordinho” havia roubado o carro de um dos membros do Esquadrão. Nenhum documento ou valor foi encontrado com o cadáver.²⁹

Perceba-se como a matéria não se furta a descrever a vítima como um “bandido”, ainda que ainda consiga dar espaço para o depoimento do pai da mesma, José Secundino de Araújo, 2º sargento da Marinha, que declara: “A Polícia nada vai fazer, tenho certeza, para pegar os assassinos”³⁰. Na edição vespertina, a matéria voltaria a ocupar a capa, ainda com pouco destaque, no canto da página, colocada abaixo da manchete: “Vietcong ameaça tomar Saigon no dia 10 de maio”³¹. Altera-se a chamada, que passa agora para: “O castigo da caveira – Ladrão morre marcado”³². A partir daí a cobertura de *Última Hora* em torno do caso seguirá duas linhas: a de vingança de um policial por ter tido seu veículo roubado; e o acompanhamento das ameaças do grupo, averiguando se este viria a cumpri-las. Tal é percebido na edição matutina de 08 de maio, um dia após a publicação da primeira nota acerca de Sérgio Almeida Araújo. O caso é o principal a ser abordado na página destinada a casos policiais, sendo acompanhada da chamada “Crime da Barra deixa Polícia sem ação”³³, seguida pelo subtítulo “Tudo na estaca zero”:

O desinteresse da Polícia em elucidar o crime é um dos indícios de que policiais mataram o “puxador”. A caveira desenhada no cartaz pregado nas costas do morto é idêntica à marca encontrada no escudo usado nos carros dos componentes do chamado “Esquadrão da Morte”. Notícia sem confirmação dá conta de que no domingo à noite, depois de ser apanhado no Largo da Canela, “Serginho” como também era conhecida a vítima, foi levado para a 4ª Subseção de Vigilância, no Alto da Boa Vista. Ali os policiais o teriam submetido a violento interrogatório, para, finalmente, conduzi-lo à estrada de terra que liga à Jacarepaguá, onde o mataram junto a um córrego. (...) Um ladrão de automóveis revelou que Sérgio “Gordinho” foi localizado através de um puxador conhecido pelo vulgo de “Landinho”, visto, ainda domingo à noite, em Copacabana, em companhia de vários policiais. “Landinho” acusara Sérgio de ter roubado o carro do PV Mariel e causado danos em automóveis dos componentes do

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ “VIETCONG AMEAÇA TOMAR SAIGON NO DIA 10 DE MAIO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 mai. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4123. Acessado em: 10/06/2017.

³² “O CASTIGO DA CAVEIRA – LADRÃO MORRE MARCADO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 mai. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4123. Acessado em: 10/06/2017.

³³ “CRIME DA BARRA DEIXA POLÍCIA SEM AÇÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 08 mai. 1968. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4124. Acessado em: 10/06/2017.

“Esquadrão da Morte”, riscando com pregos as carroçarias e quebrando para-brisas dos veículos que tivessem o emblema do EM.³⁴

A referência ao nome “Mariel”, baseando-se nos indícios deixados por Adriano Barbosa em *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?* leva a considerar que este se tratava de Mariel Mariscott de Mattos, policial civil que viria a ser identificado com o EM. Nossa hipótese é de que a referência a um “Esquadrão da Morte” que dispusesse de um emblema para carros corresponda à Scuderie Le Cocq. No decorrer da matéria, que neste caso ocupa quase um terço da página dedicada a temas policiais, *UH* não só indica que já teria surgida a vítima “nº 1” do Esquadrão, como já haveria uma terceira sob mira do grupo. Ainda na seção “Tudo na estaca zero”, uma coluna intitulada “Amigo não sabe” contava com referências a Luís Sérgio Henriques, suposto amigo de Sérgio Almeida Araújo. Além de afirmar não ser cúmplice de Sérgio, ainda que a polícia o apontasse como integrante de sua “gang”³⁵, Luís teria admitido conhecer um jovem de nome Wilson F. de Sousa, vulgo “Billy Wright”, apontado pelo detetive Jaime de Lima como “comparsa”³⁶ de Sérgio. O jornal esboça então um breve perfil de Wilson nos seguintes termos:

“Billy Wright” – Wilson F. de Sousa – era realmente ligado a “Gordinho” em roubo de automóveis. Mas seu forte é o tráfico de maconha, agindo junto ao Colégio Lutécia, na Rua 24 de Maio, no Riachuelo. (...) Reside com uma tia na Rua Ana Néri, não trabalha e, no dia 10 de janeiro do ano passado, foi preso pela 17ª DD portando maconha. É considerado elemento perigoso e cotado a aparecer morto, com um cartaz às costas, como o morto número 3 da lista de condenados.³⁷

O jornal não esclarece de onde teriam partido as indicações de que Wilson poderia ser uma possível vítima do EM, sugerindo que a associação de seu nome a uma suposta “lista de condenados” talvez se desse a partir da necessidade de se manter o suspense da trama constituída nas páginas do periódico. Em uma coluna no canto da mesma página, abaixo da chamada “1 aparece”³⁸, *UH* afirma que suspeitas policiais indicariam para a identificação da vítima “nº 1 do Esquadrão”:

Três homens que viajavam num “Volkswagen” azul mataram com 11 tiros, na madrugada de ontem, na localidade de Vila Paulino, em Belford Roxo, um rapaz de 25 anos presumíveis, branco, trajando

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

apenas um calção cinza, e que poderia ser – no entender da polícia local – a vítima nº 1 da investida que o mundo dos puxadores de automóveis estaria sofrendo por parte do Esquadrão da Morte carioca.³⁹

Na sequência, são ressaltados os traços de sevícia percebidos junto ao corpo da vítima (caso de queimaduras de cigarro e indícios de tentativa de estrangulamento). Nota-se também, no decorrer desta matéria, o uso frequente de apelidos quando da menção a suspeitos e vítimas do Esquadrão. Este, além de ressoar com um linguajar característico de estórias policialescas, assiste na desumanização dos indivíduos em questão, que assumem a figura de personagens fictícias.

Tanto na edição matutina quanto na vespertina do dia 09 de maio, *Última Hora* irá abordar Esquadrão em matérias de sua seção policial, tornando-o tema de capa na edição vespertina. O enfoque, entretanto, recairá sobre dois detetives da polícia civil: Hélio Vígio e Hermenegildo Cavalcante, que o jornal identifica também pelo apelido “Jacaré”. Ambos são o tema da matéria “Detetives negam laços com o Esquadrão da Morte”⁴⁰, na qual é esboçado um perfil de ambos:

Instrutores de judô e boxe, os detetives Hélio Vígio e Hermenegildo Cavalcante, o “Jacaré”, receberam a reportagem de UH na academia que dirigem – Rua Barata Ribeiro, 59 – e inicialmente engaram qualquer participação nos crimes atribuídos à Polícia. Esclareceram que não mantém qualquer ligação com o “Esquadrão da Morte”, embora tenham sido amigos íntimos do detetive Milton Le Cocq, policial assassinado por Cara-de-Cavalo e cuja morte deu origem à criação do emblema com o caveira e dois ossos cruzados, encimada pela designação: “Scuderie Le Cocq”.⁴¹

Em seguida, a matéria opera como *suíte* do caso de Sérgio Almeida Araújo (“Gordinho”), apresentando novamente a biografia da vítima do Esquadrão, ressaltando suas passagens pela polícia. No mês de maio pode-se se dizer que a cobertura concernente ao Esquadrão da Morte concentrou-se, por um lado, sobre o caso do assassinato de Araújo, traduzida em uma estrutura episódica (com a busca em averiguar se o Esquadrão teria cumprido sua promessa de executar mais pessoas), e por outro em uma série de mortes na Baixada Fluminense. Tal é o caso da matéria “Esquadrão fez a

³⁹ Idem.

⁴⁰ “DETETIVES NEGAM LAÇOS COM O ESQUADRÃO DA MORTE”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 09 mai. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4128. Acessado em: 10/06/2017.

⁴¹ Idem.

6ª vítima na Baixada”⁴², publicada na edição matutina de 14 de maio de 1968. O *modus operandi* do Esquadrão de 1968, com suas chamadas às redações de jornais cariocas para comunicar o abandono dos corpos de suas vítimas, não parece estar presente neste caso, em que a ação do E.M. é percebida pelo jornal devido ao fato do corpo da vítima deter sinais de sevícia, como “queimaduras por cigarros” e “vestígios de estrangulamento”⁴³. Percebe-se aqui a necessidade de distinguir o objeto desta dissertação (o E.M. de 1968, que se valia de extensos contatos com a imprensa), com o uso corriqueiro que então se fazia do termo “esquadrão da morte”, o qual operava enquanto sinônimo do que hoje determinados veículos midiáticos podem denominar “grupo de extermínio”.

Fenômeno semelhante é percebido no mês de junho de 1968. Neste o uso do termo “Esquadrão da Morte” é perceptível tanto em situações na qual o próprio jornal prefere atribuir esta categoria a um determinado grupo de policiais, como na matéria “Polícia fuzila para vingar-se”⁴⁴, referente a um tiroteio entre policiais e uma quadrilha de traficantes Morro do Turano, quanto naquelas em que pode ser identificada uma cobertura atinente com o padrão do EM de 1968: divulgação dos corpos das vítimas do grupo em locais públicos, com o anúncio do assassinato das mesmas à imprensa. Vale frisar que *Última Hora* reserva grande parte de suas edições de junho de 1968 à continuidade da cobertura da crise política na França. A esta se soma a cobertura das manifestações estudantis na cidade do Rio de Janeiro no curso daquele mês, reservando várias de suas páginas a eventos como a ocupação do prédio da reitoria da UFRJ e sua subsequente retomada pela Polícia Militar e à Marcha dos 100 Mil. Recebe destaque também o assassinato de Robert Kennedy, ocorrido em 06 de junho de 1968. Na seção policial do jornal, durante vários dias, é publicada a série de reportagens “O Cinturão do Terror”, de Amado Ribeiro e Iris Lopes, que se dedicam a descrever a ação de “pivetes”, prostitutas e cafetãs na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Tal, entretanto, é alterado, na última semana de junho, quando é assassinado o detetive da polícia civil Mário Portela, ao tentar impedir um assalto. Sua morte é noticiada na capa da edição matutina de 25 de junho de 1968, com o título “Detetive

⁴² “ESQUADRÃO FEZ A 6ª VÍTIMA NA BAIXADA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 14 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4139. Acessado em: 10/06/2017.

⁴³ Idem.

⁴⁴ “POLÍCIA FUZILA PARA VINGAR-SE”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 8 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4206. Acessado em: 10/06/2017.

morto será vingado pelo Esquadrão”. Este encabeçava uma pequena nota de 14 linhas, a qual direcionava o leitor para a página 10 da edição, em que poderia ser encontrada uma matéria de meia página, intitulada “Fuzilado o policial caçador de bandidos” – acima dele uma chamada em fonte menor afirmava: “‘Esquadrão da Morte’ jura vingança”⁴⁵. Nela, era relatado que, enquanto buscava um “marginal”⁴⁶ de nome Daniel Monteiro Nunes, apelidado de “Ferrabrás”, Portela teria percebido quatro indivíduos tentando forçar a porta de uma residência, na Rua Caiapó, no bairro do Lins e Vasconcelos. Os quatro indivíduos são descritos pelos jornais com termos como “um preto, dois mulatos e um branco”⁴⁷ e mesmo “crioulo”⁴⁸. Logo no *lead* da matéria, vê-se que uma narrativa começa a ser esboçada por *Última Hora*:

Cinco tiros disparados á queima-roupa liquidaram, ontem ao meio-dia, o Detetive Mário Ferreira Portela, de 60 anos, considerado um dos mais hábeis caçadores de bandidos das favelas cariocas. Portela, como era conhecido, foi alvejado duas vezes na barriga, na boca, no peito e na mão direita. Também ficou ferido o Guarda-Civil Edson José da Rocha, atingido no braço direito. Os criminosos, em número de quatro, fugiram em direção ao Morro da Cachoeirinha, no Grajaú, que continua cercado por cerca de 500 policiais. Todo o **Esquadrão da Morte** [o termo se encontra em negrito na edição original] está empenhado na caça aos matadores, que dificilmente serão apanhados com vida, pois estes juraram vingança.⁴⁹

A ênfase em declarações de vingança de membros do “Esquadrão da Morte”, continua na edição matutina de 26 de junho de 1968 – mesmo dia em que ocorreria a Marcha dos 100 Mil, a qual recebe destaque na primeira página. Nesta edição, na página 9, *Última Hora* publica a matéria “‘Esquadrão da Morte’ em lágrimas à beira do túmulo: ‘Portela será vingado!’”⁵⁰, que detalha a jura de vingança pronunciada durante o enterro de Mário Portela:

Centenas de policiais, à beira da sepultura, no Cemitério de Caçula, na ilha do Governador, fizeram a promessa solene de não deixar impunes os criminosos e é quase certo que dois deles sejam de fato soldados da Polícia Militar. (...) uma gigantesca caçada, que inclui todos os policiais pertencentes ao **Esquadrão da Morte** [em negrito na edição

⁴⁵ “FUZILADO O POLICIAL CAÇADOR DE BANDIDOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 25 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4139. Acessado em: 10/06/2017.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ “‘ESQUADRÃO DA MORTE’ EM LÁGRIMAS À BEIRA DO TÚMULO: ‘PORTELA SERÁ VINGADO!’”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 26 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4247. Acessado em: 10/06/2017.

original] na Guanabara e seus filiados do Estado do Rio, está sendo movimentada, tendo à frente dois dos mais dignos substitutos de Milton Le Cocq, o terror dos bandidos: Euclides Nascimento e João Martinho Neto prometeram que somente retornarão a seus lares quando os matadores de Portela estiverem na cadeia ou no necrotério.⁵¹

Dando continuidade ao modelo de cobertura iniciado em maio de 1968, quando *UH* acompanhava o cumprimento ou não das ameaças do Esquadrão, na edição matutina de 28 de junho, o jornal anuncia em sua capa “Esquadrão vinga em mais dois”⁵², a qual dirigia o leitor à página 10, para a matéria que quase a ocupava por completo intitulada “‘Esquadrão da Morte’ fuzila dois bandidos”⁵³:

Mais dois mortos – um branco e um preto – somaram-se à longa lista de execuções do *Esquadrão da Morte* [em itálico na edição original]. Os cadáveres, crivados de balas de grosso calibre, foram encontrados, ontem, às primeiras horas da manhã, numa estrada deserta de Belfort Roxo, Nova Iguaçu, e um deles parecer ser o ex-PM José Francisco Neto, o *Caruaru* [em itálico na edição original], implicado no assassinato do Detetive Mário Ferreira Portela, o caçador de bandidos que tombou ao evitar um assalto à empresa de ônibus no Lins de Vasconcelos. (...) Os dois homens estavam caídos à margem da Estrada da Boa Esperança, no local denominado Barro Vermelho, e separados por uma distância de 150 metros. Foram executados no lugar em que caíram mortos. O branco, aparentando 50 anos, de feições finas, costeletas, unhas pintadas, foi morto com oito tiros, três nas costas, três na barriga e 2 na cabeça. Tinha hematomas nos olhos, indicando que foi agredido antes de morrer e trajava japona marrom de veludo, blusão roxo, cuecas brancas e sapatos esporte cor gelo. Nol bolsos, foram encontradas oito balas intactas, calibre 38. O elemento de cor preta, de 25 anos presumíveis, recebeu dois tiros na cabeça, quatro na barriga e dois na região glútea. Vestia japona azul, dois calções creme e azul, sapatos marrons de pano, boné roxo, camisa riscada de verde e azul e tinha no bolso uma touca de meia feminina. Essas circunstâncias revelam a marca do *Esquadrão da Morte* [em itálico na edição original].⁵⁴

Na mesma matéria, *UH* frisava que no dia anterior, de madrugada, o detetive Euclides Nascimento, comandante da caçada aos supostos assassinos de Portela e uma das mais importantes figuras da Scuderie le Cocq, teria prendido, em flagrante, três assaltantes de carros, no bairro de Botafogo, quando estes estariam tentando roubar um carro particular. O nome de Euclides Nascimento figurou em *Última Hora* no mês de

⁵¹ Idem.

⁵² “ESQUADRÃO VINGA EM MAIS DOIS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4252. Acessado em: 10/06/2017.

⁵³ “‘ESQUADRÃO DA MORTE’ FUZILA DOIS BANDIDOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 28 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4252. Acessado em: 10/06/2017.

⁵⁴ Idem.

junho, antes da morte de Portela – mais especificamente na edição matutina do dia 3 daquele mês – quando foi tema da matéria “Carta branca a chefe poderá reviver ‘Esquadrão da Morte’”⁵⁵. Nela, era noticiado que Euclides assumia naquele dia a chefia da 5ª subseção da Delegacia de Vigilância, em Bangu. A matéria traçava um perfil de Euclides, enquanto ao mesmo tempo buscava descrever as ações do Esquadrão, chegando mesmo a apresentar em certa medida uma visão positiva acerca do mesmo:

Euclides, que era tido como o substituto de Le Cocq no comando do chamado “Esquadrão da Morte” jurou vingar sua morte e acabou chefiando o destacamento policial que localizou e matou “Cara-de-Cavalo” em Itaguaí. (...) Diariamente os jornais noticiam mais uma execução na Baixada Fluminense. Tipos desconhecidos são encontrados crivados de balas de grosso calibre, e logo o crime é atribuído ao ‘Esquadrão da Morte’ fluminense. Trata-se de uma organização que tem similares em quase todos os Estados.

A Polícia, acusada de praticar tais crimes, explica-se de modo diferente. Explica que são os próprios bandidos que matam uns aos outros e atribuem ao “Esquadrão da Morte” as suas chacinas. A verdade é que ninguém conseguiu provar, à exceção do fuzilamento de “Cara-de-Cavalo”, que nenhum crime tenha sido praticado pelos comandados de Euclides Nascimento. O próprio submundo da marginalidade reconhece que o Esquadrão *mata limpamente* [em itálico no original], isto é, só em troca de tiros. Além disso, aqueles que morrem já estão jurados pelos inimigos e são autores de crimes brutais e covardes. Euclides Nascimento é um rapaz tranquilo e quase tímido, mas gosta de agir às claras. Quando não está caçando bandidos nos morros cariocas, vai caçar feras nas matas de Pirapora. Às margens do Rio São Francisco, onde nasceu.

Euclides Nascimento, que pretende ser delegado, está estudando Direito. Dizem que já matou cerca de 200 bandidos, utilizando em sua pontaria infalível, um fuzil M-1, americano, calibre 30-30, de balas douradas.⁵⁶

Percebe-se que no curso dos meses de maio e junho constituiu-se um padrão na cobertura das ações do E.M. em *UH*: o espaço e destaque concedidos ao mesmo se ampliaram consideravelmente conforme o número de vítimas se ampliava; enquanto as vítimas eram definidas como criminosos, ressaltando-se as ocorrências criminais que teriam sido por elas protagonizadas, os policiais e os membros do Esquadrão são pintados sob uma luz heroica, ressaltando-se a ideia de que eles seriam provocados a agir; ainda que nas primeiras matérias em que figure em *Última Hora*, o E.M. ocupe poucas linhas, ao fim de junho ele já conta com matérias de página inteira,

⁵⁵ “CARTA BRANCA A CHEFE PODERÁ REVIVER ‘ESQUADRÃO DA MORTE’”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 3 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4190. Acessado em: 10/06/2017.

⁵⁶ Idem.

acompanhadas de um número considerável de fotos, agora mostrando os corpos das vítimas deixadas em locais ermos (caso da matéria “‘Esquadrão da Morte’ fuzila dois bandidos”, da edição matutina de 28 de junho⁵⁷); após o jornal publicar supostas ameaças do Esquadrão a determinados indivíduos por ele visados, *UH* averigua se as mesmas teriam sido cumpridas, traduzindo certa noção de eficiência junto aos membros do E.M.; há ainda uma preferência pelo uso de apelidos, que denotaria certo processo de desumanização simultânea de membros do Esquadrão e de suas vítimas, transformados em personagens de fácil identificação, caso de “Jacaré”, “Gordinho”, e muitos outros. Tal se atesta na última aparição do Esquadrão no mês de junho, em matéria da edição vespertina de 29 daquele mês, intitulada “‘Esquadrão’ já sabe quem matou Portela”. Em que o jornal expõe uma “galeria” de policiais que teriam sido mortos por assaltantes, desfilando, muitas vezes em negrito, apelidos como: “Chocolate”, “Mélinho”, “Oscarzinho” (policiais), “Cara-de-Cavalo”, “Cabeleira”, “Roma 45”, “Moleque Vinte-e-Um”, “Wilson Maluco 2” e “Falcão Negro” (assaltantes), entre outros.

Ao antecedermos a apresentação dos dois primeiros meses de cobertura exercida por *UH* sobre o Esquadrão com um levantamento bibliográfico em torno da questão da violência policial e do jornalismo popular, pudemos debater em que medida matrizes culturais, políticas e históricas teriam definido a relação entre o jornal e o grupo de extermínio. Porém, diante da percepção da existência de linhas estruturantes nas matérias e artigos concernentes ao E.M. produzidos em 1968 (as quais irão se repetir nos meses subsequentes), faz-se necessário um debate mais específico em torno da questão da estrutura narrativa, do romance, e da influência que gêneros literários teriam possuído sobre o campo jornalístico em seu processo de formação. Isto se justifica afim de que possamos atestar quais agenciamentos e influências mútuas entre distintos suportes midiáticos teriam assistido na definição do objeto aqui estudado. Para tanto, no próximo capítulo serão debatidos textos de Umberto Eco, Muniz Sodré, Hans Ulrich Gumbrecht e de Mikhail Bakhtin.

⁵⁷ “‘ESQUADRÃO DA MORTE’ FUZILA DOIS BANDIDOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 28 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4252. Acessado em: 10/06/2017.

2. ROMANCE E COTIDIANO: A REALIDADE ENQUANTO CONSTRUÇÃO NARRATIVA

No segundo capítulo desta dissertação daremos continuidade ao debate em torno dos agenciamentos discursivos percebidos na cobertura jornalística desenvolvida acerca do Esquadrão da Morte pelo periódico *Última Hora*. Entretanto, o foco primordial deste capítulo recairá sobre as estruturas narrativas de textos ficcionais, se estas de alguma forma podem influenciar a linguagem jornalística e como isto se processa. Para tanto será necessário que nos debruçemos sobre as pesquisas de Umberto Eco, Muniz Sodré e Mikhail Bakhtin, além de expor certas categorias elaboradas por Hans Ulrich Gumbrecht. Através de Eco iremos definir no que consistiria um paradigma narrativo de construção da realidade, em que contexto social e histórico o mesmo teria se desenvolvido e em quais instâncias o pesquisador e autor italiano pode identificá-lo. Com o trabalho de Muniz Sodré averiguaremos a conformação dos campos literário e jornalístico, se e como estes se definiram, e a influência específica que o gênero do romance policial exerceu sobre segmentos do jornalismo interessados em noticiar casos criminais, o que nos permitirá analisar especificamente de que maneira este fenômeno teria se dado no que concerne ao EM. Já Gumbrecht nos permitirá pensar a relação entre literatura e meios de comunicação sob uma chave pós-hermenêutica. E com Bakhtin iremos considerar em maiores detalhes elementos estruturantes e esteticamente orientadores da construção narrativa, afim de abarcar de maneira minuciosa o fenômeno aqui estudado.

As conclusões dos autores apresentados apontam para uma realidade textual e discursiva marcada não pela clara segregação entre gêneros ou estilos – como se existisse uma hipotética linha invisível separando textos ficcionais daqueles que se propõem jornalísticos ou simplesmente objetivos, cada qual marcado por características não-identificáveis no outro – mas por um contínuo diálogo, contaminação e mesmo mútua construção entre eles. Logo, há que se considerar que para melhor compreender as escolhas presentes na cobertura produzida por um periódico carioca em torno de determinado grupo de extermínio, requer-se considerar que a mesma não ocorre em um vácuo semântico, pouco ou nada afetada por gêneros outros que não o jornalístico. Este seria produto das trocas e encontros, mutuamente influentes, efetuados entre si mesmo e a literatura. Caberá aqui questionar também em que medida uma possível imbricação

entre certa estrutura narrativa ficcional e textos de caráter objetivo pode ser agenciada por partes interessadas (caso de um grupo de extermínio como o Esquadrão e/ou do jornal *Última Hora*) como instrumento de legitimação política ou ainda assistir na maneira como leitores potenciais constroem simbolicamente a realidade que os cerca, imputando sentido a uma experiência anônima, coletiva e multifacetada.

Neste capítulo ainda continuaremos a análise das matérias publicadas por *UH* em torno do Esquadrão da Morte entre julho e outubro de 1968 (mês em que o Esquadrão figura de maneira considerável nas páginas do periódico, chegando a lançar um manifesto por meio de seu porta-voz “Rosa Vermelha”), atentando para possíveis estratégias discursivas atinentes com o tema central do Capítulo 2. Buscaremos assim averiguar se seria possível identificar influências narrativas ficcionais sobre as reportagens aqui elencadas.

2.1 Bakhtin e Gênero

Antes de darmos início à análise da narrativa e da estrutura textual, impõe-se levantar os apontamentos de Mikhail Bakhtin em torno do gênero, visto que a discussão aqui exposta passa pela diferenciação entre gêneros de caráter ficcional e o gênero jornalístico. Para o filósofo e teórico da linguagem e das artes Mikhail Bakhtin (1895-1975), em seu texto *Os gêneros do discurso*, somada à questão do gênero encontra-se a dos “enunciados”, invólucros de tradições e normas culturais que são, por meio deles, disponibilizadas coletivamente:

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos “senhores do pensamento” de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2011, p. 294)

Dessa forma, a experiência discursiva do indivíduo se desenvolveria a partir da “interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros” (Idem). Os traços gerais “abstratos e vazios” (Ibidem, p. 262) conferidos aos gêneros literários, em malsucedidas tentativas de defini-los, tenderia a se dar em parte pelo fato dos mesmos terem sido estudados “num corte da sua especificidade artístico-literária” (Idem), desde

a Antiguidade, e não como “determinados tipos de enunciados, que são diferentes de outros tipos, mas têm com estes uma natureza *verbal* (linguística) comum” (Ibidem, pp. 262-263). Segundo Bakhtin, os gêneros de discurso representariam assim “tipos estáveis de enunciados” (Ibidem, p. 262). Para Bakhtin, afim de melhor compreender a operacionalidade dos gêneros literários, seria primeiramente necessário diferenciar entre eles os “primários” e os “secundários”. Os gêneros “secundários” ou “complexos”, que poderiam ser exemplificados pelos “romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes discursos publicísticos, etc.” (Idem), surgiriam em contextos sociopolíticos de caráter desenvolvido, sendo constituídos a partir da reelaboração dos gêneros “primários”, formados “nas condições da comunicação discursiva imediata” (Idem). Mas como evitar, em estudos balizados em estilos de linguagem, por exemplo, os quais correspondem a “estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana” (Ibidem, p. 266), que sejam elaboradas classificações “sumamente pobres e não diferenciadas” (Ibidem, p. 267)?

Para Bakhtin, essa possibilidade existe na medida em que não se consideraria a relação entre estilos e gêneros, a dinâmica mútua entre gêneros primários e secundários e a percepção de que a conformação dos próprios gêneros atravessa e é perpassada por processos históricos. Como ele aponta:

As mudanças históricas dos estilos dos estilos de linguagem estão indissolavelmente ligadas às mudanças dos gêneros do discurso. A linguagem literária é um sistema dinâmico e complexo de estilos de linguagem; o peso específico desses estilos e sua inter-relação no sistema da linguagem literária estão em mudança permanente. A linguagem da literatura, cuja composição é integrada pelos estilos da linguagem não literária, é um sistema ainda mais complexo e organizado em outras bases. Para entender a complexa dinâmica histórica desses sistemas, para passar da descrição simples (e superficial na maioria dos casos) dos estilos que estão presentes e se alternam para a explicação histórica dessas mudanças faz-se necessária uma elaboração especial da história dos gêneros discursivos (tanto primários quanto secundários), que refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social. Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema de língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos. (Ibidem, pp. 267-268)

Ao assumir a perspectiva da conformação de estilos e gêneros dentro de um processo social e histórico, Bakhtin nos permite olhar para a conformação de estratégias

e estruturas narrativas de cunho ficcional em paralelo com aquelas do discurso jornalístico e do gênero da notícia. Nosso esforço nesse capítulo será, por um lado, averiguar como se teriam processado influências mútuas entre estas e de que forma esse processo pode ser percebido a partir de um objeto específico: a cobertura do Esquadrão da Morte pelo jornal *Última Hora*.

2.2 Umberto Eco e os *Protocolos Ficcionalis*

Publicado em 1994, o livro *Seis passeios pelos bosques* da ficção compreende as palestras pronunciadas por Umberto Eco no ciclo Charles Eliot Norton *Lectures*, entre 1992 e 1993, na Universidade de Harvard. Nestas, o autor, semiólogo, filósofo e linguista italiano discorreu sobre modos de escrita e leitura, tráfegando entre autores como Edgard Allan Poe e Alexandre Dumas. Porém, é na sua derradeira palestra, intitulada *Protocolos ficcionalis* (que corresponde ao capítulo final da versão impressa que as reuniu), que Eco dirige suas atenções ao que pode se definir como um paradigma narrativo de construção da realidade, iniciando-a com a seguinte colocação:

Se os mundos ficcionais são tão confortáveis, por que não tentar ler o mundo real como se fosse uma obra de ficção? Ou, se os mundos ficcionais são tão pequenos e ilusoriamente confortáveis, por que não tentar criar mundos ficcionais tão complexos, contraditórios e provocantes quanto o mundo real? (ECO, 1994, p. 123)

O próprio pesquisador ressalta, respondendo ao segundo questionamento, que tal foi o intuito de inúmeros autores, caso de Dante Alighieri, William Shakespeare e James Joyce. Mas responder à primeira pergunta envolveria, ainda de acordo com Eco, voltar-se, por exemplo, para fenômenos midiáticos, refletindo como, em seu livro *A obra aberta* (1962) é apontada a estratégia discursiva de programas de TV ao vivo que visam “organizar o fluxo fortuito dos acontecimentos dando-lhe uma estrutura narrativa” (Idem). Procedimentos como esse apontam para a existência de certa tensão em torno dos efeitos de verdade potencialmente produzidos por textos a partir do ato de leitura. Trata-se de questionar se o leitor, ao consumir qualquer tipo de relato, deve pressupor que o sujeito que escreve ou fala, pretende transmitir algo que deve se supor verdadeiro, ou se:

(...) quando ouvimos uma série de frases recontando o que aconteceu a alguém em tal e tal lugar, a princípio colaboramos reconstituindo um universo que possui uma espécie de coesão interna – e só depois decidimos se devemos aceitar essas frases como uma descrição do mundo real ou de um mundo imaginário. (Ibidem, p. 125)

Ao se deparar com esse problema, Eco sugere que o mesmo está atrelado à discussão acerca da distinção proposta por teóricos como Theun van Dijk entre narrativa *natural* e *artificial* (Idem). A primeira descreveria fatos apresentados pelo narrador como tendo ocorrido na realidade, não entrando no mérito da questão se estes seriam retratados de maneira fidedigna ou se estariam sujeitos a erros ou mentiras por parte de seu criador, sendo exemplificada pelas tentativas de construção de narrativas históricas. Já a segunda seria “(...) supostamente representada pela ficção, que apenas *finje* dizer a verdade sobre o universo real ou afirma dizer a verdade sobre um universo ficcional” (Idem). Sinais paratextuais – definidos por Eco como as “mensagens externas que rodeiam um texto” (Ibidem, p. 126) – e textuais seriam os instrumentos capazes de assistir o leitor a identificar se determinada narrativa poderia ser identificada enquanto *artificial*.

No entanto, casos como o da adaptação e transmissão radiofônica de *A Guerra dos Mundos*, produzida por Orson Welles em 1938, que levou à eclosão de pânico massivo em diversas regiões dos Estados Unidos, atestariam, em primeiro lugar, para a considerável dificuldade de muitos leitores (independendo aqui o grau de leitura dos mesmos em nível individual) em identificar sinais paratextuais, e em segundo, da dificuldade de se estabelecer uma clara definição teórica que contraponha a estrutura de uma narrativa *artificial* de uma *natural*. Definir ficção como uma narrativa em que as personagens passam por determinadas experiências ou são responsáveis por ações e “na qual essas ações e paixões transportam a personagem de um estado inicial para um final” (Ibidem, p. 127) também corresponderia a uma atitude problemática, visto que essa mesma estrutura seria aplicável a relatos que se apresentam como verídicos ou objetivos, sendo ainda incapaz de abarcar experiências literárias interessadas em configurar tramas de reduzida carga dramática, como exemplifica o próprio Eco ao mencionar o cotidiano das personagens da obra *Ulisses*, de James Joyce (Ibidem, p. 128). Em suma, mesmo que se considere a existência de sinais ficcionais consideravelmente explícitos, como a narrativa de uma estória de cunho individual e não geral, o uso de ironia, a abertura de uma trama por meio de um diálogo, entre outros, o autor aponta que bastaria:

(...) encontrar uma única obra de ficção que não apresente nenhuma dessas características (poderíamos citar dezenas de exemplos) para afirmar que não existe um sinal incontestável de ficcionalidade. (Ibidem, pp. 130-131)

Tal dado sugere um contexto potencial em que os leitores poderiam vir a enfrentar dificuldades em discernir entre o mundo real e mundos ficcionais – podendo projetar a estrutura narrativa ficcional sobre a realidade. Nesta chave, para Eco, com frequência não decidiríamos voluntariamente entrar num dado mundo ficcional, vendendo-nos subitamente dentro dele:

Na ficção, as referências precisas ao mundo real são tão intimamente ligadas que, depois de passar algum tempo no mundo do romance e de misturar elementos ficcionais com referências à realidade, como se deve, o leitor já não sabe muito bem onde está. Tal situação dá origem a alguns fenômenos bastante conhecidos. O mais comum é o leitor projetar o modelo ficcional na realidade – em outras palavras, o leitor passa a acreditar na existência real de personagens e acontecimentos ficcionais. O fato de muitas pessoas terem acreditado e ainda acreditarem que Sherlock Holmes tenha existido de fato é apenas o mais famoso de numerosos exemplos possíveis. (Ibidem, p. 131)

Porém, outro fenômeno decorrente da transposição de modelos ficcionais para a realidade material seria “nossa tendência a construir a vida como um romance” (Ibidem, p. 135). Eco situa sua tese a partir de estudos de gramática produzidos por Francis Lodwick (1619-1694), no século XVII. Mercador flamengo, Lodwick buscou identificar aquela que seria a “língua perfeita” de Adão, que de acordo com a Bíblia, teria sido incumbido por Deus de nomear todas as coisas e seres, apresentando a teoria de que os nomes originais não seriam de substâncias, mas sim de ações. Portanto, a partir da ideia específica da ação, teriam derivado os nomes do agente, da ação e do local (Idem). As noções propostas por Lodwick precederam o que hoje se define como “teoria gramática de caso”, defendida por teóricos como o linguista Kenneth Burke (1897-1993). Segundo ela, nossa compreensão de um termo em dado contexto assume a forma de uma instrução, sugerindo assim que “entendemos frases porque conseguimos imaginar histórias curtas, às quais essas frases se referem” (Idem). Eco propõe também, a partir de teses como a do psicólogo Jerome Bruner, as quais afirmam que nossa maneira de explicar experiências do cotidiano é traduzi-las enquanto histórias (Ibidem, p. 136), que este procedimento pode ser identificado na “História vista como *historia rerum gestarum* ou narração de eventos passados reais” (Idem). Citando o trabalho de teóricos como Arthur Danto e Hayden White, para o autor a construção do processo histórico enquanto narrativa nos assiste a inculcar sentido no mundo, organizando semanticamente nossa existência e nos permitindo existir tanto através de nossa memória individual quanto de uma possível memória coletiva:

Nosso relacionamento perceptual com o mundo funciona porque confiamos em histórias anteriores. Não poderíamos perceber inteiramente uma árvore se não soubéssemos (porque outras pessoas nos disseram) que ela é o produto de um longo processo de crescimento e que não cresce da noite para o dia. (...) Ninguém vive no presente imediato; ligamos coisas e fatos à função adesiva da memória pessoal e coletiva (história e mito). Confiamos num relato anterior quando, ao dizer “eu”, não questionamos que somos a continuação natural de um indivíduo que (de acordo com nosso país ou com o registro civil) nasceu naquela determinada hora, naquele determinado dia, naquele determinado ano e naquele determinado local. Vivendo com duas memórias (nossa memória individual, que nos habilita a relatar o que fizemos ontem, e a memória coletiva, que nos diz quando e onde nossa mãe nasceu), muitas vezes tendemos a confundi-las como se tivéssemos testemunhado o nascimento de nossa mãe (e também o de Júlio César) da mesma forma como “testemunhamos” as cenas de nossas experiências passadas. (Ibidem, pp. 136-137)

Para Eco, seríamos capazes de compartilhar dessa memória coletiva através “das histórias de nossos antepassados ou através dos livros” (Ibidem, p. 137). Dessa forma, uma espécie de fascínio social para com a ficção se daria pelo fato de nos valermos da mesma enquanto instrumento de compreensão do mundo e reconstrução do passado, assistindo-nos enquanto jogo semântico na elaboração dos papéis sociais que almejamos exercer e na estruturação de nossas experiências cotidianas, que passam a ser inseridas contra um pano de fundo recortado em termos temporais e geográficos. Mas pelo fato da atividade narrativa estar intimamente vinculada à maneira como o indivíduo pode ler a sua realidade, o autor questiona se o mesmo não seria capaz de a ela acrescentar elementos ficcionais (Ibidem, 137). A partir desse ponto, Eco elabora um relato sobre a conformação das teses conspiratórias que propugnariam a existência de supostas sociedades secretas com ambições de conquista universal, detentoras de poderosos segredos místicos, e infiltradas em todas as esferas de poder religiosas e seculares. Tendo início no século XIV com a dizimação da Ordem dos Cavaleiros Templários⁵⁸ pelo rei Filipe, o Belo (1268-1314) e as subseqüentes histórias sobre atos clandestinos cometidos por remanescentes da Ordem, teses em torno de sociedades secretas começam a ser espalhadas no continente europeu de maneira intensa a partir do século XVII, com a publicação dos manifestos da Rosa-Cruz⁵⁹ em 1618. Após a publicação

⁵⁸ A Ordem dos Pobres Cavaleiros Templários do Templo de Salomão, ou Ordem do Templo, foi uma ordem monástica de cavalaria fundada em 1118, pouco depois da Primeira Cruzada (1096), com o objetivo de proteger os peregrinos cristãos que tencionassem peregrinar à cidade de Jerusalém após a conquista.

⁵⁹ Os manifestos Rosacruz foram documentos publicados primeiramente nos territórios europeus que hoje correspondem à Alemanha, e posteriormente em outras partes do continente, nos primeiros anos do século XVII, anunciando a existência de uma ordem esotérica detentora de conhecimento provenientes de épocas antigas, mesclando elementos da Cabala, do cristianismo Místico e de teorias ocultistas.

destes, e no curso dos séculos seguintes, ordem reais foram criadas, afirmando cada uma ser a Rosa-Cruz “original”. Fenômeno semelhante é percebido no século XVIII na França, com as alegações, por parte da maçonaria cognominada Escocesa ou Templária e Ocultista, de que ela possuiria laços de continuidade direta com os Templários medievais, e mesmo com os construtores do Templo de Salomão. Nas palavras de Eco:

Essas sociedades secretas e a possível existência de “Superiores Desconhecidos” que guiavam o destino do mundo foram tema de debate na época imediatamente anterior à Revolução Francesa. (Ibidem, p. 139)

Esforços de explicar o próprio fenômeno da revolução na França, levaram o abade Augustin Barruel (1741-1820) a escrever *Memórias para servir à história do jacobinismo*, entre 1797 e 1798, no qual advogava ter sido a sublevação – responsável por derrubar a monarquia absolutista no país e constituir uma nova forma de governo republicana – fruto de uma trama planejada pelos antigos templários, com o intuito de “destruir o Papado e todas as monarquias e criar uma república mundial” (Idem). Porém, as teses de uma conspiração de conquista mundial urdida por “Superiores Desconhecidos” não ficariam restritas a textos de cunho pretensamente histórico ou manifestos políticos, sendo possível localizá-las em diversas obras ficcionais publicadas no curso do século XIX, caso de *O judeu errante* (1844-1845), de Eugène Sue. Parte do movimento anticlerical francês, Sue encarava os jesuítas como integrantes de uma ordem secreta, interessada na conquista do mundo, tendo sido, nas palavras de Eco:

(...) quem deu a maior publicidade a tais acusações. Em seu romance *O judeu errante*, o perverso monsieur Rodin, encarnação da conspiração jesuítica mundial, é claramente mais uma versão romanesca dos Superiores Desconhecidos. Monsieur Rodin retorna no último romance de Sue, *Os mistérios do povo* (1849-1856), onde o plano diabólico dos jesuítas é exposto até o último detalhe criminoso num documento enviado a Rodin (personagem ficcional) pelo diretor da ordem, padre Roothaan (figura histórica). Sue retoma ainda outra personagem ficcional, Rodolphe de Gerolstein, de seu romance *Os mistérios de Paris* (1842-1843) (um autêntico livro cult, a ponto de milhares de leitores enviarem cartas a suas personagens). Gerolstein se apodera do documento e revela “quão astutamente se urdiu essa trama infernal e que terríveis sofrimentos, que pavorosa escravização, que horrendo despotismo significaria para a Europa e o mundo ela tivesse vingado”. (Ibidem. p. 141)

Em poucas décadas, após a publicação de folhetins como *Os mistérios do povo*, a narrativa ficcional de uma conspiração universal, pensada por determinada sociedade secreta, se veria presente em romances como *Joseph Balsamo* (1849), de Alexandre

Dumas (1802-1870) – em cuja trama o Conde de Cagliostro planeja, juntamente com os Superiores Desconhecidos, uma operação que visa desacreditar e subverter a monarquia francesa, no século XVIII – e *Biarritz* (1868), do escritor alemão Hermann Goedsche (1815-1878), em que uma cena descreve a reunião de representantes das doze tribos de Israel, em um cemitério de Praga, “a fim de preparar a conquista do mundo pelos judeus” (Ibidem, p. 142), descrita pelo personagem do grão-rabino.

Entre fins do século XIX e início do XX, o discurso ficcional do “grão-rabino” de Goedsche passa a ser publicado em jornais como se correspondesse a um pronunciamento real, capaz de revelar a intenção dos judeus de conquistarem o mundo. Esta tese passa a ser exposta na forma de um documento falso publicado na Rússia em princípios do século XX intitulado *Protocolos dos Sábios de Sião*, que supostamente corresponderia à ata de uma reunião de líderes sionistas em Basileia (Suíça), na qual estes tramariam em minúcias um plano de dominação mundial. Tal documento representou um dos baluartes do discurso antissemita que se propagaria pela Europa e pelo continente americano na primeira metade do século XX.

No entanto, se as conclusões de Eco apontam para a construção da realidade sociopolítica enquanto narrativa ficcional (sugerindo as perigosas consequências desse fenômeno), por meio de Muniz Sodré podemos compreender que este processo só foi possível na medida em que operou juntamente à consolidação tanto de determinadas formas narrativas (que se transformam no curso do tempo) quanto da prática profissional do jornalismo, a partir do século XIX.

2.3 Muniz Sodré e *A narração do fato*

Jornalista, teórico do campo da comunicação, sociólogo, autor e tradutor, Muniz Sodré publica *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*, em 2009, com o intuito de analisar as estruturas e estratégias narrativas percebidas na conformação do discurso jornalístico e em que consistiria o gênero da notícia (alertando para como o mesmo é capaz de assistir na conformação de uma determinada temporalidade, a partir de definição de um presente, e da elaboração de fatos e acontecimentos). Ressaltando o “valor de realidade” (SODRÉ, 2009, p. 143) e o uso determinante de uma linguagem informacional no que concerne à produção da notícia, Sodré reitera como a existência do jornalismo junto ao circuito de produção de textos que denominamos “literatura” ajuda-nos a perceber mútuas influências entre narrativas

declaradamente ficcionais e não-ficcionais. Tal pode ser atestado, primeiramente, a partir da relevância do “enredo” (Ibidem, p. 192) enquanto instrumento estruturador do texto, o qual é historicizado por Sodré, em uma passagem de sua obra que será aqui inserida em sua totalidade por embarcar de maneira plena o tema proposto pelo autor:

É na ficção romanesca, letrada ou imagística, que o enredo se estabelece como um recurso técnico indispensável. A forma denominada *romance* (*roman* significa “língua vulgar” no início do século XII europeu há também a forma *rimance*, para designar as narrativas em línguas vulgares na Idade Média) é realmente sucedânea da antiga função de narrar, embora Benjamin⁶⁰ precise que narrativa clássica e romance diferem tanto no modo de aparecimento quanto no uso. O romance tem a ver com a escrita e com o indivíduo isolado. Ao trocar o herói mítico pelo personagem, a narrativa romanesca ajuda a construir a moderna noção de identidade pessoal, dando curso à representação do ser humano individualizado, quando este conquista o estatuto histórico de pessoa.

O romance aparece como mera forma de tradução das narrativas orais para a escrita: no século XIII, *romancer* quer dizer “traduzir do latim para o francês; no século XIV, simplesmente “escrever em francês”. Mas a partir desta mesma época o que se passa a escrever em língua popular é a transcrição em prosa e a continuação seriada de aventuras versificadas, de estilo épico, como “Os romances da Távola Redonda”, “Tristão e Isolda”, o “Ciclo do Graal” e outros relatos de lendas históricas e míticas da Idade Média, fontes temáticas dos popularíssimos “romances-folhetins” e do romance barroco (século XVII), caracterizados pela imaginação livre, sem compromissos com a verdade histórica ou a realidade social.

Tudo isto já foi exaustivamente descrito nas obras de história da literatura, mas importa aqui reprisar que o fenômeno do romance deve ser considerado no quadro do desenvolvimento da escrita, de um público leitor diversificado, de uma unificação linguística tributária da formação do Estado Nacional, assim como da importância crescente da escola. (Idem)

Para Sodré, na medida em que a narrativa romanesca, a partir do século XIX, consolida-se como espelho da “vida interior” (Ibidem, p. 193) do autor, contribuindo assim para reforçar a noção de pessoa e subjetividade, ela também passaria a ser reconhecida como produtora de uma “verdade, a ser extraída da intervenção estética ou artística no mundo pelo escritor” (Idem). Não se trata aqui, necessariamente, de uma verdade histórica, ou de certo compromisso com uma realidade objetiva e cientificamente atestada em sua existência, mas de uma verdade atinente com a autenticidade das sensações e injunções de sentido do autor sobre o mundo. Nesse

⁶⁰ Citação à Walter Benjamin: BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte, política*. São Paulo: Brasiliense, 1982 [Obras Escolhidas I].

sentido, a narrativa romanesca teria se definido não apenas como “uma simples ‘história’” (Idem), na medida em que esta teria se desenvolvido enquanto “arte sutil” (Idem) e:

(...) pôde tornar-se um vasto painel dos matizes sociais e psicológicos implicados na história narrada. Assim é que, desde Flaubert, principalmente (por seu compromisso irrestrito com o estilo, em vez de com um real-histórico a ser descrito) reserva-se ao romance um valor artístico e estético. (Idem)

No curso do século XX, entretanto, o contato sistêmico com novas estratégias e técnicas de produção textual (em grande medida associadas com transformações no âmbito do jornalismo) teriam reconfigurado a maneira de se construir e consumir narrativas, o que permite ao autor apontar que:

Na esfera da narrativa a informação pode de fato hibridizar-se com qualquer recurso expressivo, literário ou imagístico, a exemplo da moderníssima imagem *infográfica* ou do desenho tradicional. O primeiro caso diz respeito à imagem criada por computador (*computer graphics*), que rompe digitalmente a criação analógica – e, assim, substitui a representação contínua pela discreta –, associando o mundo sensível ao cognitivo. O segundo caso tem a ver com narrativas que combinam texto com desenhos. (Ibidem, p. 202)

O uso crescente nas páginas de jornais de histórias em quadrinho e a popularidade que as mesmas adquirem durante o século XX, veria a influência recíproca destas plataformas midiáticas, com casos como o da estrutura das estórias do repórter Tintim, criado pelo escritor e desenhista Georges Prosper Remi, mais conhecido como Hergé (1907-1983), e em outro extremo, pela vitória por parte de uma *graphic novel* (*Maus*, de Art Spiegelman), do mais importante prêmio do jornalismo norte-americano, o Pulitzer, em 1992. Tais fenômenos atestariam, tanto no que concerne a textos ficcionais quanto a não-ficcionais, para a:

(...) existência de textos híbridos (literário-informativos), assim como de textos específicos de outras formas expressivas (o filme, a canção, o ensaio, etc.) que, para as novas gerações de escritores ou criadores de cultura, exercem tanta ou maior influência sobre a sua atividade do que a forma livresca tradicional. (...)

Mas, a propósito do jornalismo, é preciso também ter em mente que se confunde frequentemente o conceito de ficção literária. Em literatura, como já frisamos, a ficcionalização não concerne apenas os conteúdos fabulativos (os elementos inventados da história), mas principalmente a linguagem inventada no texto. A linguagem de um escritor é uma ficção *vernacular*, de modo que seria necessário avaliar analiticamente a medida de intervenção realizada pelo escritor na

língua escrita tal e qual se realiza (no caso de Capote⁶¹, o inglês escrito nos Estados Unidos), para tentar demarcar, se for possível, a distância semiótica entre discurso informativo e texto literário. Seja como for, o trânsito eventual entre um e outro é propiciado pelo *texto narrativo* – este, sim o maior ponto em comum entre a prática jornalística e a arte literária. (Ibidem, pp. 202-203)

Como apontado por Sodré, se o texto narrativo é o ponto de encontro entre a ficção e o jornalismo, cabe nos perguntarmos quais são as estratégias discursivas das quais se vale a prática jornalística para conformar uma experiência do real. E nesse sentido, segundo o autor, os conceitos de “notícia” e “acontecimento” seriam instrumentais. A notícia seria, em si, uma “estratégia de narração do fato social” (Ibidem, p. 17), constituindo-se enquanto “o relato de algo que foi ou que será inscrito na trama das relações cotidianas de um real-histórico determinado” (Ibidem, p. 24). Porém, ainda que a notícia seja dotada de uma estrutura narrativa, nela não predominaria qualquer:

(...) arcabouço lógico-argumentativo herdado dos clássicos, e sim o projeto “psicológico” de implicar o leitor no próprio processo de narrar o acontecimento, por meio de uma hierarquização de enunciados que se destina a facilitar-lhe o acesso ao fato, economizando tempo. (Ibidem, p. 25)

A notícia consistiria assim em uma forma da “economia da atenção” (Idem), a qual teria terminado por caracterizar a mídia contemporânea a partir da transição do jornalismo de opinião para uma “imprensa comercial” (Idem), organizada a partir de bases e métodos de produção industriais. No entanto, há que se considerar que hoje, a partir deste processo, sob a vigência da mídia eletrônica e das novas tecnologias da informação, a notícia não apenas transmite uma realidade, mas a constrói produzindo “efeitos de real” (Idem). Mas, para além do gênero propriamente dito da “notícia”, este se assentaria por exemplo na estrutura organizativa do “acontecimento”, capaz produzir uma “unidade factual” (Ibidem, p. 37) sobre o material bruto (ações e fenômenos do mundo objetivo) do qual dispõe, valendo-se para tanto de;

(...) um esquema narrativo, uma forma germinal de *enredo* ou *intriga* que transforma a factualidade da vida (levando-a a se encarnar ou se efetuar nos corpos), uma vez que nesta não há propriamente enredo, tão-só repetições, coincidências e inesperados. (Ibidem, p. 37)

⁶¹ Truman Capote (1924-1984), escritor, romancista, dramaturgo e jornalista americano, autor da obra *À sangue frio* (1966), que mesclava elementos literários com investigação jornalística.

A título de exemplo, sobre como certo esforço semântico de construir narrativamente a realidade pode vir a influenciar a formulação de pautas jornalísticas, Sodré volta-se para a cobertura de casos de ataques de cães da raça *pitbull*, relatados por diversos veículos de imprensa brasileira durante a década de 1990. Tal caso, à primeira vista, pareceria contrariar potenciais regras de noticiabilidade do fato, visto que além de serem vistos como casos corriqueiros, a maioria das vítimas não era dotada de notoriedade pública, a qual poderia, *a priori*, justificar o relato dos ataques por elas sofridos. Porém, as conclusões do autor assistem na compreensão da ação midiática em torno dos ataques de *pitbull* na medida em que demonstram como os mesmos puderam ser inseridos em uma chave narrativa:

Uma análise mais acurada dessas notícias pode mostrar que não se trata tanto de informar, isto é, de apenas comunicar um *o quê* sobre o animal, e sim de inseri-lo numa narrativa autocentrada, tornando-o personagem de uma história de medo, sob as aparências da virtude jornalística de proteger, por meio da informação acurada, a integridade dos cidadãos. (Ibidem, p. 78)

Em parte, o esforço de inserir a realidade objetiva dentro de uma moldura narrativa, operaria a partir de dois efeitos sociais que podem ser identificados junto à prática jornalística: a organização do tempo; e o fornecimento de certo bem-estar e segurança aos leitores a partir da contínua ratificação da ideia de que existe um sentido em torno de processos (tanto naturais, como catástrofes, quanto sociais) anônimos e coletivos, e que o jornalista, como profissional *logotécnico*, dotado de responsabilidades para com o conjunto da sociedade, é capaz de interpretar. No que tange à organização cronológica da experiência social, Sodré aponta que:

(...) a notícia de jornal – no limite, uma reinterpretação histórica do ritmo interno da narrativa antiga – inscreve desde sempre uma diretiva de construção do *tempo social* pela pontuação no ritmo dos acontecimentos, que é de fato o caminho para a fixação temporal da atualidade num presente. (Ibidem, p. 87)

Enquanto a função de organização do *tempo social* pela notícia se produz, concomitantemente a mencionada função “terapêutica” por ela exercida, atesta para continuidades entre a linguagem jornalística e modelos discursivos não necessariamente comprometidos com a objetividade ou a transmissão de informações fidedignas, sendo válido frisar que:

(...) o mesmo sentido terapêutico (ordenamento da experiência, atribuição de sentido ao mundo) pode ser encontrado nas narrativas

urbanas em geral, assim como em relatos míticos nas culturas tradicionais. (Ibidem, p. 96)

Porém, ainda que se percebam influências mútuas entre distintos gêneros na conformação do texto jornalístico, este seria dotado de traços característicos, capazes de destoá-lo de produções ficcionais, primeiramente pelo mesmo ser gerado e possibilitado enquanto “mediação discursiva” (Ibidem, p. 109) por um grupo específico de profissionais (os jornalistas), sendo voltado para a “pontuação rítmica dos acontecimentos em função de uma temporalidade tradicional” (Idem). Para além destes pontos, haveria a própria noção da *notícia* como “gênero *sociodiscursivo*” (Ibidem, p. 138), o que implicaria afirmar que o sentido da mesma dependeria da inserção de uma situação comunicativa na experiência cotidiana “comum a um grupo de sujeitos linguísticos” (Idem).

Porém, é na literatura e no jornalismo enquanto experiências sociais de trânsitos materiais e trocas simbólicas que podemos identificar o processo de mútua constituição entre os campos, visto que (trazendo esta questão para o contexto específico da sociedade brasileira) o desenvolvimento do jornalismo no Brasil desde a segunda metade do século XIX se deu paralelamente com aquele da literatura nacional, havendo mesmo contatos permanentes entre estruturas de produção identificadas com gêneros literários ficcionais e aquelas associadas com o gênero jornalístico. Se a presença de literatos nas redações de jornais brasileiros, durante o Segundo Reinado (1840-1889), forneceu a estes subsídios materiais para que escrevessem suas obras, ela também apontaria para a possibilidade de que a literatura acontecesse “no espaço topográfico do jornal” (Ibidem, p. 139). Esta assertiva parte do pressuposto que, no período que se estende da segunda metade do século XIX até o final da primeira metade do século XX, tanto o jornalismo popular quanto um jornalismo cujo público-leitor consistiria nas elites sociais do país teriam se valido de estratégias discursivas provenientes de gêneros ficcionais, pois:

(...) por um lado, o jornalismo popular misturava, sem grandes medidas, informação e ficção, com os olhos sempre voltados para o extraordinário ou o sensacional; por outro, a imprensa mais elitista, empenhada em doutrinar ou criticar o Estado e as próprias classes dirigentes, lançava mão de fórmulas nem sempre muito objetivas e frequentemente literarizadas. (Idem)

Certa dificuldade em se admitir como trocas sistêmicas puderam afetar a consolidação de campos discursivos com objetivos necessariamente distintos, talvez

provenha da hegemonia exercida por uma ideologia da objetividade, que Sodré identifica como prevalente até ao menos finais do século XX no interior da atividade jornalística, a qual teria sempre tentado: “recalcar a persistência evidente do fabulativo ou do imaginário em determinadas técnicas retóricas da narração jornalística” (Ibidem, p. 140). O valor de realidade da notícia teria operado, neste processo, como elemento capaz de assegurar a “demarcação conceitual das fronteiras” (Ibidem, p. 143) entre imprensa e literatura. O estatuto axiomático do valor de realidade da notícia, o qual operaria na condição de estratégia retórica, teria sido garantido pela consolidação de uma imprensa comercial no curso do século XIX, dele se valendo o jornalismo com o intuito de estabelecer sua autonomia em relação ao campo literário. Em contraposição a este, a literatura configurou-se, paulatinamente, através de autores como Honoré de Balzac (1799-1850)⁶², e Liev Tolstói (1828-1910)⁶³, como o local de construção estética da noção de subjetividade. Esta separação abstrata entre ambos os segmentos e circuitos discursivos não implicou, porém no:

(...) afastamento físico, ou mesmo profissional, de escritores das redações de jornais, nem o abandono de recursos da literatura na elaboração de textos jornalísticos. Mas se trata aí de empréstimos, de influências (às vezes, mútuas), e não de equivalência de identidades. Quando um jornalista se comporta como narrador literário – por exemplo, usando linguagem pessoal ou coloquial, colocando a si mesmo na cena do acontecimento, dando cores de aventura romanesca a seu relato, litigando com as fontes de informação, etc. – não está “fazendo literatura”, e sim lançando mão de recursos da retórica literária para captar ainda mais a atenção do leitor. (Ibidem, pp. 143-144)

O ponto de ligação basilar entre o jornalismo e ficção literária, para Sodré, estaria localizado na “estética do realismo objetivo” (Ibidem, p. 154). Este se veria expresso por meio do uso e da descrição de diálogos, gestos e fatos por parte do repórter ou redator, os quais acabariam por passar “de um suposto real-histórico para um real imaginado, com vistas a produção daquilo que Roland Barthes chamou de “efeitos de real” (Idem). E para o autor é possível ver no jornalismo dito sensacionalista um dos espaços privilegiados do uso de recursos ficcionais na construção textual, ao ponto de se embaçarem as fronteiras entre ficção e pretensão de objetividade:

A “mistura” (de imaginário e real), que agora se transfere crescentemente para o livro, sempre esteve presente na imprensa diária e semanal, sob a forma do que se convencionou chamar de

⁶² Autor, entre outros romances, de *Eugènie Grandet* (1833), *O Pai Goriot* (1834) e *As Ilusões Perdidas* (1839).

⁶³ Autor de romances como *Guerra e Paz* (1869) e *Anna Karenina* (1877).

“sensacionalismo”. Esta expressão comporta dúvidas teóricas, mas serve como índice aproximativo de um tipo de jornalismo caracterizado pela desenvoltura narrativa. (Ibidem, p. 221)

Para o autor, entretanto, é necessário acentuar que a categoria “sensacionalismo” não existe a partir de um prisma conceitual definido, capaz de dissociá-la plenamente de uma imprensa que não seja sensacionalista. Na verdade, o rótulo de “sensacionalista” seria frequentemente utilizado:

(...) como pré-juízo negativo sobre as formas expressivas da imprensa popular, traduzindo uma tensão entre estas últimas e o discurso informativo, muito menos narrativo, praticado pela imprensa “burguesa”, ou voltada para as camadas sociais de renda elevada. Mas o fato é que, desde o princípio da imprensa moderna, verifica-se uma conexão estreita entre o texto mais impostado e o dramatismo que veste narrativamente as notícias de crimes, catástrofes e acontecimentos insólitos (*fait-divers*, em francês). (Ibidem, p. 222)

A partir dessas conclusões, o autor demonstra como a ligação intestinal de estratégias discursivas declaradamente ficcionais e aquelas de caráter jornalístico se veria expressa sobremaneira no romance policial, que se encontraria em certa medida imbuído dos mesmos interesses demonstrados pelo *fait-divers*, texto noticioso que “publiciza os aspectos mais insólitos, senão sórdidos, da vida privada” (Ibidem, p. 250). Para além deste ponto, o romance policial aproxima-se do gênero jornalístico ao abarcar os seguintes pontos: sua trama é comumente iniciada por um acontecimento inesperado e, sobretudo, momentaneamente desconcertante, como o aparecimento de um corpo ou o desaparecimento de determinado personagem, fato que desencadeia a investigação, por meio da qual o detetive particular deverá, a partir da utilização de um saber indiciário, elucidar o mistério e retraçar o percurso dos fatos que geraram a enredo; ele é organizado, em geral, a partir de uma estética realista e objetiva, atinente com aquela presente no texto jornalístico; e traduz uma preocupação moralizante não muito distante daquela identificada no discurso autolegitimador do jornalismo, que se arroga o dever de resguardar e educar a sociedade civil. Em referência a essa última questão, Sodré elenca aqueles traços que seriam capazes de unificar o gênero policial, subdividido em várias *espécies* distintas, como o *thriller*, muitas vezes centrado na tensão dramática gerada pela busca de um *serial killer*, o *whodunnit*, que gira em torno da resolução de um enigma (mais especificamente, um assassinato), representado pelas obras de Agatha Christie, e o *pulp* ou *hard-boiled*, provenientes dos Estados Unidos e baseadas, em

geral, no relato cínico e socialmente crítico de um detetive particular. Para o autor, a funcionalidade discursiva de todos estes estilos textuais seria a mesma:

De fato, a principal função ideológica desta literatura é a demonstração da estranheza do crime. Caracterizando o criminoso como algo à parte, um ser estranho à razão natural da ordem social, o romance policial faz parte dessa pedagogia do poder que, através da diferenciação dos ilegalismos, constitui e define a delinquência. O criminoso da ficção é alguém não reconhecido como sujeito desejável na ordem social, sendo por isso necessário identifica-lo (resolvendo o engano) e puni-lo. Com efeito, a narrativa policial segue a ordem da descoberta, tendo geralmente o ponto de partida de um *fait-divers* ou um fato extraordinário (o que costuma ser o final ou o clímax no romance de aventuras). (Ibidem, p. 260)

Mas, para além de inserir a delinquência dentro de um dado prisma ideológico, Sodré também atenta para o que o gênero do romance policial representaria em sua forma. Na medida em que o “gênero policial-detetivesco” (Ibidem, p. 269) e outros tipos de texto folhetinesco, possuiriam uma considerável afinidade com as formas de expressão audiovisuais – o que o autor acredita que se deva à natureza mesma do “folhetim”, o qual não buscaria a sua especificidade em uma “intervenção estilística no vernáculo, e sim no agenciamento imaginário de conteúdos fabulativos, ou seja, na pura narratividade” (Idem) – isso tornaria os mesmos ficções propriamente comunicacionais, dotadas de propriedades “*transmidiáticas, isto é, perfeitamente adaptável a diferentes suportes*⁶⁴” (Idem). Dessa forma, o “forte apelo do folhetim ao imaginário mítico” (Ibidem, p. 270), permitiria um contato “afetivo em bruto” (Idem) com o leitor, de maneira semelhante àquela que se poderia perceber em obras audiovisuais.

Assim, considerando-se como o processo de conformação da literatura e do jornalismo se deu de maneira concomitante, com influências e contaminações discursivas de parte a parte, bem como o caráter transmidiático do gênero policial, pode-se questionar se este não teria, por sua vez, exercido influência sobre o jornalismo policial, na sua própria tentativa de definir o que seria o criminoso e qual seria a função do policial. Mas, para tanto, requer-se apontar quais questionamentos analíticos podem nortear o olhar do pesquisador, ao eleger como objeto de estudo a relação entre literatura e os meios de comunicação de massa, e em que contexto sócio-histórico tal laço se insere. Nesse sentido, exporemos a seguir as teses de Hans Ulrich Gumbrecht referentes a esse tema.

⁶⁴ Em itálico no original.

2.4 Gumbrecht e a relação entre mídia e literatura na pós-modernidade

No livro *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica* (1998), o teórico Hans Ulrich Gumbrecht apresenta a hipótese da existência de um “campo não-hermenêutico” (GUMBRECHT, 1998, p. 144) em fins do século XX, a ser considerado em se tratando do estudo da literatura. Este seria definido “pela convergência no que diz respeito à problematização do ato interpretativo” (Idem). Porém, longe de operar só, o conceito de campo pós-hermenêutico, para João Cezar de Castro Rocha, deve ser localizado – juntamente com outras considerações de Gumbrecht acerca da materialidade da comunicação – no âmbito de discussões referentes à própria “crítica pós-hermenêutica” (CASTRO ROCHA; In: GUMBRECHT, 1998, p. 20), termo formulado por David Wellbery e sustentado pelos conceitos-chave de “exterioridade, medialidade e corporalidade” (Idem):

Exterioridade se refere ao nível material que antecede a qualquer articulação de sentido, e sem o qual, nenhum sentido se concretizaria. Medialidade implica o meio através do qual o nível material é processado como parte de uma estrutura de construção de sentido. Por fim, a corporalidade supõe um deslocamento sutil, embora decisivo, da centralidade do sujeito, modernamente visto como fonte de ações conscientes, para a centralidade do corpo, visto, numa época pós-hermenêutica, como metonímia da contingência. (Ibidem, pp. 20-21)

Porém, considerar os canais que permitem a existência da literatura enquanto produto passível de análise e ligado a condições materiais específicas, capazes de influenciar na sua realização, envolve também pensá-la como dentro de um contexto temporal e cultural definido. E o contexto atual da produção literária, para Gumbrecht – em fins do século XX – seria perpassado por três fatores: “destemporalização, destotalização, desreferencialização” (GUMBRECHT, 1998, p. 137). Estes seriam “característicos da situação pós-moderna” (Idem). O primeiro envolveria o colapso de certa “temporalidade moderna” (Idem), consistindo na hipertrofia de um presente permanente, desconectado de um fluxo que envolva a continuidade entre passado-presente-futuro. Já a “destotalização”, pensado por Gumbrecht a partir das considerações expostas por Jean-François Lyotard em *A condição pós-moderna* (2002), corresponderia à “atual impossibilidade de sustentar afirmações filosóficas ou conceituais de caráter universal” (GUMBRECHT, 1998, p. 138), inviabilizando a

construção de mitologias tendentes a abranger toda a humanidade. E a “desreferencialização ou desnaturalização” (Idem) trataria:

(...) da experiência do trabalho humano. Trabalho cada vez mais definido como uma apropriação da natureza realizada através do corpo humano. Em nossa *práxis* cotidiana perdemos progressivamente um contato direto, a fricção do corpo com a matéria. (Idem)

Tal geraria um quadro definido pela impressão de que nos moveríamos em um “espaço pleno de representações que já não contam com a referência segura de um mundo externo” (Idem). Portanto, para Gumbrecht, estes três conceitos apontariam para um mundo cada vez mais “viscoso” (Idem) e menos estruturado. Tendo isso em vista, ao se analisar a literatura (e sugerimos que a produção de gêneros textuais como um todo), seria necessário considerar a emergência de um “mundo de realidades múltiplas” (Ibidem, p. 112), que seria “resultante da diferenciação social” (Idem), neste o papel do campo literário e dos meios de comunicação de massa na configuração de um ambiente discursivo se confundiria, visto que:

(...) a literatura perdeu a exclusividade no tocante à função de fornecer “outras versões da realidade”. Em outras palavras, não é mais necessário contar com um sistema cuja específica função seja fornecer tal alternativa, pois já a vivenciamos em nosso dia-a-dia. Para tanto, basta um passeio cotidiano por diversos sistemas sociais. Num exemplo mais radical: ao assistirmos televisão, o controle remoto pode, num piscar de olhos, conduzir-nos sem cessar a “outras realidades”. (Idem)

O exemplo de Gumbrecht concernente à televisão se coaduna com a opinião de Castro Rocha de que Gumbrecht proporia que a história literária devesse ser investigada a partir da íntima relação entre a história das formas literárias propriamente ditas e “o meio de comunicação que as veicula” (CASTRO ROCHA; In: GUMBRECHT, 2008, p. 18). Mencionemos a esse respeito “a fascinação crescente com as *formas de expressão*” (GUMBRECHT, 1998, p. 146), presente em teorias não-hermenêuticas, caso de análises como as de Friedrich Kittler – citado por Gumbrecht – que se preocupa com a maneira como “a materialidade de um meio de comunicação” (Ibidem, p. 147) pode influenciar a expressão intelectual ou a obra de um autor.

2.5 A produção do texto jornalístico em UH

No entanto, ao questionarmos se haveria uma imbricação discursiva entre o gênero literário e o gênero jornalístico no que tange à cobertura do Esquadrão da Morte

em *Última Hora* – a partir do contato com as teses de Gumbrecht, Sodré, Eco e Bakhtin – não tencionamos com isso sugerir que houvesse um esforço consciente por parte de repórteres ou redatores de *UH* em aproximar as a es do grupo de extermínio daquelas de um protagonista de uma trama de romance policial, mas sim que a estrutura mesma do fazer jornalístico (sobretudo ao se falar do jornalismo policial) tenderia a trafegar por estratégias narrativas de fundo ficcional. E que a produ o mesma do texto noticioso dialogaria com estes devido à sua existência dentro de um contexto sócio-histórico marcado pela viscosidade entre gêneros textuais, cuja existência é marcada pela influência e inspira o mútuas. Tal é atestado a partir da descri o de jornalistas como Pinheiro Júnior e Luarlindo Ernesto Silva acerca de como se dava o trabalho do repórter em *Última Hora*. Chama aten o, por exemplo, o fato de não haver concordância entre ambos sobre a possível influência de textos literários na forma como produziam notícias e reportagens. Perguntado se possuiria ambi es literárias   época em que se encontrava em *Última Hora*, Luarlindo nega:

Não, não. Os meus pais queriam que eu fizesse Direito. Comecei, fiz dois anos de faculdade de Direito e não terminei, e até hoje não tenho faculdade. A única coisa que eu sei fazer é isso aí, e mais nada. Eu sou um péssimo cozinheiro, péssimo bombeiro hidráulico, e continuei sobrevivendo do jornalismo, s  sei fazer isso, mas nunca tive outras ambi es não.

Para ele, que continua a trabalhar como repórter, atualmente pelo jornal *O Dia*, a produ o do texto jornalístico de cunho policial nos anos 1960, em especial considerando-se o contexto do regime militar, era marcada pela liberdade de a o por parte do profissional de imprensa, sendo colocada em contraposi o com outras editorias:

Apesar da ditadura, era a única coisa que eu podia escrever, sobre a área policial e a área esportiva. A gente tinha liberdade total. E o Samuel Wainer, apesar de nessa época estar exilado, dava maior força pra gente, então a gente continuou a escrever. Só tinha gente da melhor qualidade que ficou na chefia aqui, enquanto o Samuel estava no exílio. Até um dos diretores da reda o era primo do Humberto Alencar de Castello Branco, era Humberto Arraes, que vinha a ser primo distante do Castello Branco. A gente ficava dando paulada na polícia, falando dos esquadrões, da violência, isso sempre existiu. Mas a liberdade nessa área era total. A gente só não falava das atrocidades que a Polícia Civil e a militar faziam com os presos políticos, porque isso era proibido. Tem até uma história que seria engraçada se não fosse trágica. O Osmar Flores era editor da *Gazeta de Notícias*, um dos maiores e mais antigos jornais do país, e eu trabalhei l  também, houve uma época, em que a ditadura enviava comunicados para as

redações mostrando o que era proibido de ser publicado. Numa dessas, veio lá: “Não se deve publicar nada sobre a tragédia que envolveu a família do tenente Fulano da Marinha”. Aí o Osmar Flores disse: “Você sabe disso aí?”. Aí eu disse: “Sei, o cara achou que era traído pela mulher, matou a mulher e se matou”. Ele disse: “Ah, vou publicar isso”. E eu: “Mas tá proibido”. E ele disse: “Não! Publica aí”. Então eu entreguei a ele e ele publicou. Quando o jornal saiu vieram os militares da Marinha, prenderam ele, e ele passou vinte dias preso em ilha das Flores. Certas coisas a gente não podia publicar na área policial quando envolvia militares, e aí tinha essas confusões de momento.

Ainda assim, Luarlindo admite que, na década de 1960, comparando-a com o fazer jornalístico em tempos atuais, existiria a possibilidade, dentro de um “jornalismo romântico”, não só da exposição das opiniões pessoais por parte do repórter, mas da invenção clara:

A gente tinha mais liberdade de escrever, e poucos dos colegas sabiam o que era ética. Então, rolava tudo, tinha até cascata, e hoje em dia o negócio melhorou, ficou mais sério, em comparação com aquela época em que havia um jornalismo romântico. Porém, dentro desse romantismo, tinha as pessoas sérias, que não faziam a chamada cascata. Eles reportavam e não opinavam. Não adiante opinar. O jornalista não pode opinar, a não ser que ele seja um colunista, ou algo assim, mas dentro do dia a dia ele tem que recortar o que ele vê e o que ele apurou. Não dar a sua opinião. E quanto a isso, hoje, eu acho que melhorou. Pouca coisa, mas melhorou. Aqui hoje em dia tem muito apanhador de *release*, o cara quase nem faz muito esforço para mergulhar a fundo na história, isso na área policial. Cada história tem dois lados, no mínimo.

O fenômeno da “cascata” figura também no depoimento de Domingos Meirelles, acerca de como se dava o trabalho dos repórteres da seção policial – mas que também frisa a importância que o trabalho investigativo desempenhava junto aos repórteres de *UH* (e aos repórteres da época, como um todo):

Então tinha os casos da cascata. Tinha um repórter, por exemplo, que era conhecido na redação. Parte dos repórteres policiais ficavam num canto da redação, na “escuta”, ouvindo pelo rádio os informes da Polícia Civil e da Polícia Militar, para ver se captavam alguma informação. Outros ficavam de prontidão. Quando surgia a informação de que tinha aparecido o corpo de alguém em algum lugar, o repórter se deslocava com o fotógrafo. Se esse repórter específico chegava em um lugar com o fotógrafo e o rabeção já tivesse levado o corpo ele dizia para o fotógrafo: “Não tem problema”, e ele mesmo deitava no chão, se fazendo de morto para o outro tirar a foto. Ele até levava umas velas com ele pra colocar do lado. Em certa ocasião, por exemplo, eu acompanhei um repórter da seção policial numa matéria que ele ia fazer sobre um indivíduo que tinha morrido. Fomos na casa da viúva e ele começou a falar pra ela que conhecia o falecido. Simulou uma emoção e os dois começaram a falar do morto. Ela

pegou um álbum de fotos que os dois ficaram olhando, e quando ela saiu, por um instante, ele pegou duas fotos do marido dela e guardou no bolso. Antes de trabalhar como estagiário em UH eu tinha sido vendedor de máquinas de escrever da marca Olivetti, e na hora que vi aquilo fiquei perplexo, e comecei a me perguntar: “Mas que profissão é essa?” O repórter olhou pra mim e disse “Depois eu explico garoto”. Ele pegou as fotos pra poder publicar no jornal e colocar no banco de dados. Mas muitos desses repórteres exerciam uma função importante pra sociedade, além de serem excelentes investigadores. Quando alguém era preso pelo regime, por exemplo, eram eles que descobriam para onde o cara tinha sido levado, exatamente porque eram próximos da polícia. E os repórteres [como um todo] realmente corriam atrás de estórias. O editor podia chegar um dia e falar “Fulano, não apreça na minha frente até você trazer uma boa estória!”, para alguém que não publicava algo interessante há muito tempo. E o cara realmente sumia por dois, três dias. Mas quando voltava, trazia uma estória incrível. Teve o caso, uma vez, do Otávio Ribeiro, que trabalhava em *Última Hora* nessa época, que sumiu por dois, três dias e de repente ligou de Buenos Aires, numa ligação a cobrar, pra redação do jornal, dizendo que tinha localizado o Leopoldo Heitor, um advogado que tinha sido considerado culpado do assassinato da Dana de Teffé⁶⁵ e estava foragido. *Última Hora* publicou uma série de matérias sobre a presença do Leopoldo Heitor em Buenos Aires a partir disso. Agora, eu não sei como ele conseguiu chegar nesse tempo em Buenos Aires e localizar o cara. Acho que ele deve ter pegado carona em boleia de caminhão até chegar na fronteira com Foz do Iguaçu e cruzar pra lá.

Já Pinheiro Júnior, oferece uma visão distinta daquela de Luarlindo. Perguntado se possuía alguma inspiração específica na forma como redigia reportagens policiais, o jornalista, que entre 1970 e 1972 chegou a ser editor e diretor-responsável de *UH* (onde começou a trabalhar em 1955, e permaneceria por 17 anos), apontou influências difusas, que iam desde o gênero *hardboiled* até ícones da segunda geração do modernismo no Brasil:

Os escritores da época influenciavam, lógico. Notadamente Horace McCoy⁶⁶ e Ernest Hemingway⁶⁷ entre os americanos mais evidentes e discutidos, ao lado de Jorge Amado, Zé Lins do Rêgo e Érico Veríssimo⁶⁸, todos com vertiginosa penetração na redação UH então

⁶⁵ Dana de Teffé (1913-1961) foi uma socialite e milionária de origem tcheca, que desapareceu enquanto viajava com seu advogado Leopoldo Heitor de Andrade Mendes pela Via Dutra. Leopoldo Heitor seria o responsável por cuidar dos interesses de Dana enquanto esta se separava do marido, o diplomata Manuel de Teffé. Supostamente, ambos manteriam uma relação amorosa. No dia 29 de junho de 1961, durante a viagem em questão, Dana desapareceu e Leopoldo Heitor foi preso e condenado por seu assassinato, vindo a fugir da prisão. Depois de sua recaptura, ele passaria por novo julgamento, sendo absolvido em virtude do corpo de Dana jamais ter sido encontrado. O desaparecimento de Dana de Teffé, marcou a crônica policial brasileira dos anos 60. (MOURA, ARAÚJO, BARROS, AQUINO, 2007)

⁶⁶ Autor *hardboiled* norte-americano, cujas obras se passavam durante a Grande Depressão, como *They shoot horses, don't they?* (1935). Também foi o autor da obra *Kiss tomorrow goodbye* (1948), que viraria um filme *noir* de mesmo nome estrelado por James Cagney, em 1950.

⁶⁷ Escritor e jornalista norte-americano, autor de obras como *Por quem os sinos dobram?* (1940).

⁶⁸ Todos os três autores foram representantes da segunda fase do modernismo brasileiro, marcado pela prosa regionalista.

sem a nefasta ação diversificadora de mídias que invadiram o ato de criar jornalístico.

As opiniões de Pinheiro Júnior, entretanto, aproximam-se das de Luarlindo ao reiterar a liberdade de ação dos repórteres, existente em *UH*, se colocada em comparação com outras redações, durante o regime militar – apontando para o compromisso sério dos mesmos com a objetividade jornalística:

Era uma redação muito vibrante inclusive por influência da intranquilidade jornalística de SW⁶⁹, presente ou comandando o jornal a longa distância. Era, assim, uma redação onde gozávamos de liberdade por vezes anárquica. Sem que o excesso de relacionamento liberal entre editores e repórteres pudesse contaminar a edição que saía às ruas podendo estar SW e outros diretores presos ou muito longe do Rio de Janeiro. No exílio sempre forçado. A ampla liberdade de apuração e criação às vezes contaminava sim o jornal todo, no bom sentido oferecido pela difícil e dura lucidez dos acontecimentos que precisavam ser transmitidos ao leitor com toda fidelidade possível não obstante a sangrenta ditadura em curso cada vez sob maior contestação.

Acerca da produção específica de matérias policiais, Pinheiro Júnior afirma que estas contavam com:

Uma produção certamente mais ampla e criativa em vista das restrições violentas ao noticiário geral, notadamente político e internacional. Alguns policiais davam informação de bom grado. E quando não davam, o repórter saía em campo investigando até mesmo na frente deles. Foi época de grandes e surpreendentes repórteres, como Amado Ribeiro, Oscar Cardoso e muitos outros infelizmente cobrados pela morte.

Considerando-se o debate aqui apresentado entre autores e as colocações de Pinheiro Júnior, Domingos Meirelles e Luarlindo Ernesto, cabe agora averiguar se paradigmas e influências narrativas de fundo ficcional podem ser percebidas na cobertura de *UH* acerca do Esquadrão da Morte. Para tanto, a seguir iremos analisar matérias produzidas sobre o EM nas edições de *Última Hora* publicadas entre os meses de julho e outubro de 1968.

2.6 O Esquadrão nas páginas de *UH*: Julho-Outubro

Após os meses de maio e junho, percebe-se uma redução considerável na cobertura de atos do Esquadrão da Morte nas páginas de *UH* entre julho e setembro (com exceção do mês de outubro). Neste período o foco do jornal, tanto em sua seção

⁶⁹ Samuel Wainer.

policial quanto na primeira página, recai sobre o “mata-choferes”, um assassino de taxistas, que começa a concentrar grande parte da cobertura do periódico. Ainda assim é possível localizar matérias como “Os Mortos da Caveira”⁷⁰, presente na edição matutina de 22 de julho – sendo uma das nove vezes em que o EM figuraria em *Última Hora* naquele mês. Paradigmática na forma como o Esquadrão seria retratado nas páginas de *UH*, “Os Mortos da Caveira” se destaca por ocupar quase por completo a página 12 da edição, sendo cancelada pela foto do corpo de uma das supostas vítimas do Esquadrão: Hermes da Silveira, homem negro, encontrado enforcado em Nova Iguaçu, com um cartaz envolto em plástico, no qual se via uma caveira preta com ossos cruzados e a inscrição “Eu fui...”. Ao lado da foto, *UH* inseriu num *box* uma sequência de chamadas, que visam criar o nexo lógico da estória:

Anatomia dos crimes

AS VÍTIMAS – cerca de 20 marginais e ex-marginais considerados “irrecuperáveis”.

AS CAUSAS – vingança, sadismo e chantagem

OS SUSPEITOS – policiais e marginais da Guanabara e do Estado do Rio.

AS PISTAS – testemunhas de prisões efetuadas pouco antes das execuções sumárias.

Note-se que, mesmo que o jornal coloque como parte das “causas” a suspeita de que os culpados não fossem levados necessariamente por um senso de justiça, mas sim por interesses escusos (como “sadismo” e “chantagem”), *UH* não se furta a condenar previamente as vítimas do Esquadrão, descrevendo-as como “marginais e ex-marginais considerados irrecuperáveis”. Já no corpo da matéria, percebe-se como o uso de adjetivações, ganchos (*clifhangers*), discurso direto, minúcias e de um posicionamento ideológico atrelado à condenação de atitudes encaradas como criminosas ou desviantes, pode operar enquanto forma de permitir a imersão do leitor no enredo das ações do Esquadrão, ecoando estratégias presentes por exemplo em romances policiais:

O massacre de assaltantes, maconheiros e “puxadores” de automóveis que recrudescer nos últimos 40 dias, principalmente após a morte do agente federal Mário Ferreira Portela, alarmou a própria Polícia, nas últimas semanas, e tudo faz crer que a frase-código – “A criança está no berço” – usada por policiais ou marginais para indicar que mais um

⁷⁰ “OS MORTOS DA CAVEIRA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 jul. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4311. Acessado em: 10/12/2017.

bandido foi fuzilado ou estrangulado, está perto de não ser mais ouvida.

Um inquérito vasto, envolvendo policiais que mataram até em interesse próprio, ou por sadismo ou para se verem livres de outras complicações, vai ser iniciado com base nas inúmeras falhas deixadas pelos “carrascos da caveira”, que já não acreditam mais em impunidade. O primeiro policial a se alarmar foi um delegado do Estado do Rio.

ALARMA

No auge da matança, o Delegado Lisis Nogueira, de Belford Roxo, advertiu que se jogassem mais cadáveres em sua jurisdição iria dar nomes aos mortos e aos responsáveis pelas execuções sumárias. Com sua declaração, o delegado admitiu que sabia mais do que falava. Se o massacre parasse, tudo talvez pudesse ficar esquecido. Em Nova Iguaçu, o delegado Aureliano César acrescentou

- Vou levar os inquéritos até o fim ... senão a Prefeitura vai ter que inaugurar mais um cemitério.

Ao mesmo tempo, dando a entender que aparentemente não seria fácil levar os “carrascos” às barras dos tribunais, o delegado simplesmente pediu: - “Não joguem mais cadáveres aqui”.

Na Guanabara, a matança foi imputada ao “Esquadrão da Morte”, cujas iniciais figuram na “Scuderie Le Cocq”. A caveira sempre desenhada sobre os corpos é idêntica à do brasão do EM. Contudo, o homem forte da “Scuderie”, o detetive Euclides do Nascimento, chefe do 3º Setor de Vigilância, de Botafogo, também tomou a sua posição e disse que os “carrascos” não eram da organização.

Esclareceu o detetive Euclides que a “Scuderie” – “uma organização que congrega até juristas de renome” – foi criada numa homenagem póstuma ao colega assassinado pelo bandido “Cara-de-Cavalo”, e sua finalidade sempre foi congregar policiais que se empenham de fato no combate ao crime, em posições quase suicidas “em benefício da sociedade”.

O detetive Euclides disse por fim que o EM da “Scuderie” quer dizer “Esquadrão Motorizado” e que, a propósito das execuções, eram os próprios marginais que colocavam as caveiras em suas vítimas “para complicar a polícia”.

EXECUÇÕES

Até o momento, é impossível fixar-se o total de homens que já foram “julgados” e executados porque eram considerados “marginais irrecuperáveis”. Uma busca nos arquivos do IML e dos necrotérios dos municípios fluminenses próximos indicaram que pelo menos 20 homens foram mortos recentemente, todos com informações de que tinham sido presos pouco antes. Na Barra da Tijuca foram trucidados quatro marginais, três dos quais relacionados com furtos de automóveis. Um quarto era um assaltante de São Paulo, considerado “bandido louco”, responsável, entre outros crimes, pela morte de uma mulher cujo cadáver foi incendiado.

O primeiro cadáver da Barra a aparecer com a marca da caveira era do “puxador” Sergio Almeida de Araújo, o “Sérgio Gordinho”, sobre quem a Polícia tinha suspeitas de que integrava uma “gang” que vinha saqueando, depredando ou mesmo incendiando automóveis dos filiados da “Scuderie Le Cocq”.⁷¹

Perceba-se como a utilização de adjetivos como “marginais” e mesmo “louco”, operam enquanto instrumento de condenação das vítimas do Esquadrão, sugerindo que independentemente das motivações por trás das execuções, persistiria o fato de que os alvos do grupo de extermínio seriam eles mesmos elementos nocivos à sociedade. Ainda que a matéria se insira na chave da reportagem, visto ter envolvido trabalho de arquivo e abarcar um objeto que se estende no tempo – conformando o período de algumas semanas e requerendo uma reconstituição do anúncio de surgimento do Esquadrão, em maio daquele ano – o critério de atualidade desta estaria representado pela morte e descobrimento do corpo de Hermes da Silveira em Nova Iguaçu, e pela divulgação do fato de que o mesmo teria sido detido por policiais militares horas antes de sua execução (tis dados estão expressos na subseção da matéria, intitulada “Pista nº1 envolve Padilha”):

A vítima era Hermes da Silveira, que morava na Rua Xavier Sigaud, 215, casa 7, na Praia Vermelha. A prisão de Hermes, que em fevereiro de 1959 foi suspeito de ter seviciado e morto uma jovem no Túnel do Pasmado, ocorreu dia 5 último, às 21h30m, sendo a execução realizada nos moldes brutais dos “carrascos”.

Um irmão de Hermes da Silveira, o Sargento Hermínio, lotado no DSM do Ministério do Exército, foi quem localizou e identificou o corpo do ex-sentenciado. Várias testemunhas da prisão foram identificadas pelo militar. Seus nomes já são do conhecimento da Polícia de Nova Iguaçu. Todos afirmam que Hermes foi preso por uma patrulha do 2º batalhão da Polícia Militar.⁷²

O motivo da prisão de Hermes, de acordo com *UH*, teria sido a suspeita de que ele estaria “fumando maconha”⁷³. O jornal prossegue, afirmando que a morte de Hermes teria sido causada por “lesões no crânio encefálico e asfixia por enforcamento”⁷⁴, e que estas teriam sido a causa *mortis* de dois outros corpos, encontrados em junho, na Rodovia Presidente Dutra⁷⁵. Sugestivamente, *UH* amplia a descrição das condições em que o corpo da vítima se encontrava frisando, em um box colocado à direita da foto principal da reportagem, que poderia ser vista nas “mãos do morto, outra marca que o

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

tempo também não apagou, a das algemas”⁷⁶. O uso de linguagem poética e de elipses, indicando que haveria um excesso de indícios capazes de lançar sobre membros da polícia a autoria do assassinato, atuam como forma de criar uma aura de mistério sobre o fato noticiado. Ainda assim, nas semanas seguintes, o caso das mortes de taxistas cariocas continuou a ocupar a centralidade das páginas policiais de *UH*, com o Esquadrão da Morte e a Scuderie Le Cocq aparecendo lateralmente, como na edição vespertina de 1º de agosto de 1968, em que a matéria “Mata-chofer parou táxis”⁷⁷ ilustra a prisão de dois suspeitos pela polícia com uma foto de ambos colocados contra o fundo de uma bandeira ou quadro contendo o símbolo da Scuderie Le Cocq. Caso idêntico ao da matéria “ZS: maconha com um supermercado”⁷⁸, em que a prisão de três traficantes e a apreensão de 41 quilos de maconha em uma operação realizada pelo 3º Setor de Vigilância, de Botafogo, chefiado pelo detetive Euclides Nascimento, é ilustrada pela foto dos suspeitos diante de uma bandeira da Scuderie Le Cocq.

O mês de setembro, comparado a agosto, quando há apenas as duas menções imagéticas à Scuderie Le Cocq, contaria com 2 matérias acerca do grupo. Após um período de várias semanas sem figurar em *UH*, o Esquadrão volta a receber cobertura do jornal na edição vespertina de 18 de setembro, na matéria “Volta da caveira”⁷⁹, de apenas dois parágrafos:

O esquadrão da morte voltou a agir. Na Estrada do Redentor, um homem, aparentando 35 anos, de cor branca, trajando uma bermuda azul e uma camisa branca, foi encontrado morto num matagal. No pé direito, pintado em preto, a marca de uma caveira, encimada por dois ossos entrelaçados, como nas bandeiras dos piratas. O pessoal da Subdelegacia de Belford Roxo não tem dúvidas: o homem primeiro foi estrangulado. Já morto recebeu um tiro.

Adiante da Estrada do Redentor, no Quilômetro 11 da antiga Rio-Petrópolis, o matagal escondia ontem o corpo de outro homem. Preto, trajando apenas um calção verde e vermelho, tinha um corte profundo no pescoço. Ao seu redor, o sangue tingia a terra de vermelho. Como no outro cadáver, este também tinha a marca de algemas nos punhos.⁸⁰

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ “MATA-CHOFER PAROU TÁXIS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 1 ago. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4336. Acessado em: 10/12/2017.

⁷⁸ “ZS: MACONHA COM UM SUPERMERCADO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 21 ago. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4388. Acessado em: 10/12/2017.

⁷⁹ “VOLTA DA CAVEIRA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 18 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4459. Acessado em: 10/12/2017.

⁸⁰ Idem.

Vale apontar que, se por um lado a matéria não é acompanhada de fotografia, a mesma não se furta a descrever minuciosamente a paleta de cores identificável em ambas as cenas de crime, envolvendo desde a coloração das vestimentas das vítimas até ressaltar o efeito estético provocado pelo contato do sangue na terra. No entanto, não é apenas em matérias responsáveis por abordar diretamente o EM que podem ser percebidos paradigmas narrativos ficcionais em *UH*, no mês de setembro. Em sua edição vespertina, de 23 de setembro, uma nota de um parágrafo, na página 10 (na seção policial), acompanhada de uma foto, assume os ares de uma narrativa *hardboiled*, com o uso de linguagem poética e coloquialismos – semelhante às elucubrações dos detetives particulares de tramas de suspense, como as escritas por Dashiell Hammet⁸¹ (1894-1961):

Polícia mata e incendeia

Ele estava naquela jogada do assalto ao Banco da Bahia, na agência de São Cristóvão. Assalto que, diga-se, não foi ainda explicado direitinho. Então, o racional seria que se apanhasse o homem vivo para contar. Mas não. Essa polícia em disponibilidade, com uma média de quociente de inteligência negativo, silenciou o homem com um tiro na cabeça. E como complementação deu uma de Nero, incendiando-lhe a casa em Vila Kennedy. Esta é a versão extrapolicial, naturalmente. O assaltante era Carlos Alberto da Silva, que atendia também por Pedro Paraíba. Na sexta-feira já tivera um “*tête-à-tête*” com uma turma da 34ª DD, chefiada pelo Delegado Heber Martinho. Cruzaram fogo, um policial foi ferido e o bandido escapou. No sábado o homem era eliminado com um “*show*” pirotécnico extra. Agora, a versão operística da Polícia: o Paraíba foi que pôs fogo na casa, fez e aconteceu. Convence? Na foto um PM toma conta do cadáver do bandido.⁸²

Para além da utilização de técnicas literárias, entretanto, percebe-se a presença de um discurso balizado na crença da invencibilidade da Polícia: ainda que os métodos dessa possam não ser intelectualmente desenvolvidos (como o texto jocosamente sugere), sua natureza pretensamente implacável é central na argumentação do texto, que ainda passa a nomear a vítima a partir do epíteto de “Paraíba” (sem esclarecer se o mesmo era utilizado correntemente para sua identificação, ou se consistiria em uma invenção do redator). Outro destaque reside na utilização de uma foto para demonstrar imagetivamente as consequências possíveis nas quais supostos delinquentes poderiam vir a incorrer, caso decidissem seguir uma vida de crimes.

⁸¹ Escritor norte-americano de gênero policial e de suspense, e autor de obras como *O Falcão Maltês* (1930).

⁸² “POLÍCIA MATA E INCENDEIA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 23 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4469. Acessado em: 10/12/2017.

O Esquadrão só viria a receber maior destaque no mês de setembro na edição vespertina do dia 28 daquele mês, em que metade da página da seção policial será reservada a uma foto de metade do rosto de um homem negro, de olhos fechados, e do cartaz com o símbolo da caveira e dos ossos cruzados, seguido da sigla EM, colocado sobre sua testa, e à manchete: “Esquadrão volta a matar: oito balaços no ‘bandido sem jeito’”⁸³. Além do uso de recursos identificáveis na narrativa de ficção, caso do discurso direto na abertura da matéria, a mesma descreve os membros do Esquadrão como agentes incumbidos da missão de eliminar criminosos – inserindo suas ações em uma rede a partir da qual se poderia concluir que os mesmos estariam seguindo ordens:

- “A Caveira está solta de novo”, eis os dizeres do cartaz encontrado junto ao cadáver de Jorge Lemos da Rosa Sobrinho, morto com oito tiros de pistola calibre 45, caído à margem da Estrada do Catenho, bairro Sulacap, no Realengo. O cartaz tinha ainda o desenho rústico de uma caveira com dois ossos cruzados, o símbolo do Esquadrão da Morte, organismo mais ou menos clandestino da Polícia, encarregado da execução sumária dos bandidos “sem jeito”, tidos como “irrecuperáveis”.

Jorge Lemos, também conhecido por Jorge Crispim de 25 anos, morador na Rua Upiara, 205, Bento Ribeiro, era assaltante a mão armada e traficante de entorpecentes, remanescente do bando de Artur Ribeiro, o Tutuca.⁸⁴

Ainda que aponte o fato de que Lemos se encontrava preso até poucos dias antes, o jornal também reserva espaço para a fala de diversos “setores policiais”, segundo os quais os próprios criminosos estariam “se liquidando e usando como disfarce o emblema do Esquadrão da Morte”⁸⁵. Um detalhe que difere essa notícia das demais até aqui analisadas é a presença de um *box* colocado logo abaixo da matéria, intitulado “Breve história do incrível EM”⁸⁶, em que *Última Hora* explica as origens do grupo de extermínio inserindo-o num processo de mais longa duração no tempo – ao invés de configurar-se numa organização surgida em maio, o Esquadrão da Morte consistiria num organismo de caráter melífluo, integrado (de acordo com *UH*) por policiais caracterizados por atos de desprendimento para com a própria vida, e por um preparo ímpar, se comparado com a imagem construída em torno do restante da Polícia:

⁸³ “ESQUADRÃO VOLTA A MATAR: OITO BALAÇOS NO ‘BANDIDO SEM JEITO’”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 28 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4487. Acessado em: 10/12/2017.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ “BREVE HISTÓRIA DO INCRÍVEL EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 28 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4487. Acessado em: 10/12/2017.

Duzentas mortes, aproximadamente, em 10 anos de atividades. É um time que se renova, não por aposentadoria ou renúncia de seus titulares. Mas porque a morte, com quem andam todo o dia, também os alcança. Muitos já morreram. Le Cocq, Parada, Melinho, Chocolate, Americano e, recentemente, um dos mais famosos caçadores de bandidos, o Detetive Mário Portela. Quando um deles morre assassinado os companheiros assumem o compromisso de matar, no mínimo, 10 delinquentes, fora o assassino.

Os componentes do Esquadrão da Morte são peritos em armas. A maioria treina diariamente judô e karatê. Saem em grupos de 4 ou 5 para as missões mais arriscadas, quando toda a Polícia se retrai no encalço de um pistoleiro que não tem nada a perder, senão a própria vida. Mas entre os membros do EM, não se encontram apenas os elementos embrutecidos pela violência de matar por matar. Existem advogados, contabilistas e o próprio chefe, Detetive Euclides Nascimento, é terceiro-anista de Direito.

São guerrilheiros também, disfarçando-se como malandros para agir nas favelas. Passam dias escondidos em barracos, comendo sanduíches, até que o alvo visado, um homem, aparece e morre, com um tiro certeiro, uma bala dourada disparada de um fuzil com luneta. No dia seguinte, um cadáver é encontrado numa estrada deserta, com a etiqueta da caveira.⁸⁷

Valendo-se do uso de descrições metódicas, e chegando ao ponto de narrar cenas como a de uma hipotética tocaia, perpassa o *box* o intuito de tornar o leitor íntimo dos personagens apresentados: se o uso de apelidos no que tange aos criminosos opera enquanto instrumento discursivo de despersonalização, a menção aos apelidos dos policiais que supostamente integrariam o EM, concede-lhes uma aura semelhante a do protagonista de um romance policial ou de uma estória em quadrinhos. Este mesmo personagem é inserido, na narrativa do *box*, em um contexto de perigo iminente, em que a execução de criminosos é o resultado de uma minuciosa operação de inteligência, sobre a qual não parece pairar a suspeita de ilegalidade. Perceba-se também a menção às atividades profissionais e acadêmicas do Esquadrão, que no texto é apontado como sendo formado por “advogados” e “contabilistas”, e tendo à sua testa um homem que, além de detetive, era também estudante de terceiro ano de Direito.

Mas é em outubro (quando o Esquadrão figura como tema de 20 em notícias de 20 edições – entre vespertinas e matutinas) que se pode atestar um aumento significativo no número de notícias e reportagens publicadas acerca do Esquadrão, muitas delas contando com retransmissão própria e mesmo com uma logo, utilizada para identificar as notas referentes ao grupo de extermínio: uma imagem similar à impressão

⁸⁷ Idem.

de um carimbo, com o símbolo da caveira e dos ossos cruzados, envolta pela inscrição “Scuderie Le Cocq”. É no mês de outubro que se verá a exposição de fotos de vítimas do EM na primeira página de *UH*, acompanhados tanto nesta quanto na seção policial do periódico de títulos como: “Polícia não pára de matar deixando pistas à vontade junto ao homem que roía as unhas”⁸⁸; “Esquadrão da morte fuzila mais um lançando manifesto: - É lei do cão”⁸⁹; “Vítima 200+1 do EM”⁹⁰; “Pena de morte proibida vira rotina no Rio”⁹¹.

Vejam, à guisa de exemplo, o caso da matéria “Vítima 200+1 do EM”. Com a chamada colocada na coluna central da página 16 da edição vespertina de 8 de outubro de 1968, a mesma é encimada por outra chamada, de tamanho menor: “Polícia não para de matar deixando pistas à vontade junto ao homem que roía as unhas”⁹². Ladeando a chamada central, duas fotos são inseridas: a da esquerda mostra uma mão segurando uma medalha de São Jorge e o cartaz da caveira com os ossos cruzados; e a da direita mostra o corpo da vítima do Esquadrão, deitada de bruços sobre a grama, com a camisa levantada, revelando dois buracos de tiros em suas costas – um deles aparentemente ainda jorrando um filete de sangue. A matéria reserva espaço especial para detalhes da cena, ressaltando elementos como a condição física do corpo da vítima, e os itens que foram achados consigo, como nas seções da matéria iniciadas com os subtítulos “Corda” e “São Jorge” – a qual apresenta uma estrutura semelhante a de um romance policial, contando inclusive com hipóteses acerca das circunstâncias em que a execução teria ocorrido:

Corda

O desconhecido estava bem barbeado e tinha os sapatos engraxados. Suas mãos eram finas, de pessoa não acostumada a trabalhos grosseiros. No pescoço, uma marca profunda de corda, idêntica a já encontrada em outros crimes do EM, principalmente nas vítimas que aparecem em Bangu e Campo Grande. Também eram visíveis os

⁸⁸ “VÍTIMA 200+1 DO EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 02 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4498. Acessado em: 10/12/2017.

⁸⁹ “ESQUADRÃO DA MORTE FUZILA MAIS UM LANÇANDO MANIFESTO: - É LEI DO CÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 08 out. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4512. Acessado em: 10/12/2017.

⁹⁰ “VÍTIMA 200+1 DO EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 08 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4498. Acessado em: 01/10/2016.

⁹¹ “PENA DE MORTE PROIBIDA VIRA ROTINA NO RIO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4508. Acessado em: 10/12/2017.

⁹² “VÍTIMA 200+1 DO EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 02 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4498. Acessado em: 10/12/2017.

sinais de algemas nos pulsos do morto. Também eram visíveis os sinais de algemas nos pulsos do morto. A sola dos seus sapatos apresentava também marcas de tinta azul, em forma de sulcos, como se a vítima tivesse lutado, desesperadamente, para não morrer, recusando-se a sair de um quarto ou um carro recentemente pintado de azul. Resíduos da mesma tinta estavam nos cabelos, calça e camisa, nesta principalmente nos cotovelos, mais uma evidência da luta desesperada pela vida que foi travada pelo estranho contra seus algozes. Pode-se deduzir que ele saiu de uma prisão para morrer, de vez que estava sem o cinto, sendo que este é recolhido sempre que uma pessoa é colocada no xadrez, precaução tomada pela Polícia para que o preso não se suicide.

São Jorge

Os policiais Magela, Eraldo, Geraldo e Jodir, da 33ª DD, estiveram examinando o cadáver e concluíram que a vítima, por seus traços finos e bons trajes, poderia ter sido um traficante de entorpecentes ou ladrão de automóveis. Os policiais cheiraram as mãos do morto e como não sentissem odor de maconha concluíram pela segunda hipótese, de se tratar mesmo de um puxador. Também não era um viciado em cocaína porque não tinha as cartilagens da narina corroídas pela droga.

A calça estava rasgada entre as pernas, provando um esforço muito grande, mais um sinal da luta que antecedeu à morte. O cadáver estava caído de braços e, nos bolsos, o perito Jorge encontrou apenas uma pequena medalha de metal branco, com a efígie de São Jorge e os dizeres nos dois versos: “São Jorge, Defensor da fé Venera-se na Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge”⁹³

Perceba-se além de um esforço narrativo, atrelado à tentativa de reconstituição de cenas que, ao menos até onde se pode atestar, o redator da matéria não testemunhou, a aceitação prévia da culpabilidade da vítima. O uso de fotografias que revelavam o corpo desnudo das vítimas do Esquadrão também pode ser identificado em outras matérias do mês de outubro, caso da chamada “‘Esquadrão’ da pena de morte fuzila em massa”⁹⁴, presente na capa da edição matutina de 7 de outubro de 1968, que é acompanhada de fotografia que toma quase ¼ da página. Nesta se veem três corpos, vestidos apenas de bermuda, amontoados sobre um chão de terra e capim. Seus rostos não são visíveis, mas sobre os três encontra-se um cartaz com o símbolo da caveira e os ossos cruzados, encimado pela marca “EM”. A seu lado, é colocada a chamada da matéria:

Mais três homens, identificados apenas como “marginais irrecuperáveis”, foram executados sábado pelo Esquadrão da Morte. Desta vez houve, porém, um requinte de escárnio e sadismo. Os três

⁹³ Idem.

⁹⁴ “‘ESQUADRÃO’ DA PENA DE MORTE FUZILA EM MASSA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 out. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4507. Acessado em: 10/12/2017.

cadáveres estavam amarrados e entrelaçados como se um beijasse o outro. O número de tiros calibre 45 era incontável. Como incontável é também o total de vítimas do Esquadrão da Morte.⁹⁵

Note-se que mesmo associando termos de caráter negativo como “sadismo” e “escárnio” ao Esquadrão, a aura de implacabilidade deste é reiterada, com a chamada sugerindo que o número de suas vítimas não seria passível de contabilização. O tom da matéria que acompanha a chamada, que pode ser analisada na edição vespertina do dia 7 de outubro, mescla críticas aos métodos do Esquadrão, os quais compara àqueles do grupo paramilitar haitiano chamado Tonton Macoute, atuante durante o regime do presidente François “Papa Doc” Duvalier (1907-1971)⁹⁶, a estratégias de construção de personagens, dando espaço a Rosa Vermelha e apresentando mesmo uma nova informação sob a chave de uma reviravolta dramática. Segundo a matéria, não haveria apenas um Esquadrão da Morte:

A VOZ como já está identificado o homem que telefona para as redações dos jornais anunciando, com um dia de antecedência, a execução de bandidos, protestou violentamente quando se noticiou que o homem morto em Belford Roxo fora eliminado por seu grupo – uma ala dissidente do Esquadrão da Morte. “A Voz”, que também se identifica como “A Rosa Vermelha”, jurou, pelo telefone, que sua equipe, no fim de semana, apenas fuzilou os três homens encontrados sábado pela manhã no quilômetro 5 da reta de Itaguaí, em frente ao lote 619.

“Rosa Vermelha” também disse que os fuzilamentos não pararão tão cedo e que, nas próximas 24 horas, mais corpos aparecerão e não apenas ladrões de automóveis serão passados pelas armas. (...)

A Rosa

“Rosa Vermelha” diz que se autobatizou com esse apelido porque sente “quase um prazer sexual ao ver que a bala de 45, ao atingir a carne abre uma ferida rubra, sangrenta, como a rosa vermelha ao explodir do botão na primavera”. Fala pausadamente, pronunciando certo as palavras e entre uma frase e outra coloca a palavra irmãozinho, como se fosse um cacoete. Não usa termos de gíria, é um homem experiente, de 35 a 40 anos, pois diz que tem mais de 10 anos de Polícia. Por duas vezes pediu licença para acender o cigarro, com fósforo. A uma pergunta mais embaraçosa, ele pede tempo – de 40 a 50 segundos – para consultar “seu estado maior”. Despede-se com um abraço, dizendo que voltará a telefonar e usa sempre o telefone direto da seção de Polícia de ÚLTIMA HORA – 34-8638⁹⁷

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ “PENA DE MORTE É UM FATO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 12, 07 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4507. Acessado em: 10/12/2017.

⁹⁷ Idem.

A tentativa de transmitir uma aura de mistério em torno dos homens do Esquadrão parece caracterizar o perfil de “Rosa Vermelha”, que além de receber uma plataforma de exposição (com suas falas sendo construídas em discurso direto), opera enquanto gancho (*cliffhanger*) narrativo, tendo suas ameaças publicadas na matéria. Note-se também uma demonstração de interatividade por parte da matéria de *UH*, com a divulgação do número de telefone da seção policial do jornal.

Neste sentido, outro traço que perpassará algumas edições de *UH* em outubro será o esforço de serializar as ações do Esquadrão, deixando ganchos entre suas edições: gerando expectativa junto aos leitores sobre a possibilidade de o Esquadrão cumprir as promessas e ameaças anunciadas ao jornal. Em sua edição vespertina de terça-feira 08 de outubro, na matéria de página inteira “Outro fuzilado pelo Esquadrão”⁹⁸ por exemplo, *Última Hora* transmite juntamente com o anúncio da localização do corpo de mais uma vítima do EM as ameaças de “Rosa Vermelha”, referentes ao destino de alvos posteriores do grupo de extermínio:

Rosa Vermelha, o *public relations* do Esquadrão da Morte, ligou ontem às 07h30m para anunciar o aparecimento de mais um corpo crivado de balas amarrados. (...) Rosa Vermelha também ligou para o Delegado Moacir Bellot, do 2º Distrito de Santa Rosa, anunciando o aparecimento, para as próximas 48 horas, de mais cinco cadáveres que serão distribuídos ao longo da Estrada de Itaipu.⁹⁹

Última Hora identifica a vítima como um assaltante de nome Darci da Silva, apelidado de “Bugre”, de 23 anos, executado com 8 tiros na cabeça e três nas costas, encontrado amarrado no quilômetro 38 da Estrada do Contorno, que liga a cidade do Rio de Janeiro à Niterói. De acordo com o jornal, Darci teria sido levado de seu esconderijo, no bairro niteroiense do Barreto, em um carro com placa da Guanabara, por cinco homens vestidos com japonas. Além de reiterar a prática de descrever em minúcias cenas hipotéticas da execução, como ao teorizar que, a partir da posição do corpo de Darci seria possível “deduzir que mesmo com os braços amarrados ao corpo, ele tentou desesperadamente escapar à morte”¹⁰⁰, *UH* escolhe publicar o anúncio de Rosa Vermelha de que haveriam mais vítimas, apontando mesmo onde seria o local de abandono de seus corpos – a Estrada de Itaipu. Não entrando aqui em discussões

⁹⁸ “OUTRO FUZILADO PELO ESQUADRÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 08 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4514. Acessado em: 10/12/2017.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem.

referentes a questionamentos éticos (se dentro da prática jornalística seria adequado publicar-se a ameaça de um grupo de extermínio), cabe questionar se, ao fazê-lo, o periódico não estaria visando despertar a expectativa por futuras informações junto ao seu público-leitor, em uma chave semelhante àquela dos folhetins, cujas tramas capitulares eram publicadas em edições sequenciais. Há ainda que se perguntar em que medida certo poder simbólico do Esquadrão da Morte é reiterado, a partir de sua existência midiática, visto que ele é retratado como uma organização capaz de cumprir ameaças divulgadas junto a um jornal como *Última Hora*.

Em sua edição vespertina do dia 09 de outubro, *UH* informa que mais dois corpos teriam sido encontrados, 24 horas depois do anúncio de Rosa Vermelha:

Mais dois corpos de desconhecidos, crivados de balas e maniatados, foram encontrados no entrocamento rodoviário de ontem, Tribobó, em Niterói, e na entrada da cidade fluminense de Maricá, ambos terrivelmente mutilados, **Rosa Vermelha**¹⁰¹, a voz misteriosa que liga para *UH* anunciando os crimes com 24 horas de antecedência, disse, no entanto, que qualquer cadáver que aparecer na Guanabara e no Estado do Rio até sábado de madrugada não deve ser colocado na conta de seu grupo de assassinos – um punhado de policiais, formando uma ala dissidente do Esquadrão da Morte e que decidiu “limpar” o Grande Rio de marginais, principalmente traficantes de entorpecentes, ladrões de automóveis e assaltantes a mão armada, tidos como “irrecuperáveis”.¹⁰²

Traços da persistência de um discurso de pedagogia moral são notados não apenas nos anúncios do Esquadrão, mas mesmo na escolha de *UH* por publicá-los, assumindo em larga medida a caracterização das vítimas da organização como criminosos. Atinente com a criação de uma percepção narrativa seriada dos atos cometidos pelo EM, a edição vespertina de 10 de outubro de 1968 resume as execuções anunciadas por Rosa Vermelha, na matéria “Rosa Vermelha executou 3 no fim de semana”¹⁰³, com a chamada “Matadores cumpriram a promessa sangrenta”¹⁰⁴. Outro dado importante presente nesta matéria reside na percepção de que *UH* começa a questionar, de forma mais explícita os motivos existentes por trás das mortes do Esquadrão, sugerindo em sua chamada que talvez houvessem motivos escusos por trás das execuções:

¹⁰¹ O nome “Rosa Vermelha” encontra-se em negrito na edição de *Última Hora* aqui analisada.

¹⁰² “MAIS DOIS FUZILADOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 09 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4517. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁰³ “ROSA VERMELHA EXECUTOU 3 NO FIM DE SEMANA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 12, 10 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4527. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁰⁴ Idem.

Desafiando abertamente as autoridades representadas pelo Ministério Público, cujo Promotor Rodolfo Avena deu início à devassa nos crimes atribuídos ao Esquadrão da Morte, o grupo que se identifica como “Rosa Vermelha” cumpriu a promessa feita à reportagem, na última semana, fuzilando mais 3 “presumíveis marginais” nas madrugadas de sábado e domingo. Em uma das mortes, as primeiras investigações indicam claramente uma ligação entre bicheiros e policiais na execução dos crimes. Assim, juntando-se às evidências de que vários “esquadrões da morte” estão agindo na Guanabara e no Estado do Rio, surge a pista de que a Polícia tem aliados entre poderosos bandidos que eliminam seus concorrentes.¹⁰⁵

A declaração de suspeitas em torno dos motivos existentes por trás das execuções anunciadas pelo Esquadrão da Morte sugere por um lado o surgimento de um novo recorte explicativo em torno da organização, a qual talvez pudesse ser encarada de um ponto de vista relativamente mais crítico pelo jornal. No entanto, persiste nesta matéria a tendência a conceder um local de fala ou plataforma discursiva à Rosa Vermelha, mesmo em sua tentativa de eximir de responsabilidade a Scuderie Le Cocq:

Ao lado do cadáver foi abandonado um carregador de pistola 45 com quatro balas intactas. O detalhe do carregador era conhecido da reportagem desde sexta-feira, quando o indivíduo que se identifica por Rosa Vermelha, disse, pelo telefone, que abandonaria o pente em lugar do desenho com a caveira e dois ossos cruzados para que fosse evitada a confusão que vinha sendo feita com os componentes da “Scuderie Detetive Milton Le Cocq” uma “organização pacífica e que usa um emblema com aquelas características”.¹⁰⁶

Chama a atenção também que, a tentativa de Rosa Vermelha de se distanciar da Scuderie, que ele caracteriza como “organização pacífica”, seja acompanhada, na matéria, tanto da afirmação de que existiriam “vários ‘esquadrões da morte’”¹⁰⁷, como explicitado na chamada, quanto à utilização do termo “grupo da **Rosa Vermelha**”¹⁰⁸, ao qual são imputadas as três execuções noticiadas.

Ainda em referência à plataforma concedida por UH à Rosa Vermelha, pode-se mencionar a veiculação por parte do jornal de um manifesto do Esquadrão da Morte, transmitido por “Rosa Vermelha”, e publicado na edição do dia 08 daquele mês (no manifesto em questão, Rosa Vermelha assume para o grupo de extermínio do qual faz parte a alcunha “Esquadrão da Morte”). No texto, a organização apresentava seus supostos objetivos perante o povo do estado da Guanabara – vale pontuar a menção, na

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

matéria, do tempo que o repórter levou para apreender a fala que lhe era transmitida, da inserção do mesmo na notícia, que pode ser encarada como uma estratégia narrativa que busca possibilitar a imersão do público-leitor não apenas no texto enquanto produto de um gênero informacional, mas também enquanto um enredo de mistério, e a descrição das pretensões intelectuais e suposta formação acadêmica de Rosa Vermelha (as quais operariam tanto como qualificação positiva do mesmo quanto descrição de um fenômeno e de uma personalidade singulares, aproximando-se do interesse do gênero dos *fait-divers* por fatos curiosos):

Cérebro

Durante 10 minutos Rosa Vermelha voltou a falar ontem com o repórter de ÚLTIMA HORA. Disse que é conhecido como “O Cérebro” pelos companheiros do grupo de execução de bandidos considerados “irrecuperáveis”. Afirma ser formado em Filosofia e ditou a seguinte nota oficial do EM:

A voz do Esquadrão da Morte ao povo da Guanabara: muitos dos nossos já tomaram vítimas de assaltantes e criminosos sanguinários. O povo é testemunha que esses bandidos não respeitam crianças, velhos, senhoras e trabalhadores. Assaltam e matam sem nenhuma piedade. Nós trabalhamos apenas com uma intenção: defender a família que mora e trabalha nesse Estado. A distância entre a Justiça e a Polícia nem sempre permite um combate mais eficaz ao crime e aos criminosos. Assim, só nos resta falar a mesma linguagem deles: a lei do cão. Sempre que contarmos com o apoio do Secretário de Segurança que queira ver a cidade livre do crime, nós trabalharemos. Foi assim na época do General Krueel, do Coronel Borges¹⁰⁹ e está sendo agora com o General França¹¹⁰. Esperamos que o distinto povo da Guanabara compreenda nossa intenção.¹¹¹

A presença mesma de temática sexual na cobertura conferida ao EM e a sugestão da manutenção de um vínculo próximo entre jornal e grupo de extermínio podem ser atestadas nessa mesma matéria, a partir do depoimento do professor Jurandir Manfredini, coletado por *UH*:

Tomando por base dados recolhidos no tríplice assassinato de sábado em Itaguaí, o Professor Jurandir Manfredini, Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, pôde analisar a personalidade dos componentes dessa “ala dissidente” do Esquadrão da Morte – segundo eles próprios informaram – cujos crimes estão horrorizando a opinião pública. Verificando que o porta-voz do grupo se identifica por um

¹⁰⁹ Coronel Gustavo Eugênio de Oliveira Borges, Secretário de Segurança da Guanabara no governo de Carlos Lacerda (1960-1965).

¹¹⁰ General Luis França de Oliveira, Secretário de Segurança no governo de Negrão de Lima (1965-1971).

¹¹¹ “OUTRO FUZILADO PELO ESQUADRÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 08 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4514. Acessado em: 10/12/2017.

apelido feminino – Rosa Vermelha, que “adora ver um buraco de bala 45 na carne da vítima, que lembra uma rosa rubra, sangrenta, como a rosa vermelha explodindo do botão na primavera”, o excesso de violência, o exagerado número de tiros, disparados inclusive nas nádegas dos homens já mortos, verificando ainda que dois dos cadáveres foram colocados boca a boca, num beijo sádico – o psiquiatra admitiu ser perfeitamente possível a homossexualidade entre os misteriosos matadores, “mesmo porque existe dentro da patologia sexual aquilo que chamamos de sádico homicida, que consiste na obtenção de um máximo de gratificação libidinal através da destruição de parceiros desejados”.¹¹²

A sugestão de um contato próximo entre jornal e Esquadrão é sugerida pela obtenção de uma resposta de Rosa Vermelha ao comentário de Manfredini, na subseção “Policiais da ‘Rosa Vermelha’ não aceitam execuções avulsas: retornam à ação sábado”, presente na matéria “Mais 2 fuzilados”, da edição vespertina de 9 de outubro, em um parágrafo iniciado com o discurso direto do próprio Rosa Vermelha:

- As Forças Armadas têm os seus IPMs¹¹³. Nós também temos o nosso que tem o seguinte significado: I de irrecuperável, P de pena e M de morte – declarou ontem à UH, pelo telefone, o homem que se identifica como “Rosa Vermelha”, membro do grupo assassino que está liquidando bandidos e que nos últimos 10 dias, já fuzilou oito elementos.

“Rosa Vermelha” mostrou-se profundamente indignado com o diagnóstico analítico do professor de psiquiatria Jurandir Manfredini, que encontrou sintomas de “tara homossexual” na ação do grupo punitivo e disse que a psiquiatria brasileira é “alienada, falida e sem perspectiva”. Desafiou UH a promover uma enquete entre a população para se saber se a Polícia está certa ou não em liquidar marginais. Finalizou dizendo que, na “guerra contra o crime, o que se trava é uma verdadeira batalha militar”.¹¹⁴

Vale ressaltar a apelação para um certo senso de aproximação entre as ações do EM e a opinião pública, colocada como única capaz de julgar a organização e apontada indiretamente por “Rosa Vermelha” como beneficiária das execuções perpetradas pelo grupo. Percebe-se também o uso simultâneo de uma linguagem que tanto se aproxima daquela possivelmente presente junto a organizações de esquerda (com a utilização de expressões como “alienado”, a publicação de um manifesto e mesmo a descrição – conferida, no caso, pelo próprio jornal *Última Hora* – aos membros do Esquadrão como

¹¹² Idem.

¹¹³ Referência aos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), instrumentos de investigação utilizados pelo regime militar afim de investigar e reprimir opositores políticos, sob a justificativa de investigar atividades subversivas.

¹¹⁴ “MAIS DOIS FUZILADOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 09 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4517. Acessado em: 10/12/2017.

“guerrilheiros”¹¹⁵) quanto ao próprio regime militar, representada pela adoção de um tom belicista e mesmo com o trocadilho realizado em torno da sigla IPM.

Em entrevista concedida à presente pesquisa, Luarlindo Ernesto Silva, que trabalhou como repórter em *UH* na primeira metade da década de 1960, aponta como parte do contato de “Rosa vermelha” às redações dos jornais cariocas era marcada pela tentativa por parte do personagem em construir uma relação de intimidade com os repórteres – mesmo que não se encontrasse em *UH* em 1968, Luarlindo chegou a cobrir o Esquadrão da Morte na condição de repórter de *O Globo*:

Ele [“Rosa Vermelha”] ligava pra gente. Nessa época eu trabalhava no *Globo*, na madrugada. De sete horas até meia-noite eu trabalhava na editoria internacional. De meia-noite às sete eu trabalhava na reportagem, na clínica geral, então era a hora que esse cidadão aí telefonava para avisar onde estavam os cadáveres daquela madrugada. O pessoal do jornal, a gente batizou ele de “Rosa Vermelha”, mas ele chegou ao ponto de ficar íntimo da gente, perguntar “como vai a família?”, “tá tudo bem?”, “tá tudo bem”, aí ele dizia “estou com um filho que está tendo problema de matemática na escola”, quer dizer, um negócio assim, maluco. Aí ele falava “a propósito, tem um outro cadáver na estrada do Catonho”, assim.

Já Pinheiro Júnior, em entrevista concedida por e-mail, chega a teorizar que “Rosa Vermelha” em si corresponderia a uma “cascata” – neste caso montada pela própria polícia:

Se bem me recordo, [“Rosa Vermelha”] não seria nenhum pseudônimo ou codinome, mas um arranjo muito fajuto de membros do esquadrão da morte informando aos jornais que este pretense vingador da sociedade ia atacar ou já havia atacado em tal e qual área. Deixando como marca uma já murcha rosa vermelha. Era um escárnio. E a cascata seria risível não fosse tão tragicamente sinistra e ignorada como crime a ser investigado na pior das hipóteses pela Delegacia de Homicídios.

Uma das hipóteses da presente pesquisa, constituída a partir da análise de reportagens de *Última Hora*, é de que a manutenção de um relacionamento de proximidade com a imprensa carioca teria consolidado, no âmbito do discurso, um processo de construção narrativa da realidade. Neste sentido, certos elementos como a busca por um contato permanente com jornalistas, a divulgação dos locais de abandono dos corpos das vítimas da organização, a utilização de cartazes, símbolos e codinomes

¹¹⁵ “BREVE HISTÓRIA DO INCRÍVEL EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 28 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4487. Acessado em: 10/12/2017.

(como o da caveira e dos ossos cruzados; a utilização de codinomes como “Rosa Vermelha”, “Bugre”, entre outros), o lançamento de um manifesto e a utilização de “assessores de imprensa” identificados por codinomes, traduziriam o objetivo – talvez consciente – por parte do Esquadrão da Morte, de ser retratado como o integrante de uma trama policial de suspense, bem como do enquadramento de um fenômeno proveniente da esfera da segurança pública em uma estrutura narrativa atinente com aquela dos folhetins seriados e de obras ficcionais de suspense, presente nas matérias de *UH*. As mesmas teriam resguardado aos membros do Esquadrão (mesmo considerando-se posicionamentos por vezes críticos) a posição de protagonistas, responsáveis por neutralizar os antagonistas (supostos criminosos comuns), encarando questões de criminais não como fenômenos sociais e, portanto, coletivos, anônimos e plenos de contradições, mas sim enquanto ações localizadas, efetuadas por elementos considerados maléficos ao corpo social.

Resta nos perguntarmos quais operações semânticas seriam executadas durante a cobertura das ações do EM ao se reproduzir fotográfica e textualmente a sevícia de suas vítimas, questionando-se a quais práticas e estratégias punitivas está se fazendo referência por meio do abandono de corpos *seminus*, feridos e executados com múltiplos disparos de armas de fogo (e por vezes, através de outros métodos) em terrenos baldios. Este será o mote central do próximo capítulo.

3. AGENCIANDO O SUPLÍCIO: A PENA EXEMPLAR E A SEVÍCIA COMO ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Em 63 a.C., tensões políticas na cidade de Roma pareciam apontar para uma tentativa de golpe de Estado, encabeçada pelo senador Lúcio Sérgio Catilina (108 a.C.-62 a.C.), candidato derrotado das eleições consulares daquele ano, contra os dois cônsules romanos eleitos, Marco Túlio Cícero (106 a.C.-43 a.C.) e Marco Antônio Híbrida. Alertado por informantes, no dia 7 de novembro daquele ano, Cícero, que viria a ser considerado um dos maiores oradores da história política de Roma e figura basilar no desenvolvimento da arte retórica no Ocidente, reuniu o Senado no Templo de Júpiter Estator, onde ele viria a denunciar Catilina e pedir uma resposta ágil à ameaça de golpe de Estado por parte da República Romana. Seria o primeiro de quatro discursos que viriam a ser cognominados *Contra Catilina*, os quais por séculos seriam utilizados para treinar alunos no estudo do latim, chegando a ser copiados e difundidos em mosteiros medievais (BEARD, 2017, p. 43). As denúncias de Cícero seriam seguidas pela fuga de Catilina da cidade de Roma, buscando reunir-se com seu exército, e pela prisão de indivíduos, na própria sede da República, acusados de conspirar juntamente com o senador foragido. No dia 5 de dezembro, o Senado se reuniria para debater o que fazer com os cidadãos romanos acusados de tentarem subverter a ordem e apoiar Catilina. A sessão seria conduzida dessa vez no Templo da Deusa Concórdia, ocasião em que, nas palavras da professora de clássicos na Universidade de Cambridge Mary Beard:

Júlio César fez a ousada sugestão de aprisionar definitivamente os conspiradores detidos: segundo um relato, até que pudessem ser adequadamente julgados, quando a crise terminasse, e, segundo outro relato, pelo resto da vida. (Ibidem, p. 36)

Se César, futuro ditador de Roma, de fato propôs o estatuto da prisão perpétua em 63 a.C., talvez tenha sido a primeira vez que tal sugestão foi feita na história do mundo ocidental, visto que:

Sentenças de prisão não eram as penalidades de escolha no mundo antigo, já que os cárceres eram pouco mais que um local onde os criminosos ficavam aguardando sua execução. Multas, exílio e morte compunham o repertório usual de punições romanas. (Ibidem, pp. 36-37)

A proposta de César não seria aceita, e Cícero, na condição de cônsul, dotado então de poderes emergenciais, comunicou ao Senado uma palavra em latim: *vixere*, que

quer dizer “eles viveram”, significando que os suspeitos haviam sido sumariamente executados (Ibidem, p. 37). O caso da Segunda Conspiração Catilinária, atesta para a hegemonia de métodos punitivos balizados naquilo que viria a ser cognominado suplício e pena exemplar, cuja presença no quadro jurídico e administrativo de Estados europeus pôde ser atestada ao menos até fins do século XVIII. Baseado na sevícia pública, seguida da execução do acusado, o suplício também esteve presente no contexto da colonização da América portuguesa, onde as Ordenações Filipinas, que nos regeram por 300 anos, reconheciam “a legalidade da vingança como reparação em crime de sangue” (MARTINS, 2015, p. 84) e onde locais como pelourinhos viriam a ser construídos para demonstrar aos olhos da sociedade civil as punições que se consideravam cabíveis a escravos fugidos.

Ao se observar as fotos de vítimas do Esquadrão da Morte, e sua exposição nas páginas de *Última Hora* – além da descrição das mesmas no texto das notícias que as anunciavam – cabe-se questionar em que medida o suplício estaria sendo agenciado pelo grupo de extermínio e pelo jornal enquanto estratégia discursiva. Para tanto, faz-se necessário debater bibliografia concernente a este tópico, expresso a partir do contato que aqui irá se produzir entre os estudos de Michel Foucault acerca do suplício e sua distinção em relação à sociedade disciplinar e do professor de sociologia da universidade de São Paulo (USP), José de Souza Martins. Após produzir este contato entre os autores, iremos trazer as teses de David Maciel de Mello Neto e o conceito de “contra-violência” como forma de tentar compreender o processo semântico de qualificação positiva das ações do Esquadrão – na tentativa do próprio em legitimar seus atos – além de colocarmos a mesma em contato com teses de Muniz Sodré, George Sorel e Robert K. Merton acerca da noção de violência e anomia. Seguiremos a essa análise com a apresentação de artigos co-escritos por Paulo Vaz, afim de entender qual teria sido o contexto da cobertura de casos criminais por parte do jornalismo carioca nas décadas posteriores às ações do EM. Depois deste segmento, encerraremos a análise das notícias publicadas por *Última Hora* sobre o Esquadrão da Morte, abarcando os meses de novembro e dezembro.

3.1 Suplício e linchamentos: diálogos entre Michel Foucault e José de Souza Martins

Em seu livro *Vigiar e Punir* (2014), publicado pela primeira vez em 1975, o filósofo Michel Foucault busca, através de um método genealógico, compreender em que consistiria a sociedade disciplinar: definida por um regime de verdade balizado no inquérito e na noção de subjetividade psíquica, a sociedade disciplinar seria orientada pela tentativa de conformar, através de uma série de estratégias de poder atreladas à vigilância permanente dos condenados, mas também de pacientes psiquiátricos, a “alma” (FOUCAULT, 2014, p. 21) dos mesmos. “Alma” sendo aqui entendida como espaço abstrato e não necessariamente corpóreo de execução de relações de poder, por meio da qual o castigo possa atuar sobre “o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (Idem). Para que essa sociedade disciplinar se realizasse plenamente na forma da construção de presídios e casas de saúde (por exemplo), cujo objetivo seria reconstruir a subjetividade de detentos e/ou de pacientes (visando reeducá-los e reintegrá-los a determinado convívio social), seria necessário um processo de longa duração no tempo, envolvendo o esforço de filósofos, reformadores e técnicos ao longo do século XVIII – ao menos no caso francês, analisado por Foucault – e a configuração de uma rede de micro relações de poder.

Porém, a sociedade disciplinar e o regime de verdade e punição a ela atrelado surge não no vácuo sócio-histórico, mas a partir de uma contraposição teórica a um regime distinto balizado no suplício, e que teria vigorado na França ao menos desde a Idade Média, até inícios do século XIX. Citando Louis de Jacourt (1704-1779), contribuidor da *Encyclopédie*, uma das primeiras enciclopédias já escritas e para a qual contribuíram pensadores do Iluminismo como Denis Diderot (1713-1784) (que a editou) e Voltaire (1694-1778), Foucault pergunta “O que é um suplício? Pena corporal dolorosa, mais ou menos atroz” (Ibidem, p. 36). Enquanto Jacourt considerava o suplício “inexplicável” (Idem) em termos de barbárie e crueldade, Foucault questiona:

Inexplicável, talvez, mas certamente não irregular nem selvagem. O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei. Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos:

desde a decapitação – que reduz todos os sofrimentos a um gesto e num só instante: o grau zero do suplício – até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, por meio do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo: a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em “mil mortes” e obtendo, antes de cessar a existência, *the most exquisite agonises*¹¹⁶. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas. (Ibidem, pp. 36-37)

Mas se o suplício, diferente da violência cega, é caracterizado pelo cumprimento de procedimentos técnicos identificados com a marcação do corpo, Foucault identifica neste um caráter ritualístico, associado à funcionalidade política do próprio suplício:

Além disso, o suplício faz parte de um ritual. É um elemento na liturgia punitiva, e que obedece a duas exigências. Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa o corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados. E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como um triunfo. (Ibidem, p. 37)

Nesse sentido, por ostentação deve-se entender práticas efetuadas sobre o corpo da vítima mesmo após esta ter falecido: estes são queimados, têm suas cinzas jogadas ao vento, ou então são arrastados na grade e “expostos à beira das estradas” (Idem). Porém, o suplício não corresponde simplesmente a uma punição corporal, sendo uma:

(...) produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios se investe toda a economia do poder. (Ibidem, pp. 37-38)

Tal se deve à dupla “função jurídico-política” (Ibidem, p. 50) do suplício. Para Foucault, seu uso no contexto da França absolutista, quando se encara uma jurisprudência oriunda da Idade Média, seria ao mesmo tempo reconstituir o poder soberano do príncipe (no caso do rei francês), e ratificar simbolicamente as distinções sociais entre os súditos do reino – estratégia de considerável importância em uma sociedade constituída a partir de estamentos. Em referência ao primeiro ponto, todo

¹¹⁶ Em *Vigiar e Punir*, esta citação conta com a seguinte referência em nota de rodapé: “A expressão é de OLYFFE. *An Essay to Prevent Capital Crimes*. 1731” (Ibidem, p. 37).

criminoso se constituiria enquanto regicida potencial, visto que, sob a interpretação do século XVIII, ao se dispor a descumprir uma lei, o delinquente estaria de dispondo a desobedecer ao poder originário de todos os regulamentos e decretos: aquele que emanaria do monarca. Sob esta chave, o suplício corresponderia a um:

(...) cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. Ele a restaura manifestando-a em todo o seu brilho. A execução pública, por rápida e cotidiana que seja, se insere em toda uma série de rituais do poder eclipsado e restaurado (coroação, entrada do rei numa cidade conquistada, submissão dos súditos revoltados): por cima do crime que desprezou o soberano, ela exhibe aos olhos de todo uma força invencível. Sua finalidade é menos de estabelecer um equilíbrio que de fazer funcionar, até um extremo, a dissimetria entre o súdito que ousou violar a lei e o soberano todo poderoso que faz valer sua força. Se a reparação do dano privado ocasionado pelo delito deve ser bem-proporcionada, se a sentença deve ser justa, a execução da pena é feita para dar não o espetáculo da medida, mas do desequilíbrio e do excesso; deve haver, nessa liturgia da pena uma afirmação enfática do poder e de sua superioridade intrínseca. E esta superioridade não é simplesmente a do direito, mas a da força física do soberano que se abate sobre o corpo de seu adversário e o domina: atacando a lei, o infrator lesa a própria pessoa do príncipe: ela – ou pelo menos aqueles a quem ele delegou sua força – se apodera do corpo do condenado para mostra-lo marcado, vencido, quebrado. (Idem)

Há, entretanto, que se diferenciar, no suplício presente na França absolutista, o poder real daquele do carrasco. Se o rei tem o poder de obrigar o executor a matar, o poder real “não estava presente nele: não se identificava com sua fúria” (Ibidem, p. 54), o que se poderia constatar sobretudo nas ocasiões em que o mesmo poder real que condenava, decidia subitamente sustar uma execução e conceder um indulto ao condenado, demonstrando que a existência e ação do carrasco era condicionada única e exclusivamente pela vontade da Coroa. Mas ao desequilíbrio criminoso-Rei, reiterado simbolicamente na pena de caráter supliciante, soma-se a ratificação de uma ideia de sociedade encarada como corpo formado por partes desniveladas, em termos de qualidade e poder, merecedores, portanto, de tratamento desigual:

A dissimetria, o irreversível desequilíbrio das forças, faziam parte das funções do suplício. Um corpo liquidado, reduzido à poeira e jogado ao vento, um corpo destruído parte por parte pelo poder infinito do soberano, constitui o limite não só ideal, mas real do castigo. (Ibidem, p. 52).

Em parte, a necessidade de construção e reiteração de uma dissimetria social, política e simbólica entre poder real e condenado se veria expressa nas minúcias ritualísticas do suplício, exercidas sobre o corpo da vítima. Estas se justificariam pois

representariam uma maneira de reestabelecer a ordem, em vista da “desordem instaurada, o mau exemplo dado” (Ibidem, p. 49), que representaria um ataque frontal e mesmo físico à pessoa do soberano. Físico porque “a força da lei é a força do príncipe” (Idem). É em virtude desse fato que o suplício deve ser necessariamente “público” (Ibidem, p. 47), às vistas dos súditos, perante os quais não restabelecia a justiça, mas sim “reativava o poder” (Ibidem, p. 51). Tratava-se de uma “reprodução quase teatral do crime na execução do culpado: mesmos instrumentos, mesmos gestos” (Ibidem, p. 47), que objetivava punir tanto quanto instruir o público presente. Dentro da mecânica do suplício, caberia primeiramente ao culpado revelar a verdade do crime que cometeu, tendo seu corpo “mostrado, passeado, exposto, supliciado” (Ibidem, p. 45), atuando “como o suporte público de um processo que ficara, até então, na sombra” (Idem), e fazendo com que, sobre si, o ato de justiça se tornasse legível a todos. Por conta disso, para Foucault, a manifestação pública da verdade na execução pública, no século XVIII, assumiria vários aspectos:

1) Fazer do culpado, em primeiro lugar o arauto de sua própria condenação. Ele é encarregado, de algum modo, de proclamá-la, e dessa maneira, de atestar a verdade do que lhe foi reprovado: passeio pelas ruas, cartaz que lhe é pendurado nas costas, no peito ou na cabeça para lembrar a sentença; paradas em vários cruzamentos, leitura do documento de condenação, confissão pública à porta das igrejas, durante a qual o condenado reconhece solenemente seu crime: (...) exposição junto ao poste, onde são lembrados os fatos e a sentença; mais uma vez, leitura da condenação ao pé do patíbulo; quer se trate simplesmente do pelourinho ou da fogueira e da roda, o condenado publica seu crime e a justiça que ele é obrigado a fazer a si mesmo, levando-os fisicamente sobre o corpo.

2) Forçar uma vez mais a cena de confissão. (...) O verdadeiro suplício tem por função fazer brilhar a verdade; e nisso ele continua, até sob os olhos do público, o trabalho do suplício do interrogatório. Ele opõe a condenação a assinatura daquele que sofre. Um suplício bem-sucedido justifica a justiça, na medida em que publica a verdade do crime no próprio corpo do supliciado. (...)

3) Prender o suplício no próprio crime; estabelecer de um para o outro relações decifráveis. Exposição do cadáver do condenado no local do crime, ou num dos cruzamentos mais próximos. Execução no próprio local em que o crime fora cometido (...). (Ibidem, pp. 45-46)

Já a respeito do que fazer sobre o corpo do supliciado, o procedimento tendia a se valer da utilização de “suplícios ‘simbólicos’” (Ibidem, p. 47), como ao se furar as línguas de supostos blasfemadores, queimar-se pessoas consideradas impuras ou obrigar o condenado a ostentar o instrumento de seu crime – Foucault cita Giambattista Vico

(1668-1744), retórico e filósofo napolitano da era iluminista, que acerca do suplício afirmou que “essa velha jurisprudência foi ‘toda uma poética’” (Idem). Pode-se, nesse ponto identificar certas aproximações e distanciamentos entre o suplício absolutista e a ação midiática do Esquadrão, exemplificada em matérias como a da edição vespertina de 11 de outubro de Última Hora: “Fuzilado Teve os Olhos Arrancados”¹¹⁷:

Ontem pela manhã, mais um corpo crivado de balas foi encontrado em Belford Roxo. Era um homem preto, de calça de tergal, pulôver azul de lã e tinha os olhos vazados e 3 tiros de 45 no rosto. No pescoço, a marca registrada do “Esquadrão da Morte”, um colar de enforcamento.¹¹⁸

Vale ressaltar que, nessa matéria, “Rosa vermelha” nega a autoria deste homicídio, reiterando, porém (em discurso direto):

- O nosso protesto é traduzido por rajadas de metralhadoras nos marginais – afirmou teatralmente – Se o Governo não os quer ver mortos, se não quer ver uma imagem brutal do País traduzida no exterior, que providencie uma penitenciária na selva amazônica para os chamados delinquentes irrecuperáveis. Eles continuarão vivos e nós ensarilharemos nossas armas. Até lá vingará a lei do cão. Será olho por olho, dente por dente, em defesa do povo ordeiro e trabalhador da Guanabara que não pode ficar exposto à sanha de ladrões e assaltantes, sem confiança numa Polícia que não elucida crimes – disse Rosa Vermelha que recomendou ao final da conversa telefônica, muita atenção da reportagem para o fim de semana que prometeu ser mais uma vez regurgitante de sangue.¹¹⁹

Ainda que “Rosa Vermelha” negue a autoria da execução, *UH* recorda, na mesma matéria, as condições de abandono de Sérgio Almeida Araújo, primeira vítima do Esquadrão em maio de 1968 (reiterando características supliciantes), afim de noticiar em que circunstâncias se encontrava a investigação do caso:

Sérgio Gordinho foi deixado numa estrada da Barra da Tijuca com um cartaz pregado nas costas, no qual se via o emblema da caveira e mais os dizeres: “Eu fui ladrão de automóveis”.¹²⁰

O uso de um cartaz acusatório preenchido com dizeres em primeira pessoa, como o deixado junto à Sergio “Gordinho”, nos remete de imediato à necessidade de confissão no suplício da França absolutista, em que se pode identificar um paralelo com a proclamação do “horror de seus crimes” (Ibidem, p. 66), afim de que o criminoso

¹¹⁷ “FUZILADO TEVE OS OLHOS ARRANCADOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 11 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4523. Acessado em: 10/12/2017.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

consagrasse a própria punição, caso do assassino Jean-Dominique Langlade, que anuncia:

Escutai todos minha ação horrível, infame e lamentável, cometida na cidade de Avignon, onde minha lembrança é execrável, ao violar sem humanidade os direitos sagrados da amizade. (DUHAMEL, L. *Les exécutions capitales à Avignon ao XVIII^{ème} siècle*. 1890, p. 32; In: FOUCAULT, 2014, p. 66)

Não se trata aqui de sugerir que o contexto do Brasil em meados do século XX e aquele da França absolutista em meados do século XVIII são idênticos, ou que ambos os locais estivessem sob a vigência do mesmo regime discursivo (o Brasil, em 1968, contaria com um código penal adequado àquele de uma sociedade disciplinar), mas de perceber agenciamentos simbólicos por parte do Esquadrão da Morte, ecoados e reiterados na cobertura que este recebeu em *Última Hora*, questionando quais seriam os efeitos visados ao se mutilar o corpos das vítimas da organização, abandoná-los à beira de estradas e deixar sobre eles cartazes com autos de acusação e pretensas confissões. Vê-se que mesmo havendo, em comparação com o suplício do século XVIII, uma diferença fundamental ao se perceber a não-presença de um público de populares durante a execução da tortura e subsequente assassinato das vítimas da organização, percebe-se uma presença indireta destes, mediados através da cobertura jornalística, que não só estampa em suas páginas as fotos dos condenados pelo Esquadrão, como também descreve cenários hipotéticos de seus assassinatos. No suplício analisado por Foucault, a presença física de pessoas assistindo à sequência da pena exemplar é obrigatória pois “é necessário que tenham medo; mas também porque devem ser testemunhas e garantias da punição, e porque até certo ponto devem tomar parte nela” (Ibidem, pp. 58-59).

O “povo ordeiro e trabalhador”¹²¹ – como definido por Rosa Vermelha – encontra-se presente enquanto figura discursiva, sendo o ente ao qual se dirige o manifesto lançado pelo Esquadrão em outubro (“ao distinto povo da Guanabara”¹²²), mas também em suas falas e anúncios, quando a organização tenta se legitimar colocando-se na condição de sua defensora. Entretanto, no que tange aos periódicos que cobrem as ações do grupo, em especial *Última Hora*, podemos inseri-los numa chave

¹²¹ Idem.

¹²² “OUTRO FUZILADO PELO ESQUADRÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 08 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4514. Acessado em: 10/12/2017.

apontada por Muniz Sodré, em *A Ciência do Comum* (2014), que coloca os meios de comunicação de massa e, posteriormente, as novas tecnologias da informação, como instrumentos e espaços que passariam a exercer as funções simbólicas e discursivas do espaço público, a partir da década de 1960:

No bojo da transição do paradigma industrial (caracterizado pela tecnologia dos motores) para o paradigma informacional (tecnologia eletrônica), o espaço público, tecnologicamente ampliado, passou a ser absorvido pelas indústrias de conteúdos culturais, com uma conexão apenas remota com o sistema educacional. Entre os anos 1960 e 1990, o espaço público parecia ter encontrado no *broadcast* televisivo, ou informação em circuito aberto para um público comum, seu ícone principal. Por sua grande capacidade de transpor as velhas barreiras sociais (classe, credo, sexo e idade) e assim constituir audiências diversificadas, a tevê impôs-se como *medium* prototípico de caráter massivo. (SODRÉ, 2014, pp. 217-218)

Pode-se questionar, então, se as páginas de *Última Hora* – produzidas durante um contexto midiático marcado pela ascensão da televisão – não estariam conformando um espaço simbolicamente semelhante àquele da praça, do cadafalso, do patíbulo, ou do cruzamento, onde eram expostos os corpos dos supliciados. Só que agora, sem o risco de haverem explosões de fúria popular contra o exercício da pena, risco ao qual o suplício enquanto ato penal se via submetido na França do século XVIII, quando as pessoas chamadas a testemunharem e participarem da ação, decidiam pela defesa do condenado, ou por considerar a punição sobre ele extremada, ou por acharem-na simplesmente injustificada – a possibilidade de perda de controle do ato punitivo, os quais se tornavam um “perigo político” (FOUCAULT, 2014, p. 63), foi um dos fatores que levou, paulatinamente, à consolidação de movimentos intelectuais interessados na conformação de novas soluções punitivas. Mas se podemos perceber agenciamentos semânticos presentes na ação do EM e na cobertura que lhe confere *UH*, o próprio Foucault sugere que poderiam ser percebidas continuidades entre modelos e estratégias punitivas oriundas do suplício, no bojo da sociedade disciplinar:

A redução do suplício é uma tendência com raízes na grande transformação de 1760-1840, mas que não chegou ao termo. E podemos dizer que a prática da tortura se fixou por muito tempo – e ainda continua – no sistema penal francês. A guilhotina, a máquina das mortes rápidas e discretas, marcou, na França, nova ética da morte legal. Mas a Revolução logo a revestiu de um grandioso rito teatral. Durante anos deu espetáculo. Foi necessário desloca-la para a barreira de Saint-Jacques; substituir a carroça por uma carruagem fechada; empurrar, rapidamente, o condenado do furgão para o estrado; organizar execuções apressadas e em horas tardias; (...). Basta evocar

tantas preocupações para se verificar que a morte penal permanece, hoje ainda, uma cena que, com inteira justiça, é preciso proibir.

O poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito (Ibidem, p. 20)

Ainda assim, para Foucault, ao se constatar a manutenção, nos dispositivos mais explícitos da prisão, de “certas medidas de sofrimento físico” (Ibidem, p. 21), caberia afirmar que permaneceria um “fundo ‘suplicante’ nos modernos mecanismos da justiça criminal” (Idem). Vê-se, no entanto, que para além de possíveis ecos ritualísticos do suplício junto às ações de cunho midiático do Esquadrão, seriam perceptíveis agenciamentos também na ordem discursiva. Tal é o que se atesta por meio do tom bélico das declarações de “Rosa Vermelha” publicadas por *UH*. Lembre-se, por exemplo, da afirmação de que na “guerra contra o crime, o que se trava é uma verdadeira batalha militar”¹²³, ou ainda o diagnóstico de que a distância entre do trabalho da Polícia e aquele da Justiça impediria um “combate mais eficaz ao crime e aos criminosos”¹²⁴, sendo este posicionamento exposto no manifesto do Esquadrão. Nesse ponto, vale ressaltar que, para Foucault, o suplício também se encontraria imbuído de um caráter belicista, já que seu cerimonial seria:

“(…) de uma maneira muito explícita, não só judicial, mas militar. A justiça do rei se mostra como uma justiça armada. O gládio que pune o culpado é também o que destrói os inimigos. Todo um aparato militar cerca o suplício: sentinelas, arqueiros, policiais, soldados. (Ibidem, p. 51)

Tal se produziria, em parte, para que houvesse um efeito controle armado do ato suplicante enquanto evento de massas, afim de que fossem evitados potenciais arroubos da multidão reunida nas ruas e praças do reino. Mas na presença do braço armado do Estado francês se traduziria ainda a noção de que:

(…) em todo crime há uma espécie de sublevação contra a lei e que o criminoso é um inimigo do príncipe. Todas essas razões – quer sejam de precaução numa determinada conjuntura ou de função no desenrolar de um ritual – fazem da execução pública mais uma manifestação de força do que uma obra de justiça: ou antes, é a justiça como força física, material e temível do soberano que é exibida. A

¹²³ “MAIS DOIS FUZILADOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 09 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4517. Acessado em: 10/12/2017.

¹²⁴ “OUTRO FUZILADO PELO ESQUADRÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 08 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4514. Acessado em: 10/12/2017.

cerimônia do suplício coloca em plena luz a relação de força que dá poder à lei. (Ibidem, pp. 51-52)

Frise-se que, entre as consideráveis diferenças contextuais percebidas entre o suplício enquanto exercício reprodutivo de um determinado regime discursivo anterior àquele da sociedade disciplinar, e um possível agenciamento simbólico deste por parte da atuação midiática do Esquadrão da Morte, está a questão de onde residiria o polo emanador de poder. Se o carrasco é tão somente um agente do Príncipe, que deve se curvar à sua vontade, as execuções realizadas pelo EM são por ele apresentadas como resultado da vontade soberana de seus membros. Logo, pode-se teorizar que a exposição midiática de suas vítimas correspondia a um exercício reiterador do poder que o Esquadrão se arrogava sobre os corpos daqueles que escolhia executar e, em nível simbólico, sobre a sociedade da qual se colocava como paladino.

Há ainda outro paralelo que pode ser traçado entre as conclusões de Michel Foucault e o presente objeto de estudo, que se remete à publicação de folhetins nos quais eram relatados os crimes dos supliciados. Estes textos eram postos em circulação na França do século XVIII e faziam parte das “leituras de base das classes populares” (Ibidem, p. 68). Ainda que, ao fazê-lo, se corresse o risco de heroicizar a figura do supliciado-criminoso, a lógica por trás de tais publicações residia no fato de representarem “dois investimentos da prática penal – uma espécie de frente de luta em torno do crime, de sua punição e lembrança” (Idem). Portanto, se os relatos das vidas e atividades de supostos criminosos eram publicados, isto se dava porque se esperavam deles “efeitos de controle ideológico” (Idem), consistindo em “fábulas verídicas da pequena história” (Idem), em que as classes populares – consumidoras desses textos – poderiam encontrar “não só lembranças, mas pontos de apoio” (Idem), consistindo, dessa forma o “interesse de ‘curiosidade’” (Idem) – que poderia ser equiparado com aquele do gênero dos *fait-divers*, analisados por Sodré (2009) – em um interesse político.

Porém, o século XIX verá a ascensão de uma “literatura do crime totalmente diferente” (FOUCAULT, 2014, p. 69), em que o crime seria glorificado como “uma das belas-artes” (Idem), correspondendo ao exercício do poder excepcional e da monstrosidade “dos fortes e dos poderosos” (Idem), consistindo a perversidade em uma das formas de ser (existir) socialmente. Saem de cena da literatura policial os criminosos de origem humilde, que eram objeto dos suplícios no século XVIII, para ver-

se a consolidação da luta intelectual travada entre um assassino e um detetive dotados de inteligência ímpar. Mas mesmo que se tenha operado um câmbio no que concerne à literatura, a figura do criminoso comum continuaria a figurar nas páginas de outro gênero: o jornalístico. Pois, como afirma Foucault:

A literatura policial transpõe para outra classe social aquele brilho de que o criminoso fora cercado. São os jornais que trarão à luz nas colunas dos crimes e ocorrências diárias a mornidão sem epopeia dos delitos e punições. Está feita a divisão: que o povo se despoje do antigo orgulho de seus crimes: os grandes assassinatos se tornaram o jogo silencioso dos sábios (Idem)

Se este representou, para Michel Foucault, o contexto do exercício do suplício na França do século XVIII, cabe perguntarmos de que forma o mesmo se veria ecoado na sociedade brasileira. Para tanto, José de Souza Martins oferece uma série de hipóteses em seu livro *Linchamentos justiça popular no Brasil* (2015). Nele, o sociólogo concluiu que, nos últimos 60 anos, cerca de “um milhão de brasileiros já participou de, pelo menos, um ato de linchamento ou de uma tentativa de linchamento” (MARTINS, 2015, p. 11). Afim de abarcar esse fenômeno, de tão longa expressão no tempo, Martins se vale de alguns conceitos fundamentais, como a ideia de que o linchamento representaria uma tentativa de recriação anômica da sociedade (atrelada a uma percepção conservadora da mesma) e que os rituais a ele associados ecoariam aquilo que ele denomina como sendo “estruturas sociais profundas” (Ibidem, p. 9). Estas seriam:

(...) as estruturas fundamentais remotas que, aparentemente vencidas pelo tempo histórico, permanecem como referência oculta de nossas ações e de nossas relações sociais. São estruturas supletivas de regeneração social, que se tornam visivelmente ativas quando a sociedade é ameaçada ou entra em crise e não dispõe de outra referência, acessível, para se reconstituir, fenômeno que se expressa nos linchamentos. (Ibidem, pp. 9-10)

Para Martins, estes expressariam assim uma “crise de desagregação social” (Ibidem, p. 11), expressando o esforço “da sociedade em ‘restabelecer a ordem onde ela foi rompida por modalidades socialmente corrosivas da conduta social” (Idem). Sob essa chave, a população lincharia não apenas para punir aqueles que ela encara como transgressores de dadas normas sociais, mas para indicar:

(...) seu desacordo com alternativas de mudança social que violam concepções, valores e normas de conduta tradicionais, relativas a uma certa concepção do humano. A vingança é uma forma de exclusão e de rejeição dos indesejáveis e do que eles representam

como agentes de uma concepção de sociedade que contraria a dominante e contraria direitos dos por ele vitimados. Uma hipótese decorrente é a de que *o linchamento é uma forma incipiente de participação democrática na construção (ou reconstrução) da sociedade, de proclamação e afirmação de valores sociais*, incipiente e contraditória porque afirma a soberania do povo, mas nega a racionalidade impessoal da justiça e do direito.

*O linchamento não é uma manifestação de desordem, mas de questionamento da desordem*¹²⁵. (Ibidem, p. 27)

A acepção historicizante de Martins, que enquadra o fenômeno dos linchamentos dentro do compêndio de valores tradicionais esposados por dada sociedade, não está distante da visão de Foucault que, citando o trabalho do criminologista Georg Rusche (1900-1950) e do jurista e cientista político Otto Kirchheimer (1905-1965), autores de *Punição e Estrutura Social* (2004), publicado originalmente em 1939, aponta para o fato de no suplício se ver:

(...) o efeito de regime e produção em que as forças de trabalho, e portanto o corpo humano, não têm a utilidade nem o valor de mercado que lhe serão conferidos numa sociedade de tipo industrial. (FOUCAULT, 2014, P. 56)

Além disso, o suplício representaria tanto uma “atitude geral em relação à morte” (Idem), identificável em uma sociedade ainda estruturada em torno de preceitos nomeadamente cristãos, quanto a uma “situação demográfica e de certo modo biológica” (Idem), marcada por altas taxas de mortalidade, frequentes surtos epidêmicos, mortandade infantil e por uma “precariedade dos equilíbrios bioeconômicos” (Idem), a qual não só produziria um cenário de permanente familiaridade com o espectro da morte, mas também com rituais que visariam “integrá-la, torna-la aceitável e dar sentido à sua agressão permanente” (Idem). Martins, porém, parte de um quadro histórico específico – associado à pena suplicante – para conjecturar permanências de práticas punitivas, reproduzidas simbolicamente por meio dos linchamentos, visto que esses congregariam, simultaneamente, dois temas, o da anomia (o desequilíbrio de dada estrutura social) e o do “rito sacrificial que é a forma mais extrema pela qual o linchamento se torna visível e significativo” (MARTINS, 2015, p. 68). Sendo a “sutura ritual de um rompimento social profundo provocado por um ato violento e violador” (Ibidem, p. 69), cometido contra a vítima do linchado, o linchamento seria uma tentativa procedimental de reconstituir a ordem que fora

¹²⁵ Todas as partes em itálico se encontravam também em itálico no texto original.

rompida, e nesse processo, a forma ritualística assumida por ele recupera “valores, normas, tempos e procedimentos recolhidos da tradição e retidos do passado” (Idem).

Tal se atestaria a partir da ocorrência frequente de determinadas ações em casos de linchamento, como “mutilação e o arrastamento pelas ruas de cadáveres de pessoas que os grupos queriam linchar mas que foram mortos de outro modo” (Ibidem, p. 81). Nessas circunstâncias, pode-se cogitar que o interesse dos grupos de linchadores não se resumiria a executar seu alvo, ou exibir publicamente a efetivação do castigo, mas de:

(...) impor ao criminoso expiação e suplício reais ou, no caso do que já está morto, expiação e suplício simbólicos, como é próprio dos ritos de vingança e sacrifício. E, além disso, eliminá-lo simbolicamente como pessoa. (Idem)

Práticas como essa apontariam para a execução de ritos de “desincorporação ou dessocialização” (Idem) de pessoas que os linchadores considerariam como excluídas do gênero humano por terem incorrido em determinados delitos. E ao fazê-lo, esses grupos estariam trafegando em um substrato punitivo, atrelado a “estruturas sociais profundas e o inconsciente coletivo que abrigam” (Ibidem, p. 83), as quais se tornariam dominantes em manifestações de violência coletiva ou de anomia.

Porém, a noção de “anomia” deve ser aqui trazida sob a perspectiva de Robert King Merton, teórico que sobre ela discorreu no texto *Estrutura social e anomia* (1970), publicado pela primeira vez em 1938. Nele, Merton analisa a anomia e o que define como “comportamento transviado” (MERTON, 1970, p. 204) considerando dois elementos específico: os objetivos culturalmente definidos, almejados por indivíduos em dado contexto social, e “os regulamentos enraizados nos costumes ou nas instituições de procedimentos permissíveis para a procura de tais objetivos” (Idem). Para o autor, o comportamento aberrante poderia ser, então, sociologicamente considerado como um “sintoma de dissociação” (Ibidem, p. 207), entre as aspirações que em dada sociedade seriam culturalmente prescritas e “as vias socialmente estruturadas para realizar tais aspirações” (Idem). Segundo Merton, ainda que nenhuma sociedade careça de regras governantes de conduta, estas se diferenciariam conforme os controles institucionais e os costumes e usos populares estivessem “integrados com os objetivos que se destacam na hierarquia dos valores culturais” (Idem). Nesse caso, para Merton, seria possível constituir a hipótese de uma sociedade na qual houvesse “uma ênfase excepcionalmente forte sobre os objetivos específicos” (Idem) e que esta não

fosse acompanhada da uma ênfase correspondente sobre os procedimentos institucionais existentes para seu alcance.

Poderíamos teorizar que o uso da letalidade por forças de segurança do Estado brasileiro e sua existência em paralelo com o fenômeno crescente da criminalidade urbana no curso do século XX, talvez apontassem para a aproximação da sociedade brasileira daquela descrita por Merton: de parte à parte, preocupações de cunho técnico (no primeiro caso, correspondendo à questão de como conter exemplos de banditismo social vistos como riscos à segurança da propriedade privada e do monopólio do uso da violência pelo Estado; e no segundo, atinentes com a intenção de se atingir a capacidade de acúmulo de bens materiais detidos por uma elite socioeconômica e aos quais o grosso da população não teria acesso) se imporiam à dinâmica central de definição dos objetivos culturalmente definidos por esta mesma sociedade. Dessa forma, segundo o autor:

A cultura pode ser tal que induza os indivíduos a centralizarem suas convicções emocionais sobre o complexo de fins culturalmente aplaudidos, com muito menos apoio emocional sobre os métodos prescritos para se alcançarem essas prioridades. Com tais ênfases diferenciais sobre os objetivos e sobre os procedimentos institucionais, os últimos podem ser tão viciados pela tensão em alcançar os objetivos, que o comportamento de muitos indivíduos, fique sujeito apenas a considerações de conveniência técnica. Neste contexto, a única pergunta significativa é a seguinte: “Qual dos processos disponíveis é o mais eficiente a fim de apossar-se do valor culturalmente aprovado?” O processo mais eficiente do ponto de vista técnico, quer seja culturalmente legítima ou não, torna-se tipicamente preferido à conduta institucionalmente prescrita. À medida que se desenvolve este processo de amaciamento das normas, a sociedade torna-se instável e aparece o que Durkheim denominava “anomia” (ou ausência de norma). (Idem)

Para Merton, em grupos nos quais os objetivos e as normas não estejam altamente integrados, ocorreria com certa frequência um processo de “desmoralização” (Ibidem, p. 208) ou desinstitucionalização dos meios, configurando um cenário em que os fins justificariam os meios. Portanto, não se trataria de sugerir que haveria maior comportamento anômico conforme houvessem maiores índices de pobreza, ou que as taxas de criminalidade, em dada sociedade, estariam associadas somente à falta de oportunidades, ou de crescimento econômico, para com o conjunto de indivíduos que a integrariam (ou à ênfase discursiva sobre o sucesso financeiro como objetivo maior a

ser atingido por todos), mas sim que o fenômeno da anomia teria ligação com a organização estrutural desta sociedade:

Uma estrutura de classes comparativamente rígida, uma ordem de castas, podem limitar as oportunidades muito além do ponto que hoje se observa na sociedade norte-americana¹²⁶. É somente quando um sistema de valores culturais exalta, virtualmente acima de tudo o mais, certos objetivos de sucesso comuns à população em geral, enquanto a estrutura social restringe rigorosamente ou fecha completamente o acesso nos modos aprovados de alcançar estes objetivos para uma parte considerável da mesma população, que o comportamento desviado se apresenta em grande escala. (Ibidem, pp. 219-220)

Dessa forma, a anomia corresponderia ao resultado de considerável tensão entre os objetivos e as normas institucionais culturalmente definidas em dada sociedade, com as quais os indivíduos lidariam a partir de algumas posturas possíveis: “conformismo, inovação, ritualismo, retraimento e rebelião” (Ibidem, 213). A inovação se veria representada, por exemplo, nos atos de Al Capone, que traduziriam “o triunfo da inteligência amoral sobre o ‘fracasso’” (Ibidem, p. 219), atinentes com uma sociedade que colocaria o sucesso financeiro do indivíduo sobre a maneira pela qual este poderia amealhar posses. Porém, o agir ritualístico também se faria presente em determinados casos, como:

(...) em grupos onde as atividades originalmente concebidas como instrumentais são transformadas em práticas autocontidas, às quais falem ulteriores objetivos. As finalidades originais são esquecidas e a estreita aderência à conduta institucionalmente recomendada torna-se um assunto de ritual. (Ibidem, p. 2016)

Na pesquisa de José de Souza Martins, a presença de certos rituais – comumente percebidos em casos brasileiros de linchamentos – atestaria para a persistência social de modalidades punitivas próximas daquelas identificadas com o suplício na França do século XVIII:

Os linchadores seguem uma regra que não conseguem explicar, mas que é regra viva e não regra morta, referida a uma estrutura igualmente viva, porém submersa na dominância das regras atuais. Constatação que, neste caso, contraria as formulações de Durkheim¹²⁷

¹²⁶ Este é o exemplo específico analisado por Merton em seu texto.

¹²⁷ Émile Durkheim (1858-1917) um dos “pais fundadores” do método sociológico. Durkheim, analisou a categoria da “anomia” sua obra *Da divisão do trabalho social* (1999), publicada pela primeira vez em 1893. Nela, o autor associa a “anomia” a uma determinada forma de divisão do trabalho que não gera vínculos ou solidariedade entre os integrantes de determinado conjunto, e a não-geração de solidariedade se explicaria pelas “relações entre os órgãos” (DURKHEIM, 1999, p. 385) não serem regulamentadas. No nosso entender, a discordância de Martins reside na noção de que os atos dos grupos de linchadores corresponderiam a regras socialmente pregnantes, ainda que de cunho tradicional e oriundas de épocas passadas. Não se trataria, portanto, de um hipotético vácuo regulamentar, mas da persistência de regras não-escritas.

relativas tanto aos estados de anomia quanto aos fatos patológicos, o que sugere que a estrutura social de referência das condutas e relacionamentos é uma estrutura “em camadas”, sem dúvida de épocas históricas descontínuas, de datas historicamente definidas. Quando a estrutura social de superfície se rompe, como no caso das violações praticadas fora dos quadros do lícito e regulamentado, como o estupro, sobretudo estupro de criança, incesto, roubo de que a vítima é o pobre, etc., a sociedade, através desses grupos sociais, procura interpretar o acontecido e a ele reagir com base nas estruturas sociais adormecidas que tiveram sua eficácia um dia, na religião (como nas referências ao sacrifício expiatório no Livro do Levítico, da Bíblia Sagrada, e na tradição da malhação do Judas, uma forma claramente teatral de linchamento; nas Ordenações Filipinas, que nos regeram ou influenciaram por mais de 300 anos, e a legalidade da vingança como reparação em crime de sangue, que reconhecia; ou nas tradições deixadas pelos tribunais da Santa Inquisição, suas atrocidades e suas fogueiras punitivas e desfigurantes). (Ibidem, pp. 83-84)

As Ordenações Filipinas, citadas por Martins, consistiram na compilação jurídica, publicada durante o reinado de Felipe II (1598-1621), quando vigia a União Ibérica entre as coroas da Espanha e de Portugal. Estas teriam persistido como base legal mesmo após a restauração da autonomia de Portugal, em 1640, encontrando-se vigente em suas colônias. A influência delas sobre a jurisprudência brasileira pode ser atestada até a promulgação do Código Civil de 1916. Ainda que o uso das Ordenações não ocorresse sozinho, visto até o início do século XX muitos de seus artigos terem sido revogados ou caído em desuso, elas em parte ainda “conviviam com outros estatutos legais” (SIQUEIRA, 2017, p. 554). O “caráter centralizador” (MONTAGNOLI, 2011, p. 56) da monarquia pensada pelas Ordenações Filipinas podia ser identificado pelo uso que esta fazia do suplício, como fim de conter possíveis desrespeitos às prerrogativas reais, como no caso de quem “engeite moeda d’El-Rey”:

Qualquer pessoa, que engeitar nossa moeda verdadeira lavrada de nosso cunho, se fôr peão, seja preso e açoitado publicamente, e sendo homem, que não caibam açoutes, seja preso e degredado para a Africa per dous annos. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, liv. 4.º, tit. XXII; In: MONTAGNOLI, 2011, p. 56)

Como no caso do suplício na França do XVIII, as Ordenações Filipinas encaram a transgressão normativa como uma desobediência para com a autoridade do monarca, como se percebe na descrição do crime de “Lesá-Majestade”:

Lesá Magestade quer dizer traição cometida contra a pessoa do Rey, ou seu Real Stado, que he tão grave e abominavel crime, e que os antigos Sabedores tanto estranharão, que o comparavão a lepra; porque assim como esta enfermidade enche todo o corpo, sem nunca mais se poder curar, e empece ainda aos descendentes de quem a tem,

e aos que com elle conversão, pólo que he apretado da communicação da gente: assi o erro da traição condena o que a commette, e empece e infama os que de sua linha descendem, postoque não tenham culpa. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, liv. 5.º, tit. VI; In: MONTAGNOLI, 2011, p. 57)

Em sua análise acerca das ordenações, Gilmar Montagnoli ressalta que a preocupação em torno do crime de “Lesas-Majestade” se verifica por este colocar “em risco a própria ordem social” (Idem), operando em nível pedagógico. A tentativa de utilizar a punição com forma de advertir possíveis infratores dos perigos aos quais incorreriam, caso tentassem transgredir a vontade do rei, está expressa também nas punições conferidas a culpados de sodomia ou animaria (comparados diretamente com os culpados de “Lesas-Majestade”):

Toda a pessoa, de qualquer qualidade que seja, que peccado de sodomia per qualquer maneira commetter, seja queimado, e feito per fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memoria, e todos seus bens sejam confiscados para a Coroa de nossos Reinos, postoque tenha descendentes; pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inhabiles e infames, assi como daquelles que commetem crime de Lesa Magestade. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, liv. 5.º, tit. XIII; In: MONTAGNOLI, 2011, p. 57)

A partir das descrições das Ordenações Filipinas, é possível notar a existência e exercício penal do suplício no território que viria a se constituir como Brasil independente, mas José de Souza Martins configura suas próprias hipóteses tendo como base a análise procedimental de diversos casos de linchamentos no país. Estes, segundo o autor, seriam caracterizados por uma sequência específica de ações:

O típico linchamento começa com a descoberta do autor do crime que o torna potencial vítima de linchamento, sua perseguição, apedrejamento seguido de pauladas e pontapés, às vezes com a vítima amarrada a um poste, mutilação física, castração em caso de crimes sexuais (com a vítima ainda viva) e queima do corpo. Essas são as sequências mais comuns da violência.

Registrei casos em que a captura e execução da vítima foi feita de maneira claramente ritual e com grande serenidade dos participantes. (...) Na região metropolitana do Rio de Janeiro, alguns casos são ilustrativos. Um é o da vítima que, já morta, continuava sendo agredida por uma velha da vizinhança, a custo retirada de cima do cadáver, quando tentava arrancar-lhe os olhos com uma colher. (MARTINS, 2015, p. 55)

Para Martins, é em cenários como o da senhora que tentava arrancar os olhos do linchado (o qual dialoga diretamente com a notícia da edição vespertina de 11 de

outubro de *Última Hora*: “Fuzilado Teve os Olhos Arrancados”¹²⁸) que se percebe a violação representada pelo linchamento das concepções presentes em nossa cultura acerca da morte, já que ao se negar à vítima a integridade de seu corpo, e mesmo à sepultura, está se retirando da mesma a condição para que “entre no mundo dos mortos, expie seus pecados e se redima” (Ibidem, p. 56). O processo de realização do linchamento e o tratamento frequentemente reservado ao corpo da vítima, constituiriam então:

(...) um rito de desfiguração que interdita a concretização da morte como travessia, concepção comum e fundamental na religiosidade popular. Mais do que matar, o linchamento promove a perdição da vítima, seu extravio no caminho dos mortos, na mutilação que o aliena para sempre no grande momento da desalienação que é, nessa crença, o da ressurreição dos mortos. Tanto no linchamento que os presos praticam contra um estuprador de crianças quanto na castração da vítima ainda viva, no meio da rua, antes da queima de seu corpo, o que os participantes de linchamentos fazem é proclamar a falta de humanidade da vítima, a sua animalidade, sua exclusão do gênero humano. (Idem)

Porém, neste ponto, deve-se tomar cuidado ao realizar comparação diretas entre o Esquadrão da Morte e grupos de linchadores, visto que os ambos são distintos em termos estruturais e qualitativos. Ressalte-se, por exemplo, que o linchamento “tem caráter espontâneo” (Ibidem, p. 73), constituindo-se em “decisão súbita, difusa e irresponsável da multidão” (Idem), diferindo, portanto do fenômeno do “vigilantismo” (Idem), o qual corresponderia a uma “atitude de vigilância para reprimir o crime” (Idem), possuindo assim fundo mais calculado do que o presente no linchamento. Ainda assim, Martins aborda a questão dos “esquadrões da morte” (Ibidem, p. 50) – termo que ele aparentemente utiliza como sinônimo de “grupos de extermínio” – atentando para o fato de que:

(...) os linchamentos não estão dissociados do aparecimento, nos mesmos bairros [em que ocorrem], dos chamados “justiceiros”, que têm executado pessoas inocentes e culpadas de diferentes delitos, particularmente roubos, sob patrocínio de comerciantes locais. Ao mesmo tempo, a simbiose entre a ação desses “justiceiros” e da polícia, no período correspondente ao meu levantamento, foi destacada pelos jornais, à qual se acresce a omissão ou proteção de autoridades governamentais aos agentes

¹²⁸ “FUZILADO TEVE OS OLHOS ARRANCADOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 11 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4523. Acessado em: 10/12/2017.

de conduta ilegal. Mesmo assim, penso que não se deve juntar a ação desses indivíduos à dos esquadrões da morte, no período anterior, sem conhecer melhor os liames e discontinuidades que podem ser reconhecidos entre um momento e outro. Mas eu não deixaria de considerar a hipótese de que os esquadrões da morte contribuíram para difundir a ideia da legitimidade da punição extralegal de crimes em relação aos quais as autoridades são lentas e complacentes. (Ibidem, pp. 49-50)

À visão de Souza Martins, de que os grupos de extermínio, no curso do século XX, teriam inspirado e assistido no recrudescimento do fenômeno dos linchamentos, ao reiterarem a prática da punição extralegal, talvez possa se coadunar outra, que veja nas ações midiáticas do Esquadrão da Morte de 1968 – especificamente – uma tentativa de agenciamento das técnicas e estratégias ritualizadas no ato de linchar, afim de granjear ao grupo (que não agiria com a espontaneidade de linchadores) determinado capital simbólico, associado ao ritual de suplício. Os traços ritualísticos do linchamento, caracterizado por Souza Martins como “ato restaurador” (Ibidem, p. 65), ao serem apresentados nos corpos seviciados das vítimas do Esquadrão poderiam, simbólica e discursivamente, tentar dotar a organização da “dimensão mágica” (Idem) do linchamento. “Mágica”, nas palavras do autor, porque se constitui em uma maneira:

(...) de compreender a ocorrência anômica e num meio de reparar a situação de anomia. Não obstante a violência que lhe é própria, tem uma função social conservadora e socialmente altruísta. (Idem)

Tal se processaria devido à crença na “eficácia restauradora do sangue derramado no ato da punição” (Idem). Mas para que se possa identificar paralelos discursivos entre o ritual de linchamento e as condições de abandono dos corpos das vítimas do EM, cabe ampliar o escopo da discussão, não nos retendo apenas no suplício, mas questionando se a violência poderia ser identificada enquanto fenômeno comunicacional.

3.2 Noções de Violência: Sodré, Sorel, Merton e Mello Neto

O suplício, se entendido como modelo punitivo localizado em um regime discursivo anterior àquele da sociedade disciplinar (no qual o exercício de poder político do soberano se dava privilegiadamente sobre os corpos de supostos criminosos), sua operacionalidade se insere no quadro mais amplo da violência. Compreende-la enquanto fenômeno inserido numa série de redes semânticas perpassadas por questões comunicacionais, sociais e históricas, permite-nos analisa-la no contexto do Brasil na

segunda metade do século XX. Nesse sentido, cabe definir a violência social a partir das colocações de Muniz Sodré, em seu trabalho *O Social Irrradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia* (1992), que a encara como “efeito desarmônico da coexistência de modelos de crescimento ultramodernos com modelos tradicionais” (SODRÉ, 1992, p. 8). Para o autor, haveriam dois tipos de violência. O primeiro consistiria na “*violência invisível, violência institucional, ou estado de violência*¹²⁹” (Ibidem, p. 11), derivando de um “efeito de inércia sobre os indivíduos, imposto por uma ordem cosmopolita, que é a do Estado com seus aparelhos e articulações sociais” (Idem). Trata-se da violência da desigualdade econômica sistêmica, somada ao sucateamento dos sistemas públicos de amparo social que ocorre em paralelo ao contínuo desenvolvimento de tecnologias de controle e acumulação de poder: o caso da presença de aparelhos de alta tecnologia, como parabólicas, em postos de saúde subfinanciados. Já o segundo tipo de violência se definiria como uma “*violência visível ou violência anômica*¹³⁰” (Idem). Na perspectiva de Sodré, esta seria entendida como:

(...) a ruptura, pela força desordenada e explosiva, da ordem jurídico-social, e que dá lugar à delinquência, à marginalidade ou aos muitos ilegalismos coibíveis pelo poder de Estado. (Idem)

Pode-se inscrever nesse campo o “*ato de violência*” (Idem), caso dos assaltos, “massacres” (Idem) e crimes de morte, por exemplo. Nesses casos, distintos daquele do estado de violência, “o ato comporta *resposta*¹³¹, entrando, portanto, na dimensão da *luta*¹³², que integra a dinâmica de toda estruturação social” (Idem). A inserção da violência na experiência do “Terceiro Mundo” (Ibidem, p. 12), para o autor, torna-se racionalmente inteligível na medida em que encaremos o “estado violento” (Idem) como “traço estrutural do modo de organização social implantado nos países terceiro-mundistas” (Idem). Ao fazê-lo, requer-se considerar a “*violência social*” (Idem) como um efeito inerente à sociedade de classes, sendo o exercício da mesma, imposto a partir da materialização de relações que tenham como base a propriedade privada (Idem). Nesse ponto, Sodré se remete ao sociólogo francês Georges Sorel (1847-1922), ao apontar para um problema analítico presente no quadro social por ele apontado:

O conceito de violência social apenas deixa mais claro que considerar a violência como puro ato implica conotar negativamente só as ações

¹²⁹ Em itálico no original.

¹³⁰ Em itálico no original.

¹³¹ Em itálico no original.

¹³² Em itálico no original.

que contrariem a legitimidade burguesa ou não, do grupo dirigente. (Ibidem, p. 13)

Tal se atestaria na dificuldade de certos textos sociológicos de escolherem entre os termos “força ou violência” (Idem). A diferenciação entre ambas é produzida no trabalho de Sorel *Reflexões sobre a violência* (1993), publicado pela primeira vez em 1908. Nele, o sociólogo busca identificar o potencial de criatividade política existente no interior do ato violento, encarado como possível instrumento revolucionário. Mas frisa que:

(...) havia uma diferença a estabelecer entre a *força*¹³³ que marcha para a autoridade e procura realizar uma violência automática e a violência que pretende quebrar essa autoridade. (SOREL, 1993, p. 149)

A acepção de “força” enquanto poder coercitivo do Estado e de violência como negação (potencialmente revolucionária) da ordem estabelecida é por ele ecoada na análise que produz em torno do modelo punitivo do Antigo Regime na França, das influências que os procedimentos da Inquisição teriam exercido sobre o mesmo e das continuidades deste junto ao sistema penal presente na Revolução Francesa e a ela posterior:

Um dos pensamentos fundamentais do Antigo Regime tinha sido o emprego do processo penal para arruinar todos os poderes que constituíam obstáculo à realeza. Parece que em todas as sociedades primitivas o direito penal começou por ser uma proteção concedida ao chefe e a alguns privilegiados que ele honra com um favor especial; é somente muito mais tarde que a força legal serve instintivamente para salvar as pessoas e os bens de todos os habitantes do país. Sendo a Idade Média uma volta aos costumes de tempos muito antigos, era natural que gerasse novamente ideias muito arcaicas relativas à justiça e fizesse considerar os tribunais como tendo por missão sobretudo garantir a grandeza real. Um acidente histórico veio favorecer o desenvolvimento extraordinário desse regime criminoso. A Inquisição fornecia o modelo de tribunais que, colocados em ação a partir de indícios muito fracos, perseguiam com perseverança as pessoas que perturbassem a autoridade, e as colocavam em impossibilidade de prejudicá-la. O Estado real aproveitou da Inquisição muitos de seus processos e quase sempre seguiu seus princípios. (Ibidem, p. 90)

Portanto, para Sorel, se na França de sua época a justiça parecia um instrumento do Estado no exercício da garantia da propriedade privada, em um passado não muito distante, sua estrutura e metas tinham escopo ainda mais restrito, concluindo que “*seu*

¹³³ Em itálico no original.

*objetivo essencial não era o direito, mas o Estado*¹³⁴ (Idem). De maneira semelhante àquele de Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, que apontou para o crime como desobediência e subversão do poder soberano do Príncipe, para Sorel, os servidores e representantes jurídicos do rei francês, no Antigo Regime, em seus inquéritos transformavam “a negligência, a má vontade ou a incúria” (Ibidem, p. 91) em “revolta contra a autoridade, atentados ou traição” (Idem). E mesmo que à primeira vista se considere que o modelo penal construído a partir da Revolução Francesa (1789) tenha representado uma ruptura completa com aquele vigente sob a monarquia absolutista, Sorel nos adverte para suas continuidades, visto que aspectos como a teatralidade da punição e o uso corriqueiro de confissões pública (como no suplício do Antigo Regime) podiam ser vistos nos cadafalsos construídos pelos sucessivos governos revolucionários, nos quais eram colocados aqueles considerados inimigos políticos da República. Assim, tendo reconhecido as tradições punitivas do Antigo Regime, a Revolução teria dado:

(...) aos crimes imaginários uma importância muito grande porque seus tribunais políticos funcionavam no meio de uma população transtornada pela gravidade do perigo; então se achava muito natural explicar as derrotas dos generais por intenções criminosas e guilhotinar as pessoas que não tinham sido capazes de realizar as esperanças sonhadas por uma opinião, que sempre de novo voltava às superstições da infância. (Idem)

E para Sorel – ainda que o autor acredite ser, em sua época, pouco crível que a totalidade do Estado pudesse ser colocada em risco por apenas um indivíduo – haveriam ecos das estratégias investigativas e punitivas da Revolução no Código penal francês, mesmo no início do século XX (Idem). E mais uma vez, o autor reitera que a metodologia legal do Antigo Regime pode ser identificada nos atos jurídicos da Revolução Francesa, em especial na lei de 22 prairial¹³⁵, também chamada de lei do Grande Terror. Esta simplificou os processos judiciais impedindo a convocação de testemunhas e a garantia de defesa legal ao acusado (o julgamento seria pautado, então, pela acusação e pela autodefesa do réu):

Os processos contra os inimigos do rei sempre foram conduzidos de maneira excepcional; simplificavam-se os processos à vontade; as pessoas se contentavam com provas medíocres; que não teriam podido bastar para os delitos ordinários; procurava-se apresentar exemplos terríveis profundamente intimidantes. Tudo isso se encontra na

¹³⁴ Em itálico no original.

¹³⁵ Declarada na França em 21 de setembro de 1792, tendo sido acompanhada do estabelecimento do governo da Convenção Nacional (1792-1795) e da criação, em 1793, do Comitê de Salvação Pública, liderado por Maximilien Robespierre (1758-1794).

legislação robespierriana. A lei de 22 prairial contenta-se com definições bastante vagas do crime político, de modo a não deixar escapar nenhum inimigo da Revolução; quanto às provas, são dignas da mais pura tradição do Antigo Regime e da Inquisição. “A prova necessária para condenar os *inimigos do povo* é qualquer espécie de documento, quer material, quer moral, quer verbal, quer escrita, que naturalmente pode obter o assentimento de todo espírito justo e razoável. A regra dos julgamentos é a consciência dos jurados esclarecidos pelo amor da pátria; seu objetivo é o *triunfo da República e a ruína dos seus inimigos*”. Nessa célebre lei terrorista vemos a mais forte expressão da doutrina do Estado. (Idem)

Mas, para além da diferenciação entre modelos punitivos, há que se localizar o fenómeno da violência no Brasil dentro do contexto da relação de forças entre modelos comunicacionais. Para tanto, Muniz Sodré identifica o modelo de encadeamento e o modelo “telerreal” (SODRÉ, 1992, p. 20). O encadeamento seria a:

(...) modelização tradicional da realidade (...), que pressupõe uma realidade “verdadeira” a ser representada, graças à vontade dos atores sociais, por mecanismos produtores de sentido, controlados por um sujeito consciente e uno, distinto do objeto. (Ibidem, p. 18)

Já o modelo da telerrealidade seria identificável com um novo paradigma capitalista, associado à criação de novas tecnologias da informação, as quais aturariam enquanto instrumentos capazes de permitir um intenso fluxo de capital e mão de obra, gerador de um mercado transnacional balizado na financeirização da economia global. Neste modelo de telerrealidade se daria:

(...) uma equivalência generalizada das coisas, inclusive entre sujeito e objeto, que apaga as identidades muito fortes (e, portanto, a possibilidade de representação de realidades “verdadeiras”), promovendo a indiferenciação dos parceiros do jogo social. (Idem)

Trata-se assim de um cenário no qual simulacros e representações não seriam mais passíveis de remissão a um conteúdo atrelado a certa realidade objetivamente compreendida. Mas considerando estes modelos comunicacionais, para Muniz Sodré a relação de imbricação entre ambos no Brasil da década de 1960 seria pautada por estratégias políticas de desenvolvimento e sistemas de comunicação elaborados por teóricos do regime militar (1964-1985):

Avaliar a natureza do poder (e, conseqüentemente, das raízes do estado de violência social) inscrito no processo telerrealizante ou simulativo implica levar em conta o estamento *tecnoburocrático* (militar e burguês) resultante da vitória do capital monopolista sobre o capital agrário-tradicional e sobre a antiga burguesia republicana. A tecnoburocracia está implícita na própria lógica elitista do processo de

modernização do país, arquitetada desde o início dos anos 60 por ideólogos conservadores. (Ibidem, p. 21)

Citando como exemplo Roberto Campos (1917-1921), que foi ministro do Planejamento no governo Castello Branco (1964-1967), Sodré aponta como o regime militar encarava a si mesmo como um tipo de “democracia” (Idem), dotada de um “Executivo forte” e pautada pelo conceito de “reconciliação” (Idem):

A “reconciliação” implicava um relacionamento comunicacional e não político (em sua acepção tradicional dentro do modelo de encadeamento) entre o Poder e as massas. Daí a importância dos meios de comunicação, que tiveram uma expansão notável depois de 1964, especialmente a televisão. (Idem)

Dessa maneira, requer-se que o problema sócio-político brasileiro da segunda metade do século XX seja situado na rápida penetração e presença de um “sistema militar-industrial” (Ibidem, p. 33), cujos elementos mais visíveis – notadamente aparelhos comunicacionais como televisores, microcomputadores, videocassetes e “toda uma parafernália de bens de consumo conspícuos” (Idem) – atestariam “o impulso modernizador do modelo ‘telerreal’” (Idem), o qual se daria de maneira excludente, desarmônica e estruturalmente violenta em virtude da “distância econômica e social” (Idem) perceptível na tele-relação junto ao modelo de encadeamento. Este processo, contudo, não se daria somente no Brasil, sendo identificável no continente latino-americano como um todo e, mais especificamente, em regiões conflagradas pela ação do narcotráfico e da política militarizada (capitaneada pelos EUA) de combate às drogas, caso da Colômbia na década de 1980. Ao analisar de que forma se processaria a relação entre violência anômica e violência institucional no território colombiano, Sodré produz diagnósticos que poderiam ser utilizados igualmente para se abordar o fenômeno dos grupos de extermínio no Brasil da década de 1970 e, mais ainda, a contínua privatização das questões de segurança pública, testemunhada no contexto brasileiro recente:

No vácuo deixado pela desagregação do sistema político-econômico tradicional e na emergência de verdadeiros poderes ilegalistas, produz-se o fenômeno da “mafialização” da política. A corrupção do aparelho policial e judiciário, a crise de valores (questão ética) e de fins (questão política) junto a dirigentes ou governantes, o gangsterismo generalizado, o comprometimento moral das elites culturais e econômicas, tudo isso concorre para o abalo do modo clássico de existência do “modelo de encadeamento” e para a desregulagem anômica do estado tendencial das massas (Ibidem, p. 37)

E longe de operar em um vácuo histórico, este processo se realiza dentro do histórico patrimonialista da sociedade brasileira (caracterizado, entre outros fatores, pela confusão entre o público e o privado, e pela manutenção de relações de trabalho e profissionais precárias, produzidas por uma ótica afetiva de ratificação de lealdades familiares e pela reiteração de práticas de origem escravagista), que longe de ter sido neutralizado pela modernização conservadora do regime militar, foi salvaguardado a partir de ações “de cooptação e de ideologia” (Ibidem, p. 42), tendo “permanecido no poder o estamento patrimonial-burocrático brasileiro” (Idem). Tais câmbios sociocomunicacionais confluíam para a configuração de um cenário baseado na hegemonia do paradigma telereal, que redefiniria as noções vigentes de informação e de apreensão semântica da experiência cotidiana. Logo, na telerealidade:

(...) um certo fluxo de acontecimentos diversificados é organizado (em nível dos lugares, dos temas, dos participantes e do estilo de emissão) por um centro irradiador, que é a televisão, o rádio, ou então a rede de um sistema de conexões telemáticas. Por meio do estilo dramático ou espetacular, que “distrai” o público, o sistema imagístico regula as identificações sociais (pelo menos dentro da esfera de aparências adequadas à comunicação social e ao mercado de consumo), administra o *ethos* modernizado (no sentido de modas e costumes) e anula padrões consensuais de conduta. Não se trata, pois, de “informação” enquanto transmissão de conteúdos de conhecimento, mas de produção e gestão de uma socialidade pública, cuja forma principal é a do espetáculo. (Ibidem, p. 45)

Valendo-nos das conclusões de Sodré, podemos ver as ações performáticas do Esquadrão da Morte de 1968, inseridas em um prisma de transformação da execução extralegal em espetáculo. Associar paradigmas punitivos definidos pelo suplício com novas relações comunicacionais não seria paradoxal, visto que a exposição pública no estabelecimento de laços e ratificação de posições sociais pode ser também localizada no Antigo Regime português. O próprio Sodré propõe um paralelo semelhante ao afirmar que:

A exemplo do Estado patrimonial ibérico, a forma social tecnoburocrática, que administra por imagens e números, provoca efeitos de dissuasão da presença real dos sujeitos nas cenas decisivas do *socius*. (Idem).

Porém, outro elemento que nos permite inserir o Esquadrão em um modelo telereal de comunicação reside na estetização da violência. Sodré define estesia como:

(...) uma forma de sensibilidade que preside à produção e ao consumo de bens simbólicos, compatível com as mediações necessárias à

transação entre as diferentes atmosferas afetivas existentes numa formação social. (Ibidem, p. 91)

Caso se encontre desvinculada da ética estruturante de um dado grupo social, a estesia poderia correr o risco de “converter-se em puro jogo de formas, autocentrado, com a violência como único horizonte de realização” (Ibidem, p. 104), é o que se veria no caso da disseminação de trejeitos, roupas, gírias e atitudes associados com o *gangsterismo* urbano, junto a delinquentes juvenis no Brasil da virada da década de 1980 para a de 1990. Sob essa conjuntura, poderia operar-se a “‘mafialização’ da personalidade” (Idem), resultante de um “ato de liberdade pessoal” (Idem), que não deteria relação apenas com o exercício de poder, mas também com a aquisição de bens de consumo, sendo “afim aos fatos pequenos do quotidiano, muitas vezes estéticos” (Idem). A associação entre comportamento criminoso e liberdade individual apontaria para um paradigma existencial centrado na interseção entre consumo e exercício de poder, em uma chave na qual a violência viria a se impor como “o operador natural de um código social” (Idem) restrito em seu escopo à combinação entre “poder das aparências” (Idem) e dinheiro, que indisporia de qualquer valor ético capaz de transcender “o circuito fechado de suas normas” (Idem). Mas convém que a intensidade deste fenômeno será maior:

(...) nos espaços sociais onde progressivamente se esvaziam as finalidades éticas e políticas, aumenta a distância econômica entre os novos modelos de socialização (a irradiação, a telerrealidade) e os tradicionais, progride o sincretismo das particularidades culturais dos migrantes e cresce a regulação da conduta pública pela estetização artificial dos simulacros teleguiados pelos complexos comerciais e industriais. Por isso, este é um fenômeno típico das metrópoles contemporâneas marcadas pela desintegração e a mutação das formas comunitárias de vida e pela contiguidade físico-psicológica de estilos diferentes de existência. (Ibidem, p. 105)

O cenário aqui descrito por Sodré coincide com as transformações econômicas e comunicacionais ocorridas no Brasil e no mundo no curso de um processo de transnacionalização do capital e intensificação dos fluxos informacionais, permitida pela criação de novas tecnologias da comunicação. Pode-se questionar se, em uma nova economia da atenção pautada por um modelo de socialização telerreal, o suplício instrumentalizado pelo EM naqueles que seriam os estertores da sociedade disciplinar (em fins da década de 1960), não teria a função de inserir a letalidade policial dentro de um determinado molde discursivo sustentado pela experiência estética da violência. Operacionalizando categorias provenientes do Antigo Regime, seus efeitos, entretanto,

seriam distintos na medida em que, além de serem realizados num contexto sócio-histórico consideravelmente distinto daquele em que vigorava a pena suplicante, também se baseiam nos meios de comunicação de massa, no texto jornalístico, no recurso a estruturas narrativas literárias e no uso de fotografias, que atuam de maneira distinta daquela dos folhetins do século XVIII: não mais se trata de apresentar o culpado e sua história de vida ao público que testemunha sua execução, mas propiciar a realização do ato através dos *media*, em sua cobertura acerca do Esquadrão da Morte.

Para que essa violência, entretanto, seja dotada de legitimidade política e simbólica, requer-se que ela seja apresentada como distinta da violência anômica do criminoso executado. Faz-se útil, então, trafegar pelo conceito de “contra-violência” (MELLO NETO, 2014, p. 112), levantado por David Maciel de Mello Neto. Em sua pesquisa, Mello Neto analisa a ação do Serviço de Diligências Especiais (SDE) da Polícia Civil carioca e a cobertura jornalística por esse recebida em fins da década de 1950, grupo que era cognominado pela imprensa de “esquadrão da morte”. Mello Neto percebe que, antes deste rótulo ter sido dado aos integrantes do SDE por *Última Hora*, o mesmo teria contado com outros nomes, como “batalhão suicida”, “turma suicida” e “esquadrão suicida” (Idem). Ao se valer da categoria “suicida”, Mello Neto sugere, citando Michel Misse, que a imprensa evitaria insinuar sobre o grupo uma “negatividade moral elementar” (MISSE, 1999; In: MELLO NETO, 2014, p. 112), sendo esta representada por “marginais”, “malfeitores”, “meliantes perigosos” ou “gangsteres de pés-descalços” (Idem), termos utilizados à época por veículos como *UH*. Citando novamente Misse, Mello Neto considera que a diferenciação entre “violência” e “contra-violência”, residiria na capacidade de ambas as categorias fixarem significados (Ibidem, p. 148) sobre os atos aos quais seriam referentes. Esse poder de definição agiria retrospectiva e preventivamente associando a “contra-violência” ao “monopólio legítimo” (Idem) da violência por parte do Estado (na forma de seus agentes), através do qual “se funda a ordem social moderna” (Idem).

Mas se a noção de “contra-violência” poderia permitir a legitimação das ações do EM, o uso que este faz do suplício permite que as mesmas sejam definidas como indicadoras da permanência de estruturas não só atinentes com a experiência urbana no Brasil do século XX, perpassada pela violência institucional, mas também com processos cujas raízes seriam localizáveis em momentos mais longínquas no tempo. Nesse ponto, a pesquisa de Muniz Sodré também oferece potenciais horizontes de

compreensão sobre o Esquadrão da Morte, visto que o uso que este faz de métodos punitivos e imagens capazes de nos remeterem ao sistema escravagista (como a exposição de corpos negros *seminus*, em condição de *sevícia*) aponta para a atuação do grupo enquanto denotativa do racismo subjacente à cultura brasileira, e em sentido mais amplo, a padrões culturais ocidentais. Este fundo racista – voltado especificamente contra populações negras – pode ser identificado por meio de produtos de entretenimento e informacionais:

Nos meios de comunicação de massa, dispositivos centrais de produção das aparências da modernidade contemporânea, os cidadãos “discrimináveis” são geralmente apresentados em filmes, programas de entretenimento ou de informação como vilões ou cidadãos de segunda classe (...) ou são pura e simplesmente excluídos. (SODRÉ, 1992, p. 114)

E neste contexto cultural, definido em parte por um modelo de socialização telerreal e que “vive cada vez mais de narrativas e representações tornadas visíveis num espaço publicitário e tecnológico” (Idem), a visibilidade de indivíduos negros ou migrantes (como no caso do continente europeu) é lastreada em premissas essencialmente negativas, tornando o discriminável em “automaticamente suspeito” (Idem), sobretudo aos olhos dos aparelhos de segurança do Estado e de seus agentes – em decorrência disso, haveria mesmo a possibilidade de desencadeamento de “atitude violenta” (Idem) em contextos de contatos tensos. Tais dados atestariam a incapacidade de um novo modelo discursivo mascarar permanências discursivas e comportamentais, indicando:

(...) como a socialização irradiada ou telerrealista operada pelos meios de comunicação se institui sem tocar na raiz de um mal-estar civilizatório, uma daquelas “dificuldades” apontadas por Freud como “ligadas à natureza da cultura” e resistentes a qualquer reforma. A abstração violenta com relação à vicissitude territorial da montagem industrial dos meios de comunicação contribui para o reforço de papéis e estereótipos presentes na memória coletiva da sociedade tradicional. Novos tipos de discriminação terminam superpondo-se às formas tradicionais de exclusão do outro (o estranho, o migrante) geralmente enfaixados na designação de “racismo”. (Idem)

Logo, pode-se cogitar que o suplício de homens negros (mas também brancos) oriundos das classes populares, de acordo com rituais e práticas identificáveis com a maneira como senhores puniam fisicamente os escravos, durante o período colonial e do Império, talvez remeta a uma estrutura – de base cultural – de diferenciação racial, preexistente à ação midiática do Esquadrão, mas por ele simbólica e discursivamente

ratificada. A presença de possíveis agenciamentos de paradigmas punitivos atrelados ao suplício, bem como a inserção destes em um modelo comunicacional telereal, pode ser identificada nas matérias de *Última Hora* produzidas sobre o EM durante o curso de 1968. Nesse momento, iremos concluir o levantamento das mesmas, voltando as atenções da presente pesquisa para as notícias referentes ao Esquadrão veiculadas pelo periódico nos meses de novembro e dezembro de 1968.

3.3 O Esquadrão nas páginas de *UH*: Novembro e Dezembro de 1968

As menções ao Esquadrão voltam a ter considerável frequência nos dois últimos meses de 1968, com o grupo figurando em 21 edições (entre matutinas e vespertinas) do mês de novembro, e em 15 do mês de dezembro – vale considerar que no acervo de *Última Hora* presente no Arquivo do *Estado de São Paulo* constam poucas edições matutinas do periódico referentes ao mês de dezembro. O que se percebe nos dois últimos meses é: a consolidação de um discurso crítico em relação ao Esquadrão, que passa a ser qualificado de maneira negativa por *UH*, que dá grande destaque ao uso que o grupo de extermínio faz da sevícia; a percepção de que o EM talvez esteja correndo risco de ser reprimido pelos operadores de segurança pública do regime militar; e o relato de uma possível expansão do grupo para o estado de São Paulo (cujo próprio Esquadrão da Morte começa a figurar nas páginas de *UH*). Em relação ao primeiro ponto vê-se a atenção voltada ao *modus operandi* das execuções do Esquadrão na edição matutina de 7 de novembro de 1968, cuja matéria “Delegado já tem caixão” é iniciada com o seguinte texto de abertura:

O Esquadrão da Morte, condenado com veemência pela parte sadia do organismo policial, voltou a matar e o fez com tamanho requinte de sadismo que provocou engulhos nos policiais e jornalistas que, por dever de ofício, foram ver a última vítima, um rapazola ainda imberbe, crivado de balas, esfaqueado e com a garganta rasgada, como se fora um inimigo pessoal dos carrascos. As denúncias contra o EM se avolumam. As vítimas são identificadas. Alguns dos criminosos idem. Mas a punição para os monstros não vem nunca. E os sádicos, os anormais em potencial, “os que têm gosto de sangue na boca” e que, por precaução e profilaxia, deveriam estar internados em hospícios inexpugnáveis, são abanados pela impunidade e matam ou voltam a matar porque sabem, de antemão, que nada lhes acontecerá. Os quadros tétricos se repetem com espantosa assiduidade. Em Niterói, em São Gonçalo, nos últimos cinco dias, quatro outros corpos foram encontrados, todos com as mais incríveis marcas de sevícias, todos cremados como se os monstros tivessem interesse em dificultar-lhes a identificação. E, curiosamente, todas as vítimas apresentam sinais nos

pulsos de algemas, o que deixa subentendido a presença oficial na carnificina.¹³⁶

Ou pode-se citar ainda o texto de abertura da matéria “Esquadrão da Morte: Uma Praga se Alastra”¹³⁷, presente na edição matutina de 23 de novembro de 1968 – nesta o Esquadrão de 68 é mesclado com outros grupos de extermínio e com práticas punitivas extralegais de origens mais distantes no tempo, além de ser utilizado como objeto de comparação cultural, sugerindo que ele retrataria certo “primitivismo”:

Ele começou em 1958 na Guanabara. Agora tem sucursais no Estado do Rio, Minas Gerais e São Paulo. A praga se alastra. O número de vítimas ascende a meio milhar. Um fuzilamento já foi feito em praça pública. Vozes de juristas se levantam. Mas os mandantes dos crimes sem precedentes, mesmo nas nações ainda primitivas da África, permanecem impunes. E essa impunidade é a própria alma do Esquadrão da Morte. Impunidade assegurada, por exemplo, em São Paulo, onde o Secretário de Segurança acaba de dar carta branca a seus assassinos oficiais.¹³⁸

Note-se não apenas a distância em relação à forma como o Esquadrão era retratado em edições anteriores, como no caso do *box* “Breve história do incrível EM”¹³⁹, mas como a referência a punições baseadas no suplício recebe destaque central nas assertivas em torno do EM. Tal é observado também no caso da matéria “Trucidados a golpes de sabre”¹⁴⁰, da edição matutina de 11 de novembro, que relata como o Esquadrão teria se vingado da morte de supostos integrantes do grupo:

O Esquadrão da Morte, que, na última semana, perdeu dois de seus membros – os soldados Haroldo da Silva Vidinha e Eduardo Gomes Barbosa, assassinados em Niterói – revidou com fúria os dois “*rounds*” perdidos, abatendo um desconhecido em Caxias e o bandido Vanderlei Gomes Drumond, preso no sábado por soldados da PM em São Gonçalo.

(...)

Vanderlei foi apanhado no Jardim Santa Bárbara, no Caramujo, e seus gritos foram ouvidos quando dizia que sabia que iria morrer. Sua esposa, Eunice de Oliveira, contou que os policiais encheram a casa de bombas de gás lacrimogênio. Vanderlei foi encontrado com as

¹³⁶ “DELEGADO JÁ TEM CAIXÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 7 nov. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4588. Acessado em: 10/12/2017.

¹³⁷ “ESQUADRÃO DA MORTE: UMA PRAGA SE ALASTRA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 23 nov. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4635. Acessado em: 10/12/2017.

¹³⁸ *Idem*.

¹³⁹ “BREVE HISTÓRIA DO INCRÍVEL EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 28 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4487. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁴⁰ “TRUCIDADOS A GOLPES DE SABRE”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 11 nov. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4598. Acessado em: 10/12/2017.

mãos amarradas nas costas, com uma corda de *nylon* passada no pescoço. Tinha a carótida seccionada, e em seu coração foram desferidos oito golpes de sabre. O crime foi comunicado à Polícia Civil pelo PM Oscarino Cabral.¹⁴¹

A ideia de que o Esquadrão estaria cruzando certo limite pode ser localizada a partir do tema e da abordagem dada por *UH* na matéria “Esquadrão já mata mulher”¹⁴², da edição vespertina de 23 de novembro:

Traindo os próprios “princípios”, dentre os quais havia um item que impunha o respeito ao sexo feminino, o Esquadrão da Morte eliminou, na Estrada de Itaipu, em Niterói, a ex-presidiária Iracema de tal¹⁴³, de 30 anos presumíveis, abatida com 18 tiros de metralhadora ou pistola 45, dois dos quais no ouvido esquerdo, para evitar qualquer chance de sobrevivência. Iracema cumpriu pena por furto no Presídio Feminino do Estado do Rio e foi encontrada trajando pulôver preto, saia de Tergal, cor de rosa, calçando sandálias brancas.¹⁴⁴

Para além da noção de que teria de haver certa deferência com relação ao sexo feminino – a qual estaria sendo rompida pelo EM – na mesma matéria, a condição de abandono do corpo de outra vítima por parte do Esquadrão recebe o epíteto de “macabro”:

Na estrada do Retiro Feliz, em Belford Roxo, onde os moradores já se acostumaram com os constantes aparecimentos de cadáveres, foi deixado mais um corpo. Era um homem preto de 25 anos, trajando calção azul, pelo avesso, camisa verde, também pelo avesso e estava descalço. Recebeu 14 tiros de 45 e suas mãos estavam ainda sujas pela tinta de identificação usada pela Polícia para o recolhimento de impressões digitais do preso. Nos pulsos, as indefectíveis marcas de algemas. No pescoço, sinais de enforcamento. Não havia sangue no local o que indica que o crime foi praticado em outro ponto. Num toque macabro, os assassinos deixaram junto à vítima uma caveira de burro em lugar do cartaz com a caveira e os dois ossos cruzados, símbolos do Esquadrão da Morte.¹⁴⁵

A preocupação junto à *Última Hora* de que a prática do suplício extralegal, como procedimento social de punição, estivesse se espalhando encontra-se ainda no destaque dado ao cenário de violência percebido nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, na capa da edição vespertina de 29 de novembro de 1968, a qual relata a prisão de um suposto criminoso por populares em um poste na Avenida Presidente

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² “ESQUADRÃO JÁ MATA MULHER”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 23 nov. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4629. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁴³ O termo “Iracema de tal” é utilizado para se referir à vítima no texto original.

¹⁴⁴ “ESQUADRÃO JÁ MATA MULHER”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 23 nov. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4629. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁴⁵ Idem.

Vargas e a oferta de recompensa pela captura de um suspeito de assassinato na Baixada Fluminense – ambas as notas encontram-se sob o título geral “Violência toma conta do Grande Rio: cartazes anunciam prêmio por cabeça”¹⁴⁶:

No Pelourinho

A violência impera em toda a área do Grande Rio. Na Avenida Presidente Vargas, populares capturaram o falso mecânico e olheiro de uma *gang* de automóveis – Edmo Barbosa – amarrando-o ao poste até que a polícia chegou para leva-lo à 16ª Delegacia. Por pouco escapou de um linchamento.

Terra sem lei

Mas na Baixada Fluminense o clima é de terra de ninguém. Militares revoltados com o assassinio de colegas, encheram os muros de Caxias e Meriti, principalmente, com cartazes anunciando o prêmio de 1 milhão de cruzeiros velhos pela captura de Aníbal Ferreira de Melo. O açougue de outro matador foi metralhado e um bar onde ocorreu o crime, virtualmente arrasado.¹⁴⁷

Mas juntamente à construção do EM como um grupo de “carrascos” e “assassinos” e do uso de punições extralegais por parte de indivíduos não ligados às instituições de segurança pública do Estado como descontrole institucional, *Última Hora* reserva parte de sua cobertura à atuação de um Esquadrão da Morte paulista, como atestado na edição vespertina de 10 de dezembro de 1968, cuja matéria “O Esquadrão da Morte sem fronteiras”¹⁴⁸, ocupa 2/3 de uma das páginas do periódico. Alternando entre as informações obtidas acerca do grupo de extermínio paulista e as ações do EM do Rio de Janeiro, a matéria se inicia da seguinte forma – perceba-se aqui a utilização de recursos narrativos atinentes com o romance policial, como a descrição elíptica de uma cena de crime anteceder a apresentação direta do objeto da reportagem:

Manchas de sangue, bancos fora de lugar, para-brisa quebrado e uma cordinha de náilon, do mesmo tipo usado pelo Esquadrão da Morte nas “execuções silenciosas”, eis os indícios do mistério que cerca o desaparecimento do motorista profissional e professor de judô Josias Teixeira Gonçalves, de 28 anos. Seu carro, um Volks de cor pérola, foi deixado abandonado na Estrada do Catonho, em M. Hermes, no mesmo local em que dois bandidos, Ulisses Pereira Padrão, o Morcego, e Jorge Crispim, foram passados pelas armas do EM.

¹⁴⁶ “VIOLÊNCIA TOMA CONTA DO GRANDE RIO: CARTAZES ANUNCIAM PRÊMIO POR CABEÇA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 nov. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4653. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ “O ESQUADRÃO DA MORTE SEM FRONTEIRAS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 10 dez. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4679. Acessado em: 10/12/2017.

Um telefonema anônimo para o comissário Moraes, da 33ª DD, dizia que o cadáver do chofer fora largado na altura do quilômetro 42 da antiga Rodovia Rio-São Paulo, em Itaguaí, outro ponto escolhido pelo Esquadrão da Morte para abandonar os corpos de suas vítimas. De fato, ali estava um homem morto a tiro, mas não era o motorista Josias.

Em São Paulo, temendo ser eliminado pela “filial” do EM bandeirante, o traficante de cocaína Valdomiro Maia, o Miroca continua sob a proteção do deputado Nelson Pereira¹⁴⁹, a quem se apresentou tremendo de medo. O EM paulista, que fez um curso de “aprendizado rápido” na GB¹⁵⁰, aprendendo inclusive a usar a famosa cordinha de Nailon – ideal para estrangulamentos dentro de delegacias ou de automóveis, sem que a vítima possa gritar por socorro – organizou uma lista com 50 nomes de vendedores de entorpecentes, todos marcados para morrer. No primeiro lugar da lista, figura José Iglesias, o Juca da Barra Funda, que também fornece cocaína a revendedores da Guanabara.¹⁵¹

Mas ainda que a proliferação de grupos de extermínio com estratégias semelhantes àquelas do EM do Rio de Janeiro possa ser atestada por *UH*, o contexto de atuação destes já apresenta diferenças, se comparado com o início do ano de 1968: além de um jornal como *Última Hora* se colocar claramente contra a existência dos mesmos em suas matérias, percebe-se a gestação de um movimento institucional de cerceamento destes grupos de extermínio por parte de certos segmentos do Estado e da sociedade civil. É o que se atesta na matéria “Esquadrão da Morte perde a máscara”¹⁵², de edição vespertina de 12 de dezembro de 1968:

Motoristas e trocadores da Viação Cabuçu assistiram ontem de madrugada, em Mutuá, São Gonçalo, a um fuzilamento programado pelo Esquadrão da Morte. Viram quando um homem preto, de calção, foi retirado, algemado, de uma camioneta e passado pelas armas. O corpo está no necrotério daquela cidade fluminense ainda sem identificação.

A Justiça paulista decretou a devasse no Esquadrão da Morte. O Juiz Corregedor dos Presídios e da Polícia Judiciária, Sr. Alexandrino de Almeida Sampaio, determinou a abertura de sindicância contra as atividades do EM, cujos componentes, delegados e detetives, foram apontados, nominalmente, por um marginal, Roberto Teixeira, o

¹⁴⁹ Nelson Pereira (1924-2003), foi deputado estadual paulista – eleito por dois mandatos consecutivos, primeiro pela UDN e depois pela Arena – e presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) entre 1967 e 1971. Dados obtidos junto ao Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. “MORRE NELSON PEREIRA, EX-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA”. Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=302697>. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁵⁰ Sigla do estado da Guanabara.

¹⁵¹ “O ESQUADRÃO DA MORTE SEM FRONTEIRAS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 10 dez. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4679. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁵² “O ESQUADRÃO DA MORTE PERDE A MÁSCARA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 12 dez. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4683. Acessado em: 10/12/2017.

Robertão. Ao fazer a denúncia, o bandido alegou legítima defesa, porque estava no listão dos 50 a serem exterminados.

Também em São Paulo, o delinquente conhecido por Saponga, caçado em todo o Estado para morrer, disse a uma sua ex-companheira que lutará até o fim e que a última bala, de prata, ele guardará para si próprio: não quer dar à Polícia a satisfação de dizer que o matou.

Na Justiça da Guanabara, os criminalistas de maior expressão, todos com atuação também destacada no Supremo Tribunal Federal, reuniram-se para uma tomada de posição diante do desaparecimento do presidiário Euclides Raimundo de Araújo, o Bedéu. O diretor da Superintendência do Sistema Penitenciário, Promotor Antonio Vicente da Costa Junior, afirmou categoricamente, que não acredite que Bedéu tenha fugido.¹⁵³

Pode-se questionar se as subseqüentes investigações em torno do EM não tenham se dado afim de conter o poder então crescente do grupo, que aparentemente atuava de forma autônoma em relação ao aparato repressivo do regime militar, e com o intuito de evitar que o uso sistemático por ele feito do suplício acabasse por ser visto mesmo internacionalmente como um sintoma do uso sistêmico da tortura pela própria ditadura. *UH* chega a sugerir, ainda no mês de novembro, que a redução no número de execuções do EM entre as últimas semanas de outubro e os primeiros dias de novembro, tivesse se dado por pressões oriundas da cúpula da segurança pública – como exposto na subseção intitulada “Esquadrão”, da matéria “Fim de semana: 6 crimes”¹⁵⁴ edição vespertina de 4 de novembro de 1968:

Esquadrão

O Esquadrão da Morte que entrara em recesso depois de ameaçado de processo pelo Secretário de Segurança fluminense, Coronel Francisco Homem de Carvalho, voltou a atacar.¹⁵⁵

Para além deste aumento de pressão política sobre as ações do grupo, *UH* também aponta como dados que poderiam vir a preocupar os integrantes do EM a possível sobrevivência de uma de suas vítimas, à qual poderia vir a denunciá-los (tal qual informado na matéria “Dedo do Morto-Vivo Acusa os Carrascos”¹⁵⁶), e a constituição de uma nova organização criminosa em São Paulo – um “Sindicato do

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ “FIM DE SEMANA: 6 CRIMES”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 12, 4 nov. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4579. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ “DEDO DO MORTO-VIVO ACUSA OS CARRASCOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 18, 4 dez. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4667. Acessado em: 10/12/2017.

Crime”¹⁵⁷ (segundo o que consta na matéria “S. Paulo Tem ‘Máfia’ Contra o Esquadrão”, que se encontra na edição vespertina de 11 de dezembro), como resposta ao EM paulista – sugerindo que a padronização da letalidade como procedimento policial talvez levasse ao aumento da violência por parte dos indivíduos potencialmente visados pelo Esquadrão:

O Sindicato do Crime de São Paulo, que não esconde suas vinculações com a “Máfia” de Chicago, está também armando um esquema de represália contra o Esquadrão da Morte, prometendo vingar-se na mesma moeda, sempre matando um policial – inocente ou culpado – quando um bandido for eliminado. O Sindicato do Crime, comandado pelos mais poderosos traficantes de cocaína, que afirmam agir em áreas poderosas, com clientela em que figuram pessoas de projeção em todas as atividades, tem como principal chefe Valdomiro Maia, o Miroca, marcado pelo EM, numa lista de cinquenta homens, para morrer. Miroca, além de pedir proteção ao Deputado Nelson Pereira, presidente da Assembleia Legislativa, enviou ao parlamentar uma carta confidencial, denunciando os crimes do Esquadrão da Morte e revelando os nomes dos policiais corruptos, aqueles que recebiam a taxa de proteção dos traficantes para deixa-los operar em paz¹⁵⁸.

Ao abordar a existência de um “Sindicato do Crime”, associando-o à “‘Máfia’ de Chicago”, *UH* não só aponta para a existência de um ciclo de violência, como persiste na apelação a possíveis estratégias narrativas, assistindo na construção de um antagonista que esteja à altura do Esquadrão da Morte. Nessa mesma matéria, *Última Hora* conta com a fala do General Silvio Corrêa de Andrade, que atuava à época como Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal de São Paulo, sugerindo que o EM talvez participasse de outras atividades criminosas além de execução extralegais:

Irritado com o que considera um retrocesso para a Polícia, o General Silvio Corrêa de Andrade declarou-se em pé de guerra contra o Esquadrão da Morte, “que é um fantasma que vive nas trevas, onde somente lá ele opera prodígios. Essa entidade fantasma só pode prestar serviços aos marginais ou a elementos que desejam criar confusão por motivos não declarados”.¹⁵⁹

As declarações do General eram dadas após um tiroteio, decorrente de um incidente de bar, envolvendo membros do EM e um agente federal, Ernâni Mário Rino, “ferido no ombro e na perna por três policiais, que se diziam membros do Esquadrão da Morte”¹⁶⁰. De acordo com *UH* (que opta por colocar a fala em discurso direto) um dos

¹⁵⁷ “S. PAULO TEM ‘MÁFIA’ CONTRA O ESQUADRÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 18, 11 dez. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4681. Acessado em: 10/12/2017.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Idem.

indivíduos responsáveis por atirar em Ernâni teria lhe dito: “- Você está se metendo com gente do Esquadrão da Morte, acostumada a matar com vontade”¹⁶¹. Sabe-se que, apesar das ameaças proferidas contra seus membros, o Esquadrão continuaria a atuar no Rio de Janeiro e em São Paulo, e que outros grupos de extermínio viriam a surgir nos anos seguintes, como o China e *Killing – O Justiceiro* (BARBOSA, 1971, pp. 56-57). Adriano Barbosa relata que em 5 de março de 1970, por exemplo, o corpo de um desconhecido foi deixado em Nova Iguaçu, encontrando-se sobre ele um cartaz com “o desenho da cabeça de um chinês” (Ibidem, p. 56), ao lado do desenho de uma caveira com ossos cruzados, acompanhado dos dizeres: “Eu não assalto mais delegado nem trabalhador. A caveira e o China unidos contra o crime” (Ibidem, p. 57). Mas as consequências operacionais e discursivas das ações do Esquadrão, e da cobertura que este recebeu por parte de jornais como *Última Hora*, não se restringiriam apenas aos grupos de extermínio. Veremos na sequência qual o cenário do jornalismo de cunho criminal e da política de segurança pública no Rio e no Brasil como um todo nas décadas seguintes ao surgimento do Esquadrão de 1968.

3.4 Violência Policial e Jornalismo no Rio de Janeiro Pós-Esquadrão da Morte de 1968

Pode-se ter uma ideia mais clara do espaço que a atuação dos grupos de extermínio ainda ocupava junto ao jornalismo brasileiro na década de 1980, mais de quinze anos depois do surgimento do Esquadrão da Morte de 1968, a partir do artigo de Paulo Vaz, Marina Sá Carvalho e Mariana Pombo intitulado *Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crime* (2005). No mesmo, os autores sugerem que, a partir da disseminação pelos meios de comunicação de imagens e narrativas baseadas no sofrimento de estranhos – calcadas em quatro eixos: “excesso, espetáculo, fabricação e seleção” (VAZ; SÁ-CARVALHO; POMBO, 2005, p. 2) – a análise da gramática destas mesmas narrativas e imagens:

(...) deve incluir o modo como a mídia constrói hoje a ideia de sofrimento evitável, orientando assim a indignação da audiência e restringindo as alternativas éticas e políticas para se pensar e viver o sofrimento, aí incluída a solidariedade com estranhos. A hipótese que desenvolvemos há algum tempo é a de que o conceito de risco está substituindo o conceito de norma como a forma hegemônica na cultura ocidental contemporânea de se pensar o poder da ação humana. (Ibidem, p. 5)

¹⁶¹ Idem.

Nesse sentido, ainda que as instituições provenientes da sociedade disciplinar continuem a existir, caso da prisão e do hospício, os autores apontam, já em fins do século XX e início do XXI, para o “esgotamento do discurso e da prática de reabilitação de criminosos” (GARLAND, 2001; O’MALLEY, 1998: In: *Ibidem*, p. 8), como apontado por criminologistas influenciados pelas teses de Michel Foucault. Sob uma nova chave, o conceito de “risco” permitiria que os aparatos legislativo, judiciário e mesmo psiquiátrico, passassem a se ocupar mais “de administrar a possibilidade de ocorrência de um crime futuro e cada vez menos da recuperação do ‘desviante’” (*Idem*). Esta noção de risco implicaria:

(...) uma batalha constante pela segurança e continuidade do presente de alguns em oposição indefinida a outros que os ameaçam. Não há noção de progresso ou libertação quando é o risco que define os contornos do futuro.

Em sua caracterização mais abstrata, o conceito de risco implica trazer a probabilidade de acontecimentos futuros indesejáveis para o presente e associar sua ocorrência a decisões, conformando uma visão do futuro não como lugar de realização, mas de sofrimentos a serem evitados. (*Idem*)

Este novo processo seria atinente com as transformações que teriam perpassado a sociedade brasileira e global nas últimas décadas do século XX, pautadas pela gestação do estado neoliberal que “diminui seu papel pastoral de, simultaneamente, provedor e disciplinador” (*Ibidem*, p. 9), transferindo para os indivíduos os cuidados com segurança e saúde. Este paradigma é produzido juntamente com a ratificação de uma “sociedade hedonista” (*Idem*), na qual o risco vai “definir a margem exterior do aceitável, considerando o desejo dos indivíduos de continuar a viver” (*Idem*), conformando um contexto em que os indivíduos exigem o direito de escolher os riscos aos quais desejam se submeter, e resultando em indignação por parte dos mesmos, caso se vejam correndo riscos indesejáveis – e dos quais não retirem “nenhum prazer” (*Idem*). Vaz, Sá-Carvalho e Pombo, a esse respeito, oferecem o exemplo da atitude de certos segmentos da sociedade civil com relação à questão da segurança pública:

Muito concretamente, os indivíduos se indignam se o Estado deixa que o risco de crime seja alto e que eles sejam obrigados a alterar seus estilos de vida para reduzir estes riscos. Desse modo, na conformação do direito ao risco, o Estado assume o papel de administrador e fornecedor de serviços, mais do que provedor. O cidadão, agindo como um cliente não satisfeito, tem o direito de processá-lo por alguma negligência. Por isso, o asilo e a prisão importam, hoje, mais

pelos seus muros, pelo poder de isolar indivíduos de alto risco, do que pela capacidade de retorná-los à normalidade.

É exatamente a partir dessa demanda de intervenção que reaparece o Estado autoritário. O Estado diminui o seu poder sobre cada indivíduo que o papel de pastor lhe conferia, mas, em compensação, aumenta sua autoridade de policial, de intervir em nome das vítimas virtuais, como contentor daqueles que representam um risco à liberdade delas. (Ibidem, pp. 9-10)

Isto se veria expresso na reiteração de certos lugares-comuns por parte do noticiário de crimes na cidade do Rio de Janeiro (inicialmente associados à ideia de que não haveria policiamento suficiente na cidade, ou de que este estaria corrompido pelo pagamento de propinas provenientes do narcotráfico) e na alteração do foco da cobertura jornalística entre meados da década de 1980 e o final do século XX. No cenário do jornalismo carioca analisado pelos autores, a possibilidade de reduzir os índices de criminalidade na cidade dependeria da existência de “uma polícia numerosa, competente e honesta” (Ibidem, p. 11). Em nome das vítimas virtuais de crimes teriam sumido “críticas à violência policial contra aqueles que nos põem em risco” (Ibidem, p. 12). A relação de clientelismo para o com o Estado, baseada na lógica do direito do consumir que está utilizando um serviço, e a urgência em se evitar o risco encarado como voluntário se somariam à descontextualização da ação dos criminosos:

(...) e uma relativa despreocupação com os abusos policiais e ‘danos colaterais’ que afetam quem está, geográfica e imaginariamente, próximo dos criminosos: a população das favelas (Idem)

Uma mudança na forma como são abordadas notícias referentes a crimes na região metropolitana do Rio de Janeiro, pôde ser constatada pelos autores a partir da coleta e comparação de matérias publicadas pela “Editoria Rio” do Jornal *O Globo* em seis semanas aleatoriamente selecionadas dos anos de 1983 e 2001. Tendo sido coletadas 290 reportagens sobre crimes em 1983 e 273, em 2001, viu-se que aumentou a quantidade de matérias críticas com relação às forças policiais do Estado: em 1983, 34% das reportagens com menção à polícia continham críticas, comparadas com 47% das matérias de mesmo tema, em 2001 (Ibidem, p. 13). Porém, mais importante do que esse dado, para os autores, é a mudança no tipo de crítica, sobretudo no enfoque dado aos crimes cometidos pelos próprios policiais. Em 1983, quando o regime militar estava em seus estertores, a ação de grupos de extermínio na região metropolitana do Rio ganhava destaque, conferindo-se inclusive espaço a suas vítimas, como nos exemplos fornecidos

pelos autores (os quais demonstram como os “esquadrões da morte” ainda granjeavam considerável atenção da imprensa):

Em 1983, as principais acusações contra a polícia são os crimes de tortura e mortes de detidos e também as chacinas contra criminosos, usualmente sob o comando do Esquadrão da Morte, presentes em 18 notícias. O jornal dá voz a vítimas que foram agredidas em delegacias de polícia ou a testemunhas para descreverem minuciosamente o processo de tortura a que foram submetidas ou presenciaram. Uma matéria que ocupou as páginas do jornal por vários dias da semana foi a morte de um comerciante por espancamento em uma delegacia do Catete: “Francisco do Rosário Barbosa (o comerciante) ‘foi literalmente moído a pau – sofreu 49 lesões – e vítima de tamanha selvageria a ponto de ter uma unha arrancada.’” (19/07/83) O jornalista José Barbosa do Rosário, irmão da vítima, manifestou sua revolta no jornal: “Nosso irmão, filho e marido foi assassinado por um policial. As provas eram evidentes.’ (...) Levar à prisão um policial assassino seria simples ‘num país onde as instituições funcionassem em sua plenitude e onde a Justiça não contivesse tantos emaranhados ao comum dos cidadãos’.”

No dia 18 de setembro de 1983, em reportagem sobre o Esquadrão da Morte intitulada “O fim de um mistério e o início do castigo para 26 acusados na Baixada”, é dito que a Comissão para o Esquadrão, encarregada de apurar crimes de autoria desconhecida ocorridos na Baixada Fluminense, já indicou 15 ex-policiais envolvidos nos homicídios. Além disso, para ampliar a denúncia de abuso, o jornal afirma que “não há um só (caso) em que a vítima possa ser qualificada de ‘criminoso de alta periculosidade’. Há muitos suspeitos de fumar ou vender maconha, vários menores cuja única acusação era a de se meterem em brigas em clubes...” (Ibidem, p. 18)

Ainda que as conclusões de Vaz, Sá-Carvalho e Pombo atestem para a contínua relevância dos grupos de extermínio em termos de formulação de pauta jornalística até os anos de 1980, os mesmos descrevem um cenário distinto nos primeiros anos do século XXI. Em 2001 apareceriam “poucas críticas de polícia violenta – somente 4 sobre um mesmo caso” (Idem), com os questionamentos, por parte de *O Globo*, centrando-se no que seria a “negligência na prevenção de crimes e captura de suspeitos” (Ibidem, p. 19) e a conivência entre policiais de cargos de chefia com o tráfico de drogas ou armas (Idem). O pouco espaço conferido à violência policial nas páginas de *O Globo*, em 2001, chega a ser estranhado pelos autores, que citam o estudo *Elemento suspeito – Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro* (2005), de Silvia Ramos e Leonarda Musumeci:

Essa ausência é, em um certo sentido, surpreendente, pois uma pesquisa recente mostrou que a maior parte da população sabe que a polícia é abusiva em relação a pobres e negros – de fato, os negros

sabem-se discriminados e reclamam de agressão corporal ao serem abordados na rua. (RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; In: *Ibidem*, pp. 18-19)

Pode-se questionar se a relativa naturalização e desimportância conferidas à violência policial não é uma consequência da presença constante da letalidade como modelo de resolução de questões de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, desde os anos 1950 com os grupamentos especiais da Polícia Civil e dos anos 1960, sobretudo a partir do surgimento do Esquadrão de 1968. Como apontam Vaz, Sá-Carvalho e Pombo, há que se ressaltar, no entanto, que a “construção midiática da ideia de sofrimento evitável não é neutra socialmente” (*Ibidem*, p. 20), promovendo uma “distribuição estratégica” (*Idem*) dos lugares de vítima e agressor. A vítima potencial é, de costume moradora de bairros socialmente identificáveis com classes médias e altas, como os da Zona Sul do Rio de Janeiro, enquanto os moradores de favelas passam a ser colocados sob uma aura de suspeita:

No caso do crime no Rio de Janeiro, os moradores de favela, por sua vinculação espacial e midiática com os traficantes, podem ser qualificados de ‘criminosos virtuais’. Os sofrimentos que porventura lhes ocorram tendem a ser menosprezados. Nosso lamento e indignação não se deterão aí o suficiente. Se são tratados de modo violento, se são feridos ou mortos durante incursões da polícia à favela, sempre haverá um resto de dúvida sobre sua inocência a apaziguar a indignação; se duvidarmos mais da versão da polícia do que de sua inocência, ainda assim poderemos pacificar nossa indignação pensando que toda ‘guerra’ implica sacrifícios. Quanto aos próprios bandidos e traficantes, estes são apresentados como a corporificação do mal. Qualquer menção a uma comum humanidade é imediatamente acusada de desrespeito às vítimas: como dizem diversos políticos pelo mundo afora, direitos humanos são para homens e não para ratos. (*Idem*)

Tal abordagem por parte de veículos de imprensa talvez explique a pouca atenção dada, em 2001, a casos de violência policial, visto que a violência enquanto fenômeno só seria definida, a partir do nível social do indivíduo que fosse por ela atingido, baseada na lógica de que “é preciso proteger um ‘nós’ de um ‘eles’” (*Ibidem*, p. 21), consistindo talvez numa ampliação da abordagem narrativa que identificamos em *Última Hora* no curso do ano de 1968. Se a construções do agressor ou antagonista consistia da caracterização de suspeitos como bandidos de alta periculosidade, quase quatro décadas depois, este processo envolve a colocação de todo um segmento social sob suspeita. Para que esta transformação se produzisse foi necessário que a própria

imagem da favela passasse por transformações junto aos jornais cariocas. No artigo *Mídia e enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI* (2011), escrito por Paulo Vaz e Carla Baiense, os autores demonstram como, entre meados dos anos 1980 e princípios da década de 2010, novas pautas teriam passado a exercer a centralidade narrativa acerca das favelas cariocas. Baseando-se na análise comparativa entre 14 edições do jornal *O Globo* publicadas em 1984 e 14 edições do mesmo periódico, do ano de 2010, os autores apontam como a própria favela ainda ocupava pouco espaço midiático se comparado com o peso que deteria mais de duas décadas depois:

A própria favela não se constituía, àquela época, como uma das questões públicas mais relevantes. Num universo de 65 páginas analisadas na editoria Grande Rio, referentes a 14 edições diárias do ano de 1984, em apenas 19 havia matérias referindo-se à favela (29%). (VAZ; BAIENSE, 2011, p. 5)

E em relação às questões públicas agendadas nas matérias levantadas, pode-se atestar a predominâncias de temáticas sociais, com enfoque sobre “Emprego (19%), Habitação (19%), Saúde (8%), Direitos Humanos (4%)” (Idem), construindo a favela como “lugar de carência” (Idem). No curso dos anos 1990, entretanto, os autores afirmam que esta representação teria sido alterada. Com a pobreza urbana deixando de ocupar, a partir dos anos 2000, “espaço na agenda pública da mídia” (Ibidem, p. 10), ganhando cada vez maior importância, em seu lugar “a questão da segurança pública” (Idem), atrelada contextualmente, em 2010, à política do Estado de “pacificação” das favelas. Seriam elas os alvos preferenciais da “pacificação” porque seriam “as responsáveis pela guerra” (Idem).

Mas no artigo, Vaz e Baiense ainda reiteram como nos anos 1980, em um momento marcado pelo movimento das Diretas Já (1984), pela crise econômica e pelo governo estadual de Leonel Brizola (1922-2004), opositor do regime militar, a atuação de grupos de extermínio ainda obtinha considerável atenção dos veículos de mídia, em especial por sua atuação na região da Baixada Fluminense:

O aumento da criminalidade violenta também começava a mobilizar a opinião pública. O tráfico de drogas, no entanto, era um problema de menor importância para a mídia, diante dos esquadrões da morte, que “aterrorizavam” a Baixada – como a gangue dos Irmãos Metralha. É a época da polícia mineira que, tal como as atuais milícias, agia na informalidade a partir de uma lei própria. Contratada por comerciantes e políticos, matava quem saía da linha. Suas ações cruéis eram

espetacularizadas nas reportagens, produzindo uma antítese da cidade maravilhosa. (Ibidem, p. 4)

A caracterização da Baixada, nesse período se assemelharia à representação atual das favelas, tanto pela homogeneização comportada pelo termo (desconsiderando distinções entre municípios e localidades) quanto pela “associação entre localidade e violência” (Idem). Conclui-se assim, por meio do artigo *Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime* (2005), trabalho de Paulo Vaz, Mariana Cavalcanti, Carolina Sá-Carvalho e Luciana Julião, também baseado em análise de notícias publicadas nos anos de 2001 e 2002 por *O Globo*, que “uma percepção do tráfico e dos traficantes como os grandes causadores do crime na cidade” (VAZ; CAVALCANTI; CARVALHO; JULIÃO, 2005, p. 119) é acompanhada da “percepção da favela como lugar desses criminosos” (Idem). Pode-se considerar que, no processo de representação discursiva da Baixada Fluminense, das favelas e de demais regiões habitadas por classes populares, no estado do Rio de Janeiro, a ação midiática e cobertura recebida pelo Esquadrão da Morte de 1968 pelo jornal *Última Hora* consistiu em parte do processo de construção narrativa da experiência da criminalidade urbana, e sintoma de uma crescente normalização da letalidade policial – cujo contexto atual seria definido por uma lógica privatista balizada na noção de risco e de territórios (e mesmo populações) caracterizados por certos veículos de mídia e por formuladores de políticas de Estado como sendo intrinsecamente violentos.

Mas a conjuntura que gerou as condições para o surgimento de um grupo de extermínio nos moldes do Esquadrão, formado por inspetores e delegados da Polícia Civil, começou a se transformar já em 1969, quando o general-presidente Costa e Silva (1899-1969) assinou o decreto 667, transferindo das extintas guardas civis para as Policiais Militares a função de patrulhamento ostensivo nas ruas do país¹⁶². No mesmo ano, alguns nomes da Scuderie Le Cocq, como Euclides Nascimento (que por diversas vezes figurou nas matérias de *UH* aqui analisadas), Mariel Mariscot de Mattos e José Guilherme Godinho “Sivuca” seriam chamados para integrar um novo grupamento de elite da Polícia Civil, formado pelo Secretário de Segurança da Guanabara, Luís França¹⁶³: os Homens de Ouro, que dispunham de carta branca para coibir os assaltos a

¹⁶²TELLES, Hilka. “Ligações Perigosas”. *O Dia* (site), 26 mar. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-03-26/ligacoes-perigosas.html>. Acessado em 10/12/2017.

¹⁶³ “QUEM SE RENDE VIVE, QUEM REAGE MORRE”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 18 nov. 1969. Disponível em:

taxistas, conduzidos pela quadrilha intitulada “Bandeira 2” (RIBEIRO, 1977, p. 220). No livro *Barra Pesada*, perguntado pelo jornalista Octávio Ribeiro quantos criminosos teriam sido mortos a partir das ações dos Homens de Ouro, Sivuca respondeu: “Uns 12. Foram abatidos em tiroteios” (Ibidem, p. 222).

Dois anos após seu surgimento oficial, as ações do Esquadrão da Morte ainda lhe conferiam popularidade, como pôde ser atestado em 1970, a partir de uma pesquisa de opinião encomendada pela revista *Veja* à agência Marplan, realizada nos estados de São Paulo e da Guanabara (cidade do Rio de Janeiro), e que entrevistou 210 pessoas. Nela se constatou que 60% dos entrevistados em São Paulo, e 33% na Guanabara, eram favoráveis ao Esquadrão da Morte (COSTA, 2004, p. 374). Ao longo dos anos seguintes, a Scuderie Le Cocq (que sempre refutou a acusação de ser o Esquadrão da Morte) veria aumentar seu número de membros. Ainda que se deva questionar os números fornecidos – acompanhados de certa linguagem grandiloquente – segundo Euclides Nascimento, em entrevista concedida ao jornal *Correio da Manhã*, em 14 de abril de 1970, a Scuderie contaria então com:

(...) 4000 membros em todo o Brasil: mil na Guanabara, 500 em São Paulo, 350 em Minas, 200 no Rio Grande do Sul, 50 em Pernambuco e o restante em cidades do interior.

- Desse número, 50 por cento são policiais. A outra metade é formada de juízes, promotores, oficiais das Forças Armadas, jornalistas, advogados, gente, enfim, de respeito e da maior dignidade, pois não admitimos a mínima falha de caráter nos nossos membros. Qualquer falha pode resultar em cassação.

- Estamos – é ainda o detetive Euclides quem informa – ampliando nossa organização. Ainda este ano, 1600 novas propostas poderão ser aprovadas. Temos também representantes na Alemanha, em Portugal, em Los Angeles e em Nova York. Nesta cidade, alguns de nossos membros são agentes do FBI

- Até mesmo mulheres fazem parte da organização. Na Cidade de Lambari, nosso contato é a Professora Teresinha Nunes Ferreira, da Fazenda São Jorge.¹⁶⁴

A menção à presença internacional da Scuderie Le Cocq soma-se ao contínuo interesse midiático em países estrangeiros pelo Esquadrão da Morte no Brasil. Poucos

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=105708&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acessado em 10/12/2017.

¹⁶⁴ “AQUI EUCLIDES NEGA QUE A SCUDERIE ESTEJA NISSO”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 14 abr. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=4899&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acessado em 10/12/2017.

anos depois dessa entrevista, enquanto dirigia e atuava em *O Justiceiro Sem Nome* (1973), o ator Clint Eastwood recebeu uma ligação do roteirista John Milius com a proposta de uma continuação para seu filme *Perseguidor Implacável* (1971), em que Eastwood interpretou o detetive durão Harry Callahan – apelidado de “*Dirty Harry*”. De acordo com Eastwood, em depoimento dado ao biógrafo Richard Schickel, na ocasião Milius teria dito que estava “obcecado com o tema” (SCHICKEL, 1996, p. 299) dos esquadrões da morte brasileiros, que haviam começado a receber uma pesada atenção por parte da imprensa americana. A proposta de Milius seria colocar o personagem de *Dirty Harry* em luta contra um Esquadrão da Morte formado por integrantes da Polícia de São Francisco (no filme eles seriam especificamente membros da Polícia Motorizada). Esta acabaria por ser a trama do filme *Magnum 44* (1973), no qual o personagem interpretado por Clint Eastwood chega a fazer menção direta aos esquadrões da morte brasileiros.

Harry Callhan (falando a seu parceiro): *Would you be surprised if i told you that a bunch of rookie cops were the ones that were doing all the killing? (...) It's not too hard to understand how this could happen nowadays. The way things are. As incredible as it seems there may be a whole suborganization within the police force, sort of a death squad like they had in Brazil some years back.*¹⁶⁵ (*Magnum 44* – a fala se localiza entre: 01h31:51-01h33:05)

No Brasil o Esquadrão da Morte também viria a ser tema de diversos filmes no curso da década de 1970, entre eles *Lúcio Flávio – O Passageiro da Agonia* (1977), dirigido por Hector Babenco, *Eu matei Lúcio Flávio* (1979), de Antônio Calmon, e *República dos Assassinos* (1979), de Miguel Faria Jr.

Entre a primeira e a segunda metade da década de 1970, quando ocorre a unificação dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o Esquadrão passou a agir na Baixada Fluminense, onde executou, apenas no município de Nova Iguaçu, 594 pessoas, entre 1970-76, de acordo com dados do jornal *O Dia*¹⁶⁶.

Passando a ser paulatinamente cerceados pelo próprio regime militar, após a existência do grupo de extermínio ter atraído atenção de jornais estrangeiros, os Esquadrões da Morte viram alguns de seus integrantes receberem penas de prisão. No

¹⁶⁵ Tradução: Você ficaria surpreso se eu lhe dissesse que um grupo de policiais novatos eram os que estavam cometendo toda a matança? (...) Não é muito difícil entender como isso poderia acontecer hoje em dia. Pela maneira como as coisas estão. Por incrível que pareça, pode haver toda uma suborganização dentro da força policial, uma espécie de esquadrão da morte como o que eles tinham no Brasil há alguns anos atrás.

¹⁶⁶ TELLES, Hilka. “LIGAÇÕES PERIGOSAS”. *O Dia* (site), 26 mar. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-03-26/ligacoes-perigosas.html>. Acessado em 10/12/2017.

estado de São Paulo, em 1970, o promotor Hélio Pereira Bicudo (cujo livro foi analisado no primeiro capítulo desta pesquisa) levantou inquéritos, nos quais foram denunciados inspetores da Polícia Civil como Sérgio Paranhos Fleury. Estes eram acusados de integrar o Esquadrão e beneficiar traficantes paulistas com suas execuções – os traficantes que pagassem por proteção permaneceriam vivos, já os demais seriam executados. Através desse sistema de propinas e chantagem, o E.M. paulista tornava-se braço armado de narcotraficantes interessados em eliminar concorrentes.

No Rio, o detetive Mariel Mariscot de Matos, um dos mais notórios membros do Esquadrão, após sofrer denúncias do assaltante Lúcio Flávio Vilar Lírio, seria encarcerado no presídio de Ilha Grande (de onde viria a fugir), chegando a ser expulso da Scuderie Le Cocq nos anos 1970. Transitando entre a cadeia e a liberdade, Mariscot foi morto, em 1981, no Centro do Rio de Janeiro, em decorrência de uma guerra do jogo do bicho, na qual se envolvera. Nas décadas seguintes, as ações do Esquadrão iriam reduzir-se, praticamente desaparecendo da crônica policial carioca, ainda que a Scuderie Le Cocq sobrevivesse. Até a década passada, a organização ainda operava em um prédio próximo à favela Paula Ramos, no bairro do Rio Comprido, zona Norte do Rio de Janeiro. Em entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, em 2006, seu então presidente Antônio Augusto de Abreu, afirmava que a Scuderie resumia suas ações a projetos sociais na Paula Ramos, além de realizar pequenas contribuições a orfanatos e asilos¹⁶⁷.

Em 2015, porém, a Scuderie volta às páginas dos jornais brasileiros. Denominando-se uma “instituição filantrópica”¹⁶⁸, a Scuderie figura na matéria “Com estigma de extermínio, Scuderie Le Cocq se reinventa”, de Clarissa Thomé, publicada por *O Estado de S. Paulo*:

Conhecido no passado como grupo de extermínio, a Scuderie Le Cocq se reorganizou como instituição filantrópica e seus integrantes agora se mobilizam para “patrulhar” a orla do Rio nos fins de semana para evitar arrastões. A ideia é que os policiais civis e militares que

¹⁶⁷ LE COCQ VIVE ‘FIM MELANCÓLICO’ NO RIO. *Folha de São Paulo* (site), 28 mai. 2006. <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/foha/cotidiano/ult95u122101.shtml>. Acessado em 10/12/2017.

¹⁶⁸ THOMÉ, Clarissa. “COM ESTIGMA DE EXTERMINIO, SCUDERIE LE COCQ SE REINVENTA”. *O Estado de S. Paulo* (site). 24 out. 2015. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro.com-estigma-de-extermínio--scuderie-le-cocq-se-reinventa,1785169>. Acessado em 10/12/2017.

aderiram ao grupo atuem à paisana. Outros farão panfletagem para “esclarecer a população sobre seus direitos”.¹⁶⁹

Agora com o nome Associação Filantrópica Scuderie Detetive Le Cocq, na matéria de *O Globo* intitulada “Extinta em 2000, Scuderie Le Cocq volta à cena panfletando para incentivar denúncias”¹⁷⁰, Rodrigo Bertolucci informava que na semana de 28 de junho de 2016, membros da organização (a qual contaria à época com 60 integrantes¹⁷¹) teriam distribuído panfletos na Lagoa Rodrigo de Freitas incentivando os moradores da região a ligar para o Disque-Denúncia afim de combater assaltos a ciclistas.

A contínua existência de grupos de extermínio nos anos 1970 e 1980, foi acompanhada pela crescente militarização da política de segurança pública – identificável na formação de grupos considerados “de elite”, como o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), da Polícia Militar fluminense, criado em 1978, e as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), da Polícia Militar de São Paulo, criadas oficialmente em 1891, mas reformuladas em 1970 para o combate à guerrilha. A partir do ano 2000, se daria no Rio de Janeiro o avanço do fenômeno das “milícias”, como descrito no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) que as investigou, em 2008:

Desde que grupos de agentes do Estado, utilizando-se de métodos violentos passaram a dominar comunidades inteiras nas regiões mais carentes do município do Rio, exercendo à margem da Lei o papel de polícia e juiz, o conceito de milícia consagrado nos dicionários foi superado. A expressão “milícias” se incorporou ao vocabulário da segurança pública no Estado do Rio e começou a ser usada frequentemente por órgãos de imprensa quando as mesmas tiveram vertiginoso aumento, a partir de 2004. Ficou ainda mais consolidado após os atentados ocorridos no final de dezembro de 2006, tidos como uma ação de represália de facções de narcotraficantes à propagação de “milícias” na cidade.¹⁷²

De acordo com ao cientista social Jaqueline Muniz e o pesquisador Domício Proença, em depoimento dado à CPI, o fenômeno das milícias estaria atrelado à forma

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ BERTOLUCCI, Rodrigo. “EXTINTA EM 2000, SCUDERIE LE COCQ VOLTA À CENA PANFLETANDO PARA INCENTIVAR DENÚNCIAS”. *O Globo* (site). 28 jun. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/extinta-em-2000-scuderie-le-cocq-volta-cena-panfletando-para-incentivar-denuncias-16282911>. Acessado em 10/12/2017.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² “RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A AÇÃO DE MILÍCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), p. 34, 2008. Disponível em: http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf. Acessado em: 10/12/2017.

como se daria o “exercício de governança e de governabilidade, dissociado do verdadeiro interesse público”¹⁷³, e capaz de permitir a conformação do braço eleitoral destes grupos. Já o sociólogo Luiz Eduardo Soares, encara no exíguo orçamento reservado para a segurança pública, o elemento que propicia do fortalecimento da segurança privada no espaço urbano, inserindo as milícias em um processo de privatização do espaço público:

Destacar-se-á, a partir do depoimento citado, que a “privatização” do agente público é a ponta de uma escala em que estão inseridas às privatizações do Estado, da segurança pública, da polícia e, por último, do próprio policial. Diante disso, colocam-se as condições para que a prioridade não mais seja servir ao público. É nesse sentido que ocorre a perpetuação e a expansão de diversas redes de economia informal capitaneadas por agentes de monopólio – que deveria ser legítimo – do uso da força.

As milícias são aqui apresentadas como uma espécie de “degradação metastática” desse processo. Portanto, Soares acredita que não é possível efetivamente tratar das instituições de segurança pública sem enfrentar o ponto decisivo do orçamento público, que remete ao padrão salarial dos policiais e envolve, necessariamente, reavaliações políticas a respeito das relevâncias e das prioridades.¹⁷⁴

Em entrevista concedida a esta pesquisa, o ex-repórter de *UH* e atual repórter de *O Dia*, Luarlindo Ernesto Silva teoriza acerca de como o Esquadrão da Morte em verdade teria continuado a existir no Rio de Janeiro> No seu entendimento, do termo “esquadrão da morte” teria se passado para:

(...) “polícia mineira”, que era até a milícia, mas que surgiu como “esquadrão da morte”, virou “polícia mineira”, e passou a ser EM, esquadrão motorizado, com a Scuderie Le Cocq, passou a ser também esquadrão da morte. De “esquadrão motorizado” virou “esquadrão da morte”. Aí (vieram) grupos como o China, que queriam fazer justiça com as próprias mãos, ou afim de dinheiro, de interesses escusos. (...) É o que hoje é a “milícia”. Virou milícia, mas o “esquadrão” foi criado quando o Rio ainda era capital da República. Degringolou, e tem até hoje, não parou nunca mais.

Podemos concluir, portanto, que o Esquadrão da Morte de 1968 representou um momento em processo de longa duração, que envolveu tanto em nível midiático quanto político, a normatização da letalidade como elemento integrante da política de

¹⁷³ Ibidem, p. 38.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 40.

segurança pública, e a configuração de um cenário em que esta seria encarada, cada vez mais, a partir de uma lógica privatista.

4. CONCLUSÃO

No curso deste trabalho, foi levantada bibliografia concernente à análise da construção do texto jornalístico, a noções de suplício e violência, e à história da violência policial e da imprensa na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960. Com relação ao último tópico, este foi abordado no Capítulo 1, em que vimos como o surgimento do Esquadrão da morte em 1968 e sua cobertura por *Última Hora* teriam representado, por um lado, a culminância em um processo de consolidação da letalidade como estratégia de grupamentos policiais especiais no Rio, e do outro a ativação de um modelo jornalístico inserido simultaneamente em um conjunto de tradições do jornalismo popular (categoria essa que foi aqui debatida juntamente com a de “sensacionalismo”) e em um momento de contínua modernização do jornalismo impresso e dos meios de comunicação de massa como um todo na cidade.

No Capítulo 2, a partir do contato entre as teses de Mikhail Bakhtin, Muniz Sodré, Umberto Eco e Hans Ulrich Gumbrecht, pudemos delinear um quadro pautado pelo problema da construção mútua entre os gêneros textuais, que existindo em um dado momento sócio-histórico (BAKHTIN, 2007) e colocado sob determinados imperativos materiais (GUMBRECHT, 1998), permite vislumbrar como a estrutura de narrativas ficcionais pode ser percebida junto ao gênero jornalístico (SODRÉ, 2009). Nesse sentido, poderíamos localizar um determinado paradigma de construção semântica da realidade (ECO, 1994), cuja disseminação – primeiramente no continente europeu – teria se dado em conjunto com a consolidação do romance e de uma estrutura narrativa pautada pela dicotomia entre protagonista e antagonista, representada em uma trama cuja resolução é produzida a partir da neutralização deste antagonista.

Vimos também como o romance – e mais especificamente mais especificamente, operando como gênero “transmidiático” (SODRÉ, 2009) – exerceu efeitos ideológicos atrelados a determinados imperativos morais (Idem), e como a presença de literatos nas redações brasileiras do século XIX e de jornalistas no campo literário do século XX (Idem), apontariam para uma construção simbiótica entre ambos os campos (que permanecem distintos, porém, a partir dos critérios de objetividade imputados ao texto jornalístico). E vimos ainda que mesmo a análise da literatura – que outrora possuía certo monopólio sobre a criação de alternativas à realidade objetiva e cotidiana – produzida na segunda metade do século XX teria de passar necessariamente por

considerações em torno de sua relação com os meios de comunicações, visto que, em um contexto pós-hermenêutico, haveria uma profusão de realidades possíveis, engendradas através de gêneros e plataformas outras que não apenas a literatura (GUMBRECHT, 1998).

Já no Capítulo 3, debruçamo-nos sobre o problema da violência e do suplício. Apesar de atestar que o suplício é intrinsecamente atrelado a determinado regime discursivo (de verdade) e punitivo distinto daquele identificável na sociedade disciplinar – a qual poderia ser identificada, ao menos até o início da segunda metade do século XX (FOUCAULT, 2004) – ecos deste poderiam ser percebidos não só na própria sociedade disciplinar, na maneira como esta continuaria a impingir punições sobre o corpo dos condenados, mas também junto à sociedade civil, em se tratando especificamente do caso brasileiro, estando atrelados a “estruturas sociais profundas” (MARTINS, 2015), cuja emergência poderia ser percebida em momentos de rompimento do quadro do lícito e por meio de casos de anomia. Esta categoria estaria associada ao descompasso entre normas e objetivos culturalmente definidos, o qual seria resolvido por meio de atitudes como (mas não apenas) a “inovação” de cunho amoral e o ritual (MERTON, 1970).

No entanto, também vimos que a anomia, compreendida enquanto suspensão das regras institucionais em dada sociedade, se insere em um contexto mais amplo, em que juntamente com a violência anômica, vigoraria uma violência social, caracterizada pela convivência, em uma mesma sociedade como a brasileira, entre imensas desigualdades socioeconômicas e tecnologias comunicacionais de ponta (SODRÉ, 1992). Tal permitiria perceber a emergência de uma nova relação dos receptores e emissores midiáticos para com esses *media*, definida por um modelo “telerreal” (Idem), em que não necessariamente a mensagem continuaria a remeter-se a um objeto materialmente definido. Mas isto se produziria sem, no entanto, desaparecer a violência social, identificada em grande medida na atitude e posicionamento estratégico do Estado com relação às classes sociais, movimentos políticos e indivíduos vistos como perigosos – representando, assim, mais uma continuidade em relação não só ao suplício como também a um modelo repressivo localizável na consolidação do Terror revolucionário jacobino, sendo este o germe de uma postura intransigente por parte das forças repressivas do Estado (SOREL, 1993).

Ainda no Capítulo 3, vimos como a cobertura jornalística desenvolvida por jornais cariocas ainda na fase final da ditadura militar, caracterizada por preocupações concernentes com a violência policial e a ação de grupos de extermínio (quando estes ainda eram cognominados de “esquadrões da morte”), passou a se pautada pela noção de “risco” (VAZ, SÁ-CARVALHO, POMBO, 2005), que implicaria na desconfiança para com amplos segmentos da população da cidade do Rio de Janeiro – nomeadamente a dos moradores de favelas – e se somaria a reclamos por maior quantidade de policiais e por uma política de segurança pública preocupada mais com o cerceamento do potencial de violações a lei do que com o fenômeno da violência e letalidade policiais.

Considerando-se os debates bibliográficos aqui levantados, os pusemos em contato com os dados obtidos por meio de entrevistas com jornalistas que atuaram em *Última Hora* no curso da década de 1960 (Pinheiro Júnior, Luarlindo Ernesto Silva e Domingos Meirelles), e com a análise das notícias e matérias produzidas pelo jornal no curso do ano de 1968 acerca do Esquadrão da Morte (nenhuma delas assinada) – valendo aqui especificar que nos referimos ao grupo de extermínio: que contou com o porta-voz denominado “Rosa Vermelha”; que abandonava suas vítimas – as quais portavam cartazes e traços de sevícia – em locais ermos, como beiras de estradas; e que contactava redações de jornais cariocas avisando-as sobre a localização dos mesmos.

A partir destes pontos, pudemos formular três hipóteses acerca do Esquadrão da Morte e da cobertura que este recebeu pelo periódico *Última Hora* – mas antes de elenca-las, cabe explicitar que elas são sustentadas por algumas considerações iniciais: primeiramente, o Esquadrão existiria não apenas enquanto um grupo de extermínio, mas enquanto um conjunto de ações midiáticas, cuja existência era definida pela aceitação de *UH* (e outros veículos) em cobri-las e divulga-las nas páginas de suas edições matutinas e vespertinas; ele operou na imbricação de dois processos distintos, um atrelado ao procedimento dos grupos de extermínio e grupamentos especiais existentes no interior da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e outro à forma como se produzia jornalismo policial no Brasil, entre a primeira e segunda metade do século XX (marcado por um texto produzido, por vezes, de maneira coletiva, e influenciado tanto pelo tino literário de parte de seus realizadores quanto pela influência maior do gênero do romance sobre si) – representando, portanto, a confluência de dois fenômenos distintos que se influenciaram mutuamente; logo, não se deveria falar apenas sobre EM ou apenas sobre a equipe de jornalistas, repórteres, copidesques e linotipistas de *Última*

Hora, mas sobre uma terceira entidade, que consistiria no consórcio comunicacional entre as ações do Esquadrão da Morte e sua cobertura por *UH* (trata-se, portanto, do Esquadrão da Morte midiaticamente existente nas páginas de *Última Hora*, não só enquanto tema mas também como personagem, não se reduzindo aos seus membros efetivos, e nem correspondendo exclusivamente à forma como estes eram retratados nas páginas do jornal). Tendo como base estes três pontos, formulamos três hipóteses acerca da atuação midiática do Esquadrão da Morte no ano de 1968:

1) A cobertura ostensiva das ações do Esquadrão da Morte no ano de 1968, pelo jornal *Última Hora*, assistiu na construção de uma narrativa em torno do EM, sustentada em categorias como “protagonistas”, “antagonistas”, e “trama”, em parte alimentado por elementos como o gênero literário do romance. Ao inserir o Esquadrão em uma moldura narrativa (na qual suas ações seriam justificadas pelo fenômeno da criminalidade urbana – frisando-se aqui que, sobretudo a partir do fim de 1968, o jornal começa a descrever as ações do EM sob um prisma negativo, comparando-o aos supostos criminosos que ele executava), a imprensa carioca, através de veículos como *Última Hora*, mesmo quando assumia uma posição de denúncia com relação a este grupo de extermínio, dava-lhe sustentação simbólica, concedendo-lhe um local de fala e aceitando as justificativas fornecidas por seus membros. Dessa forma, a cobertura realizada em torno do Esquadrão teria representado um momento de ratificação de um paradigma narrativo de construção da realidade, sob o qual a questão da criminalidade urbana não seria encarada como um fenômeno anônimo, coletivo e pleno de contradições, mas sim enquanto a expressão de uma estrutura narrativa ficcional, ocupada por heróis e vilões (cada qual dotado de um codinome, apelido ou mesmo identidade secreta, específico), dentro de uma dinâmica belicista.

2) É também hipótese do presente trabalho que a divulgação, através de fotos e descrições minuciosas das condições e marcas de sevícia junto aos corpos das vítimas do EM, apontariam para uma estratégia de agenciamento de um paradigma punitivo, dominante em um período anterior ao da sociedade disciplinar, balizado na pena exemplar, no suplício, e na exposição pública dos corpos daqueles considerados transgressores de uma determinada ordem social, econômica, jurídica e/ou política. Este agenciamento (e instrumentalização) estaria sendo levado a cabo por aquela que apontamos anteriormente como uma terceira entidade: a entidade EM midiaticamente existente nas páginas de *UH* – é necessário que tal seja especificado na medida em que a

escolha por publicar as fotos ou descrever a condição de abandono dos alvos do EM, tratando-se unicamente da parte de *UH*, talvez se pautasse de forma localizada por uma estratégia de cunho afetivo, que visaria acionar determinadas sensações junto ao leitor, e que pode ser percebida de maneira mais ampla em um tipo de jornalismo representado não apenas por *Última Hora*, mas também por *A Luta Democrática* e *O Dia*, durante o mesmo período. O uso frequente de marcas supliciantes sobre o corpo de suas vítimas (ao se abordar a entidade EM existente midiaticamente), por sua vez, talvez representasse uma forma da mesma granjear capital simbólico, remetendo-se não só a um tipo de modelo punitivo de longevidade secular no Brasil, mas também a modalidades punitivas associadas com a ideia de espontaneidade e de certo caráter popular, como os linchamentos. E neste processo, os meios de comunicação de massa (especificamente, jornais impressos como *Última Hora*) constituiriam um espaço público abstrato, que substituiria, por sua vez, o cadafalso, o patíbulo ou a praça pública, onde eram expostos os corpos dos supliciados.

3) Por fim, a presente pesquisa defende também a hipótese de que a extensa cobertura dada ao Esquadrão da Morte, no ano de 1968, por jornais como *Última Hora*, teria sido instrumental em um processo de crescente normalização da escalada de violência policial na cidade e da construção da letalidade como instrumento legítimo de resolução de questões de segurança pública. Sendo sua existência midiática pautada, em parte pela vilanização de seus oponentes¹⁷⁵ (apontados corriqueiramente como criminosos não só no texto da reportagem – que apresentava a ficha pregressa das mesmas – como nas próprias falas do Esquadrão, publicadas no corpo das reportagens de *UH*), ela teria consistido em parte de um processo de mais longa duração no tempo, que redundaria eventualmente na colocação de amplos segmentos populacionais – em especial as classes populares (e moradoras de favelas especialmente) – sob suspeita, justificando assim a constituição de um discurso favorável à permanente vigilância desses mesmos segmentos por parte das forças repressivas do Estado e de uma postura de leniência para com o abuso e a violência policiais. Dessa forma, teria sido a partir de da divulgação de títulos como “Vítima 200+1 do EM”¹⁷⁶, o qual era dotado de considerável choque para com o número descrito, que se consolidou a gestação de um

¹⁷⁵ Vilanização essa que, frise-se, volta-se contra a própria organização com o passar do tempo.

¹⁷⁶ “VÍTIMA 200+1 DO EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 02 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4498. Acessado em: 10/12/2017.

cenário – tanto midiático quanto administrativo – em que já haveria pouca ou até nenhuma estranheza ao se lidar com dados semelhantes, como aqueles referentes aos últimos meses de 2017, apresentados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP): já em um cenário de patrulhamento ostensivo executado por uma polícia militarizada, em novembro de 2017 teriam ocorrido 125 “homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial”, os quais, somados aos 97, de outubro de 2017, corresponderiam a 222 pessoas mortas pela polícia, o que, em um período bimestral, representa mais do que as mortes produzidas pelo EM entre maio e outubro de 1968. O número de “homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial”, só entre os meses de janeiro e novembro de 2017, soma 1.035¹⁷⁷ - em todo o estado do Rio de Janeiro.

Acreditamos assim que o Esquadrão, enquanto entidade existente midiaticamente, representou um momento de inflexão não apenas em termos administrativos – em relação à esfera da política de segurança pública no Rio – mas também midiático, remetendo-nos a um cenário em que, cada vez mais os meios de comunicação e as novas tecnologias informacionais, assumiriam as funções do espaço público – representado em um momento anterior por praças, ruas e avenidas – vide os corpos das vítimas do EM serem abandonados em locais ermos e não excessivamente movimentados, os quais seriam tornados públicos pela presença e cobertura dos jornais que para lá se dirigiam afim de descrever e fotografar a condição física em que se encontravam os alvos do Esquadrão. Nesse sentido, a página do jornal, midiaticava o espaço público, tornando-se seu *avatar*. Essa será uma possível linha de pesquisa para futuras abordagens do tema aqui estudado.

¹⁷⁷ Dados obtidos por meio do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISO), na planilha “Série histórica do estado por mês desde 1991 (números absolutos)”. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/EstSeguranca.html>. Acessado em 05/01/2017.

5. BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Cláudio de Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. Tese de doutorado em sociologia. São Paulo: USP, 1998.

AMARAL, Márcia Franz. “Sensacionalismo, um conceito errante”. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 13, p. 1-13, julho/dezembro 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Editora Mandarin Ltda., 1971.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa. Brasil (1900-2000)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BEARD, Mary. *SPQR: Uma história da Roma Antiga*. 1ª Edição. São Paulo: Planeta, 2017.

BICUDO, Hélio Pereira Bicudo. *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 2ª Edição. São Paulo: Pontfícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. In: COSTA, Márcia Regina da. “1968: O Esquadrão da Morte em São Paulo”. In: Ana Amélia da Silva; Miguel Chaia. (Org.). *Sociedade, Cultura e Política: Ensaio Críticos*. São Paulo: EDUC, 2004, pp. 369-390.

CARVALHO, Annabela. “Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações”. *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste*, Portugal, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, pp. 143-156.

COSTA, Márcia Regina da. “1968: O Esquadrão da Morte em São Paulo”. In: Ana Amélia da Silva; Miguel Chaia. (Org.). *Sociedade, Cultura e Política: Ensaio Críticos*. São Paulo: EDUC, 2004, pp. 369-390.

_____. “Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 60: a constituição do Esquadrão da Morte”. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998, Caxambú-MG. Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú – MG.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ENNE, Ana Lucia Silva ; DINIZ, Betina Peppe. “O caso Mão Branca na imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística, ficção e o fluxo do sensacional - em co-autoria com Betina Peppe Diniz”. In: Intercom 2005, 2005, Rio de Janeiro. Cd-rom, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 28ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987. In: SIQUEIRA, Carla. “A novidade que faltava: sensacionalismo e retórica política nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954)”. *ECO-PÓS*- v.8, n.2, agosto-dezembro, pp. 56-57, 2005.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

LOUZEIRO, José. *Lúcio Flávio – O Passageiro da Agonia*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1978.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2015.

MELO, W. F.; MACEDO, R. G. *O periódico Última Hora e a sua relevância na história da mídia impressa brasileira*. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia. 200 anos de mídia no Brasil. Historiografia e tendências, 2008, Niterói - RJ. VI Congresso Nacional de História da Mídia. 200 anos de mídia no Brasil. Historiografia e tendências. Niterói - RJ: EdUFF, pp. 1-11, 2008

MELLO NETO, David Maciel de. “*Esquadrão da Morte*”: *genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. *Do Esquadrão da Morte à Liga da Justiça: uma genealogia da presença dos grupos paramilitares no jornalismo carioca*. In: I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, 2011, São Paulo. Anais do I Confibercom.

MERTON, Robert K. *Teoria e estrutura social*. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1968.

MISSE, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos: A Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro* [Tese de Doutorado]. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999. In: MELLO NETO, David Maciel de. “*Esquadrão da Morte*”: *genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MONTAGNOLI, Gilmar Alves. “As Ordenações Filipinas e a Organização da Sociedade Portuguesa do Século XVII”. *Revista Urutágua (Online)*, v. 24, p. 50, 2011.

MOTTA, L. G. “Para uma antropologia da notícia”. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, Vol. XXV, nº 2, pp. 11-41, julho/dezembro de 2002.

MOURA, George; ARAUJO, Flavio; BARROS, Marcelo Faria de; AQUINO, Wilson. *Crimes que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora globo, 2007.

PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcelo. *Leitura crítica e cidadania: novas perspectivas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009.

PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo: Annablume, 2001. In: AMARAL, Márcia Franz. “Sensacionalismo, um conceito errante”. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 13, pp. 1-13, julho/dezembro 2005.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; In: VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. *Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário do crime*. E-Compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, vol. 4, pp. 1-22, 2005.

RIBEIRO, Amado; JÚNIOR, Pinheiro. *Esquadrão da Morte*. Brasília: Editora Coordenada, 1969.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

_____. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. Estudos Históricos - CPDOC/ FGV, Rio de Janeiro, v. 31, pp. 147-160, 2003.

_____. “Modernização e Concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970”. In: MOREL, Marcos e NEVES, Lúcia (org). *História e Imprensa. Representações Culturais e Práticas de Poder*. 1ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 426-435, 2006.

RIBEIRO, Octávio. *Barra Pesada*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1977.

ROUCHOU, Joëlle. *Samuel: duas vozes de Wainer*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004.

_____. “Samuel Wainer: memórias entre jornalismo e política”. In: MOREL, Marcos e NEVES, Lúcia (org). *História e Imprensa. Representações Culturais e Práticas de Poder*. 1ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 346-362, 2006.

RUSCHE, G., KIRCHHEIMER, O. *Punishment and Social Structures*, 1939. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 28ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

SCHICKEL, Richard. *Clint Eastwood: A Biography*. Nova Iorque: Vintage Books, 1996.

SIQUEIRA, Carla. “A novidade que faltava: sensacionalismo e retórica política nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954)”. *ECO-PÓS*, Rio de Janeiro, v.8, n.2, agosto-dezembro, pp. 46-66, 2005.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. “O Direito Civil antes do Código de 1916: a ausência das ordenações Filipinas e as expectativas na imprensa e na doutrina nacional”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 178, pp. 545-562, 2017.

SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. *A narração do fato*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. *O Social Irrradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOREL, George. *Reflexões sobre a violência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SOUSA, Josinaldo Aleixo de. *Os grupos de extermínio em Duque de Caxias, Baixada Fluminense*. Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PGSA/UFRJ) em 1997.

SOUZA, Percival de. “Esquadrão da Morte: Fininho e Mariel – O esquadrão queria me matar”. In: MOLICA, Fernando (org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, pp. 213-237.

TALESE, Gay. *Honor Thy Father*. Nova Iorque: Harper Collins, 2009.

SUNKEL, Guillermo. “Modos de ler em sectores populares”. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires (Argentina): Fundación Friedrich Ebert, 145, Septiembre-October 2001, pp. 143-154.

VAZ, Paulo ; CAVALCANTI, Mariana; CARVALHO, Carolina Sá ; JULIÃO, Luciana. *Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime*. In: XIV Encontro Anual da COMPÓS, 2005, Niterói. XIV Encontro Anual da COMPÓS. Niterói: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM-UFF, v. 1. pp. 1-15, 2005.

VAZ, Paulo; FELIX, C. B. *Mídia e enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI*. In: 8º Encontro Nacional de História da Mídia, 2011, Guarapuava. 8º Encontro Nacional de História da Mídia-Rede Alcar, v. 1. pp. 01-15, 2011.

VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. *Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário do crime*. E-Compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, vol. 4, pp. 1-22, 2005.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver. Memórias de um repórter*. São Paulo: Planeta, 2005.

6. EDIÇÕES DE *ÚLTIMA HORA* ANALIADAS

“BANCO FOI ASSALTADO NO SUBÚRBIO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 22 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4160. Acessado em: 10/06/2017.

“BREVE HISTÓRIA DO INCRÍVEL EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 28 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4487. Acessado em: 10/12/2017.

“CARTA BRANCA A CHEFE PODERÁ REVIVER ‘ESQUADRÃO DA MORTE’”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 3 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4190. Acessado em: 10/06/2017.

“CIDADE TEM UM CRIME POR MINUTO E ATÉ PROFESSOR É ASSALTANTE”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 22 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4160. Acessado em: 10/06/2017.

“COLÉGIOS DA ZS PEDEM SOCORRO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 22 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4160. Acessado em: 10/06/2017.

“CRIME DA BARRA DEIXA POLÍCIA SEM AÇÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 08 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4124. Acessado em: 10/06/2017.

“DEDO DO MORTO-VIVO ACUSA OS CARRASCOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 18, 4 dez. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4667. Acessado em: 10/12/2017.

“DELEGADO JÁ TEM CAIXÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 7 nov. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4588. Acessado em: 10/12/2017.

“DESPEJADO COM OS 14 FILHOS MATOU SENHORIO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4166. Acessado em: 10/06/2017.

“DETETIVES NEGAM LAÇOS COM O ESQUADRÃO DA MORTE”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 09 mai. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4128. Acessado em: 10/06/2017.

“ESQUADRÃO DA MORTE’ EM LÁGRIMAS À BEIRA DO TÚMULO: ‘PORTELA SERÁ VINGADO!’”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 26 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4247 . Acessado em: 10/06/2017.

“ESQUADRÃO DA MORTE’ FUZILA DOIS BANDIDOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 28 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4252. Acessado em: 10/06/2017.

“ESQUADRÃO DA MORTE FUZILA MAIS UM LANÇANDO MANIFESTO: - É LEI DO CÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 08 out. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4512. Acessado em: 10/12/2017.

“ESQUADRÃO DA MORTE: UMA PRAGA SE ALASTRA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 23 nov. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4635. Acessado em: 10/12/2017.

“ESQUADRÃO’ DA PENA DE MORTE FUZILA EM MASSA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 out. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4507. Acessado em: 10/12/2017.

“ESQUADRÃO FEZ A 6ª VÍTIMA NA BAIXADA””. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 14 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4139. Acessado em: 10/06/2017.

“ESQUADRÃO JÁ MATA MULHER”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 23 nov. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4629. Acessado em: 10/12/2017.

“ESQUADRÃO VINGA EM MAIS DOIS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4252. Acessado em: 10/06/2017.

“ESQUADRÃO VOLTA A MATAR: OITO BALAÇOS NO ‘BANDIDO SEM JEITO’”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 28 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4487. Acessado em: 10/12/2017.

“FIM DE SEMANA: 6 CRIMES”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 12, 4 nov. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4579. Acessado em: 10/12/2017.

“FUZILADO O POLICIAL CAÇADOR DE BANDIDOS””. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 25 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4139. Acessado em: 10/06/2017.

“FUZILADO TEVE OS OLHOS ARRANCADOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 11 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4523. Acessado em: 10/12/2017.

“LADRÃO DE AUTOMÓVEIS O HOMEM MORTO NA BARRA DA TIJUCA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 07 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4121. Acessado em: 10/06/2017.

“MATA-CHOFER PAROU TÁXIS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 1 ago. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4336. Acessado em: 10/12/2017.

“MAIS DOIS FUZILADOS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 09 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4517. Acessado em: 10/12/2017.

“MORTE COM A MARCA DA CAVEIRA – LADRÃO MORRE MARCADO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4121. Acessado em: 10/06/2017.

“O CASTIGO DA CAVEIRA – LADRÃO MORRE MARCADO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 mai. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4123. Acessado em: 10/06/2017.

“O ESQUADRÃO DA MORTE SEM FRONTEIRAS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 10 dez. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4679. Acessado em: 10/12/2017.

“O ESQUADRÃO DA MORTE PERDE A MÁSCARA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 12 dez. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4683. Acessado em: 10/12/2017.

“OS MORTOS DA CAVEIRA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 jul. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4311. Acessado em: 10/12/2017.

“OUTRO FUZILADO PELO ESQUADRÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 08 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4514. Acessado em: 10/12/2017.

“PENA DE MORTE PROIBIDA VIRA ROTINA NO RIO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4508. Acessado em: 10/12/2017.

“POLÍCIA FUZILA PARA VINGAR-SE””. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 8 jun. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4206 . Acessado em: 10/06/2017.

“POLÍCIA MATA E INCENDEIA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 23 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4469. Acessado em: 10/12/2017.

“ROSA VERMELHA EXECUTOU 3 NO FIM DE SEMANA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 12, 10 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4527. Acessado em: 10/12/2017.

“RP-RP”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 6, 02 mai. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4109. Acessado em: 10/06/2017.

“S. PAULO TEM ‘MÁFIA’ CONTRA O ESQUADRÃO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 18, 11 dez. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4681. Acessado em: 10/12/2017.

“TRUCIDADOS A GOLPES DE SABRE”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 11 nov. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4598. Acessado em: 10/12/2017.

“VIETCONG AMEAÇA TOMAR SAIGON NO DIA 10 DE MAIO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 mai. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4123. Acessado em: 10/06/2017.

“VIOLÊNCIA TOMA CONTA DO GRANDE RIO: CARTAZES ANUNCIAM PRÊMIO POR CABEÇA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 nov. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4653. Acessado em: 10/12/2017.

“VÍTIMA 200+1 DO EM”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 02 out. 1968. Edição vespertina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4498. Acessado em: 10/12/2017.

“VOLTA DA CAVEIRA”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 18 set. 1968. Edição vespertina. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4459. Acessado em: 10/12/2017.

“ZS: MACONHA COM UM SUPERMERCADO”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 8, 21 ago. 1968. Edição matutina. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/4388. Acessado em: 10/12/2017.

7. SITES E JORNAIS CONSULTADOS

“AQUI EUCLIDES NEGA QUE A SCUDERIE ESTEJA NISSO”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 14 abr. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=4899&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acessado em 10/12/2017.

BERTOLUCCI, Rodrigo. “EXTINTA EM 2000, SCUDERIE LE COCQ VOLTA À CENA PANFLETANDO PARA INCENTIVAR DENÚNCIAS”. *O Globo* (site). 28 jun. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/extinta-em-2000-scuderie-le-cocq-volta-cena-panfletando-para-incentivar-denuncias-16282911>. Acessado em 10/12/2017.

“FILME BRASILEIRO DENUNCIA MASSACRE DE MENDIGOS NOS ANOS 60”. *G1* (site). 20 nov. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Cinema/0,,MUL1386321-7086,00-FILME+BRASILEIRO+DENUNCIA+MASSACRE+DE+MENDIGOS+NOS+ANOS.html>. Acessado em: 10/12/2017. LE COCQ VIVE ‘FIM MELANCÓLICO’ NO RIO. *Folha de São Paulo* (site), 28 mai. 2006. <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u122101.shtml>. Acessado em 10/12/2017.

LEITÃO, Alexandre Enrique. “A CAVEIRA ESTÁ SOLTA”. *Revista de História da Biblioteca Nacional* (site). 14 jul. 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140826064110/http://revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-caveira-esta-solta>. Acessado em: 10/12/2017.

LEITÃO, Alexandre. “A Caveira Original”. *O MacGuffin* (blog), 19 mai. 2013. Disponível em: <http://omacguffin.blogspot.com.br/2013/05/a-caveira-original-por-alexandre.html> Acessado em: 20/01/2017.

“QUEM SE RENDE VIVE, QUEM REAGE MORRE”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 18 nov. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=105708&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acessado em 10/12/2017.

“RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A AÇÃO DE MILÍCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), p. 34, 2008. Disponível em: http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf. Acessado em: 10/12/2017.

TELLES, Hilka. "Ligações Perigosas". *O Dia* (site), 26 mar. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-03-26/ligacoes-perigosas.html>. Acessado em 10/12/2017.

THOMÉ, Clarissa. "COM ESTIGMA DE EXTERMÍNIO, SCUDERIE LE COCQ SE REINVENTA". *O Estado de S. Paulo* (site). 24 out. 2015. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro.com-estigma-de-exterminio--scuderie-le-cocq-se-reinventar,1785169>. Acessado em 10/12/2017.

Entrevistas realizadas pelo autor

Luarlindo Ernesto Silva (28/12/2017)

José Alves Pinheiro Júnior (02/1/2018)

Domingos Meirelles (4/1/2018)